

JOSÉ PAULO RIBEIRO DE CASTRO

PARQUE NATURAL

DOURO INTERNACIONAL/ARRIBES DEL DUERO

TERRITÓRIOS TRANSFRONTEIRIÇOS – SUAS DINÂMICAS



UNIVERSIDADE DO MINHO

2004

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho sob a orientação da Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva.

ÍNDICE

RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
RESUMÉ	xiv
AGRADECIMENTOS	xv
INTRODUÇÃO.....	xvii
CAPÍTULO I – O FENÓMENO DO TURISMO	1
Introdução	1
1) Evolução histórica do turismo	4
1.1) O turismo através dos tempos: primeira etapa – pré-história do turismo	5
1.1.1) Idade Média	9
1.1.2) Renascimento	11
1.1.3) Revolução Industrial – Princípios do século XX	15
1.1.4) 1950 até ao “Turismo de massas”	20
1.2) Turismo – Conceitos, definições e modalidades de turismo	22
1.2.1) Conceitos e definições de turismo	22
1.2.2) Modalidades de turismo	30
1.3) Dinâmicas do turismo à escala mundial	34
1.3.1) Turismo por regiões mundiais	39
1.4) Turismo em Portugal	54
1.4.1) História do turismo em Portugal	55
1.4.2) A Primeira etapa	57
1.4.3) A segunda etapa	62
1.4.4) A terceira etapa	65
1.4.5) A quarta etapa	66
1.4.6) Dinâmicas turísticas em Portugal	70

CAPÍTULO II – O PATRIMÓNIO	76
Introdução	76
2) Património: Enquadramento conceptual	77
2.1) Convenções e instrumentos internacionais no âmbito do património	81
2.1.1) Património natural	87
2.1.2) O Património como recurso turístico	89
2.2) Áreas/espços naturais protegidos	95
2.2.1) Génese das áreas/espços naturais protegidos.....	99
2.2.2) Nomenclatura das áreas naturais protegidas	105
2.2.3) Nomenclatura áreas naturais protegidas de 1978	109
2.2.4) Nomenclatura das áreas naturais protegidas actual	113
2.2.5) Áreas naturais protegidas no mundo	123
2.3) Política de conservação e preservação da natureza/património natural na União Europeia	128
2.3.1) Património natural da União Europeia	136
2.3.2) Conservação da natureza e património natural no espaço ibérico	139
2.3.3) Áreas naturais protegidas do espaço ibérico	152
CAPÍTULO III – DOURO INTERNACIONAL: DINÂMICAS TERRITORIAIS	161
Introdução	161
3) Organização territorial e caracterização demográfica e económica deste espaço raiano	162
3.1) Dinâmicas demográficas	165
3.1.1) Actividade económica	176
3.2) Dinâmicas turísticas: nota introdutória	179
3.2.1) Dinâmicas turísticas nos distritos de Bragança e Guarda: A oferta turística	180
3.2.2) Dinâmica turística nos concelhos do PNDI: A oferta turística	188
3.2.3) Dinâmicas turísticas nos distritos de Bragança e Guarda: A procura turística	193
3.2.4) Dinâmica turística nos concelhos do PNDI: A procura turística	197
3.3) Dinâmicas turísticas na região espanhola: Nota introdutória	200
3.1.1) Dinâmicas turísticas na Comunidade Autónoma de Castela e Leão: A oferta turística	200

3.3.2) Dinâmicas turísticas nas províncias de Salamanca e Zamora: A oferta turística...	202
3.3.3) Turismo em Espaço Rural	203
3.3.4) Dinâmicas turísticas na Comunidade Autónoma de Castela e Leão: A procura turística	205
3.3.5) Dinâmicas turísticas nas províncias de Salamanca e Zamora: A procura turística	208
3.4) Turismo em espaços naturais protegidos	213
CAPÍTULO IV – PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL E ARRIBES DEL DUERO: DOIS PARQUES RAIANOS E TRANSFRONTEIRIÇOS .	221
4) Delimitação e fundamentação legal	
4.1) O Parque Natural de ambos os lados da fronteira – riqueza patrimonial, paisagística e cultural	229
4.2) Actividade turística no Douro Internacional	241
CONCLUSÃO	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259
ANEXOS	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Taxas crescimento do Turismo Internacional (1950–2002)	37
Quadro 2 – Chegadas de turistas internacionais (1950–2002)	38
Quadro 3 – Divisão da OMT das regiões turísticas do mundo	41
Quadro 4 – Chegadas de turistas por regiões mundiais (1990 – 2002)	46
Quadro 5 – Evolução do turismo por regiões turísticas (1950/2002) (% do total)	46
Quadro 6 – Principais destinos turísticos mundiais (1950–2000)	53
Quadro 7 – Evolução do turismo em Portugal (1950-2003)	72
Quadro 8 – Evolução da procura turística em Portugal por países de origem (1998– 2003)	73
Quadro 9 – Posição dos países emissores de visitantes a Portugal (1998-2003)	74
Quadro 10 – Evolução da entrada de turistas e excursionistas em Portugal (1998 – 2003)	74
Quadro 11 – Número de bens inscritos na lista de Património Mundial por países (2003)	85
Quadro 12 – Posição dos países na Lista da Unesco, destino turístico e número de Turistas (1990-2002)	93
Quadro 13 – Matriz de objectivos e categorias de utilização de Áreas Naturais Protegidas	116
Quadro 14 – Número e extensão de áreas protegidas no mundo (2003)	125
Quadro 15 – Evolução do número de Áreas Naturais Protegidas e superfície (ha) em Espanha	157
Quadro 16 – Número Espaços Naturais Protegidos em Espanha por Comunidades Autónomas	159
Quadro 17 – Área, População residente e taxas de variação (1981– 2001)	167
Quadro 18 – Densidades Populacionais (1981 – 2001)	169
Quadro 19 – Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural (2001)	171
Quadro 20 – População residente, segundo grupos etários (1991 – 2001)	173
Quadro 21 – Indicadores da Actividade, Emprego e Desemprego (2001)	176
Quadro 22 – Capacidade Hoteleira no distrito de Bragança (1996-2002)	181

Quadro 23 – Capacidade hoteleira no distrito da Guarda (1996-2002)	181
Quadro 24 – Evolução da capacidade hoteleira no distrito da Guarda (1996-2002)	184
Quadro 25 – Capacidade Hoteleira (camas) no Distrito de Bragança (1996-2002)	185
Quadro 26 – Capacidade Hoteleira (camas) no Distrito da Guarda (1996 - 2002)	186
Quadro 27 – Capacidade Hoteleira nos Concelhos do PNDI (1996-2002)	188
Quadro 28 – Capacidade de alojamento (camas) nos concelhos do PNDI – (1996- 2002)	191
Quadro 29 – Turismo em Espaço Rural	193
Quadro 30 – Procura turística no distrito de Bragança (1995-2002)	194
Quadro 31 – Procura turística no distrito da Guarda (1995–2002)	196
Quadro 32 – Procura Turística nos concelhos do PNDI (1995–2002)	198
Quadro 33 – Número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade em camas Castela e Leão (1997-2002)	201
Quadro 34 – Número de estabelecimentos e Capacidade (camas) – Salamanca e Zamora (1997 – 2002)	203
Quadro 35 – Turismo em Espaço Rural – Castela e Leão (1997–2002)	204
Quadro 36 – Procura turística (espanhóis e estrangeiros) Castela e Leão (1995-2002) .	206
Quadro 37 – Procura turística – Salamanca e Zamora (1995–2002)	209
Quadro 38 – Procura turística (%) – Salamanca e Zamora (1995–2002)	210
Quadro 39 – Procura turística espanhóis e estrangeiros - Salamanca e Zamora (2001- 2002)	212
Quadro 40 – Funções dos Espaços Naturais Protegidos	217
Quadro 41 – Evolução do número de visitantes ao PNDI (1999-2003)	242
Quadro 42 – Evolução das visitas guiadas realizadas no PNDI (1999-2003)	243
Quadro 43 – Potencialidades e debilidades	247
Quadro 44 – Património em recuperação no PNDI	254

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Classificação dos visitantes Internacionais	29
Figura 2 – Evolução das chegadas turísticas internacionais por regiões (1995-2020) ...	35
Figura 3 – Principais fluxos turísticos à escala mundial	42
Figura 4 – Etapas da evolução do turismo em Portugal	57
Figura 5 – Entrada de turistas e excursionistas em Portugal (1998 – 2003)	75
Figura 6 – Evolução dos Bens Inscritos na Lista de Património Mundial (1978 – 2003)	91
Figura 7 – Países com maior número de bens classificados como Património Mundial (1990-2003)	94
Figura 8 – Número de Áreas Protegidas segundo a categoria de classificação (2003)....	94
Figura 9 – Área (km ²) e percentagem das Áreas Protegidas por categorias e não categorias (2003)	126
Figura 10 – Regiões Mundiais da Comissão Mundial das Áreas Protegidas	127
Figura 11 – Evolução das Áreas Protegidas nos Países da U.E. (%) – (1970-2004)	138
Figura 12 – Evolução do n.º de “Áreas Protegidas” em Portugal e Espanha (1970- 2003)	152
Figura 13 – Território de Portugal continental coberto por Áreas Naturais Protegidas de (1971 – 1998)	153
Figura 14 – Evolução do número de Áreas Protegidas em Portugal (1971 – 2003)	154
Figura 15 – Evolução do número de Áreas Protegidas em Portugal (1971 – 2003)	154
Figura 16 – Categoria e número de Áreas Naturais Protegidas em Portugal (2003)	155
Figura 17 – Distribuição geográfica das Áreas Naturais Protegidas em Portugal continental	156
Figura 18 – Evolução dos Espaços Naturais Protegidos em Espanha (1951 – 2001)	158
Figura 19 – Número de Áreas Naturais Protegidas em Espanha (Comunidades Autónomas).....	159
Figura 20 – Localização dos Concelhos do PNDI	162
Figura 21 – Localização das Províncias de Zamora e Salamanca	164
Figura 22 – Evolução da população Residente nos concelhos do território nacional (1981 – 2001)	166
Figura 23 – Evolução da população residente em Salamanca e Zamora (1981 – 2001)..	166
Figura 24 – Densidade populacional em 1981	169

Figura 25 – Densidade populacional em (1981)	169
Figura 26 – Densidade populacional (2001)	170
Figura 27 – Densidade populacional (2001)	170
Figura 28 – Taxa de Natalidade e Mortalidade (2001)	172
Figura 29 – População residente segundo os grupos etários (1991)	173
Figura 30 – População residente segundo os grupos etários (1991)	174
Figura 31 – População residente segundo os grupos etários (2001)	174
Figura 32 – População residente segundo os grupos etários em (2001)	175
Figura 33 – População empregada por sectores de actividade (2001)	177
Figura 34 – Estabelecimentos hoteleiros no distrito de Bragança (1996 –2002)	183
Figura 35 – Capacidade hoteleira no Distrito da Guarda (1996 –2002)	184
Figura 36 – Número de camas dos estabelecimentos hoteleiros no distrito de Bragança (1996–2002)	186
Figura 37 – Número de camas dos estabelecimentos hoteleiros no distrito da Guarda (1996–2002)	187
Figura 38 – Capacidade Hoteleira nos Concelhos do PNDI (1996 – 2002)	189
Figura 39 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros nos concelhos do PNDI (1996)	190
Figura 40 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros nos concelhos do PNDI (2002)	190
Figura 41 – Procura Turística no distrito de Bragança (1995-2002)	194
Figura 42 – Procura turística no distrito da Guarda (1995 -2002)	196
Figura 43 – Visitantes nacionais e estrangeiros nos concelhos do PNDI (1995)	198
Figura 44 – Visitantes portugueses (2002)	199
Figura 45 – Visitantes estrangeiros (2002)	199
Figura 46 – Estabelecimentos hoteleiros – Castela e Leão (1997-2002)	201
Figura 47 – Capacidade hoteleira – Castela e Leão (1997–2002)	202
Figura 48 – Unidades de TER – Castela e Leão (2002)	204
Figura 49 – Procura turística – Castela e Leão (1995-2002)	206
Figura 50 – Procura turística espanhóis e estrangeiros - Castela e Leão (1995–2002) ...	207
Figura 51 – Número de viajantes – Salamanca e Zamora (1995–2002)	209
Figura 52 – Evolução da procura turística – Salamanca e Zamora (1995-2002).....	210
Figura 53 – Evolução da procura turística estrangeira – Salamanca e Zamora (1995- 2002)	210
Figura 54 – Benefícios do Turismo Sustentável	216

Figura 55 – Localização do Parque Natural do Douro Internacional	231
Figura 56 – Localização do Parque Natural das Arribes del Duero	232

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – Áreas Naturais Protegidas por região da IUCN E WCPA

Anexo B – Inventário dos Recursos Turísticos no Parque Natural do Douro Internacional e Arribes del Duero.

RESUMO

A principal motivação para a escolha do tema para esta dissertação assenta no interesse pessoal que, desde há algum tempo, vinha sentindo pela problemática do turismo e património como fenómenos potenciadores de desenvolvimento.

A constatação do avanço económico e social de certas regiões ancorado em práticas de actividades turísticas, lado a lado com a sua riqueza patrimonial, sempre me colocou interrogações relativas à inexistência de igual desenvolvimento verificado noutras regiões semelhantes ou até superiores em recursos indutores de evolução positiva da respectiva população e até do seu progresso integrado.

A nosso ver, está nesta situação, o território fronteiriço onde se situam os Parques Naturais Protegidos do Douro Internacional e *Arribes del Duero* e, por isso, nos propusemos estudá-la.

Consequentemente, definiram-se a metodologia e estratégia tendo em conta as características específicas quer da área geográfica nacional quer da área geográfica nacional que integra os municípios de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta (distrito de Bragança), e Figueira Castelo Rodrigo, (distrito da Guarda) quer do Parque Natural das *Arribes del Duero em território espanhol*.

A elaboração das imprescindíveis análises técnicas de dados estatísticos mapas, e gráficos mereceu pormenorização adequada, por forma a obter conclusões muito concretas das situações que foram objecto de estudo nos quatro capítulos desta nossa dissertação.

Sempre que consideramos oportuno estabeleceram-se paralelismos entre as realidades portuguesa e a espanhola no âmbito das acções já programadas e em execução, perspectivando eventual cooperação entre a economia de recursos e uniformização de procedimentos.

Ainda afloramos aquilo que classificamos de boas oportunidades e potencialidades de desenvolvimento destes territórios raianos, salientando que os resultados da dinamização do Parque Natural do Douro Internacional, constituiriam mais valias na globalidade da riqueza que todas as práticas políticas visarem obter na região.

ABSTRACT

The main motivation for the choice of the subject of this paper was the personal interest I had been feeling, for some time already, for the problems of tourism and patrimony as influencing development phenomena.

The fact that the social and economic development of some regions anchored on touristic activities, has coexisted with their patrimonial wealth, has faced me with the question why such a development had not taken place in other similar regions, presenting equal or superior inducing resources of positive evolution of their respective population and even of their integrated progress.

As we see it, such a situation occurs on the border region where the Natural Protected Parks of International Douro and *Arribes del Duero*, and that was the reason for undertaking its study.

Consequently strategies and methodology were defined, taking into account both the specific characteristics of the national geographic area and of the national geographic area integrating the municipalities of Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta (district of Bragança) and Figueira de Castelo Rodrigo (district of Guarda), and that of the Natural Park of *Arribes del Duero* in spanish territory.

The preparation of the indispensable technical statistical data analysis, maps and graphics has deserved detailed attention, so as to reach very concrete conclusions from the situations which were the object of study in the four chapters of this paper.

Whenever deemed adequate paralels were established between portuguese and spanish realities whithin actions programed and in execution, putting into perspective a possible cooperation between a resource economy and a standartization of procedures.

We still broach on what we term as good opportunities and potentialities for development in these border regions, highlighting that the results of enlivening the Natural Park of International Douro would constitute a surplus value in the globality of wealth which all political practices will aim to obtain in the region.

RESUMÉ

Ma principale motivation pour le choix du thème de cette dissertation repose sur mon intérêt personnel pour la problématique du tourisme et du patrimoine en tant que phénomènes déclencheurs de développement.

Les progrès économiques et sociaux basés sur les activités touristiques, mais aussi sur les richesses patrimoniales, que l'on peut constater dans certaines régions, me font m'interroger sur les raisons de l'inexistence des mêmes progrès dans d'autres régions dont les ressources inductrices d'évolution positive des populations respectives, voir même de leur progrès intégrateur, sont similaires, égales ou mêmes supérieures.

A notre avis, cette situation se vérifie sur le territoire frontalier où se situent les Parques Naturels Protégés du Douro International et des *Arribes del Duero*, et c'est pourquoi nous nous proposons de l'étudier.

Par conséquent la méthodologie et la stratégie ont été définies en tenant compte des caractéristiques spécifiques de la surface géographique nationale, qui intègre les municipalités de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta (*distrito*¹ de Bragança), et Figueira Castelo Rodrigo, (*distrito*¹ de Guarda), mais aussi du Parque Naturel des *Arribes del Duero* en territoire espagnol.

Les analyses techniques des données statistiques, cartes et graphiques, ont été faites en tenant compte des détails adéquats, nécessaires à l'obtention de conclusions concrètes, à propos des situations qui ont fait l'objet de l'étude présentée dans les quatre chapitres qui composent cette dissertation.

A chaque fois que nous l'avons considéré opportun, nous avons établi un parallélisme entre les réalités portugaise et espagnole au sein des actions déjà programmées et en exécution, en ayant comme perspective une éventuelle coopération entre l'économie des ressources et l'uniformisation des procédés.

Nous avons aussi effleuré ce que nous avons qualifié de bonnes opportunités et de bonnes potentialités de développement de ces territoires frontaliers, en mettant l'accent sur le fait que les résultats de la dynamisation du Parque Naturel du Douro International, constitueraient des plus-values dans la globalité de la richesse que toutes les pratiques politiques voudront obtenir dans cette région.

¹ Cette division administrative n'existe pas en France. Le terme qui s'en approche le plus étant département.

AGRADECIMENTOS

Julgo que nos “sinais dos tempos” tão propalados nos dias que correm se pode incluir a ingratidão.

É que, muitas pessoas esquecem-se, com facilidade, de quem lhes estendeu a mão amiga, de quem lhes deu um consolo, de quem lhes propôs uma solução, de quem lhes testemunhou carinho.

Convictamente penso que não serei eu, em qualquer circunstância, a tomar atitudes que alguém possa classificar de prática de ingratidão.

Em especial, agora, ao terminar esta dissertação de mestrado que foi, sem dúvida, um trabalho árduo ainda que proveitoso de investigação e pesquisa, quero lembrar a todos quantos, mais de perto, estiveram comigo e me ajudaram a superar dificuldades e desânimos, com vista a chegar à meta final.

A Ex.^{ma} Senhora Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, da Universidade do Porto, que com superior e única orientadora deste trabalho sempre me acompanhou com prestimosa atenção, disponibilidade e empenho, ora corrigindo, ora suscitando melhor atenção para aspectos essenciais da dissertação, é merecedora da minha mais sincera gratidão. A esta querida Professora (permita que lhe diga assim) o meu “Muito Obrigado”.

Os meus pais que nunca regatearam palavras de estímulo, acompanhamento assíduo e fé no meu sucesso devo também o agradecimento da sua companhia ao longo deste percurso.

Aos meus irmãos, principalmente à Misa que me aturou algumas “birras”, devo fraternais e generosas palavras de incitamento para caminhar mais lesto e sem desânimo.

À Paula Odete pela sua colaboração amiga na pesquisa e tratamento de dados e pelo estímulo que me prestou, testemunho o meu sincero agradecimento e Amizade.

As minhas amigas muito especiais, Rute e Susana, que me acarinharam fraternalmente incentivando-me.

À Direcção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela com especial relevo para o Exm.º Professor Vítor Alves pelo interesse e desejo manifestado pelo êxito do meu trabalho, agradeço com muita amizade;

À Direcção do Parque Natural do Douro Internacional na Pessoa do Eng. Carlos Amaro pela atenção que me dispensaram e pela disponibilidade de informação específica que me proporcionaram, venho testemunhar a minha gratidão;

Aqui consigno, também, um *muchas gracias* aos responsáveis espanhóis do Parque Natural das Arribes del Duero pelo apoio que me prestaram;

Não esquecerei, jamais, o apoio logístico e amigo sempre disponibilizado pela D.^a Maria de Jesus Pinto a quem agradeço cordialmente.

Estendo os meus agradecimentos àqueles que, não sendo nomeados, tiveram mais ou menos indirecta importante colaboração na nossa extensa e dura investigação.

INTRODUÇÃO

As razões que nos conduziram ao estudo da temática do Património e Turismo em Espaços Naturais Protegidos são diversas, nomeadamente o interesse despertado pela leitura de diversa bibliografia sobre a problemática da conservação do património natural e o desenvolvimento do turismo naqueles espaços, no âmbito de iniciativas de estudo levadas a cabo antes de decidirmos obter graus de pós licenciatura.

O conhecimento particular e próximo do território onde se situa o Douro Internacional e das fragilidades destes territórios raianos em termos de desenvolvimento turístico deram-nos, também forte impulso e motivação para a escolha desta temática.

O turismo é considerado um fenómeno de singular importância na vivência estrutural da sociedade. Desde as remotas viagens do homem pré-histórico, até finais do século XVIII, quando tiveram início os primeiros fluxos turísticos e depois até aos anos cinquenta do século XX, este fenómeno evoluiu e adquiriu cada vez mais importância socioeconómica (Blasco e Timón, 1999:7).

Esta actividade que ultrapassa os sectores convencionais da economia, é objecto de abordagens de natureza distinta; social, cultural, geográfica, meio ambiental, etc. Decorre, daí, o carácter multifacetado que o turismo apresenta.

O património é outra temática muito ligada ao fenómeno turístico e que tem despertado muito interesse e estudo na sociedade actual. A crescente importância do tema está associado a processos de globalização e internacionalização do mundo e, também, a atitudes de conservação da natureza.

Com efeito, *“Nas sociedades ocidentais a conservação da Natureza [e património natural] é um conceito relativamente recente que surge no limiar do século XX como corolário das profundas reformas industriais agrícolas e florestais introduzidas na Europa durante os séculos XVIII e XIX e, concomitantemente dos desequilíbrios e disfunções demográficas sentidos à escala planetária.”* (MAOT, 1999:5)

A tomada de consciência de um conjunto de problemas ambientais emergentes, resultado das novas dinâmicas territoriais, leva a que muitos países declarem diversas regiões como “Áreas Naturais Protegidas”.

As primeiras declarações de parques estão ligadas a motivações de ordem naturalista e tiveram a sua primeira expressão nos Estados Unidos da América do Norte. Com efeito, já em 1872 é criado nos Estados Unidos o National Park de Yellowstone. Na Europa, surgem os primeiros parques naturais no início do século XX. O seu aparecimento prende-se não só com as preocupações ambientalistas na preservação de espécies, mas também com interesses de certas fracções da população desejosas de estabelecer uma relação com a natureza.

O conceito de “espaço natural protegido” remete para a existência de um estatuto legal de protecção de um espaço natural com base nas suas características ecológicas, ambientais, patrimoniais, paisagísticas e culturais.

O processo de protecção dos espaços naturais deve considerar-se um “elemento chave” no ordenamento do território constituindo um factor para o desenvolvimento das áreas rurais nomeadamente na vertente turística.

Em Portugal a criação das designadas áreas protegidas data dos inícios dos anos setenta, do século XX, na sequência da adopção legislativa específica cujo enfoque contempla a protecção da natureza, incluindo os valores ditos naturais, subjacentes a um certo tipo de paisagem. O estabelecimento de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas foi, sem dúvida, um marco importante na perspectiva de conservação do património natural.

A área geográfica do Douro Internacional, que foi elevada à categoria de Parque Natural pelas entidades portuguesas e espanholas, constitui o centro deste trabalho no enquadramento da breve resenha antecedente.

Os objectivos que nortearam o presente trabalho são os seguintes:

Como objectivo principal pretendeu-se compreender a razão da delimitação da área do Parque e interpretar as suas dinâmicas territoriais com excelência para o turismo.

Análise do fenómeno do turismo quanto à sua evolução histórica, sua dinâmica à escala mundial e nacional.

Com estreita ligação ao turismo surge o interesse assumido pelo património focando aspectos essenciais quanto ao património natural na dimensão específica das áreas naturais protegidas.

Nesta perspectiva definimos como objectivo primordial a análise deste território transfronteiriço, onde se insere este espaço natural protegido, de forma a fundamentar eventuais propostas de ordenamento numa perspectiva de desenvolvimento turístico.

METODOLOGIA

A especificidade do tema e a sua amplitude exigiu o recurso a metodologias adequadas quer no levantamento bibliográfico, quer no trabalho de campo, e ainda, na elaboração de cartografia.

Tudo passou por um trabalho sistemático que foi dividido pelos seguintes itens:

Numa primeira fase, foi feita pesquisa bibliográfica geral, de matriz teórica, relativa ao fenómeno do turismo que possibilitou o conhecimento desta temática quanto à sua evolução histórica a nível mundial e nacional. As estatísticas dos movimentos dos turistas às mesmas escalas são suporte para a análise dos fluxos turísticos.

Numa segunda fase preocupamo-nos pela recolha de informação sobre o tema do património com especial incidência no estudo do património natural. Procedeu-se, conseqüentemente, à recolha de informação de diversa natureza (bibliografia, tratados e convenções internacionais, etc) que permitissem analisar e compreender a temática do património nas suas diversas dimensões mas com especial incidência para o património natural.

Em tarefa posterior, procedeu-se à compilação e estudo de legislação à escala da União Europeia no que se refere às políticas de conservação da natureza e património natural. Esta pesquisa foi alargada, posteriormente ao âmbito nacional e espanhol que possibilitou a confrontação entre ambos os países relativamente à política de conservação do património natural e na rede nacional das áreas protegidas.

Numa quarta fase procedeu-se à recolha de informação sobre os dois territórios onde se inserem os Parques Naturais do Douro Internacional e Arribes del Duero, com vista à análise e caracterização das dinâmicas territoriais de ambos os espaços.

Neste contexto efectuamos visitas de campo com vista à obtenção de perspectivas concretas fundamentadas no conhecimento pessoal e directo da área;

Quando demos início ao presente trabalho incluímos no quadro metodológico o contacto com algumas entidades e organismos enquadrados na região em estudo. Do leque de possibilidades seleccionamos as respectivas Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento local e outros Organismos directa ou indirectamente interessadas no desenvolvimento do parque. O objectivo destes contactos era recolher informação sobre projectos e acções desenvolvidas no âmbito do turismo e conservação do património, propósito que não foi totalmente concretizado devido à ausência de resposta por algumas das entidades contactadas, o que de certo modo terá limitado a total concretização dos objectivos anteriormente definidos.

Contudo, consideramos ter alcançado os desideratos propostos, não sem que tivéssemos procedido a alterações pontuais no plano de trabalho inicialmente concebido.

O presente trabalho desenvolveu-se em quatro capítulos que apresentamos sucintamente:

No primeiro capítulo apresentamos a problemática que envolve o fenómeno turístico no que concerne à sua significação, classificações e modalidades. A evolução histórica do turismo ao longo dos tempos à escala mundial os fluxos turísticos são, também, abordados neste capítulo. O enfoque centra-se, ainda, no estudo do fenómeno do turismo em Portugal. Será feita, igualmente uma evolução histórica do turismo e análise de indicadores estatísticos entre os quais, os alusivos ao movimento de viajantes.

No segundo capítulo damos real destaque à temática do património, conferindo espacial destaque ao património natural e à problemática que envolve a sua conservação e protecção no domínio das áreas naturais protegidas. A génese e evolução dos espaços naturais protegidos, as nomenclaturas de classificação fazem parte deste conteúdo deste segundo capítulo.

A problemática da conservação do património natural à escala da União Europeia e no espaço Ibérico finalizam este segundo capítulo.

O terceiro capítulo contém a análise das dinâmicas territoriais das regiões raianas e fronteiriças onde se insere o Douro Internacional, para o que compulsamos indicadores de diversa origem e natureza fazendo o paralelismo entre os dois territórios, por forma a

identificar os seus contrastes e afinidades no domínio sócio demográfico e as suas dinâmicas turísticas.

O quarto e último capítulo é dedicado à análise e caracterização dos espaços naturais protegidos de ambos os países nomeadamente a fundamentação legal de suporte, abordando, ainda, a sua riqueza patrimonial. Posteriormente o enfoque centra-se na identificação das potencialidades e debilidades que estes territórios configuram o que possibilitará a apresentação de propostas de ordenamento, com especial incidência no Parque natural do Douro Internacional.

As conclusões que apresentamos são num quadro alargado que possibilitam a apresentação de um conjunto de subsídios, que pensamos importantes, para o ordenamento deste território raiano.

CAPÍTULO I – O FENÓMENO DO TURISMO

“E porque, como vistes, têm passados
Na viagem tão ásperos perigos,
Tantos climas e céus experimentados,
Tanto furor de ventos inimigos,
Que sejam, determino, agasalhados
Nesta costa Africana como amigos;
E, tendo guarnecido a lassa frota,
Tornarão a seguir sua longa rota.”
(Os Lusíadas)

INTRODUÇÃO

Escrever sobre qualquer tema, seja sobre Geografia, História, Sociologia ou outra qualquer ciência, corre-se o risco de cometer descuidos, omissões involuntárias ou bem intencionadas que decorrem da própria amplitude e complexidade da matéria. Quando se trata de escrever sobre o turismo, fenómeno tão mutável e sujeito a alterações constantes, a tarefa é igualmente feita com riscos.

O turismo converteu-se nas últimas décadas, do século XX, num fenómeno social de grande amplitude. Milhões de pessoas deslocam-se a outras regiões, do próprio país ao estrangeiro, para visitar outros locais, a sua humanização, aspectos culturais, da fauna e flora. “ *O turismo, hoje em dia, em grande quantidade de países, não é só um importante sector económico, mas também uma actividade com enorme influência na configuração da paisagem e do território.* ” (Timón, 2001:7).

No presente capítulo pretende-se efectuar uma análise do fenómeno turístico nas suas componentes que consideramos mais importantes para o enquadramento e desenvolvimento global da presente dissertação.

Optamos por uma estrutura dividida em quatro sub capítulos, cada um dedicado a uma temática específica, com a preocupação de apresentar um conteúdo coeso e sequencial.

Assim, será feita uma breve resenha histórica do conceito do turismo desde os alvares da humanidade até à actualidade, no século XXI, onde se destaca a Pré-História do

Turismo, o período da Idade Média, de Renascimento, da Revolução Industrial, o período entre as duas Grandes Guerras, fases que se consideram importantes e essenciais para o desenvolvimento do Turismo como atrás referimos.

A complexidade que o fenómeno turístico apresenta, sobretudo no que concerne à sua estrutura actual e seu estilo multidisciplinar, conduz a alguma dificuldade quanto à sua conceptualização e elaboração de definições de “**Turismo**”. Neste sentido, procuraremos clarificar o conceito de turismo. Para tal, serão referidas e analisadas as classificações e tipos de turismo afim da amplitude deste fenómeno.

A caracterização e análise do turismo à escala mundial nas diferentes regiões turísticas serão objectivo de um penúltimo sub capítulo. Será igualmente realizada uma apresentação de indicadores estatísticos do turismo, nomeadamente as chegadas de turistas e os destinos internacionais.

O presente capítulo termina com a preocupação do estudo do turismo em Portugal, numa perspectiva histórica, e logicamente no recurso de vários indicadores estatísticos.

Para alcançar os objectivos supra citados, socorremo-nos de ampla bibliografia existente sobre a temática. A sua leitura e análise crítica apoiou a elaboração do presente texto.

Recolheram-se dados alusivos a diversos indicadores de diferentes instituições ligadas ao turismo, das quais se destacam a Organização Mundial de Turismo, Direcção Geral de Turismo e Instituto Nacional de Estatística.

“ O turismo é um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios do lazer, da cultura, da religião, da actividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos” (Costa, Rita e Águas, 2001:2). Consideramos, então, um fenómeno directamente vinculado com o tempo livre e com a cultura do ócio.

A afirmação supra citada revela a importância que o turismo ocupa na sociedade actual e funciona como um veículo de satisfação de diversas necessidades das pessoas que são, muitas vezes, recorrentes do ritmo “desenfreado” que, actualmente, se vive nos países mais desenvolvidos.

A satisfação de necessidades vão desde as mais básicas para a sobrevivência até aquelas que se relacionam com a auto realização pessoal ou de prestígio. Estas manifestam-se, também, na vontade e desejo de dedicar o tempo disponível, sobretudo o

período de férias, a actividades de descanso que possibilitem o desfrute de lugares de lazer e interesse turístico.

A actividade turística é um acto que, em geral, proporciona contacto entre povos de diversificados níveis culturais e sócio económicos, na medida em que comporta a mobilidade de pessoas a lugares distintos do seu ambiente habitual. Assim, as actividades turísticas têm uma incidência nas relações sociais entre os turistas dos países emissores e os cidadãos dos países receptores, ao produzir intercâmbios de hábitos e costumes sociais, e permite um melhor conhecimento entre os povos (Montejano, 1991).

A História já deu provas que, desde tempos remotos, o privilégio de “viajar” era uma regalia de limitadas e selectas franjas da população, que se deslocavam por motivos diversos, nomeadamente conhecer novas regiões, novos povos e culturas ou por causas militares, mas por razões de ordem política, económica, culturais, o turismo passou a ser um recurso importante nas sociedades actuais.

Desde os homens do Neolítico, passando pelos Gregos, Romanos, Fenícios e outros povos da antiguidade, as viagens, o desejo de conhecer novos locais e povos foram sempre uma prática comum ao longo da evolução da humanidade.

Contudo, razões e circunstâncias diversas e diferentes das da antiguidade, a natureza, os objectivos, a distribuição espacial das viagens foi adquirindo novas configurações e dimensões, até alcançar o que actualmente se denomina de Turismo e o conceito decorrente do seu agente, o Turista.

O turismo tal como o conhecemos hoje é uma forma distinta de entendimento das viagens. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) o *“Turismo compreende as actividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual* (OMT, 1998:9). Esta definição traduz, com alguma amplitude, o significado e entendimento do turismo na actualidade. Porque, na sua essência, o turismo é um binómio definido por dois parâmetros muito concretos que integra pessoas e viagens. Pessoas que saem dos seus locais de residência habitual e viajam para outros lugares com motivações diversas, nomeadamente a busca de descanso e a procura de conhecimentos de outras realidades que abarcam diversas áreas que passam pela cultura, património, recursos naturais, diversão, entre outras.

Na evolução histórica, a viagem ou *Tour*, no seu conceito moderno, teve início no século XVIII quando apelidaram de turista todos aqueles que viajavam por simples prazer de conhecer novos locais ou aumentar os seus conhecimentos.

O vocábulo (*Tourist*, Turista) é, então, no século XVIII e seguintes, disseminado por toda a Europa (Cunha, 1997).

Desde o denominado turismo de “massas”², que surge com as grandes alterações ocorridas após a Segunda Grande Guerra Mundial que afectaram, entre outros aspectos, as condições sócio laborais da população, a tecnologia e as preferências de uma, cada vez maior, classe média, o turismo passou por diversas etapas, das quais se destacam a Idade Média, o período do Renascimento, a Revolução Industrial.

Na actualidade, final do século XX, o turismo conheceu uma expansão sem precedentes desde a década de sessenta devido a um conjunto de factores – uma nova ordem internacional, prosperidade económica, revolução das comunicações, consumismo das populações, entre outros – que contribuíram para que esta actividade se transformasse numa prática comum à maior parte dos cidadãos dos países desenvolvidos. Em poucos anos, o turismo converteu-se num fenómeno à escala mundial que continua a crescer constantemente constituindo-se, no presente, numa actividade de grande impacto social e económico, com repercussões na modernização dos povos, no urbanismo, na economia, na política, na qualidade de vida das populações e em quase todos os aspectos das sociedades modernas.

1) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TURISMO

Entendemos que não é possível perceber o fenómeno turístico sem efectuarmos o enquadramento histórico.

Nesta fase do presente capítulo propomo-nos efectuar uma breve resenha histórica do Turismo.

Procuraremos definir o conceito de Turismo e outras definições que orbitam em torno desse conceito. A classificação de Turismo será, ainda, objecto de algumas linhas nesta secção.

Na estrutura deste breve texto consideramos pertinente dividi-lo em quatro etapas que, segundo a nossa opinião, são relevantes para a apreensão e interpretação do fenómeno turístico.

² Entenda-se, neste contexto, o turismo de massas como uma actividade que está ao alcance de um grande espectro da população mundial, principalmente dos países desenvolvidos.

Numa primeira etapa aludiremos aos primórdios do “turismo” desde a Pré-História à antiguidade.

Num segundo período, que designamos por a era dos transportes, abordar-se-á o seu contributo para o desenvolvimento do turismo.

Num terceiro momento, que corresponde ao espaço temporal entre as duas Grandes Guerras Mundiais.

Finalmente, o arranque do “turismo moderno” que se desenvolveu até aos nossos dias.

1.1) O TURISMO ATRAVÉS DOS TEMPOS: PRIMEIRA ETAPA – PRÉ-HISTÓRIA DO TURISMO

“Viajamos por longas estradas e cruzamos águas para ver aquilo em que não prestamos atenção quando está sob os nossos olhos. Isso acontece porque a Natureza colocou as coisas de forma a que saíamos em busca do que está muito distante e permaneçamos indiferentes ao que está próximo, ou porque qualquer desejo perde a sua intensidade quando é satisfeito com facilidade, ou porque deixamos para depois o que quer que possamos ver a qualquer momento, sabendo que o veremos muitas vezes. Qualquer que seja a razão, há uma série de coisas na nossa cidade e arredores das quais nem ouvimos falar e muito menos vimos. Mesmo assim, se elas estivessem no Egipto ou na Ásia... teríamos ouvido falar delas, lido a seu respeito, olhando para tudo o que há para ver.” (Plínio, O jovem, século II D.C.) (Costa, Rita e Águas, 2001:14)

Podemos considerar a história das viagens quase tão antiga como a do próprio homem. Da mesma forma o podemos afirmar relativamente ao turismo.

O turismo ou a prática de viajar terá sempre existido uma vez que faz parte da natureza humana deslocar-se por gosto, por curiosidade e pelo prazer de descobrir outras pessoas, culturas, outros lugares, novas paisagens, etc. Esta vontade de se movimentar, também, pode ser encarada sobre o ponto de vista económico, da conquista de novos lugares, busca de bens para a subsistência ou por razões de sobrevivência e de segurança.

Considerado um fenómeno antigo e praticado pelas mais remotas civilizações e povos que já efectuavam actividades relacionadas com viagens.

Quando o homem adquiriu uma situação de maior sedentarismo continuou a sentir necessidade de mobilidade. As primeiras deslocações conhecidas na antiguidade que se relacionam com aspectos não ligados a guerras, comerciais, mas por motivações recreativas eram de ordem religiosa, peregrinações, visitas a centros curativos e, ocasionalmente, as deslocações a grandes eventos culturais ou desportivos (Blasco, 2001:33).

É difícil determinar uma data exacta para o aparecimento do turismo. Contudo alguns autores apontam para que possa ter surgido com os Sumérios (Babilónicos) há cerca de 6000 anos A.C. (Cunha, 1997 – Goeldner, Ritchie, McIntosh, 2000).

As investigações revelam, também, que diversas civilizações e grandes impérios como os Egípcios, Fenícios, Gregos e Romanos, os seus povos, realizaram grandes viagens. Estas tornaram-se uma prática comum com o aparecimento da agricultura intensiva, o surgimento de cidades e circuitos comerciais e a necessidade de administrar extensos territórios conquistados pelos diferentes povos.

Neste âmbito decidimos seleccionar alguns exemplos:

1) A civilização Egípcia desenvolveu, grandemente, condições para a realização de viagens, quer por razões comerciais, políticas ou com fins de prazer. No que respeita às razões comerciais ou políticas, este desenvolvimento deve-se, sobretudo, à necessidade de estabelecer a ligação entre o Governo Central e os territórios periféricos (Montejano, 1991).

A dimensão lúdica e recreativa das viagens pode ser identificada no desejo que os viajantes tinham em comprar recordações dos locais que visitavam para oferecer aos amigos e familiares e nas diversas narrações das suas viagens.

Existem relatos do Antigo Egipto, onde era habitual efectuarem viagens ao longo do Nilo para contemplação das pirâmides Gizeh e dos templos de Abu-Simbel e de outros monumentos desta civilização que existiu há 3000 mil anos antes de Cristo. Outras obras arquitectónicas, conhecidas pelas Sete Maravilhas do Mundo constituíam outra meta dos viajantes (Blasco, 2001).

Os cruzeiros eram organizados e conduzidos a partir do Egipto, onde terá ocorrido a primeira viagem realizada com fins turísticos, realizada pela rainha Hatshepsut às ilhas Punt, em 1480 a.C. (Goeldner, Ritchie, McIntosh, 2000).

Da informação histórica existente podemos concluir que as viagens com fins comerciais ou de prazer eram, na época, uma actividade muito desenvolvida nesta civilização.

2) Os Sumérios, grandes comerciantes, e inventores da roda, desenvolveram o comércio e conseqüentemente, as viagens. Esta civilização criou as condições que permitiram a realização de viagens quer por motivações comerciais ou por razões de outra natureza (Cunha, 1997). A eles se deve a invenção do dinheiro, da escrita cuneiforme e da roda. Estas invenções constituíram, em larga medida, uma alavanca para o desenvolvimento das viagens.

3) Os Fenícios desenvolveram igualmente o hábito de viajar. Estas práticas foram motivadas pelo facto da Fenícia ser uma região com pouca aptidão agrícola. Daí a vontade de procurar novos mercados externos para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência (Ignarra, 1998).

Grandes armadores, foram os criadores de diversos tipos de embarcações utilizadas para o transporte não só de mercadorias ao longo de uma rede de postos comerciais na bacia mediterrânica mas também de passageiros, o que se pode considerar uma prova de ocorrência de viagens com características turísticas.

4) Na Antiguidade Clássica, os Gregos efectuavam pequenas deslocações para assistir a diversas actividades culturais e a espectáculos de lazer. Existem diversos registos, na Grécia Antiga, de organização de viagens para assistir a um dos grandes momentos ocorridos na época, a realização dos primeiros Jogos Olímpicos. Olímpia, com os seus Jogos Olímpicos, atraía grande quantidade de curiosos e desportistas (Mesplier, Duraffour, 2000).

Na Grécia Clássica encontram-se alguns dos principais destinos turísticos que personificam as “actividades turísticas” da época, nomeadamente os santuários de Delfos, Eleusis e de Epidauro.

Embora não se possa falar de turismo, no seu verdadeiro conteúdo conceptual, neste período, já se assistiu ao aparecimento de diversas infra-estruturas e serviços de apoio aos

viajantes, nomeadamente pousadas e albergues, “*os banhos medicinais, produções teatrais, festivais, competições desportivas e outras formas de diversão e entretenimento*” (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000:45).

Há registos que os gregos, por exemplo, elaboraram um pequeno guia de viagem que foi publicado 160 e 180 A.C., pelo Grego Pausanias, intitulado “Um Guia da Grécia” (Cunha, 1997).

Este pequeno guia possuía informação variada sobre a Grécia, e era fornecido aos viajantes que a visitavam. Pode considerar-se um marco na história do turismo, na medida em que talvez sejam a génese dos roteiros e informação turística que podemos encontrar na actualidade.

Para demonstrar o prazer que os gregos tinham na realização de viagens referimos Heródoto, grande viajante, descreveu extensas viagens que realizou na época, desde a Grécia até Cirene, no Norte de África, passando pelas ilhas do Mar Egeu o Sul da Itália e a Sicília.

Curiosamente, nesses escritos podem identificar-se actividades com características semelhantes às que hoje conhecemos com a designação de turismo (Montejano, 1991).

As primeiras formas de actividades de ócio e lazer estão associadas a evasões periódicas da população das grandes cidades para locais com melhor atmosfera e ambiente mais saudável onde os cidadãos mais abastados construía bonitas casas e vilas como locais de descanso (Mesplier e Duraffour, 2000).

5) No período Romano, as práticas de viajar tiveram grande desenvolvimento, ao estimularem muito o gosto pelas viagens à semelhança das tradições gregas.

Tal como os Gregos procuravam assistir a eventos desportivos. Fomentaram o “turismo” religioso, organizando viagens aos grandes santuários da Grécia, Egipto e Ásia Menor onde permaneciam os filhos da aristocracia romana. Também eram muito assíduos no acto de assistir a grandes espectáculos, nomeadamente no domínio do teatro: - assistiam particularmente ao Circo, onde se realizavam exhibições de todos os tipos. “*O Circo Máximo, em Roma, podia albergar cerca de 50.000 espectadores e o da antiga Tarraco (Tarragona) 22.000*” (Armand e Ruiz, 1998:18). Em paralelo ocorria um hábito em recorrer às termas, de que eram muito aficionados, e desenvolveram muito estas instalações em várias regiões da Europa, nomeadamente em Portugal, Espanha, França, Itália e Roménia.

Dotadas de um leque considerável de serviços, como piscinas, tratamento de Balneário, representações teatrais, corridas de carros e outras distrações, estas instalações podem considerar-se verdadeiros “centros turísticos”. A maioria perdura até aos nossos dias.

Nesta panóplia de interesses e actividades, Ischia, Abano, em Itália, Vichy, Mont-Dore ou Évian, em França, Chaves, S. Pedro do Sul ou Luso, em Portugal, constituiu, na época, um oásis cosmopolita muito visitado pela aristocracia romana.

Durante o apogeu do Império Romano, nos meses de Verão era, também, habitual os habitantes de Roma optarem por locais de veraneio situados nas orlas costeiras (Montejano, 1991). As grandes cidades eram ponto de atracção pelo seu aspecto cosmopolita, e as suas praias eram alvo de interesse entre o povo romano.

Para a realização das viagens era necessário a existência de estradas que permitissem a realização das mesmas nas melhores condições possíveis, principalmente com a invenção da roda pelos Sumérios e posteriormente o aparecimento da carruagem puxada por animais. As estradas começaram a aparecer cada vez mais e com maior qualidade. Para tal, muito contribuíram os romanos. A densa rede de estradas construídas, administradas pelo estado e protegidas pelo exército, proporcionaram uma eficaz comunicação em todo o interior da Europa e permitiram a realização de grandes viagens por todo o Império. Estas viagens de longa distância eram efectuadas a cavalo. Ao longo das vias de comunicação existiam postos de apoio aos viajantes, onde podiam efectuar a troca dos seus cavalos e descansar em hospedarias construídas para o efeito.

Os Romanos foram, ainda, responsáveis por desenvolver um “turismo de lazer” fomentando a visita a locais de grande interesse cultural como anteriormente foi referido.

1.1.1) IDADE MÉDIA

O colapso do Império Romano nos séculos IV e V conduz ao retrocesso das actividades económicas e as actividades turísticas entram num processo de regressão e desaparecimento, sobretudo por causa das invasões bárbaras que geraram um clima de insegurança. Uma vaga de conflitos e lutas, pilhagens, paralisação e pobreza substituiu o clima de paz e prosperidade que se vivia.

Desaparecem muitas vias de comunicação e o transporte viu-se limitado a movimentos pessoais muito restritos e a veículos com capacidades muito reduzidas.

Como consequência, as primeiras manifestações de turismo e práticas de ócio e lazer que ocorreram na antiguidade quase desaparecem ou entraram em declínio durante a Idade Média. Apenas algumas pessoas mais aventureiras se atreviam a viajar pelas perigosas estradas do velho continente. As viagens eram cada vez menos frequentes, consideradas muito inseguras por causa dos ladrões, e raramente associadas a prazer ou lazer. Se não ocorreu um retrocesso na civilização houve, com certeza, uma paragem na sua evolução.

Numa sociedade dominada, então, pelo feudalismo as viagens tornam-se uma aventura dominada pela insegurança que se sentia nas estradas, pois os assaltos ocorriam com regularidade.

Neste período, a Igreja passa a ter um papel importante na sociedade, “domina” a vida das populações, e estimula as pessoas a realizarem peregrinações a locais sagrados e religiosos. A construção de novas Catedrais e Igrejas fomenta as peregrinações religiosas a Jerusalém, Palestina, Roma, Meca e outros centros religiosos. Estas práticas foram um fenómeno de grande importância na época e que, hoje em dia, podemos designar de turismo religioso.

Inúmeros peregrinos viajavam a santuários conhecidos, nomeadamente Canterbury, na Inglaterra, Santiago de Compostela, em Espanha (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000).

As peregrinações eram importantíssimos acontecimentos nesta época e deram origem ao aparecimento de um “Guia do Viajante” que forneceu aos peregrinos informação detalhada sobre os países e regiões por onde passavam e o tipo de hospedagem que poderiam encontrar no seu percurso (Montejano, 1991). Cabe aqui referir que estas instalações eram em número reduzido e não possuíam grandes comodidades. Existiam noutra extremo e em menor grau estalagens que ofereciam melhor qualidade de serviços aos viajantes que as frequentavam.

Apesar do período de insegurança que se viveu, alguns comerciantes continuavam, contudo, a realizar viagens de negócio, e as cruzadas vieram dar um novo alento à prática de viajar.

O movimento de viajantes foi crescendo, consequência do movimento de soldados, peregrinos e mercadores que transitavam ao longo dos caminhos da Europa Medieval, ao ponto de alguns proprietários de algumas pousadas localizadas em cidades importantes formaram associações de pousadas, com o objectivo de transformar a hospedagem numa actividade comercial (Montejano, 1991).

O aparecimento das primeiras universidades, no século XIII, dá início a uma nova fase na prática de viajar. Estas realizavam-se por motivos de estudo, uma vez que comportava pessoas ligadas à cultura que se deslocava aos grandes centros da cultura europeia, nomeadamente as cortes e palácios (Blasco, 2001)

1.1.2) RENASCIMENTO

Com o final da Idade Média, a época renascentista, século XIV ao século XVIII, foi um importante marco no desenvolvimento do turismo e uma época de ouro das viagens comerciais e culturais.

A partir do século XVI voltam a mover-se pela Europa as pessoas, graças à difusão das ideias renascentistas e ao espírito de descobrimento e aventura.

Este período foi marcado por grandes mudanças na sociedade, graças ao advento do capitalismo comercial, aumento da produtividade agrícola, à expansão do comércio.

Do ponto de vista do conhecimento, ocorreu um grande desenvolvimento das artes e das ciências, que provocou uma revolução nas mentalidades e hábitos das populações. A difusão das ideias renascentistas contribuiu para a renovação do gosto pelas viagens e pelo prazer de novas descobertas junto da população, em especial a mais abastada.

Esta elite utilizava as viagens não só como forma de explorar novos locais mas também como símbolo de estatuto social e para demonstrar maior capacidade financeira e bagagem intelectual, perante uma faixa de população que não possuía poder aquisitivo de tais regalias. Viajar por motivos culturais converteu-se numa moda entre a nobreza e os intelectuais. As viagens passam a ter como destinos principais as grandes cidades europeias onde se localiza o saber e as artes. Cidades de Itália foram as que atraíram mais visitantes: núcleos como Roma, Florença, Veneza, Milão ou Nápoles chamaram a atenção de muitos aristocratas e intelectuais do continente europeu. Outras cidades da Europa como Viena, Praga ou Paris constituíram, também, destino de muitos viajantes (Blasco, 2001).

Noutra vertente, uma nova política de acessibilidade surge com a criação de novas redes de estradas e vias de circulação que permitiam o aparecimento de novas rotas comerciais e, simultaneamente, fomentavam as viagens e a circulação de pessoas por toda a Europa.

Depois das rotas terrestres passaram e efectuar-se viagens marítimas ligando a Europa à África através do Mar Mediterrâneo.

As grandes rotas e navegações efectuadas entre os séculos XV e XVI que conduziram à descoberta de novas terras atraíram elevado número de pessoas e duravam dilatados períodos de tempo.

As grandes expedições marítimas de espanhóis, portugueses, britânicos e outros, à descoberta de novas terras, novos costumes e novas riquezas, animaram as pessoas e despertaram, novamente, o desejo de viajar.

Desta leitura poder-se-á admitir que, nalguns casos estávamos perante a génese de grandes cruzeiros que se perpetuaram no tempo e adquiriram grande desenvolvimento até atingir a diversidade e especificidade actual.

No período entre os séculos XVII e XVIII a realização de viagens de lazer e comerciais passam a ser uma realidade consolidada na sociedade europeia.

Este renascer pelas práticas de viajar, deve-se muito aos ingleses que mais incrementavam e incentivam as práticas de viajar. Além das viagens realizadas pelos diplomatas e homens de negócios, foi moda a viagem cultural como componente fundamental da formação académica dos jovens aristocratas ingleses que tinha como objectivos proporcionar aos jovens aristocratas, além da educação em diversas áreas científicas, a visita a locais de interesse histórico e cultural. A Rainha criou condições para que os diplomatas ingleses realizassem diversas viagens, e que os jovens estudantes se deslocassem para universidades na Inglaterra e outros países da Europa, nomeadamente Oxford, Cambridge e Salamanca, ou para cidades monumentais como Paris ou Itália, para aperfeiçoamento da sua educação (Blasco, 2001).

Estas viagens ficaram, então, conhecidas pela “*Grand Tour*” – Grande Viagem – que se tornou muito popular nesta época, atingindo o seu auge no século XVIII.

As alterações na qualidade de vida das populações, com o conseqüente aumento da riqueza, o desenvolvimento das classes mercantes e profissionais, a difusão e generalização do ensino e educação foram estimulando o interesse pelo conhecimento de outros países e regiões.

Desta forma, viajar passa a constituir um “acto educativo” de grande importância neste período. Assim, viajar por motivos culturais converteu-se numa moda entre a nobreza e os intelectuais.

Um aspecto interessante de referir é que no seguimento destas viagens realizadas por razões culturais emergiu o interesse por outro tipo de práticas turísticas. Estamos a

referirmo-nos à realização de circuitos turísticos, que se consideravam importantes fomentadores das relações sociais e de intercâmbio cultural (Blasco, 2001). Como resultado do seu desenvolvimento surgiram pela primeira vez os primeiros guias turísticos, em França e Itália, e formas organizadas de transporte de passageiros e estabelecimentos de hospedagem.

Outro facto a destacar foi o aumento da procura turística e das áreas geográficas constituídas como destinos turísticos importantes. Decorrente desta situação começou a popularizar-se o fenómeno turístico e conseqüentemente a alargar-se o número de viajantes. Neste sentido, novas modalidades de turismo aparecem, sobretudo ligadas à natureza e orientadas por razões terapêuticas. As visitas às termas e regiões balneares passaram a ser uma prática comum no seio da alta sociedade europeia constituindo-se em verdadeiros centros de recreio. Segundo Lickorish e Jenkins (1997), *“estes espaços, no início patrocinados pela realeza e classes altas, começaram rapidamente a atrair pessoas de classes médias e profissional, em função do aumento da sua riqueza e população”*.

Parece-nos, todavia, que as actividades turísticas, narradas pelas diferentes fontes, continuavam a ser muito restritas a uma franja muito selecta da sociedade, que gradualmente tendeu a desenvolver-se às restantes classes mais desfavorecidas. Se esta situação não tivesse ocorrido, provavelmente o turismo não se teria desenvolvido ao ritmo que se verificou até à actualidade.

Outro facto importante foi o desenvolvimento dos SPA'S³, que tiveram a sua génese no período romano. No século XVIII, os SPA'S foram a grande moda no seio das classes mais altas da sociedade europeia. Eram muito frequentados não só pelos seus aspectos curativos, mas pelas diversas atracções e serviços que forneciam (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000).

Como se referiu anteriormente, as regiões balneares e os banhos de mar passaram a ser muito procurados, pelo prazer de novas descobertas e pelo acreditar no valor curativo das águas salgadas. Entendemos que, à semelhança de outras situações já referidas, o turismo, actualmente designado de “sol e praia”, estaria a dar os primeiros passos rumo à massificação a que hoje assistimos em diversas regiões do mundo.

Por outro lado, começaram a desenvolver-se as visitas aos espaços naturais existentes na Europa que se convertem, também, num destino turístico de excelência. As montanhas são o que mais desperta e seduz os visitantes europeus, pelo seu sentimento

³ A frase tem origem no latim “*sanus per aquam*” que significa saúde pela água.

romântico e mítico que estas possuíam. A vontade de explorar a fundo estes espaços tornou-se uma realidade com as primeiras explorações aos Alpes Franceses, Suíços, Italianos e Austríacos.

Conforme Mesplier e Duraffour (2000) afirma, foi nesta época que se começou a desenvolver a moda pelo alpinismo. Nasceram os primeiros grupos de excursionistas, como o *British Alpine Club*, e as primeiras estações de montanha que rapidamente se converteram em importantes centros de alpinismo (Blasco, 2001).

De igual modo consideramos que, neste período, começaram a ser criadas as condições para o aparecimento e declaração de diversas regiões como “áreas protegidas” de forma a evitar a degradação deste património tão valioso.

Uma nova percepção da natureza emerge, decorrente dos movimentos e políticas conservacionistas que reclamam a atenção para a preservação de determinados espaços. Como exemplo deste movimento foi a declaração de Yellowstone (Estados Unidos da América) como o primeiro Parque Nacional do Mundo em 1872. Em Portugal a declaração de uma área protegida ocorreu 99 anos depois, com a criação do primeiro e único Parque Nacional, pelo Decreto-Lei. 187/71. Estamos a referir-nos ao Parque Nacional da Peneda-Gerês. Posteriormente foram classificadas diversas áreas ao longo de todo o território continental e insular. Sobre esta temática faremos a devida abordagem em capítulo subsequente.

Nos séculos XVII e XVIII, assistiu-se ao grande incremento das viagens principalmente junto da população inglesa, dando origem ao termo “*Tour*” que ainda hoje persiste e que, segundo diversos autores, terá sido o ponto de partida para o turismo tal como o entendemos na actualidade.

Uma característica interessante da “*Grand Tour*” era o seu aspecto convencional e regular, normalmente tinham a duração de três anos, com que se efectuavam estas viagens.

Do descrito anteriormente, consideramos que estamos perante acontecimentos de grande importância e que marcaram grandemente o desenvolvimento do turismo. Do “*Grand Tour*” aristocrático dos séculos XVII e XVIII deu-se o passo para a era industrial que permitiu e tornou acessíveis as viagens para a classe média emergente, deixando de ser um couto vedado da aristocracia. Mas para que o turismo pudesse ter o desenvolvimento verificado foi necessário a ocorrência de mudanças económicas, sociais e tecnológicas na sociedade.

1.1.3) REVOLUÇÃO INDUSTRIAL – PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Outro grande divisor comum na história do turismo ocorreu com a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra nos finais do século XVIII, que continuou a lançar as bases para o “turismo moderno”. Época onde o progresso da ciência, a expansão dos mercados nacionais e internacionais, o grande desenvolvimento dos transportes, com especial incidência no comboio e transmissão de novas ideias favoreceram a abertura ao mundo e ao cosmopolitismo, produzindo um novo incremento às deslocações.

Uma nova concepção de viagem vai-se forjando: é vista como um meio de conhecimento das particularidades, tradições dos povos, pelo exotismo, modos de vida e cultura.

Consideramos que foi um período de verdadeiras e definitivas transformações na qualidade de vida das populações, sobretudo no que concerne à maior disponibilidade de tempo livre para actividades de ócio e lazer.

Recorde-se, entre outras consequências o notável acréscimo da população, o aumento da produtividade no trabalho e o relevante desenvolvimento dos centros urbanos.

No campo social ocorreram profundas e significativas mudanças, nomeadamente a consolidação da burguesia como classe social hegemónica, o aparecimento de uma nova classe social trabalhadora, o proletariado, que com os ganhos sociais da revolução económica subsequente da industrial originou uma classe média numerosa, que podemos considerar o gérmen do turismo de massas.

Resultante ainda desta revolução passa a registar-se uma mais ampla distribuição da riqueza, melhorias na alfabetização da população que se sente cada vez mais informada e melhor acesso à informação.

No domínio do lazer, o direito a período de férias remuneradas⁴, que paulatinamente se vai impondo, é outro factor que contribuiu e permitiu desbloquear uma procura latente e com potencial para viajar para outros locais e outros países.

Podemos imaginar o interesse que deviam ter as pessoas em viajar com destino a outras regiões, quando a maioria da população nunca tinha tido oportunidade de viajar para longe das suas residências.

⁴ Como exemplo, nos Estados Unidos a partir de 1914 as férias pagas estendem-se progressivamente aos diferentes sectores. Entre 1919-1920 a Austrália e Zona Zelândia seguem o exemplo. Esta prática foi mais tarde adoptada por diversos países europeus, nomeadamente a Itália em 1924, Alemanha em 1934, Bélgica e França em 1936.

Estas mudanças são, também, muito favorecidas pelo aparecimento da máquina a vapor. Esta, aplicada ao barco e ao comboio incentiva maior número de pessoas que passam a viajar por prazer (Montejano, 1991). Estes meios de transporte foram responsáveis pela explosão da procura de viagens, que teve reflexos importantes na economia e nos hábitos da população que passou a ter maior mobilidade.

De facto a invenção do comboio, inicialmente utilizado no transporte de matérias-primas para as unidades industriais, trouxe grandes vantagens sobre os meios de transporte tradicionais, o cavalo, a diligência, os existentes até então. A maior velocidade e capacidade de transporte de passageiros e mercadorias tornaram mais fácil a realização de viagens a preços relativamente baratos, e proporcionava deslocções maiores e em períodos de tempo mais curtos.

Este meio de transporte multiplicou as oportunidades de viajar para uma população em crescimento. Um grande mercado em crescimento conduz à oferta, pelas próprias linhas-férreas, das viagens e excursões em massa e, paralelamente, ao desenvolvimento de infra estruturas turísticas. A oferta de bilhetes baratos para excursões gozou de grande popularidade que, por certo, ultrapassou as melhores expectativas (Lickorish e Jenkins, 1997).

No cenário comercial começam a aparecer os primeiros agentes e operadores turísticos com novos métodos e técnicas de marketing. A oferta de viagens organizadas, pacotes turísticos, folhetos informativos fazia parte da oferta promovida pelos operadores turísticos da época.

Não é nossa pretensão elaborar uma listagem demasiado longa dos principais pioneiros do turismo mundial. Contudo, e como exemplo do descrito anteriormente menciona-se o amplamente referido Thomas Cook, grande organizador de excursões. Foi o responsável pela introdução na Europa do primeiro pacote turístico, em 1841 (Lickorish e Jenkins, 2000) e, em 1871, ofereceu a primeira volta ao mundo.

As viagens por ele organizadas contemplavam um serviço completo que incluía transporte, alojamento e actividades de lazer e ócio no local de destino (Lickorish e Jenkins, 2000). Podemos considerar este tipo de viagens como um verdadeiro pacote turístico semelhante aos que existem nos dias de hoje.

Este empresário criou um serviço turístico que pudesse responder a uma procura específica da sociedade, a classe média. Dirigidas, inicialmente, para associações religiosas estudantes, estas viagens, rapidamente se estenderam a clientelas diversificadas e a outros países da Europa. Nos finais do século XIX a Agência Cook já organizava estadias na

maior parte dos países tendo como apoio mais de 1.200 hotéis (Mesplier e Duraffour, 2000). A empresa prosperou e passou a ser considerada a primeira agência de viagens do mundo (Ignarra, 1998)

Ao desenvolver estas acções, Thomas Cook, “...fez mais que qualquer outro empresário individual para mudar as atitudes perante as viagens: de uma actividade imposta pela necessidade e nada agradável, uma tarefa educativa e dura, a um prazer, um entretenimento e um novo conceito, as “férias” (Lickorish e Jenkins, 2000).

A nova visão de viagens e perspectiva de sucesso conduziu a que muitos empresários e líderes do sector industrial investissem nesta “indústria” em franco desenvolvimento.

Nos dias de hoje, “as acções desenvolvidas por este inglês são um dos marcos mais importantes na história do turismo” (Cunha, 1997), e as empresas Cook continuam a ser uma referência no turismo mundial, como exemplo de sucesso.

“Outro grande pioneiro no desenvolvimento do turismo, nomeadamente as agências de viagens, foi o Norte-americano Henry Wells em parceria com Willian F. Fargo deram vida a outra grande companhia de viagens – American Express⁵” (Montejano, 1991:87). Inicialmente vinculada ao transporte de mercadorias, esta empresa converteu-se mais tarde numa grande agência de viagens mundial.⁶

No campo da hotelaria destacamos o Suíço César Ritz, considerado o pai da hotelaria mundial. Com ligação muito próxima ao sector hoteleiro este empresário rapidamente introduz alterações e melhorias no sector e criou um novo conceito de administração e serviço hoteleiro.

Em Portugal, embora de forma mais modesta, também nasceram algumas companhias de viagens. Como exemplo temos a criação, em 1840, da Agência Abreu, actualmente em funcionamento (Cunha, 1997).

Nesta evolução o turismo vai-se democratizando pouco a pouco, devido ao desenvolvimento económico e social ocorrido e sobretudo, como já foi referido, ao direito de gozo de férias remuneradas.

O século XIX e primeiros anos do século XX constituem um período em que o turismo conheceu um verdadeiro desenvolvimento.

⁵ Sucessora da Companhia de transporte de mercadorias e passageiros, Wells Fargo, que mais tarde se converteu numa em companhia de viagens.

⁶ É considerada uma das maiores entidades de financiamento e emissão de cheques de viagem e cartões de crédito do mundo.

O século XX é defendido por muitos autores como aquele onde ocorreu o “*Boom*” do turismo, em particular após a Segunda Grande Guerra. Partilhamos da mesma opinião, mas devemos referir que já estavam criadas as condições para que tal acontecesse.

O denominado “*Boom*” não poderia ter ocorrido sem todo o manancial de acontecimentos que eclodiram em épocas anteriores das quais destacamos, anteriormente, algumas e que foram fundamentais para a amplitude que apresenta o turismo na actualidade.

É do conhecimento geral que o século XX foi recheado de acontecimentos que marcaram muito a sociedade. Estes tiveram repercussões directas ou indirectas no turismo: duas Guerras Mundiais, vários momentos de recessão económica, em especial o “*Crash*” de 1929, crises petrolíferas. Apesar dos abalos provocados por estes acontecimentos consideramos que o turismo conseguiu resistir e continuar o seu processo de desenvolvimento até aos dias de hoje.

Na primeira metade do século XX produzem-se importantes mudanças e inovações que se traduzem em profundas alterações na sociedade, no que se refere ao seu modo de vida e às práticas turísticas, onde ocorreu um grande crescimento da actividade turística, decorrente de vários factores, nomeadamente a estabilidade económica, o incremento das vias de comunicação com especial destaque para o caminho-de-ferro e rede de estradas, a classe média adquire direito a gozo de férias e assimila novos modelos e conceitos de vida (lazer e ócio são encarados numa perspectiva diferente). Por tudo isto, podemos supor que o turismo tornou-se popular, “*e começou a ter contornos de fenómeno social de grande escala que influenciou o comportamento das pessoas e começa a alcançar uma dimensão económica sem precedentes*” (Cunha, 1997:66). Alguns autores classificam esta época como a “*época dourada das viagens*” (Ruiz e Armand, 1998), ou a “*Belle Époque*” (Cunha, 1997).

Por outro lado, as duas Grandes Guerras Mundiais provocaram um decréscimo temporal nas actividades turísticas, e posteriores mudanças nos modelos de desenvolvimento turístico de algumas regiões.

Mas um facto importante que contribuiu para o crescimento do turismo foi o aparecimento e vulgarização do automóvel e autocarro como meio colectivo de transporte que entraram no cenário das viagens.⁷ Esta notável inovação permitiu uma maior

⁷ Um dos grandes responsáveis por este fenómeno foi Henry Ford tornou acessível e relativamente barato o famoso Modelo T, em 1908 (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2000:52).

mobilidade e independência das pessoas quanto às suas decisões de viajar e que destinos escolher. O autocarro, introduzido após o automóvel constituiu-se como um meio fundamental para o turismo. As excursões com grupos numerosos de viajantes só são possíveis graças a este meio de transporte e começam a generalizar-se por vários países.

A aviação faz, igualmente, a sua entrada no mundo das viagens com o aparecimento de diversas companhias aéreas de transporte de passageiros. Igualmente, este meio de transporte contribuiu para o crescimento do turismo mundial quer em termos de fluxos e no que se refere à emergência de novos destinos turísticos.

Na primeira metade do século XX caracteriza-se, igualmente, por alterações ocorridas nas correntes turísticas. No *ranking* dos países de destino estavam a Suíça, que ocupava um lugar privilegiado, ao qual se estende a França, Noruega, Itália, Grã-Bretanha, entre outros (Montejano, 1991).

Os grandes destinos turísticos são as estações termais e estâncias climáticas da montanha (Cunha, 1997). A estação de Verão entra progressivamente na rota dos destinos turísticos. As regiões litorais passam a ser as mais frequentadas no Verão para práticas balneares e desportos náuticos e estendem-se a novos espaços. O Mediterrâneo é, em toda a Europa, o local de excelência e mais preferido pelos turistas europeus (Blasco, 2001).

Noutro extremo, o turismo na neve, na vertente de esqui alpino, que deu os seus primeiros passos no século XIX, ganha cada vez mais adeptos e alarga-se a outras latitudes⁸ e ganha novos adeptos. O grande crescimento que se verificou no turismo teve reflexos no aumento e diversificação dos alojamentos e aparecimento de novos fluxos de turistas.

Esta democratização do turismo que se vai alargando à grande maioria dos países, e a tomada de consciência da importância deste fenómeno para a sociedade, conduziu a que grande número de países criem instituições públicas com o objectivo de organizar a planear o turismo. A Áustria foi dos primeiros países a fazê-lo, seguindo-lhe o exemplo a França, em 1910. Portugal cria, em 1911, a Repartição de Turismo de Portugal (Cunha, 1997).

O período entre as guerras mundiais foi muito afectado, principalmente pelas recessões mundiais que tiveram início na década de 30, do anterior século.

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) provocou alguma paralisação nas actividades turísticas. Após este conflito mundial, a guerra causou uma mudança de

⁸ Com origem na Península Escandinava, a França, Suíça e Itália aumentam a oferta neste tipo de turismo.

atitudes, grandes expectativas na população, aumento do nível de vida, um interesse pela paz e entendimento mútuo e uma nova ordem social menos rígida. Outro factor importante, a destacar, foram os avanços técnicos verificados pelas necessidades bélicas. Os carros e autocarros além de melhorarem em eficácia, existiam excedentes, e foram utilizados para usos civis, principalmente pelos britânicos que organizavam excursões desde a Grã-Bretanha ao continente para visitar os campos de batalha mais importantes (Lickorish e Jenkins, 2000). A aviação converteu-se, igualmente, num poderoso meio de comunicação. Desenvolveu-se notavelmente como transporte de largas distâncias, competindo, principalmente, com as linhas marítimas.

Os destinos turísticos europeus distribuíam-se por vários países, nomeadamente Suíça e as praias frias do Canal da Mancha. Também as praias do mediterrâneo, como Cannes, Niza e Riviera italiana constituíam outros locais de destino dos turistas europeus.

Consideramos que foi o início de uma nova época, em que a mobilidade e a comunicação era a principal característica. Esta época completou um ciclo de mudança de uma sociedade “estática” a uma móbil, com efeitos de largo alcance para as comunidades e países.

“ Estavam criadas as condições para a universalização do turismo e para o seu desenvolvimento económico e [social] (...) mas a eclosão da Segunda Guerra Mundial fez atrasar o seu avanço ” (Cunha, 1997:67).

1.1.4) 1950 ATÉ AO “TURISMO DE MASSAS”

O período após 1950 é considerado por diversos autores como o do grande “*Boom*” turístico. De facto a história fornece informação que permite concluir que o turismo cresceu mais, a partir desta data, do que em toda a história antecedente. Foi um período de crescimento massivo e de democratização do turismo principalmente nos países industrializados e mais ricos do mundo.

As causas que originaram este espectacular desenvolvimento do turismo são muitas das quais destacamos as que consideramos mais pertinentes.

No campo técnico ocorreu aquilo que poderemos designar de “Segunda Revolução Industrial”, com visíveis e notáveis melhorias ocorridas nos meios de transporte, de comunicação e infra-estruturas, com especial destaque para o automóvel e avião. O

automóvel privado transformou-se, rapidamente, num meio ao dispor de grande percentagem de população, devido à produção de melhores e mais acessíveis modelos, e à construção de mais estradas. Devemos acrescentar que o automóvel é um meio que permite uma maior mobilidade de movimentos superior a qualquer outro meio de transporte.

Igualmente, o avião converteu-se num meio de transporte por excelência para quem desejava efectuar viagens de longa distância e com comodidade. Os avanços verificados na aviação tornaram este meio de transporte mais rápido e eficaz, pois originou uma enorme redução no tempo e preço das viagens.

Os serviços de *charter* utilizados pelos operadores turísticos, especialmente na Europa, aumentaram consideravelmente para fazer face a uma procura cada vez maior (Lickorish e Jenkins, 2000). Os preços baixos praticados pelas companhias aéreas permitiu o acesso ao avião a classes sociais que antes nunca podiam utilizá-lo.

Por outro lado os factores sociais foram fundamentais para a democratização e popularização do turismo. O aumento dos tempos livres disponíveis era cada vez maior, pela redução das horas semanais de trabalho, e a generalização do período de férias remunerado. No que se refere à demografia, é de realçar o aumento da esperança média de vida e a redução da idade de reforma (Blasco, 2001).

O fenómeno da urbanização, com o decorrente crescimento das cidades, aumenta os desejos de evasão, devido ao ritmo acelerado que se vive, e incrementa a aquisição de residências secundárias na periferia das grandes aglomerações, fomentando os fluxos da cidade para o campo, montanhas ou áreas costeiras. Julgamos que o grande desenvolvimento que o turismo em espaço rural apresenta nos dias de hoje resulta do aumento da procura, por estes espaços, que se terá iniciado após os anos cinquenta.

Noutra ordem de factores, deve destacar-se a recuperação económica ocorrida, após a Segunda Grande Guerra, na Alemanha, no Japão, e outras potências, permitiram uma maior estabilidade económica e social e proporcionando o acesso ao turismo por parte de novas classes sociais.

Esta democratização do turismo traduziu-se num rápido crescimento dos fluxos turísticos, no aparecimento de novas tipologias e actividades anexas à actividade turística (Mesplier e Duraffour, 2000).

1.2) TURISMO – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E MODALIDADES DE TURISMO

Até este momento descrevemos sucintamente a história do turismo, focando os principais marcos que consideramos importantes para o seu desenvolvimento. Conscientes, contudo, de que não esgotamos o tema procuramos, no entanto, apresentar o enquadramento histórico do “turismo” uma essência fundamental para a delimitação global da presente dissertação.

A tarefa de que nos vamos ocupar nesta parte do trabalho é abordar o tema respeitante a conceitos e definições de turismo/turista precedendo-os de breves comentários analíticos.

1.2.1) CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE TURISMO

Ao longo das anteriores páginas falamos diversas vezes em “turismo”. Contudo, há uma questão que se pode ter colocado e que se deve colocar: afinal o que é o turismo?

Com toda a certeza que associamos turismo ao acto de viajar, de passear, ver amigos ou parentes, gozar férias, diversão ou lazer. Poderíamos incluir, ainda, nesta noção as viagens que se realizam para participar em reuniões de negócios, em congressos, ou viagens de estudo, por exemplo.

Tudo indica que o termo turismo tenha surgido no século XIX, mas a sua conceptualização e abordagem como fenómeno só se iniciasse no início do século XX (Ruiz e Armand, 1998).

Montejano (1991:17) considera que o *“Fenómeno turístico é uma actividade humana baseada numa série de disciplinas relacionadas com as ciências sociais e humanidades. Um fenómeno vinculado directamente com o tempo livre e com a cultura do ócio”*.

Deste pequeno segmento de texto podemos, segundo a nossa opinião, retirar uma primeira conclusão de que o turismo é um fenómeno pluridisciplinar que pode ser objecto de análise de várias disciplinas, e que qualquer tentativa para definir e descrever o que é o turismo na sua amplitude deve ser feito tendo em consideração as diferentes áreas que tem uma participação no turismo e são por elas afectados.

O problema da definição do turismo foi sempre uma grande dificuldade para quem estuda o fenómeno. Existe um amplo debate académico sobre o que é exactamente turismo, que elementos o compõem e quem deve ser considerado turista. Esta situação originou uma panóplia de definições, cada uma delas destacando determinados aspectos distintos do turismo. Decorre que não há uma definição correcta ou incorrecta do turismo. Todas elas contribuem para um melhor entendimento do que é o turismo.

Como já referimos, a palavra “Turista” tem a sua origem etimológica na realização de “Grand Tour” pelos ingleses, no início do século XIX, ao longo de toda a Europa. Por sua vez, esta actividade passa a chamar-se de turismo (Cunha, 2001). Naquela época era considerado turista apenas quem realizava viagens para aumentar os seus conhecimentos, os estudantes por exemplo, ou simplesmente por puro prazer de viajar. Esta expressão, pouco abrangente, não contemplava todo o universo do turismo. Não considera, por exemplo, as pessoas que viajavam por motivos de negócios, religiosos.

Esta concepção de turismo/turista manteve-se durante vários anos inalterada e utilizada apenas para designar as pessoas que se deslocavam por mero prazer ou aumentar os seus conhecimentos. A expressão generalizou-se e foi adoptada por diversos países que introduziram no seu vocabulário mais ou menos alterações quanto ao significado e amplitude (Cunha, 2001).

Segundo a Organização Mundial de Turismo (1998), no início do século XX o turismo começou a constituir-se uma matéria de interesse e investigação académica, principalmente no período compreendido entre as duas Grandes Guerras Mundiais (1919-1938).

Armand e Ruiz (1998) referem na sua obra que Guyer (1905) e Schullern (1919) como investigadores que realizaram as primeiras aproximações ao fenómeno turístico. Os mesmos autores consideram que as suas definições são mais uma descrição do que um conceito em si mesmo. São da opinião de que o turismo só após a Primeira Grande Guerra se constituiu verdadeiramente como uma matéria académica.

Por razões óbvias consideramos, também, que o turismo teve as suas primeiras abordagens académicas e científicas no período supra citado. Os primeiros trabalhos elaborados sobre a matéria surgiram, essencialmente, na área científica da economia.

Os efeitos que o turismo gera na economia foram sem dúvida os mais estudados e aqueles que mais interessavam aos governos dos países. A ausência de estudos noutras áreas científicas pode-se explicar, entre outras causas, à pouca importância atribuída, por

outras disciplinas científicas, ao fenómeno. Deixamos em aberto esta questão, quiçá, para futuras abordagens e estudos complementares a este.

Vários economistas debruçaram-se sobre o fenómeno do turismo, nomeadamente alemães, franceses e suíços. Destacam-se, deste grupo, os alemães a quem lhe designaram de Escola Berlinesa (OMT, 1998) com especial relevo para os autores como Benschmidt, Bormann, Gluksmann e Schwinck (Ruiz e Armand, 1998).

Se a Escola Berlinesa desempenhou um papel importante na abordagem ao fenómeno do turismo e na sua conceptualização, os professores Kurt Krapf e Walter Hunziker, da Universidade de Berna são considerados os pais da ciência turística moderna (Lickorish e Jenkins, 2000). A eles se deve uma das definições mais completas e amplamente aceite, aprovada mais tarde pela Associação Internacional dos Peritos Científicos do Turismo (Cunha, 1997).

Para Hunziker e Krapf, *“Turismo é o conjunto de relações e fenómenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que esses deslocamentos e permanência não sejam motivados por uma actividade lucrativa principal permanente ou temporária”* (Baptista, 1997:40).

Esta definição parece-nos bastante ampla e abrangente, abarca um conjunto de fenómenos relacionados com o turismo: a deslocação, a estadia temporal, o viajante, o local de destino e a relação que se produz entre todos eles (Ruiz e Armand, 1998).

Contudo, evidencia algumas imprecisões. Há pouca clarificação quanto ao tipo de *“fenómenos produzidos”*. Outro aspecto a destacar prende-se com as razões da viagem: considera-se turismo todas as deslocações que realizam as pessoas independentemente das razões, sejam elas por prazer ou saúde, por exemplo?

Incluiu deslocações que impliquem a realização de uma actividade remunerada desde que não tenha um carácter principal. Esta particularidade não nos parece de acordo com o entendimento que há, nos dias de hoje, sobre o turismo.

A definição tem um aspecto importante que se refere ao facto de a deslocação ser feita fora residência habitual.

Posteriormente Burkart e Medlik (1981) definiram turismo como *“ as deslocações curtas de pessoas até destinos fora do lugar de residência e de trabalho, e as actividades executadas durante a estadia nesses destinos”* (OMT, 1998).

Na sua essência esta definição não nos parece muito distante da anterior. Contudo parece-nos importante tecer alguns comentários:

Não é esclarecedora do conceito de “deslocações curtas”, quando estas podem ser de longa ou curta distância. Por outro lado, as actividades podem ser realizadas durante a viagem e no local de destino.

O Austríaco Herman Von Schullard define turismo “*como a soma das operações, especialmente de natureza económica, directamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região*” (Ignarra, 2001:23).

Este autor aborda o turismo numa perspectiva meramente económica. Considera apenas as entradas de estrangeiros num determinado país, cidade e região. Parece-nos que há ausência relativamente aos residentes que fazem turismo dentro do seu próprio território.

Ainda no ponto de vista económico, Licínio Cunha (1997:9) considera que “*o turismo abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que obriguem ao pagamento de prestações e serviços durante a sua deslocação e permanência temporária fora da sua residência habitual superior ao rendimento que, eventualmente, auferam nos locais visitados*”.

Jordi Montejano (1991:17) define turismo como a “*teoria e a prática de todas as actividades relacionadas com a atracção, prestação de serviços e satisfação das necessidades dos turistas. O turismo é fundamentalmente um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos que têm como finalidade prestar uma série de serviços à pessoa, que dedica o seu tempo livre a viajar*”.

Esta definição, confrontada com as anteriores, apresenta um conteúdo substancialmente diferente. Parece-nos um conceito que “*pretende fornecer um instrumento teórico que permita identificar as características essenciais do turismo*” (Cunha, 2001:30).

Carlos Santana (2002:20) numa definição similar à anterior, refere que o “*Turismo pode ser considerado um sistema de serviços que tem como finalidade única e exclusiva o planeamento, a promoção e a execução de viagens, além da existência de infra estruturas adequadas para a recepção, hospedagem, consumo e atendimento às pessoas e/ou grupos oriundos dos seus locais de residência*”.

Há que destacar, finalmente, a definição que foi adoptada pela Organização Mundial de Turismo, em 1994. Esta recolhe os elementos mais positivos de um conjunto de conceitos anteriormente elaborados por outros autores, e pretende formalizar todos os aspectos da actividade turística.

De acordo com a definição da OMT (1993:8) o “*turismo compreende as actividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e com fins de ócio, negócios e outros*”

Esta é uma definição ampla e flexível que concretiza as características mais importantes do turismo. Há uma clara referência às motivações da viagem e definição do período de tempo de estada no local de destino que não pode ser superior a um ano.

Enfatiza o facto de a actividade turística é realizada fora do ambiente habitual de residência.

Outro aspecto: as actividades incluem aquelas que são realizadas antes e durante o período da estadia no destino.

Esta definição foi aprovada pela OMT na Conferência de Ottawa realizada em Junho de 1991 (Shepherd, Gilbert, Wanhill et al, 2001).

Pelo que ficou descrito anteriormente podemos concluir que é de facto difícil definir turismo e encontrar um conceito que abarque todos os aspectos desta actividade. A própria natureza da actividade turística, que resulta de um complexo de inter relações entre diferentes factores que é necessário apreender, dificulta a elaboração de um conceito universal de turismo.

Pela complexidade que o fenómeno turístico apresenta, entendemos que deve merecer a atenção de Antropólogos, Geógrafos, Sociólogos e outros especialistas das Ciências Sociais.

A este propósito refira-se Vieira (1997:43) ao considerar que o “*Turismo é transversal relativamente a toda a sociedade*”.

Segundo este autor, esta transversalidade impediu que até hoje tenha sido possível determinar claramente, apesar das inúmeras definições e caracterizações existentes, a natureza deste fenómeno, abordando-o, cada uma das ciências, segundo uma óptica específica e, por isso mesmo limitada.

Na sequência do que foi descrito anteriormente, julgamos importante apresentar algumas definições colaterais do “fenómeno turístico”.

Já aqui referimos que a palavra **Turista** era empregada a todos aqueles que viajavam pelo simples prazer ou para alargar os seus conhecimentos. Não eram considerados turistas aqueles que viajavam por motivos profissionais ou religiosos.

À medida que o fenómeno turístico foi evoluindo, as viagens tornaram-se cada vez mais acessíveis a maiores camadas da população. Os motivos dessas viagens foram-se

alargando de maneira que se tornou difícil distinguir as pessoas que viajam pelo simples prazer daquelas que viajam por outros motivos (Cunha, 2001).

Entendemos que para alguém ser considerado turista tem de satisfazer duas condições, a deslocação e a residência. Uma pessoa só é considerada turista se se deslocar para fora do seu local de residência habitual e aí permanecer por um período que ficou convencionado não ser inferior a 24 horas (Ignarra, 2001).

O encontro de uma definição de turista porque a complexidade que o turismo configura torna difícil *“enquadrar no mesmo conceito realidades, por vezes, muito distintas mas com pontos comuns inseparáveis e gerando fenómenos semelhantes mas nem sempre produzindo resultados iguais”* (Cunha, 1997:4).

A elaboração de uma primeira definição de turista ocorreu em 1937, elaborada pela Comissão Económica da Sociedade das Nações Unidas que considerava *turista toda a pessoa que viaja para uma país diferente do da sua residência habitual, por um período superior a 24 horas* (Cunha, 1997). Esta definição acentua o facto de se abranger, apenas, quem viaja para fora do seu país habitual de residência. Não engloba as viagens efectuadas dentro das próprias fronteiras. Em nosso entender quem viaja dentro do seu país de residência também pode e deve ser considerado turista.

O termo turista foi adoptado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1954, que considerou turista *“ toda a pessoa, sem distinção de raça, sexo língua e religião, que entre num território diferente do da sua residência habitual e nele permaneça por um período mínimo de 24 horas e máximo de 12 meses, com finalidade de recreio, desporto, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas que não tenham motivações de imigração”* (Ignarra, 2001:25).

Em 1968, a Comissão de Estatísticas de ONU, na sequência da primeira Conferência Intergovernamental sobre o Turismo, realizada em Roma, em 1963, adoptou com base no conceito de turismo e para fins estatísticos, o termo geral de **“Visitante”** internacional que considera toda e qualquer pessoa visita um país que não seja o da sua residência habitual por qualquer motivo excepto o de manter exercer uma ocupação remunerada no país visitado (Lickorish e Jenkins, 1997) (OMT, 1995)

De acordo com esta Organização os visitantes são considerados *“turistas”* quando permanecem pelo menos 24 horas no local visitado e os motivos das viagens podem ser, entre outros, de lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião ou desporto. Nesta categoria de visitantes são considerados, ainda, os *“excursionistas”* ou visitantes temporários, todos os que permanecem no local visitado menos de 24 horas.

Contudo, estas definições só abrangiam as pessoas que se deslocavam para fora do seu país habitual de residência não englobando, por isso, as viagens dentro das suas fronteiras.

A definição da Conferência de 1963 foi aceite internacionalmente, mas deixou de se adaptar e ser adequada à realidade. Assim, em 1983, na Conferência sobre Viagens e Estatísticas de Turismo, realizada em Otawa, em 1991, organizada pelas Nações Unidas, a OMT e o governo canadiano (OMT, 1998), foram aprovadas e adoptadas definições mais actualizadas que passaram a ser aceites internacionalmente.

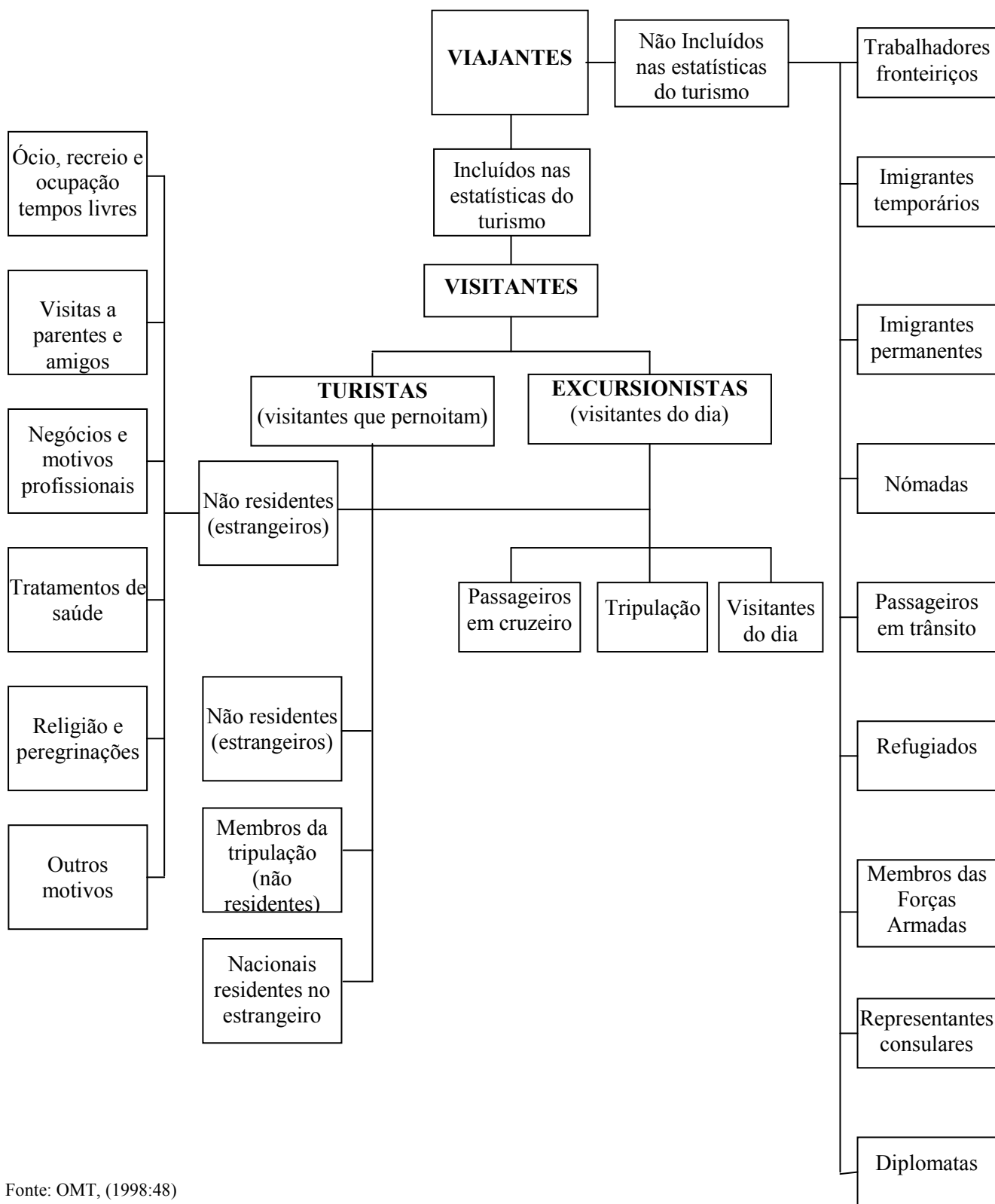
De acordo com a Organização Mundial de Turismo o **“visitante”** (figura n.º1) é *“any person travelling to a place other than that of his/her usual environment for less than 12 months and whose main purpose of visit is other than the exercise of an activity remunerated from within the place visited”* (OMT, 2004, ?p).

A mesma organização classifica de **“Turista”** todos os visitantes que permanecem uma noite ou mais no local visitado e todos aqueles que durante a sua estada no local não ultrapasse as 24 horas são considerados **“Excursionistas”** (Blasco, 2001).

As definições embora muito semelhante à anterior, permitem englobar as deslocações dos residentes dentro do seu próprio país são mais adequadas aos tipos de viagens que se efectuam nos dias de hoje.

A leitura da figura n.º 1 evidencia, simultaneamente, a nomenclatura de classificação dos viajantes internacionais elaborada pela OMT e esquematiza alguns elementos relativos às diferentes componentes que englobam os conceitos anteriormente abordados.

Figura n.º 1 – Classificação dos visitantes Internacionais



Fonte: OMT, (1998:48)

1.2.2) MODALIDADES DE TURISMO

Os objectivos deste trabalho leva-nos à caracterização de algumas modalidades de turismo.

As práticas turísticas são conducentes a oferecer ao turista a possibilidade de ocupar o seu tempo livre, ócio e período de férias com um conjunto de actividades em que o próprio seja agente activo e passivo da própria actividade turística (Montejano, 1991).

Ao longo dos tempos as actividades turísticas foram evoluindo desde as mais tradicionais relacionadas com a cultura, desportos náuticos, até a actividades mais recentes e que foram incorporadas na prática turística: Desportos de aventura, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo fluvial, etc.

Estas actividades resultam das diferentes motivações e intenções que conduzem as pessoas a viajarem. Podemos, ainda, associar a crescente democratização do turismo que se traduziu num rápido aumento dos fluxos turísticos, de maneira que as diversas formas de turismo mudaram consideravelmente e diversificaram-se as actividades turísticas. Pelo que dissemos anteriormente pode afirmar-se que são amplas e diversificadas as diversas modalidades de turismo.

A elaboração de propostas de classificação de turismo torna-se algo difícil, atendendo à enorme diversidade de motivações que determinam o movimento de turistas e a amplitude do fenómeno turístico.

As pessoas viajam pelos mais diversos motivos: umas para conhecer novos povos e civilizações (Ex. Tibete, Índia), outras para observar/estudar grandes centros arqueológicos que são testemunho de civilizações passadas. Existe, ainda, outras pessoas que se preocupam em assistir a eventos musicais por exemplo. Há uma motivação comum nestes tipos de viajantes, ou seja, razões culturais.

Existe, ainda, a mobilidade enquadrada no turismo mas relacionada com pessoas que viajam por motivos de saúde, trabalho, visitas a amigos, etc. As deslocações podem ser feitas a diversos locais onde se encontram os factores que determinaram a sua visita. Existe, assim, uma relação directa entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diversos destinos. Um destino pode, simultaneamente, pelas suas características e pela diversidade de atractivos que oferece, corresponder a motivações culturais, profissionais e outras (Cunha, 2001).

Apesar de as pessoas viajarem por razões de diversa índole, e muitas vezes sejam comuns a grande número de viajantes, é possível estabelecer algumas tipologias de turismo, segundo as motivações da viagem e das características dos destinos turísticos (Cunha, 2001).

Contudo a elaboração e apresentação de uma classificação de tipos de turismo deve ser encarada com algumas reservas. As motivações e razões que levam as pessoas à prática do turismo nem sempre podem ser totalmente consideradas. Sobre esta situação não faremos qualquer comentário porque nos levaria para o campo das motivações dos turistas, que não é objecto de estudo do presente trabalho. Apresentamos, sim, alguns tipos de Turismo, decorrentes das motivações dos viajantes e das suas intenções no acto de se deslocarem.

O primeiro tipo de turismo que se apresenta é o “**Turismo de Recreio**”. Este, é praticado por pessoas que se deslocam, principalmente, para “mudar de ares”, para desfrutar da natureza e paisagens, ou viajam para as grandes cidades ou centros turísticos à procura das suas distrações. A procura de melhores condições climatéricas os banhos de “sol e praia” fazem parte das motivações dos turistas que praticam este tipo de turismo (Cunha, 2001). Entendemos que é um tipo de turismo na sua forma mais simples.

Há pessoas cujas motivações para se deslocarem pretendem atingir outros objectivos, nomeadamente o repouso físico e mental praticando, desta forma, “**Turismo de Repouso**”. O stress e o desgaste provocado pela actividade diária leva à procura de lugares tranquilos para terem acesso ao repouso. O campo, as termas, os health resorts constituem locais onde se pode encontrar um conjunto de serviços que satisfazem as solicitações dos turistas. O turista é, normalmente, oriundo dos grandes centros urbanos (Cunha, 1997).

De igual modo o património cultural conduz as pessoas a deslocarem-se e a praticarem actividades que se designam de “**Turismo Cultural**”, considerado uma das modalidades mais antigas do turismo (Moreno, 1997).

Por turismo cultural entende-se, todas as actividades que são desenvolvidas pelos turistas com o objectivo de aumentar a sua cultura. Pode-se incluir todas as viagens motivadas pelo desejo de conhecer coisas novas, hábitos e modos de vida de outros povos, outras civilizações e culturas (Montejano, 1991). Os centros culturais, monumentos religiosos, locais onde se desenvolveram grandes civilizações ou fenómenos naturais ou geográficos constituem os destinos de eleição dos turistas (Cunha, 1997). As actividades associadas a este tipo de turismo enfatizam os estilos de vida do passado que são representados através de desempenhos e festivais (Baptista, 1997)

O exercício de actividades desportivas arrasta multidões com diversas idades e de diferentes estratos sociais. Algumas destas actividades desportivas são, tradicionalmente, associadas ao turismo (Moreno, 1997). Os fluxos que se geram em torno das actividades turísticas dão origem ao designado “**Turismo Desportivo**”, em fase de grande expansão desde o aparecimento de novas modalidades de desporto, sobretudo de desporto aventura. As motivações para a prática do turismo desportivo podem ser desde o de assistir a eventos desportivos (Corridas de Fórmula 1, Jogos Olímpicos, Campeonatos de atletismo) ou o desejo de praticar uma ou mais das actividades desportivas existentes (desportos náuticos, de Inverno, Caça e Pesca, Golf) (Cunha, 1997).

Noutra ordem de motivações para viajar encontram-se as pessoas que viajam por razões profissionais e económicas associando, desta forma, a sua actividade às práticas turísticas que são denominadas de “**Turismo de Negócios**”. Esta modalidade de turismo ocorre, normalmente em grandes centros urbanos com tradições industriais, científicas, comerciais e culturais (Montejano, 1991) e o seu desenvolvimento está ligado à existência de forte actividade económica e empresarial (Moreno, 1997). Este tipo de turismo ganha cada vez mais significado, na medida em que associa o factor trabalho ao ócio e lazer. Apesar da actividade comercial não ser uma actividade turística propriamente dita tem, contudo, uma estreita ligação com o turismo. Esta ligação estabelece-se com as actividades paralelas que se realizam em torno do comércio, nomeadamente o alojamento, transporte, actividades de restauração, culturais, etc. (Cunha, 1997).

Os colóquios, simpósios de carácter científico por se realizarem habitualmente em grandes centros urbanos, estas actividades enquadram-se no denominado “**Turismo de Reuniões e Congressos**” que coincide muitas vezes com o turismo de negócios. Nesta última modalidade o turista desloca-se, normalmente sozinho, a um país ou localidade para assistir a reuniões de trabalho, enquanto que no turismo de reuniões e congressos são encontros entre profissionais com interesses comuns e habitualmente acompanhados (Moreno, 1997).

De acordo com os autores que temos feito referência na classificação dos tipos de turismo, o “**Turismo Étnico e de carácter Social**” abrange essencialmente as viagens com finalidades e motivações em conhecer e observar a cultura e modos de vida de povos exóticos. Estas actividades incluem visitas às casas, observação dos rituais e cerimónias realizadas no seio da comunidade onde os turistas entram numa relação muito próxima com os residentes locais (Baptista, 1997). Este tipo de turismo inclui deslocações de pessoas a comunidades que têm características culturais e étnicas distintas das sociedades

consideradas urbanas, por exemplo, os esquimós, bosquímanos, javaneses, etc. Tendo em consideração as motivações que estão na base deste tipo de turismo, podemos dizer que este tipo de turismo tem características muito semelhantes com o turismo cultural.

Nos últimos anos, o meio rural converteu-se num espaço cada vez mais atractivo e propício à realização de actividades turísticas. A grande diversidade de recursos físicos, ecológicos e culturais e a grande potencialidade de aproveitamento recreativo, os espaços rurais permitem uma variedade de actividades turísticas que têm em comum o desejo do turista de desfrutar da natureza (Blasco, 2001). Do espectro de actividades encontra-se o “**Turismo em espaço Rural**”. Este é constituído por actividades que se realizam em contacto com o campo, em ambientes ou pequenas povoações rurais.

Estas actividades têm como objectivo e motivação o contacto com a vida rural, conhecimento e participação nas actividades agrícolas. Podem incluir visitas pelo campo, para conhecer a fauna e flora do local, prática de alguns desportos e actividades com estreita ligação ao ambiente rural.

Com estreita comunhão com o turismo em espaço rural encontram-se as actividades turísticas realizadas em espaços naturais e de montanha. A contemplação da natureza como um recurso estético e mais tarde turístico não é algo recente. Como se fez referência anteriormente a apreciação da natureza é uma prática com raízes antigas, provavelmente no Renascimento (Timón e Nardi, 2001).

Actualmente, estas actividades turísticas em espaços naturais são designadas de **Turismo Natureza**. A motivação dominante reside no desejo de “regresso à natureza”, na contemplação do meio natural e na evasão do meio urbano (Cunha; 2001).

Ficaram neste ponto por caracterizar outros tipos de turismo actualmente existentes. Contudo, o nosso objectivo foi o de apresentar aqueles que nos parecem mais divulgados e praticados por um grande número de turistas. Relativamente ao Turismo em espaços naturais, este será objecto de análise em capítulo subsequente, ou seja no âmbito do Turismo no Parque Natural do Douro Internacional e *Arribes del Duero*.

1.3) DINÂMICAS DO TURISMO À ESCALA MUNDIAL

Em pontos anteriores situamos a nossa exposição no quadro teórico que envolve as problemáticas em relação ao conceito de turismo e turista e terminamos com uma breve caracterização de algumas tipologias de turismo. Cabe agora efectuar uma análise do fenómeno turístico à escala mundial, analisando os fluxos turísticos nessa dimensão, passando em seguida pela Europa e, finalmente, estudar as particularidades de Portugal.

Para tal fundamentamos a nossa interpretação de dados estatísticos recolhidos junto de entidades oficiais, nomeadamente a Organização Mundial de Turismo, no que concerne aos elementos a nível mundial e europeu, e da Direcção Geral de Turismo (DGT), para Portugal.

O fenómeno turístico, com a grande expansão que se verificou nos últimos anos, é devido a um conjunto de factores que muito contribuíram para o seu desenvolvimento, com especial relevo para os transportes aéreos, a promoção de produtos turísticos através dos operadores turísticos, entre outros.

Os novos destinos turísticos que foram surgindo, e ainda surgem, resultam igualmente de um leque de modificações de natureza diferentes, nomeadamente as motivações das pessoas quanto à satisfação das suas necessidades. Outro factor, de diferente natureza, está relacionado com a duração média do período de trabalho semanal, que é cada vez mais curto.

O turismo e, sobretudo o turismo internacional, é um dos fenómenos sociais que mais marcaram a sociedade actual nas últimas décadas que atingiu especial relevo na segunda metade do século passado. Reflecte os avanços e o desenvolvimento da humanidade e, acima de tudo, converteu-se num dos principais sectores sócio-económicos do mundo (Vieira, 1997).

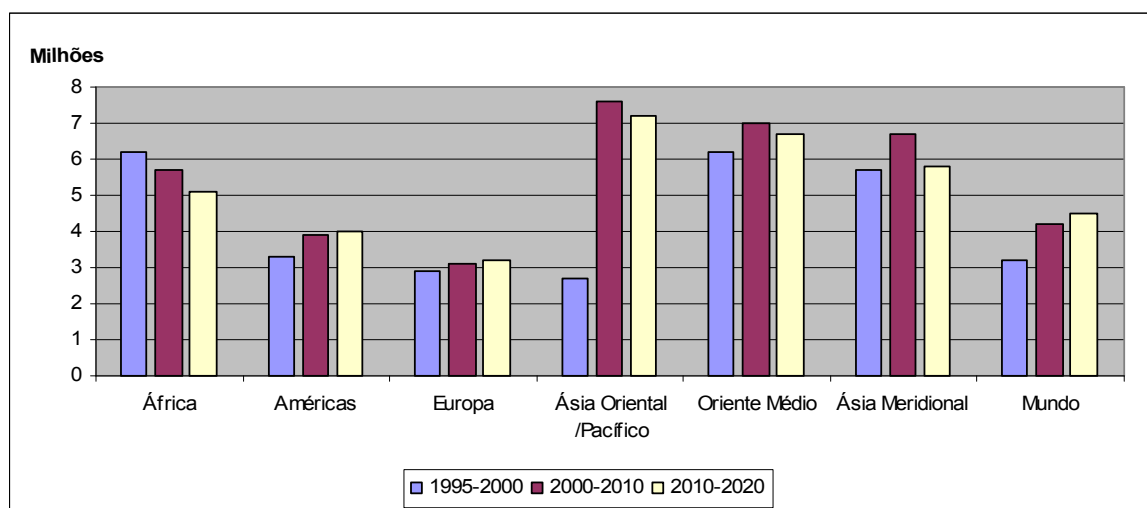
Milhões de pessoas circulam, hoje em dia, por diversos países do mundo, de automóvel, barco, avião ou autocarro. Esse número de viajantes tem crescido em número tão elevado que superou, muitas vezes, as expectativas e o movimento global de turistas internacionais, ao longo da segunda metade do século passado registou um enorme crescimento.

Segundo a OMT (1999), em 1997, registaram-se 612 milhões de chegadas às fronteiras de turistas internacionais. Para o ano 2020 a mesma Organização prevê que esse

número seja de 1.600 milhões de chegadas de turistas internacionais (figura n.º 2 e quadro n.º 1).

A figura evidencia a evolução dos turistas internacionais no período compreendido entre 1995 e 2020 e pelas diferentes regiões mundiais de turismo.

Figura n.º 2 – Evolução das chegadas turísticas internacionais por regiões mundiais de turismo (1995-2020)



Fonte: Organização Mundial de Turismo (2004)

Estima-se, ainda, que o turismo interno⁹ seja superior ao volume total dos turistas internacionais. O turismo interno e internacional está, presentemente, numa fase de rápida expansão em alguns países em desenvolvimento, resultado de algumas políticas de desenvolvimento turístico implementadas por esses países.

As viagens converteram-se num “factor” importante no quotidiano das pessoas, tornaram-se cada vez mais acessíveis, por exemplo, devido à maior disponibilidade financeira das famílias, o aparecimento das férias pagas, o aumento do tempo livre das populações que dedicam às actividades de lazer e ócio, o desenvolvimento das comunicações e os meios de transporte que ampliaram as possibilidades de se chegar mais rápido, a novas, e longínquas regiões.

⁹ Tendo por base o conceito de Turismo e turista estabeleceram-se diferentes classificações de Turismo (OMT:2004):

Turismo emissor: Turismo dos visitantes residentes fora do território de referência;

Turismo receptor: Turismo dos visitantes não residentes no território do país de referência;

Turismo nacional: Turismo dos visitantes dentro e fora do país de referência;

Turismo interno: Turismo dos visitantes residentes no território do país de referência;

Turismo interior: Turismo dos visitantes, tanto residentes como não residentes no território do país de referência;

Turismo internacional: Engloba o turismo receptor e emissor.

Outros factores que contribuíram para o aumento do turismo internacional foi o crescimento das relações quer entre as pessoas, quer de níveis comerciais entre os diversos mercados internacionais o que facilitou os movimentos das populações à escala mundial e originou uma oferta mais diversificada.

Tal como o turismo internacional, também, o turismo nacional se encontra em fase de crescimento e vê o seu desenvolvimento favorecido pelos mesmos motivos, nomeadamente a utilização crescente do automóvel e outros meios de transporte que favorecem a deslocação de pessoas dentro do próprio país (OMT, 1998). Por outro lado as melhorias na qualidade de vida das populações permite dedicar mais tempo livre às actividades de ócio e lazer.

No que concerne ao turismo internacional, como já foi referido, verificou-se um crescimento sem grandes interrupções ao longo dos últimos anos. Neste crescimento ocorreram períodos de grande incremento em épocas de estabilidade económica, passando por fases mais contidas ou de crescimento moderado, associado a períodos de crise económica. Segundo Licínio Cunha (2001), nos últimos 50 anos o mundo viveu por vários períodos de instabilidade política, recessão económica, alterações sociais, que afectaram, em particular, as actividades económicas. O turismo, apesar de não ileso, manteve uma evolução positiva ao longo do período.

De acordo com a OMT (1998) a evolução do turismo internacional passou por fases distintas que passamos a descrever:

Uma primeira fase que decorreu desde os anos cinquenta até à década de 80, do século XX, em que o número de viagens internacionais a nível mundial duplicou em cada dez anos, aproximadamente. Uma das causas que poderá justificar este comportamento podemos citar o aumento da renda *per capita* da população dos países desenvolvidos, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial (Ignarra, 2001). Neste período ocorreu uma grande procura de todo o tipo de bens, nomeadamente o turismo que começa a fazer parte dos hábitos de consumo da população.

Na década de oitenta, do anterior século, deu-se a segunda fase, em que o mercado do sector turístico alcançou um maior grau de maturidade, denunciando um crescimento mais lento da procura e um excesso da oferta. O crescimento médio de 4,8 %, registado, foi menor em relação ao período anterior (quadro n.º 1).

A terceira fase que teve início da década de 90, o turismo internacional não mostrou uma tendência clara no seu crescimento, embora apresente um elevado grau de resistência

às influências económicas. Contudo, registaram-se algumas diminuições nas taxas de crescimento do turismo internacional, em especial nos anos de 1991 e 1993.

Os quadros n.º 1 e 2 permitem efectuar uma leitura analítica com maior pormenor do turismo internacional no período 1950-2002 e ilustra as asserções anteriores.

Quadro n.º 1 – Taxas crescimento do Turismo Internacional (1950– 2002)

Período	Taxa Anual Crescimento (%)
1950 – 1960	10,6
1960 – 1970	9,1
1965 – 1970	8,1
1970 – 1980	5,6
1975 – 1980	5,3
1980 – 1990	4,8
1985 – 1990	6,9
1990 – 1995	3,8
1995 – 2000	4,5
2000 – 2002	1,1

Fonte: OMT (2004); Cunha (1997)

No referente ao turismo internacional, os dados indicam que entre 1950-2002 ocorreu um crescimento médio de 5,8%.

Este crescimento foi mais evidente em períodos de auge económico e mais limitado em épocas de recessão económica (Cunha, 2001).

Assim, em 1950 o fluxo de turistas foi de 25 milhões, enquanto que em 2000 o valor cifra-se em 687 milhões, respectivamente.

Em 1982 ocorreu uma diminuição que rapidamente foi recuperada nos anos seguintes. O mesmo facto aconteceu em 2001 ano em que se registou uma ligeira descida nos fluxos turísticos.

Em termos médios os maiores valores observam-se na década de cinquenta, com 10,6%, seguido da década de sessenta com um crescimento médio anual de 9,1%.

Nas décadas de setenta e oitenta o crescimento foi menor: - Registaram-se valores médios de 5,7% para a década de setenta e 4,4% para a de oitenta.

Na década de noventa, como se pode observar no quadro n.º 1 o crescimento foi mais reduzido que nos anteriores períodos.

Quadro n.º 2 – Chegadas de turistas internacionais (1950–2002)

Anos	Turistas Internacionais (Milhões)	Variação Anual (%)
1950	25	-
1960	69	10,6
1961	75	8,7
1962	81	8,0
1963	90	10,7
1964	105	16,1
1965	113	7,9
1966	120	6,3
1967	130	8,2
1968	131	1,1
1969	143	9,4
1970	166	15,5
1971	179	7,9
1972	189	5,8
1973	199	5,2
1974	206	3,4
1975	222	8,1
1976	229	3,0
1977	249	8,9
1978	267	7,2
1979	283	6,0
1980	288	1,7
1981	290	0,8
1982	289	-0,2
1983	293	1,1
1984	321	9,4
1985	330	3,3
1986	337	3,4
1987	362	7,4
1988	393	8,5
1989	424	8,0
1990	456	7,2
1991	461	1,1
1992	502	8,9
1993	515	2,6
1994	535	4
1995	550	2,7
1996	580	5,4
1997	601	3,7
1998	621	3,3
1999	643	3,5
2000	687	6,8
2001	684	-0,5
2002	702	2,7

Fonte: OMT (2004); Cunha (1997)

Os dados da OMT registam que 60% das viagens internacionais correspondem a férias e actividades de lazer, 30% referem-se a negócios e, razões familiares, religiosas, estudos e outros motivos correspondem 10%, respectivamente (Vaz, 1995).

No período entre 1980 e 1995 assistiu-se a uma instabilidade na economia mundial, que gerou algum sentimento de incerteza na população perante uma taxa de desemprego crescente. Esta situação poderá justificar algum retrocesso nos valores médios dos turistas internacionais verificados. Uma leitura mais aprofundada poderia corroborar melhor estes factores; contudo, como não é esse o objectivo deste trabalho, pelo que dispensamos qualquer abordagem a esta problemática.

Num período de 50 anos a procura turística internacional viu os seus valores aumentarem aproximadamente 28 vezes. O crescimento médio anual foi de cerca de 24 novos turistas por ano (Cunha, 2001).

Estima-se que as deslocações turísticas continuarão a aumentar com uma taxa de crescimento, para a primeira década do presente século, de 3,6% (OMT, 1998), ligeiramente inferior à registada na última década do século XX (4%) (Blasco, 2001).

Pode apontar-se, entre outros, um factor que justifica esta variação temporal, como seja o de ordem económica, na medida em que as famílias ao terem satisfeito as suas necessidades básicas de consumo, poderão dispensar mais receitas para gastos em ócio e actividades turísticas.

1.3.1) TURISMO POR REGIÕES MUNDIAIS

No ponto anterior apresentamos alguns dados relativos ao turismo internacional no período compreendido entre 1950 e 2002.

A mobilidade da população mundial que circula pelos diversos países equivale a milhões de pessoas. Uma elevada percentagem, que nos últimos anos foi aumentando, é então constituída por Turistas (OMT, 2004).

O turismo é, hoje em dia, considerado um fenómeno social e económico, e talvez o mais antigo, que atingiu o seu apogeu a partir da segunda metade do século XX.

Com especial incremento na Europa, depois nas longitudes mais a Oeste, terminando nos países asiáticos, o turismo foi-se desenvolvendo em torno destas grandes regiões (Vieira, 1997) que geram fluxos turísticos de grande amplitude.

Consideramos importante para melhor compreensão do fenómeno turismo efectuar a análise dos fluxos turísticos quer do ponto de vista de regiões emissoras quer receptoras de turistas, tendo em conta a sumariíssima definição que as distingue: **regiões emissoras as que originam os fluxos turísticos, e regiões receptoras as que acolhem esses mesmos fluxos.**

Entende-se por fluxos ou correntes turísticas o conjunto de turistas que se dirigem a núcleos ou regiões receptoras de turismo com o objectivo de aí desenvolver uma série de actividades relacionadas com o tempo livre dedicado ao turismo e às viagens (Montejano, 1997).

Diversos factores têm influência na génese e desenvolvimento dos fluxos turísticos. Por um lado existem as regiões emissoras de turistas que usufruem de um alto nível de rendimento económico. Por outro lado os destinos turísticos dotados de grande poder atractivo e boas acessibilidades (Blasco, 2002).

Todas as regiões à escala mundial possuem, em princípio, recursos que podem ser utilizados no desenvolvimento das actividades turísticas. Contudo, existem diferenças assinaláveis entre regiões que adquiriram o estatuto de destino turístico e receptoras de fluxos turísticos com importância mundial e aquelas que não alcançaram esse estatuto.

A actuação combinada de um conjunto de factores (Físicos, Naturais e Humanos), que potenciam uma região com um atractivo especial, é a razão que a distingue de outras (Moreno, 1997).

Estas regiões receptoras possuem características muito peculiares que as diferencia de outros espaços sem influência turística. Estas diferenças são fundamentais na medida em que são responsáveis pela definição das regiões turísticas e pela configuração dos fluxos turísticos à escala mundial.

Neste contexto, as motivações das deslocações que geram os fluxos turísticos têm origem numa série de factores que se relacionam, por exemplo, com a própria natureza: a existência de montanhas, rios, neve e praia, ou tem relação com a actividades humana que ao longo da história construiu uma cultura, tradições, obras de arte, monumentos, etc.

A natureza dos fluxos turísticos é bastante complexa e “*matizada por numerosas variáveis como a distância (maior distância menor volume de fluxos), as ligações e, em geral, as relações de atracção entre as duas áreas (existência de laços culturais, de negócios, etc.)*” (Blasco, 2000:15).

Pelo que foi referido, entendemos que para que se desencadeiem fluxos turísticos é necessário haver um conjunto de elementos de ordem natural, desde recursos climáticos,

orográficos, hídricos, florísticos e outros elementos do tipo humano como o poder de compra, estabilidade económica e social, etc.

A confluência de fluxos turísticos dá, então, origem a uma distribuição espacial que se distribuiu por várias regiões do globo.

Estes fluxos têm uma relação muito próxima com os centros receptores de turismo e, são, condicionados por uma série de factores naturais, como o clima, orografia, etc., ou por factores humanos – costumes e comportamentos, etc. Estas regiões receptoras possuem características muito peculiares que as diferenciam de outros espaços.

A figura n.º 3 permite observar a distribuição dos principais fluxos turísticos à escala global. No quadro n.º 3 apresentam-se a divisão das Regiões Turísticas Mundiais estabelecidas pela OMT, que considera diferentes regiões: África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Médio Oriente. Estas grandes regiões estão, por sua vez, divididas em sub-regiões onde se integra um conjunto de países considerados, por aquela organização, destinos turísticos de importância mundial.

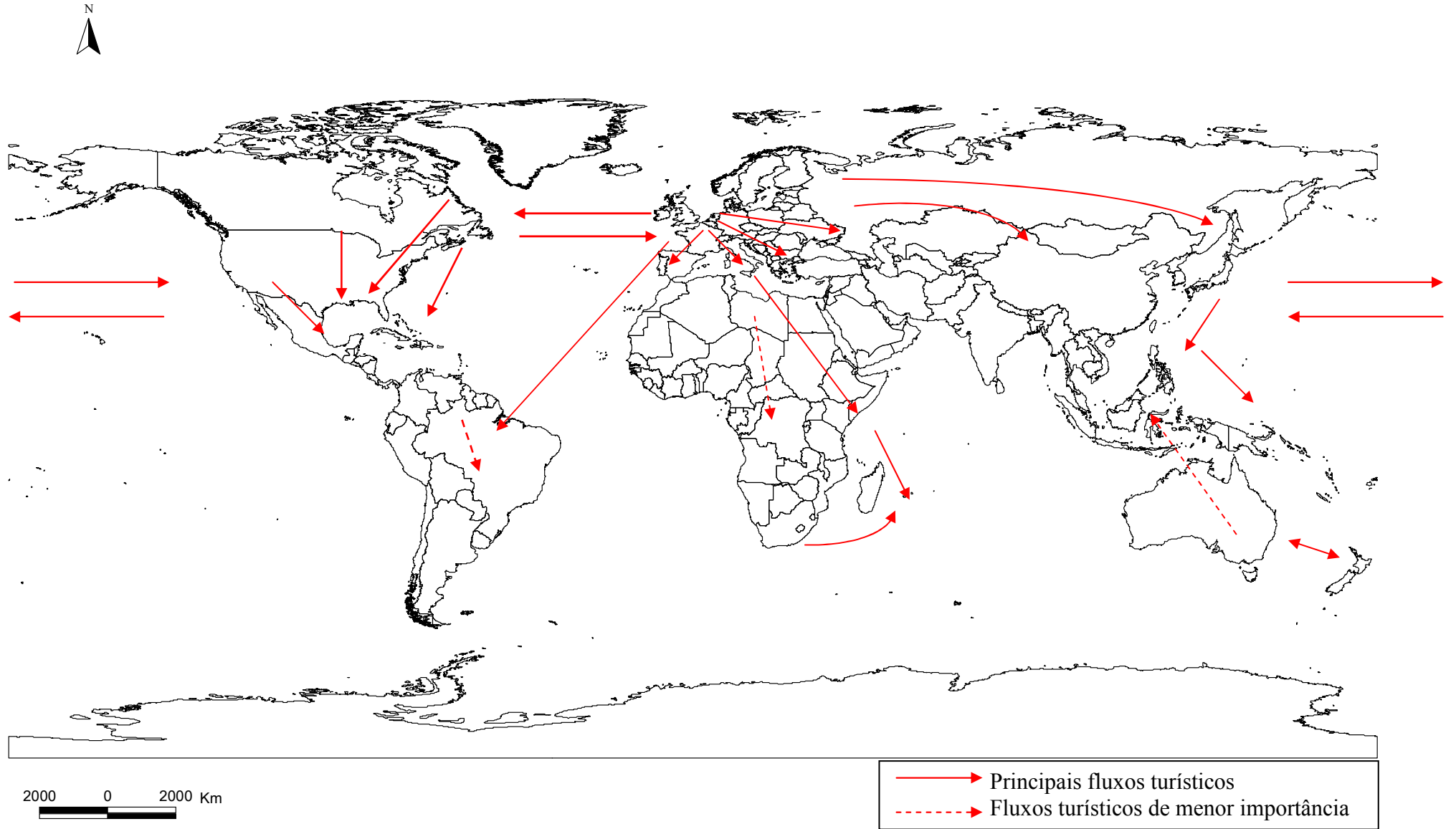
Destes, existem países que são destinos turísticos consolidados que gozam de um estatuto reconhecido a nível mundial e com afluência importante de visitantes (OMT, 1998).

Quadro n.º 3 – Divisão da OMT das regiões turísticas do mundo

Europa	Europa do Norte	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Irlanda, Noruega, Suécia, Reino Unido.
	Europa Central/Oriental	Arménia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Eslováquia, Estónia, Fed. Russa, Geórgia, Hungria, Lituânia, Letónia, Moldávia, Polónia, Rep. Checa, Roménia, Rússia, Ucrânia, Uzbequistão.
	Europa Meridional	Albânia, Andorra, Bósnia Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Espanha, Macedónia, Grécia, Itália, Malta, Portugal, São Marino, Sérvia e Montenegro,
	Europa Mediterrânica Oriental	Chipre, Israel, Turquia,
Médio Oriente		Arábia Saudita, Barém, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Jordânia, Kuwait, Omã, Palestina, Qatar, Iémen.

Fonte: OMT (2004)

Figura nº 3 – Principais fluxos turísticos à escala mundial.



Fonte: Organização Mundial de Turismo (1998) – Blasco (2001)

Quadro n.º 3 – Divisão da OMT das regiões turísticas do mundo (cont.)

Região	Sub-região	Países integrantes
África	África do Norte	Argélia, Marrocos, Sudão, Tunísia.
	África Central	Angola, Camarões, Republica Centro Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão; S. Tomé e Príncipe.
	África Ocidental	Benim, Burkina, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo.
	África Oriental	Burundi, Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Quênia, Reunião, Ruanda, Seychelles, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe.
	África Meridional	África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, Suazilândia
Américas	América do Norte	Canadá, Estados Unidos, México
	América Central	Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaraguá, Panamá.
	Caraíbas	Anguilla, Antígua e Barbuda, Aruba, Baamas, Barbados, Bermuda, Bonaire, Caimán, Cuba, Dominica, Granada, Guadalupe, Haiti, ilhas Curaçao, ilhas Virgens Inglesas, Jamaica, Martinica, Montserrat, Porto Rico, Rep. Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lucia, Turks e Caicos, S. Vicente e Granadinas, Trindade e Tobago, Ilhas Virgens EU.
	América do Sul	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Venezuela,
Ásia e Pacífico	Nordeste da Ásia	China, Coreia, Hong Kong, Japão, Macau, Mongólia, Taiwan.
	Sudeste da Ásia	Brunei, Darussalam, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietname.
	Oceânia	Austrália, Fiji, Guam, Ilhas Cook, Ilhas Marianas, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Niue, Nova Caledónia, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Polinésia Francesa, Samoa americana, Tonga, Tuvalu, Vanuatu,.
	Ásia do Sul	Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irão, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka.

Fonte: OMT (2004)

Pela leitura da figura n.º 3 no que concerne às regiões emissoras que geram os fluxos de turistas em direcção às zonas receptoras, verifica-se que o padrão de distribuição espacial coincide, normalmente, com os países mais desenvolvidos.

De acordo com Blasco (2001) este facto, nos últimos anos, não tem mudado muito, e a tendência é para se manter. A grande concentração de população nestas regiões pode constituir uma justificação para este comportamento dos fluxos turísticos.

Há, contudo, alguns países com economias emergentes (Brasil, Polónia, China, etc.) e com as suas fronteiras abertas que podem vir a fazer parte do grupo de países emissores (Blasco, 2001;18), no entanto, consideramos que ainda vai demorar algum tempo até que atinjam valores iguais aos países já consolidados.

As características dos núcleos emissores podem resumir-se da seguinte forma: são, na sua maioria, países industrializados e desenvolvidos com um alto nível de vida e uma população que se caracteriza pelo alto nível de poder aquisitivo. Têm um grande interesse em satisfazer as necessidades do tempo livre com o exercício de actividades culturais, desportivas, recreativas, etc. (Montejano, 1997).

Tradicionalmente os fluxos turísticos deslocavam-se, inicialmente, em direcção às regiões balneares com clima agradável e atractivos culturais. Estes estabeleciam-se nas regiões mais a Norte em sentido Sul com especial relevo a Bacia Mediterrânica. Na década dos anos noventa, ocorre um processo de redistribuição e aparecimento de recentes correntes turísticas, com a inclusão de novos destinos no leque dos, então, existentes (Blasco, 2001).

Este aparecimento resulta do desenvolvimento de novos pólos económicos noutras áreas do mundo que os tornam mais competitivos, em termos turísticos (Mesplier e Duraffour, 2000).

Relativamente às “regiões receptoras”, estas correspondem a sociedades desenvolvidas que reúnem um conjunto de condições, atractivos e infra-estruturas turísticas adequadas para receber turistas.

Por outro lado há sociedades em vias de desenvolvimento cujos recursos turísticos constituem um forte motor de desenvolvimento (África, Países Árabes, Ásia Meridional) (Montejano, 1997)

A estabilidade política e militar, a vontade política para desenvolver o turismo são, também, condições essenciais para que se possa desenvolver o turismo numa determinada região (Blasco, 2001).

Considera-se, também, que os recursos territoriais são indispensáveis para uma região poder ser receptora. Estes podem ser “recursos dados”, que são os elementos da natureza ou da cultura de uma região. Adquirem dimensão turística a partir do momento em que prestam um serviço e fazem parte da oferta turística.

Outros são denominados “recursos criados” que são criados artificialmente para aumentar a capacidade atractiva das regiões receptoras (Blasco, 2001).

A estes níveis, o turismo tem importância diferenciada nas diversas regiões do mundo onde está desenvolvido e com ritmos de crescimento diferentes. Este crescimento deve-se a vários factores (OMT, 1999): O grau de desenvolvimento e crescimento económico das regiões; Disponibilidades económicas da população; Tempo de ócio; Aspectos demográficos; Panorama Político; Costumes e crenças religiosas; Nível geral de educação; Grau de desenvolvimento tecnológico, etc.

Todos estes factores estão interrelacionados, favorecendo o crescimento e os fluxos turísticos. Estes desenvolvem-se, essencialmente, entre os países desenvolvidos e, em menor escala, estendem-se aos países menos desenvolvidos.

Em princípio qualquer região é potencialmente susceptível de converter-se num destino/região turístico(a) pelos recursos, físicos, naturais e humanos existentes. Contudo nem todas apresentam um grau de desenvolvimento ao nível da oferta turística que seja capaz de se constituir um destino turístico por excelência (Moreno, 1997).

Das “regiões/Destinos” turísticos definidas pela OMT, algumas possuem um estatuto de preferência diferenciado e com maior peso nas escolhas dos turistas, entre os quais avulta a Europa, e América, considerados o motor do turismo mundial (Vieira, 1997). No entanto, o aparecimento de regiões emergentes pode conduzir a alguma perda de importância dos destinos turísticos já consolidados no mercado (OMT, 1998).

Algumas regiões estão a tornar-se importantes destinos turísticos, não só pela qualidade do ambiente mas, também, pelos serviços que são prestados pelos promotores turísticos, que oferecem uma variedade de produtos que competem, grandemente, com regiões turísticas mais tradicionais e estabilizadas.

O padrão de distribuição espacial dos fluxos turísticos pode, também, ser analisado a partir dos dados da chegada de turistas às diferentes regiões turísticas (quadros nº 4 e 5).

Quadro n.º 4 – Chegadas de turistas por regiões mundiais (1990 – 2002)

Mundo	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Chegadas (Milhões)	459,2	465,8	503,3	517,6	545,9	561	595	601,5	621,4	643,3	687,3	648,1	702,6
% Variação anual	6,6	1,4	8,9	2,9	5,5	2,8	5,5	3,7	3,3	3,5	6,8	-0,5	2,7
África													
Chegadas (Milhões)	15,1	16	18,1	18,4	18,9	20,0	21,6	22,4	24,9	26,4	27,4	28,3	29,1
% Variação anual	8,4	8,1	11,6	2,1	2,4	6	7,9	3,8	10,8	6,1	4,1	3,2	2,8
Américas													
Chegadas (Milhões)	93	95,5	102,3	102,2	104,8	108,8	114,4	116,1	119,2	122,0	128,0	120,2	114,9
% Variação anual	6,7	2,7	7,0	-0,1	2,6	3,8	5,1	1,5	2,6	2,3	4,9	-6,1	-4,4
Ásia Oriental/Pacífico													
Chegadas (Milhões)	57,7	59,7	67,8	74,7	80,6	85,6	94,1	93,2	92,7	102,6	115,3	121,1	131,3
% Variação anual	13,6	3,4	13,6	10,1	8,0	6,1	10,0	-1,0	-0,5	10,7	12,3	5,1	8,4
Europa													
Chegadas (Milhões)	280,6	280,6	302,7	308,5	319,3	322,3	334,7	353,2	366,9	371,2	292,7	390,8	399,8
% Variação anual	5,9	0	7,9	1,9	3,5	0,9	3,9	5,5	3,9	1,2	5,8	-0,5	2,3
Médio Oriente													
Chegadas (Milhões)	9,7	9,1	11,3	11,4	12,1	13,6	15,4	16,5	17,8	21,2	24,0	23,6	27,6
% Variação anual	9,4	-6,0	24,6	0,8	5,9	12,6	12,9	7,4	7,5	19,5	13,0	-1,3	16,7

Fonte: OMT (2004); Cunha (1997)

Quadro n.º 5 – Evolução do turismo por regiões turísticas (1950/2002) (% do total)

Regiões	1950	1960	1970	1980	1990	1994	1995	1996	1999	2000	2001	2002
África	2,3	1,1	1,4	2,5	3,3	3,3	3,5	3,2	4,2	3,9	4,1	4,1
Américas	29,6	24,1	25,5	21,4	19,6	19,6	19,7	19,5	19,3	18,6	17,5	16,3
Europa	66,6	72,6	68,1	65,8	60,4	60,4	59,4	58,6	58,7	57,8	57,7	56,9
Ásia e/Pacífico	0,8	1,6	3,7	8,1	14,8	14,8	15,5	15,9	15,1	16,9	17,4	18,7
Médio Oriente	0,7	0,6	1,3	2,2	1,9	1,9	1,9	2,8	2,7	2,8	3,3	3,9
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: OMT (2004); Cunha (1997)

A leitura dos quadros anteriores permite retirar algumas conclusões; como sejam:

O crescimento médio anual nas chegadas de turistas internacionais, em todo o mundo tem um comportamento médio positivo ao longo do referido período.

No entanto, em 1991 e 1993 registou-se uma quebra na taxa de crescimento anual do turismo com valores de 1,4% e 2,8%, respectivamente.

Uma das justificações a apontar para este decréscimo terá origem na forte recessão económica ocorrida neste período, principalmente no âmbito dos países mais desenvolvidos. Apesar da descida verificada, as viagens de longa distância constituíram uma força importante para o crescimento do turismo internacional na maior parte das regiões (OMT, 1998). Em 1995 o turismo mundial teve, igualmente, um ligeiro decréscimo no seu ritmo de crescimento, 2,8%.

Entre 1997 e 1998 as taxas de crescimento registam valores inferiores aos anos transactos. De assinalar, ainda, o ano de 2001 em que este indicador foi negativo a nível mundial (-0,5%). A mesma situação ocorreu nos destinos Américas, Europa e Médio Oriente. Este fenómeno pode estar directamente vinculado com o ataque terrorista que ocorreu em Setembro desse ano o que poderá ter provocado quebra nos fluxos turísticos para estes destinos turísticos.

A eleição dos destinos turísticos assim como o tipo de viagem depende de um conjunto de factores. Uns de ordem pessoal, designadamente a idade ou nível de formação, outros de natureza sociológica ou económica (Mesplier e Duraffour, 2000).

No que concerne às diferentes regiões turísticas é de assinalar que a **Europa** e as **Américas**, nas décadas de 50 e 60, correspondiam a mais de 90% do número total de chegadas de turistas internacionais (quadro n.º 5). Estes valores não se observam nos períodos seguintes, com valores abaixo dos 80%, resultado da expansão do fenómeno turístico a outras zonas do mundo.

A Europa sempre foi a região turística mais importante do mundo quer em termos de região emissora, quer receptora de turistas. Desde cedo, esta região reconheceu que o turismo tinha uma importância económica, social e cultural bastante grande (Ruiz e Armand, 1998).

“ Este continente continua a ser um pólo de atracção de grande número de turistas e excursionistas e, ainda, a região turística que colhe maior percentagem de divisas geradas por estes movimentos ” (Arroteia, 1994).

As razões que levam os turistas a visitarem a Europa são variadas e com maior ou menor peso, mas a paisagem constitui um dos factores que mais contribui para o desenvolvimento do fenómeno.

De facto, a paisagem com todos os seus elementos naturais ou com o “cunho” humano é um elemento geográfico com grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo e que funciona como elemento de acolhimento do turista.

Além do património natural, a cultura e as condições climáticas desempenham, igualmente, um papel importante nos destinos turísticos, em especial a Europa.

A acrescentar a este leque de factores, a melhoria das infra-estruturas económicas, sociais, a divulgação dos diferentes meios de comunicação dos destinos turísticos têm contribuído para o crescimento deste sector.

O acto de viajar passou, em grande número de países europeus, a fazer parte do quotidiano das populações das sociedades industrializadas e uma necessidade, motivado

pelas condições de vida de trabalho intenso e de “stress” que caracteriza estas organizações sociais. Contudo, a sua importância a nível mundial tem vindo a diminuir: entre 1960 e 2000, a Europa perdeu 14,8 % em favor de outras regiões, principalmente, da Ásia/Pacífico e África (Cunha, 1998).

Desde que o turismo europeu deu os primeiros passos, no século XVIII, quando os viajantes iniciaram a enigmática *Grand Tour*, com a aristocracia inglesa que procurava nas grandes cidades europeias aumentar os seus conhecimentos e o sol das praias mediterrânicas, a Europa foi paulatinamente convertendo-se no primeiro espaço turístico mundial.

Os principais destinos turísticos eram identificados com a Europa Meridional e Ocidental. Decorrente de algumas alterações políticas ocorridas nos últimos anos, com particular destaque para a queda do muro de Berlim, o mapa turístico europeu alterou-se substancialmente. França, Espanha, Portugal e Itália mantêm a sua posição cimeira nos principais destinos europeus (Antón, 2002). As mencionadas alterações políticas ocorridas permitiram a outros países, com destaque para a Hungria, Polónia e República Checa, alcançarem um lugar de destaque nos destinos europeus.

Como resultado das novas tendências a Europa é um complexo mosaico de diferentes destinos turísticos com características muito distintas. Um continente repleto de património natural, histórico, arquitectónico e cultural que atrai milhares de turistas.

Por questões que se prendem com os objectivos deste trabalho seleccionamos, em seguida, algumas regiões turísticas europeias para ilustrar o mosaico turístico europeu.

Na Europa nórdica, a Península Escandinava, Finlândia, Islândia e Dinamarca dão à actividade turística características muito específicas. A sua posição em latitude e o relevo geram condições climáticas muito duras, mas possui alguns traços em comum do ponto de vista geográfico e cultural. É a Europa das longas noites inverniais e de grandes espaços recheados de lagos (187.000 na Finlândia) (Mesplier e Duraffour, 2000).

O relevo tem aspectos diferenciados, cuja formação remonta ao Paleozóico, que permitem contemplar paisagens muito diversas e bastante atractivas.

Desde os majestosos Alpes escandinavos que separam a Suécia da Noruega, aos imensos lagos e bosques que são a principal riqueza da Finlândia, e os Fiordes Noruegueses, a Europa Nórdica é um espaço com recursos naturais com grande importância para o turismo (Antón, 200).

A latitudes mais próximas do equador encontra-se outra região que designamos por Europa Atlântica. Esta região é o único espaço banhado pelo extenso Oceano Atlântico que lhe confere uma singular climatologia, caracterizada por forte humidade, temperaturas frescas e abundantes precipitações, que proporciona diversas paisagens naturais que a caracterizam (Antón, 2002) (Mesplier e Duraffour, 2000).

Esta região desde épocas mais recuadas (século XIX) desenvolveu um turismo balneotrópico nos seus centros luxuosos e aristocráticos. As regiões montanhosas do interior partilhavam, igualmente, do interesse dos turistas com especial destaque para o termalismo (Antón, 2002).

O património histórico e cultural é excepcional, em união com uma civilização urbana antiga. Existem numerosas cidades que atraem grande número de turistas ao longo de todo o ano (Mesplier e Duraffour, 2000), nomeadamente Paris, Londres, Hamburgo e outros grandes centros urbanos.

A Revolução Industrial, com início no século XVIII, deixou heranças que atraem, nos dias de hoje, grande número de turistas. Os Museu da mina de Bochum, no Ruhr, os grandes museus industriais de Manchester e de Sheffield, entre outros, são alguns exemplos de património construído pelo homem que atrai turistas de todo o lado. Pelas suas características pensamos que o turismo cultural é das tipologias mais desenvolvidas na região atlântica.

A Europa mediterrânica pode considerar-se como a zona mais cobiçada pelos turistas que chegam de todos os cantos do mundo, com especial relevo para os países europeus.

Esta região desempenhou um papel importante na história da Europa, onde se desenvolveram importantes civilizações (Gregas, Romana, Islâmica, Otomana, Bizantina, etc.) (Antón, 2002). Como resultado desse passado histórico, a região mediterrânica possui um valioso e prodigioso património histórico, arqueológico, cultural e monumental que são patentes em muitas cidades como Roma, Atenas, Florência, ou espaços arqueológicos que são visíveis em Pompeia, Delfos ou Delos. Estes recursos contribuem para que alguns países mediterrânicos sejam os mais turísticos do mundo e tenham um lugar privilegiado para o turismo internacional.

“A variedade geográfica dos países ribeirinhos origina, por sua vez, uma diversidade de paisagens de indiscutível vocação turística que vão desde a prática de todo o tipo de desportos (de Inverno até aos desportos mais radicais e aventura) até ao turismo com ligações à natureza e sua contemplação”. (Antón, 2002:336).

A considerável extensão, com variedade de praias, chuvas escassas e grande luminosidade durante o Verão, o património histórico, a cultura são, entre outros factores, uma das maiores vantagens para esta região europeia (Mesplier e Duraffour, 2000).

A região turística “**Ásia/Pacífico**”, em 1950, apresentava valores que não ultrapassam 1%, enquanto que em 2000 regista 16%. De uma região sem grande importância para o turismo mundial, passou a ter um estatuto de cimeira no ranking mundial.

Num espaço de tempo muito curto, 1980 e 2000, o número de chegadas turistas à **Ásia/Pacífico** quase quintuplicou (Cunha, 2002).

Relativamente à “**Ásia Oriental/Pacífico**” são regiões onde o turismo aumentou de forma espectacular, nas vertentes de turismo emissor e receptor, com especial destaque para o Camboja e Vietname como regiões receptoras, e o Japão como principal mercado emissor (OMT, 1998).

Segundo Costa. Rita e Águas (2001) os aumentos verificados na região **Ásia/Pacífico** devem-se, sobretudo, ao incremento dos fluxos internacionais. Os mesmos autores referem que o crescimento económico, na década de 70, em alguns países daquela região foi responsável pelo aumento verificado. Consideramos que a maior aproximação dos países asiáticos ao Ocidente, resultado de novas políticas, também contribuíram para aumentar o poder de atracção das regiões emissoras. A importância crescente de que o turismo suscita no para o desenvolvimento económico e social, e outra razão que apontamos para o aumento do interesse pela Região da **Ásia/Pacífico**.

As explicações apontadas para este fenómeno devem-se à descoberta destas regiões pelos operadores turísticos e pelo desejo de turistas dos países mais desenvolvidos terem experiências novas.

No que concerne à região a Organização Mundial de Turismo divide a **Ásia** em três regiões diferentes: **Ásia Este-Pacífico**, **Ásia do Sul** e **Oriente Médio** (OMT, 1997).

É uma região que opõe as cadeias montanhosas e as baixas planícies dos países continentais e insulares, e oferece uma grande diversidade climática (Mesplier e Duraffour, 2000). Aqui é possível encontrar áreas desérticas em Gobi, Thar, Rub-al-Jali, climas de alta montanha no Tibete ou, então, climas temperados nas costas japonesas (Garcia e Alfosea, 2002).

É a região mais populosa do mundo mas com uma distribuição espacial muito desigual quer em termos de raças ou de língua.

Esta diversidade de relevo, clima ou população condicionam o desenvolvimento do turismo em algumas áreas. Os desertos, a oeste, funcionam como um obstáculo ao turismo.

Contudo algumas localidades do litoral, zonas arqueológicas e históricas são locais privilegiados para o turismo (Mesplier e Duraffour, 2000). O factor religioso tem, também, grande importância, principalmente no sudoeste da Ásia, para o desenvolvimento do turismo religioso pelos locais de peregrinação.

A Ásia Central é uma região desconhecida pelos turistas ocidentais. A secular Rota da Seda é a imagem de marca do turismo que esta região possui, associada a outros recursos naturais e culturais muito pouco explorados (Garcia e Alfosea, 2002).

A diversidade que a região Ásia/Pacífico apresenta permite o desenvolvimento do turismo cultural que se apoia num património herdado das mais antigas civilizações, nomeadamente na China e Índia onde se podem encontrar santuários budistas e Hindus, vestígios imperiais (Mesplier e Duraffour, 2000), ou o turismo de negócios com em grande desenvolvimento na Austrália e nas grandes economias emergentes do Japão e nos denominados “Quatro Dragões” que são Hong Kong, Taiwan, Singapura, e Coreia do Sul.

O extenso Oceano Pacífico, com a diversidade de ilhas existentes favorece o desenvolvimento do turismo de férias devido, principalmente, à sua diversidade natural e à grande expansão dos transportes aéreos

O Continente africano (quadro n.º 5) embora tenha assistido a um aumento nos últimos anos, tem pequena representatividade nos fluxos turísticos mundiais, quer em termos de região emissora ou receptora. Em 1950 representava 2,3%, em 2000 passou a ser detentora de 3,9% dos fluxos turísticos.

Um facto importante de assinalar é a grande concentração das correntes turísticas em alguns países africanos. Segundo a OMT (1999) dos 53 países que compõem o continente africano, a chegadas de turistas internacionais distribuem-se pelos 20 primeiros com mais de 90% do total.

Apesar de todas as potencialidades que este continente possui, ao nível das suas praias, diversidade cultural, recursos naturais, não é, ainda, um destino de eleição dos turistas. Esta situação deve-se, entre outras causas, aos diversos conflitos bélicos e recessões económicas que ocorrem em alguns países deste continente, à fraca capacidade de competitividade das economias de grande número de países.

As perturbações políticas, militares e alguns problemas de tipo sanitário concorrem para que esta região não seja um destino muito procurado.

Apesar de ser um continente pertencente ao Mundo Antigo, a África foi tardiamente explorada na sua totalidade. As condições adversas, como os extensos desertos as constantes febres e outras circunstâncias hostis foram, durante muito tempo, um obstáculo ao conhecimento profundo do continente. Aquando da enigmática e conhecida “*Grand Tour*” iniciada pela burguesia inglesa, no século XVIII e seguintes, alguns aventureiros e exploradores, patrocinados pela Nobreza ou sociedades geográficas, iniciaram longas expedições pelo interior do continente preenchendo, desta forma, um vazio que constava dos mapas africanos. Nos dias de hoje esta prática turística continua a ser uma das actividades turísticas neste continente (Timón, 2002). Apoia-se, fundamentalmente, na exploração dos recursos naturais, com especial destaque para os parques Nacionais, ou na descoberta da fauna com a realização de safaris fotográficos.

A existência de localidades litorais e interiores e povos da savana ricas em património constitui um grande potencial para o turismo cultural. A diversidade histórica, arte e folclore africano, expressão a variedade étnica do continente são recursos que estão parcialmente explorados (Mesplier e Duraffour, 2000).

Em conclusão podemos afirmar que o mapa de fluxos turísticos mundiais está em transformação. Regiões turísticas que possuíam um estatuto consolidado vêm a sua posição passar para segundo plano, enquanto novas regiões emergem como destinos turísticos importantes e com capacidade de competitividade.

Julgamos necessário, para tornar mais completa esta análise, tecer algumas considerações sobre os principais países turísticos a nível mundial.

As tendências da procura turística mudam, na actualidade, com uma rapidez nunca antes observada. Estas mudanças são resultado de alterações das preferências dos consumidores, que se vão reflectir na procura dos diferentes destinos turísticos mundiais.

Pode observar-se, anteriormente, que nem todas as regiões turísticas mundiais têm a mesma importância no contexto mundial. Da mesma forma os países possuem um peso diferente nas preferências dos turistas. Há países que possuem um estatuto turístico consolidado há muitos anos, outros recentemente entraram no quadro do turismo internacional.

Apesar das chegadas de turistas internacionais ter aumentado vertiginosamente, a sua distribuição pelos países alterou-se profundamente, resultado do crescimento recente de economias emergentes, que resulta na perda de importância de mercados já consolidados, como é o caso da Europa, onde países como a Suíça ou a Irlanda perderam

posição ao longo dos anos (quadro n.º 7). Outros países, caso da China, Polónia, Federação Russa passaram a incorporar o grupo dos principais destinos mundiais (Cunha, 2001).

Quadro n.º 6 – Principais destinos turísticos mundiais (1950–2000)

Anos Posição	1950	1970	1985	1991	1996	1999	2000	2002
1	EUA	Itália	França	França	França	França	França	França
2	Canadá	Canadá	Espanha	EUA	EUA	Espanha	Espanha	Espanha
3	Itália	França	EUA	Espanha	Espanha	EUA	EUA	EUA
4	França	Espanha	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália
5	Suíça	EUA	Áustria	Hungria	China	China	China	China
6	Irlanda	Áustria	R. Unido	Áustria	R. Unido	R. Unido	R. Unido	R. Unido
7	Áustria	Alemanha	Canadá	R. Unido	México	México	Canadá	Áustria
8	Espanha	Suíça	Alemanha	México	Hungria	Canadá	México	México
9	Alemanha	Jugoslávia	México	Alemanha	Polónia	Polónia	Áustria	Alemanha
10	R. Unido	R. Unido	Suíça	Canadá	Canadá	Áustria	Alemanha	Canadá
11	Noruega	Hungria	Hungria	Suíça	R. Checa	Alemanha	Hong Kong	(*) ¹⁰
12	Argentina	Chec.	Jugoslávia	China	Alemanha	Fed. Russa	Hungria	-----
13	México	Bélgica	China	Portugal	Suíça	R. Checa	Grécia	
14	Holanda	Bulgária	Grécia	Chec.	Hong Kong	Hungria	Polónia	-----
15	Dinamarca	Roménia	Portugal	Grécia	Portugal	Portugal	Malásia	-----

Fonte: Cunha (2002) – OMT (2004)

Da análise do quadro conclui-se que a França, Estados Unidos, Itália e Espanha formam um núcleo de destinos turísticos mais procurados desde 1950 até ao presente. Em contraponto, Hong Kong (China), Hungria, Republica Checa entraram recentemente no cenário mundial dos destinos turísticos.

É notória uma redistribuição dos destinos turísticos, ao longo dos anos, com alteração da posição dos países que integram os fluxos. Países que em 1950 tinham uma posição cimeira possuem, agora, uma situação secundária. Contrariamente, outros países que não se destacavam nas correntes turísticas passaram a ter uma posição relevante.

No que concerne à Europa, são os países da Europa Central que constituem os novos mercados turísticos, resultado da maior abertura aos mercados internacionais, a proximidade geográfica com alguns países emissores de turistas e, sobretudo, pela

¹⁰ As estatísticas de OMT apenas dão indicação dos 10 primeiros países “destinos turísticos mundiais”

novidade que estes constituem (Vieira, 1997). É a região que detém o maior número de países receptores de turistas internacionais, com 10 países em 1999.

Facto de assinalar é a constante mudança de posição dos primeiros quatro países ao longo do período em análise. A França, a partir de 1985 permanece solidamente no primeiro lugar nos países com maior captação de turistas internacionais.

Portugal, em 1991, detinha a 13^a posição do *ranking* dos países. Em 1996 passou a estar situado em 15^o lugar. Uma das razões que se poderá apontar para esta descida foram as alterações políticas ocorrida na Europa de Leste, que permitiram a entrada de alguns países para o cenário turístico, com especial destaque para a Polónia e República Checa (Águas, Rita e Costa, 2001).

Após esta breve análise em torno da actividade turística à escala mundial expomos algumas considerações sobre as perspectivas de evolução do turismo.

Assim, e de acordo com a OMT (2004) num estudo elaborado por aquela Organização, com o objectivo de efectuar previsões e avaliar a evolução do turismo, perspectiva que os fluxos turísticos alcançarão, no ano 2020, 1.560 milhões de pessoas.

Por outro lado as regiões com maior afluência correspondem à Europa, Ásia Oriental e Pacífico e as Américas. África, Médio Oriente, e Ásia Meridional constituem outras regiões turísticas que se seguem às anteriores como destinos turísticos (OMT, 2004).

1.4) TURISMO EM PORTUGAL

Após a análise efectuada do turismo mundial no que concerne aos fluxos turísticos, regiões e países turísticos vamos, de seguida, abordar o turismo em Portugal.

Numa primeira fase, faremos um percurso pela história do turismo português, que será apresentada por etapas de desenvolvimento num período compreendido entre 1900 até aos dias de hoje.

De seguida, apresentamos uma análise de dados estatísticos sobre as dinâmicas turísticas em Portugal. Os indicadores apresentados referem-se à entrada de visitantes e turistas em Portugal.

1.4.1) HISTÓRIA DO TURISMO EM PORTUGAL

Vou, como novo andarilho,
garantir ao futuro que Portugal
terá sempre o tamanho universal...

(Miguel Torga)

Fazer um percurso evolutivo do turismo português ao longo da história é uma tarefa que consideramos importante no enquadramento do presente trabalho. Entendemos, contudo, não ser útil, aprofundar o tema pois tal subentenderia, em termos de metodologia, um conhecimento mais detalhado da temática, o que nos levaria a fugir aos objectivos principais desta dissertação. Preferimos, portanto, recorrer a uma consulta bibliográfica centrada em autores que consideramos importantes na área do turismo e, assim, caracterizar alguns aspectos da história do turismo em Portugal.

O gosto pelas viagens foi, desde sempre, apanágio dos portugueses. Desde a fundação da nacionalidade portuguesa a sua população se deslocou dentro e fora das suas fronteiras, fosse por razões comerciais, religiosas ou quais quer outras, em que avulta o desejo da descoberta e conquista de novas terras.

Na Idade Média a importância dada ao acto de viajar era patente no direito medievo que obrigava, a quem tivesse condições para tal, a albergar a Corte, os grandes senhores, os guerreiros ou outros viajantes que se deslocavam dentro das fronteiras do território (Domingues, 2000). Este interesse do Rei manifestou-se na ordenação de construção de pequenas estalagens por todo o reino onde podiam encontrar pouso os viajantes que circulavam por todo o território. Desta forma o acto de viajar quer por razões meramente de lazer ou ócio quer por motivos comerciais ou militares, as viagens começaram, muito cedo, a fazer parte do quotidiano de alguns segmentos da população portuguesa naquela época.

Nesta evolução, ao longo dos tempo, o turismo em Portugal favoreceu o seu desenvolvimento por um conjunto de factores dos quais se destacam a diversidade morfológica e natural, associada a contrastes físicos, à grande riqueza cultural do nosso património, grande parte deixado por antigas civilizações que se estabeleceram na Península Ibérica em épocas mais remotas. Este património não se confina, apenas, aos vestígios e monumentos arquitectónicos mas, também, a formas de ser da população, aos

seus costumes e tradições que são tão diversos de Norte a Sul do território e regiões insulares. Consideramos que Portugal, pela sua posição geográfica, possui um estatuto privilegiado no que concerne às rotas dos turistas internacionais.

Contudo, o desenvolvimento do turismo, nos primeiros anos do anterior século, era muito limitado, fosse pelas deficientes vias de comunicação ou pela ausência de infra estruturas turísticas capazes, os movimentos dos turistas não tinham, ainda, grande amplitude. O termalismo, actividade bastante praticada, era muito confinado a uma clientela nacional e as praias não eram conhecidas do público em geral.

No entanto, o Turismo, tal como o conhecemos hoje e, segundo Vieira (1997), a pesar de possuir alguma importância internacional no final do século XIX, só começou a desenvolver-se e a organizar-se, em Portugal, na década de setenta do século XX.

No século XIX a elite portuguesa gozava férias nas várias estâncias de veraneio existentes na costa, desde Póvoa de Varzim até Cascais, passando por Espinho e Figueira da Foz, ou faziam longas viagens ao longo do Tejo, prenúncios do desenvolvimento gradual do turismo (Vieira, 1997).

O termalismo foi também, durante muito tempo, uma actividade turística muito praticada, ainda que em escala algo reduzida e confinada a grupos familiares de razoável capacidades económicas. Vidago, Pedras Salgadas ou Monchique eram, nos finais do século XIX, locais de destino da nobreza portuguesa que aí se deslocava para tratamento de enfermidades e onde se *“desenvolvia um estilo de vida em que a descontração, o repouso, o entretenimento cultural, social e desportivo, constituíam ingredientes indispensáveis à vitória tanto sobre o stress como sobre o tédio...”* (Domingues, 2000).

A partir da década de setenta do século XX, como atrás referimos, o turismo começou a organizar-se tendo como “grande motor” o binómio “Sol e Praia” que passa a ser o grande atractivo de contingentes de turistas nacionais e estrangeiros.

Cabe aqui referir que já três décadas antes da Segunda Grande Guerra Mundial e no seguimento da reconstrução europeia, Portugal teve algum desenvolvimento turístico, pese, embora, o cenário político e social pouco favorável mas que foi alvo do desenvolvimento turístico da Europa.

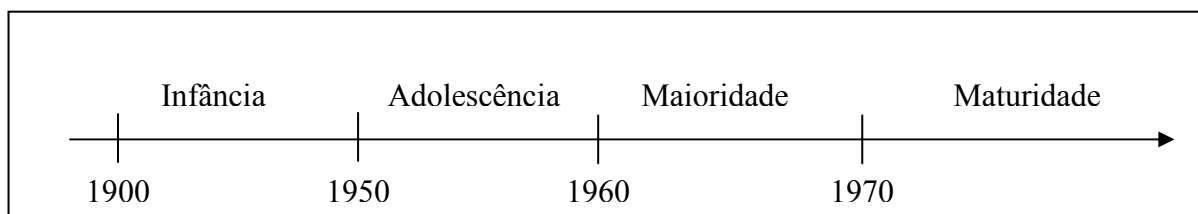
No que concerne ao turismo interno, podemos afirmar que, este, se desenvolveu em maior grau quando a população adquiriu um nível de prosperidade que lhe permitiu canalizar parte dos seus rendimentos financeiros para actividades de lazer, para aquisição de meios de transporte próprios e usufruir das infra estruturas hoteleiras, entretanto construídas.

Deve referir-se, contudo, que o turismo interno começou por ser um privilégio de alguma elite da população e que a sua prática, em quase plenitude, só atingiu o auge durante o terceiro quartel do século XX, acompanhando a tendência do crescimento verificado a nível mundial até à crise petrolífera dos anos setenta.

De maneira a podermos traçar com mais precisão, ainda que muito resumidamente, a história do turismo em Portugal vamos socorrer-nos dos elementos que reputamos de maior interesse e que esclarecem as “idades” do fenómeno turístico português.

Assim, citando Licínio Cunha (1997), a história turística portuguesa pode ser descrita em quatro etapas (figura n.º 4):

Figura n.º 4 – Etapas da evolução do turismo em Portugal



Fonte: Adaptado: Cunha (1997:88)

1.4.2) A PRIMEIRA ETAPA

Esta etapa que, decorre entre 1900 e 1950, é designada de infância (figura n.º 4).

A localização geográfica de Portugal e as boas condições climatéricas que possui, os preços dos bens relativamente baixos, o património, sobretudo cultura, são factores que favoreceram o turismo em Portugal e tornou-o um ponto privilegiado no que concerne a viagens que se realizavam entre o continente europeu e a América no início do século.

Estes atributos permitiram, por exemplo, que Lisboa fosse, no início dos movimentos de massa no princípio do século XX, considerada como uma escala estratégica nas rotas turísticas (Arroteia, 1994).

No entanto, nesta época, Portugal, carecia de infra estruturas hoteleiras, rodoviárias, etc., capazes de fomentar com maior amplitude o turismo em Portugal. A falta destas infra estruturas, as fracas condições de circulação limitavam em muito a oferta turística em Portugal. Por outro lado, o sistema político dominante, muitas vezes avesso a mudanças, a iniciativa privada pouco esclarecida e informada não contribuíram para que o turismo fosse encarado com um sector a desenvolver (Cunha, 1997). Acresce, ainda, que para alguns

círculos mais conservadores na sociedade da época, o turismo era considerado como um veículo de difusão de maus costumes e influenciador da sociedade e cultura portuguesa (Domingues, 2000).

O turismo em Portugal era, no início do século XX, privilégio apenas de alguns portugueses e possuía pouca expressão na económica, mas fruía algum interesse, animação cultural, social e comercial ao nível local (Vieira, 1997). As estâncias termais, a que já aludimos, eram frequentadas por um público elitista e, simultaneamente, desconhecidas da população em geral. As praias também pouco frequentadas limitavam-se a algumas regiões com interesse (Póvoa de Varzim, Espinho, Figueira da Foz, Estoril). Por sua vez a Madeira e Lisboa constituíam os destinos escolhidos pelos turistas internacionais (Cunha, 1997).

Verificava-se, já naquela época, a afluência, pela proximidade ao nosso país, de alguns espanhóis que utilizavam o transporte ferroviário para se deslocarem a Portugal.

Apesar da actividade turística não ter, ainda, grande amplitude houve, no entanto, iniciativas que mostram o despertar para a importância que o turismo representava na economia portuguesa.

Seguindo o exemplo de outros países, em 1911, nasce, em Portugal, o primeiro organismo que irá tutelar o turismo português, o Conselho de Turismo, dependente do Ministério do Fomento e apoiado por uma Repartição de Turismo (Domingues, 2000).

Esta estrutura surge na Sequência do IV Congresso Internacional do Turismo, realizado em Lisboa no mesmo ano, onde se destacou a necessidade de criação de um organismo oficial que fosse responsável pela organização e implementação de uma política de turismo, Cunha (1997) (Domingues, 2000).

O turismo passa, então, a ser considerado um sector importante para a economia portuguesa e uma alternativa para os fracos lucros que a agricultura proporcionava e para um comércio externo muito débil. Apesar de não ser a panaceia para o desenvolvimento do país o turismo foi considerado uma das alternativas para o seu desenvolvimento. Contudo, o turismo em Portugal, neste período, era uma actividade muito restrita. Assim, as estâncias termais, “Madeira e Lisboa” eram, até à época, as únicas regiões com interesse turístico quer para os turistas estrangeiros, quer para os nacionais.

Outro marco importante na História do Turismo português foi a constituição, em 1906, da Sociedade de Propaganda de Portugal (S.P.P.) (Vieira, 1997) que teve como grande mentor Mendonça da Costa, ferroviário e jornalista. De cariz privado e com o apoio das diversas facções políticas, esta sociedade foi responsável pelo desenvolvimento de

diversas acções no âmbito da promoção e desenvolvimento do turismo em Portugal e no estrangeiro (Domingues, 2000).

Do leque de objectivos que se propunha concretizar levou a cabo um conjunto de actividades e iniciativas das quais se destacam a ligação diária entre Lisboa e Paris, pelo comboio Sud-Express, o lançamento da primeira linha de navegação entre Lisboa e Nova York, a realização de uma viagem educacional para a imprensa, que trouxe vários jornalistas britânicos a Portugal (Cunha, 1997).

Deve-se, também, à Sociedade Portuguesa de Propaganda a iniciativa e responsabilidade pela organização do, anteriormente referido, IV Congresso Internacional de Turismo.

Este “organismo” conduziu diligências junto do poder político no sentido de, este facultar facilidades fiscais a projectos hoteleiros localizados em Lisboa, Porto e a mais de 50 km, no interior do país para aumentar a capacidade hoteleira no território (Cunha, 1997).

No campo da divulgação, a Sociedade, funcionou como um instrumento de promoção do país, efectuando a sua divulgação e promoção através da publicação de cartazes, folhetos e realização de “ projecções luminosas”, entre outras acções (Domingues, 2000).

Abriu, em 1920, 143 delegações espalhadas por todo o país, que tiveram, entre outros desideratos, a responsabilidade pela divulgação dos recursos naturais, culturais, artísticos, riquezas artísticas de todo o país, e pela promoção da concorrência estrangeira. O objectivo era fomentar a circulação da população no interior do país de maneira a promover o turismo interno (Cunha, 1997).

Esta instituição desenvolveu, ainda, uma activa promoção de Portugal em Londres e Bordéus, sendo-lhe reconhecido o estatuto de “Instituição de Utilidade Pública” através do Decreto 6640 de 3 de Março de 1920 (Domingues, 2000).

Apesar de todas as iniciativas implementadas, o clima de instabilidade política que se viveu em Portugal foi um dos factores, entre outros, que não permitiram nem favoreceram a construção de um projecto turístico capaz de tornar este sector competitivo na economia e sociedade portuguesa. O turismo foi considerado, antes da Primeira Grande Guerra, uma actividade a desenvolver, mas a instabilidade política da I República não permitiu a criação de condições que favorecessem o seu desenvolvimento nem a elaboração de um projecto turístico que orientasse as acções de promoção no exterior e o seu desenvolvimento dentro das fronteiras portuguesas (Arroteia, 1994).

Apenas o sector privado levou a cabo algumas iniciativas nesse sentido. Destaca-se, como exemplo, a edição, em 1915, da Carta Itinerária de Portugal e, em 1930, a publicação dos primeiros Itinerários Turísticos sob a orientação do Automóvel Clube de Portugal (Arroteia, 1994)

A eclosão da primeira grande guerra trouxe consequências nefastas para todos os sectores de sociedade, nomeadamente para o Turismo.

Aquando do grande conflito mundial Portugal ficou à margem do mesmo e tornou-se um refugio para cidadãos de outras nacionalidades que, pelo estatuto social que possuíam atraíam outros clientes ao nosso país. Este afluxo de visitantes permitiu dar maior incremento e vigor a algumas estâncias turísticas em Portugal já conhecidas pelo turista estrangeiro (Arroteia, 1994), no entanto, estas, eram limitadas aos grandes centros urbanos e seus arredores. O Algarve era, na época, praticamente desconhecido.

Apesar das vicissitudes da Guerra, o desenvolvimento do Turismo continuou e efectuaram-se reformas importantes.

A construção da rede de Pousadas de Portugal, o Plano de Aproveitamento do Estoril, com o lançamento do projecto da estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva do Estoril, em 1914, a criação das Casas de Portugal em Paris, Londres e, mais tarde, em Antuérpia é uma prova das acções de promoção turística após a primeira Grande Guerra Mundial (Cunha, 1997:89).

Todos os esforços, acções e investimentos que foram levados a cabo para a promoção do turismo foram alimentando esperanças de um futuro mais promissor no sector. (Arroteia, 1994).

Assim, em 1920 ocorre uma reforma da estrutura existente. Criou-se a Administração Geral de Estradas e Turismo onde foi integrada a Repartição do Turismo.

No âmbito desta reforma, foi criado o Fundo de Viação e Turismo, que tinha como objectivos, entre outros, a continuação da promoção e desenvolvimento do Turismo em Portugal.

As organizações então existentes, não possuíam meios de acção ou eram inadequadas para o desenvolvimento do turismo, tendo sido feita nova reforma. Em 1929 é criado o Conselho Nacional de Turismo cuja génese coincide com a organização das exposições em Sevilha e Barcelona. Na expectativa de acolher turistas estrangeiros, em Portugal, que se dirigiam às exposições, a guerra civil de Espanha impediu que os objectivos fossem alcançados. Este conflito limitou bastante as correntes turísticas internacionais afectando, sobretudo a Península Ibérica.

A eclosão da Guerra civil espanhola, em 1936 e, posteriormente a Segunda Grande Guerra, quebrou a tendência ascendente de entrada de turistas estrangeiros com consequências obviamente graves para a actividade turística em Portugal.

As consequências do conflito mundial foram visíveis em toda a Europa parcialmente destruída. A sua recuperação e reabilitação económica só foram possíveis, em grande parte, com as ajudas do Plano Marshall mas, sobretudo, pela grande determinação dos países europeus em repor uma Europa que foi destruída pela guerra, apesar do clima que se viveu durante o período designado de “Guerra-fria”.

Em 1943, ainda no seio do grande conflito mundial, em que Portugal não teve uma participação activa, António Ferro, então Director do Secretariado da Propaganda declarava que o turismo era uma indústria de luxo. O mesmo António Ferro era da opinião que se devia preparar de forma “silenciosa” e em tempo razoável e possível as condições para receber os turistas estrangeiros que se avizinhavam (Oliveira e Cymbron, 1994).

Os anos 40, com o turismo tutelado pelo referido Secretariado, foram pautados pela reflexão e criação de algumas estruturas para o desenvolvimento do turismo, com destaque para a renovação do parque hoteleiro. Das medidas implementadas refere-se o projecto de construção de uma rede de estalagens espalhadas por todo o país e cinco pousadas, estas últimas, inscritas no Plano de Realização do Duplo Centenário de 1940. A primeira destas cinco unidades a ser inaugurada ocorreu, em 1942, em Elvas (Arroteia, 1994).

Outra acção levada a cabo pelas entidades oficiais foi a organização da Exposição do Mundo Português, em Junho de 1940, integrada nas celebrações do 8º centenário da fundação de Portugal e do 3º da recuperação da Independência (Oliveira e Cymbron, 1994).

Esta exposição cujos objectivos eram apresentar uma síntese da História dos feitos dos portugueses por todo o mundo ao longo dos séculos, possui um grande interesse e era forte atractivo para o turista internacional. Mas, a sua inauguração poucos dias após a invasão de Paris pelas tropas alemãs impediu que este evento alcançasse o sucesso desejado.

Nos pós guerra, as correntes turísticas começam a aumentar significativamente com destaque para as viagens de negócio, peregrinações a Fátima e alguns visitantes americanos e brasileiros (Cunha, 1997).

Ao longo do período 1900 – 1950 Portugal, apesar de todas as acções desenvolvidas nesse sentido, não conseguiu alcançar uma posição de destaque no turismo mundial. A

ausência de políticas capazes de conduzir o turismo a níveis de desenvolvimento idênticos aos restantes países europeus está na base do fraco crescimento do turismo neste período.

1.4.3) A SEGUNDA ETAPA

A Segunda etapa do turismo português, que decorreu entre 1950 e 1960, é intitulada de fase da adolescência.

Após a 2ª Grande Guerra a Europa, liberta dos evasores, despertou para novas realidades e novos mercados que foram resultado da reorganização política de países tradicionais e do aparecimento de outros resultado do processo de descolonização então verificado. A política de investimento, em algumas regiões do planeta onde proliferavam recursos naturais, sobretudo energéticos, a par do desenvolvimento tecnológico ocorrido, foram factores fundamentais para a reorganização da economia mundial. Neste contexto de recuperação o turismo renasce, ainda que de forma tímida e é encarado como um remédio, em que muitos países passam a acreditar e que era necessário desenvolver.

As estratégias adoptadas por diversos governos, nomeadamente a criação de incentivos ao investimento no turismo, obtiveram êxito ao longo da década de sessenta que se reflectiu no aumento dos índices de crescimento bastante elevados que, por exemplo, só em Portugal o número de estrangeiros entre 1960 e 1970 teve um aumento de cerca de 950% (Domingues, 2000).

As sequelas da segunda Grande Guerra Mundial, com uma Europa parcialmente destruída foram visíveis após o conflito, a que se seguiu um período de recuperação económica e “uma nova” era para o turismo mundial.

Em Portugal, apesar de possuímos belas paisagens, condições climáticas excepcionais, recursos culturais diversificados, boa hospitalidade, que permitiam o desenvolvimento do turismo, carecíamos, no entanto, de infra estruturas, de atractivos, capazes de satisfazer as solicitações dos turistas que escolhiam o nosso território como destino de visita ou férias (Cunha, 1997). A tomada de consciência da importância que o turismo devia ser considerado como uma actividade económica bastante produtiva, conduz a que este seja encarado numa nova perspectiva, permitindo que o turismo “iniciasse” o seu processo de crescimento.

Para a satisfação da procura crescente, que então se verificava, foi aproveitado todo o potencial turístico de algumas regiões de Portugal onde a procura era mais intensa, com especial destaque para o Algarve e Madeira. Nestas regiões e a nível nacional a ausência de regulamentação adequada para o sector facilitou a acção dos especuladores imobiliários que resultou em consequências graves, nomeadamente no ordenamento urbanístico e em menor dimensão em alguma degradação ambiental.

Nesta continuidade pela importância atribuída ao sector turístico, as entidades governativas decidiram, na década de sessenta do século XX, reorganizar a estrutura oficial do turismo. Das medidas implementadas destaca-se a transformação de Direcção dos Serviços de Turismo num Comissariado de Turismo e a criação do Centro Nacional de Formação Turística e Hotelaria que seria responsável pela formação profissional dos trabalhadores das actividades turísticas (Domingues, 2000).

Mas entidades governativas tomaram consciência da necessidade de implementar políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal que, em termos políticos, estava a ficar isolado no contexto internacional e, neste contexto, o turismo constituía uma das vias para desbloquear o isolamento e uma via de promoção de Portugal no estrangeiro. Assim, em 1952, é apresentado à Assembleia Nacional, um projecto de Estatuto do Turismo. Este documento será o ponto de partida para a génese dos diplomas que serão a base fundamental do desenvolvimento do turismo em Portugal (Cunha, 1997).

Com a legislação, então, em vigor passou a ser possível a criação de “regiões de turismo” em concelhos que possuíam recursos considerados relevantes para o turismo, nomeadamente praias, zonas com património monumental, ou estâncias hidrológicas e climáticas de interesse. Em 1952 eram já 83 as zonas turísticas existentes em Portugal, tuteladas por comissões municipais ou por juntas de turismo (Cunha, 1997)

Em 1954, a Lei 2073 legislava sobre o exercício da indústria hoteleira. Esta concedia um conjunto de privilégios fiscais a actividades hoteleiras com o objectivo de fomentar o desenvolvimento da indústria turística (Cunha, 1997)

Em 1956 a publicação da Lei 2082 – Considerada a Lei Base do Turismo – atribui competências em matéria de turismo ao Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Foi neste período criado o Fundo de Turismo que tinha como objectivo assegurar o fomento do turismo (Cunha, 1997)

Em anos posteriores, foram publicados vários diplomas legais com relevância para o desenvolvimento do turismo português. As medidas adoptadas revelaram-se bastante

favoráveis para este sector, que passou a ter maior significado para a economia nacional, apesar de não obter resultados muito elevados em comparação com os países europeus.

Apesar de ter pouca representatividade no contexto mundial, o turismo português passou a ter algum dinamismo, chegando a ultrapassar alguns sectores económicos tradicionais como a cortiça e o vinho do Porto (Cunha, 1997).

Os efeitos das políticas implementadas reflectem-se no número de entradas de turistas estrangeiros no país, que aumenta a cada momento e o turismo passa a ser considerado um sector chave para o desenvolvimento económico do país que era importante fomentar.

Em finais dos anos cinquenta o turismo era encarado por alguns sectores da sociedade como o antídoto para muitos males que assolavam o país, principalmente o estado de subdesenvolvimento a que estava voltado (Domingues, 2000).

No resto da Europa ocorriam grandes alterações no sector como o aparecimento de operadores turísticos, diversificação dos meios de alojamento, prática de preços baixos trouxeram novas formas de viver pela população europeia.

Estas novas realidades e as vantagens do turismo moderno, além fronteiras parecia trazer, despertou o desejo dos responsáveis governativos em apoiar iniciativas do sector privado que se propunham a participar no desenvolvimento do turismo (Domingues, 2000).

Estamos de acordo com vários autores ao afirmar que foi após o final da Segunda Grande Guerra Mundial que o turismo iniciou o seu desenvolvimento até aos níveis que hoje em dia podemos verificar.

Factores vários possibilitaram esta transformação, entre eles, a modernização da sociedade do pós guerra que possibilitou maior disponibilidade de tempo livre e, simultaneamente, maior poder de compra e aumento do nível da qualidade de vida das pessoas. Quando a satisfação das necessidades básicas da população deixou de constituir a razão principal do trabalho, a classe média passa a satisfazer outras necessidades, tais como as viagens.

Noutra ordem de factores, a instituição do direito a gozo de férias e fins-de-semana permitem o incremento das viagens. As acções de publicidade através de imagens apelativas, divulgadas pelos diferentes meios de comunicação, *“estimularam a necessidade de evasão, fuga à rotina do dia a dia da vida agitada das grandes cidades, das “Lívidas Colmeias” sociais onde o ócio e a graça, a liberdade, a solidão e o “sonho” são cada vez mais raros”* (Oliveira e Cymbron, 1994:39)

1.4.4) A TERCEIRA ETAPA

Esta etapa que decorre entre 1960 até 1970 intitulada de maioridade. Ao longo do século XX a década de sessenta foi um período de auge para o turismo nacional e designada de “década de ouro do turismo português” (Domingues, 2000).

É a fase de maturidade do turismo português. Segundo Cunha (1997), no ano de 1964 tem início o verdadeiro desenvolvimento do turismo em Portugal. Para este arranque contribuiu a recuperação económica, já iniciada em anos anteriores, nos países industrializados que foram afectados pelo flagelo da guerra. A generalização das férias pagas, a aquisição de automóvel particular por grande parte da população europeia, o desenvolvimento dos meios de transporte, com especial destaque dos meios aéreos, maiores rendimentos auferidos pelas famílias, permitiram o incremento das viagens por toda a Europa. Estas viagens tinham como destinos privilegiados os países da orla meridional.

Portugal que sempre beneficiou com a sua posição geográfica, e condições climáticas, passa a atrair grande número de turistas estrangeiros, também, pelos baixos preços praticados.

Neste período de explosão turística surgem grandes empreendimentos e complexos turísticos com destaque para o Algarve, Madeira e Tróia. Estes três pólos concentram as atenções dos investidores e colocam numa posição periférica alguns centros tradicionais (Cunha, 1997).

Apesar de tudo, a pouca preparação que o país tinha em matéria de planeamento de estratégias e implementação de acções no sector turístico e a falta de infra estruturas capazes conduz a grandes desequilíbrios neste sector.

Conscientes das fragilidades que o turismo apresentava, as autoridades políticas passam, então, a incluir o turismo nos Planos de Fomento. No decurso dos anos 60, o turismo é, finalmente, referido no Plano de Fomento (1965-1967) e nos III e IV Planos de Fomento. A par destas iniciativas o turismo continua a crescer, através de grandes contingentes de estrangeiros que cruzaram as nossas fronteiras, fluxos que ultrapassaram um milhão de turistas em 1964 (Arroteia, 1994).

No entanto, continua a não haver um modelo de desenvolvimento turístico, nem o seu enquadramento numa política global de ordenamento do território, apenas nos Planos de Fomento, situação que provoca algum descontrolo nas acções levadas a cabo, resultando

num desgaste e descaracterização de algumas zonas que eram consideradas como destinos turísticos de excelência. As regiões do interior, ricas em património e cultura foram relegadas para segundo plano, com o abandono do turismo no interior e de todo o potencial turístico que estas regiões possuem, tal como o termalismo, gastronomia e paisagens naturais, promovendo-se, unicamente, um turismo elitista e para sectores da população mais favorecidos economicamente. Neste período a procura era dominada pelo binómio “sol e praia” que, é tão abundante em Portugal, de forma que o desenvolvimento do turismo se centrava na exploração destes atractivos relegando as regiões do interior tão ricas em potencial turístico.

No que concerne à promoção do turismo no estrangeiro, foi alargada a rede de “casas de Portugal” aos principais países emissores de turistas que tinham como destino Portugal (Cunha, 1997).

Na década de 60, em Portugal, o número de estrangeiros entrados no país aumenta e as taxas de ocupação hoteleira superaram as expectativas. Porém, a oferta turística limitava-se à exploração do “turismo sol e praia” a que já aludimos e no desenvolvimento de atractivos nas regiões costeiras do território. Como anteriormente, o turismo no interior, nas regiões rurais e periféricas nunca foi considerado de grande relevância económica, apesar da riqueza que estas regiões possuíam e possuem na actualidade. Nesta época o turismo era sinónimo de “litoral” seguindo as tendências de outros países com semelhantes características físicas como Portugal.

1.4.5) A QUARTA ETAPA

Esta etapa do turismo português, com começo em 1970, segundo Licínio Cunha (1997), tem início num período de crise económica internacional a par da revolução do 25 de Abril de 74.

Se a década de 60 se pautou por um período promissor, o mesmo já não se poderá afirmar relativamente à década seguinte, onde ocorreram acontecimentos que provocaram alguma perturbação no ritmo de crescimento do turismo nacional (Domingues, 2000).

A crise do petróleo, com repercussões a nível mundial, as convulsões políticas internas, foram alguns acontecimentos que se reflectiram na economia e no desenvolvimento do turismo nacional.

A Revolução de Abril teve como efeito imediato a redução do número de entradas de visitantes estrangeiros. A recuperação só se viria a verificar nos finais da década de 70 (Domingues, 2000) ao registarem-se 2,3 milhões de visitantes, em 1979, valor muito superior ao verificado em 1970, com pouco mais de 1,5 milhões de visitantes estrangeiros.

(Domingues, 2000:60) considera que a década de setenta correspondeu “ *a uma espécie de hiato entre o período dinâmico, optimista e promissor da década de 60 e os anos 80...* ”.

A crise económica internacional provoca alterações na sociedade que se reflectem nos comportamentos dos turistas e Portugal sofre grandes quebras nas entradas de estrangeiros. A recuperação do turismo português dar-se-á segundo Cunha (1997), essencialmente, a partir da década de 80, período em que a situação política em Portugal já era mais estável do ponto de vista socioeconómico.

Estava a viver-se uma época de euforia que teve efeitos perversos no turismo. Este sentimento eufórico conduziu os investidores, em busca do lucro fácil, que levassem a cabo acções mais numa perspectiva do lucro do que guiados por uma visão racional e com conhecimento do sector. Mais uma vez, a política levada a cabo, ou a sua ausência, produziu grandes desequilíbrios e graves problemas neste sector.

Foi o que se verificou no Algarve. No que respeita à ocupação dos espaços, a explosão imobiliária provocou a destruição dos espaços não urbanizados, onde havia recursos naturais a preservar e a valorizar, foram ocupados com blocos de edifícios e o que constituía um espaço de lazer, rapidamente se tornou num estaleiro de construção civil (Cunha, 1997). Esta destruição foi anárquica, agravou desequilíbrios, gerou disfunções ambientais e um desordenado aproveitamento dos espaços que teve como consequência o caos urbanístico que é bem patente, nos dias de hoje, sobretudo na região do Algarve.

Na década de 80, para fazer face aos problemas que o turismo enfrentava e de forma a adoptar uma nova estratégia de desenvolvimento turístico foi elaborado um Plano Nacional de Turismo (Cunha, 1997).

Este documento tinha como principais objectivos:

- a) Contribuir para a atenuação dos défices cambiais:
- b) Contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais:
- c) Contribuir para melhoria da qualidade de vida dos portugueses:
- d) Contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural.

Este Plano cuja filosofia era a da melhoria qualitativa do turismo proporcionou um conjunto de medidas importantes, das quais se destacam o relançamento do termalismo, construção de escolas de hotelaria.

Na sequência deste documento foi criado o Instituto de Promoção Turística que teve com a incumbência a promoção do turismo.

Outra das medidas levadas a cabo foi o lançamento do Turismo em Espaço Rural¹¹ e reformulação da legislação de forma a torná-la mais adequada às características do sector. Contudo, este Plano não viu os seus objectivos totalmente alcançados. Algumas medidas previstas não foram implementadas ou foram mesmo abandonadas ao longo dos tempos (Cunha, 1997).

Julgamos interessante acrescentar as perspectivas de outros analistas relativas às fases do Turismo Nacional

Assim, Quadros (1986), em sintonia com Licínio Cunha, amplamente citado, identifica quatro etapas na evolução do turismo em Portugal que se caracterizam por diferentes orientações e políticas.

Uma primeira fase que denomina de “primitiva” que decorreu antes dos anos 40, período onde tem início a definição de uma política de turismo. É considerada a fase embrionária e onde o turismo deu os primeiros passos em direcção ao desenvolvimento. Segue-se a fase “cultural” ocorrida nas duas décadas seguintes. Uma terceira, denominada “economista” que se prolongou até aos dias de hoje e coincide com a explosão do turismo de massas.

Nesta última fase de consolidação do turismo e da emergência surge uma nova concepção do turismo nacional. O “novo produto” emergente é direccionado para turistas que são atraídos pelos factores naturais – sol e praia – mas para outra clientela que procura outros atractivos que o nosso país lhe pode oferecer (Arroteia, 1994).

¹¹ Decreto-Lei nº 192/82, de 19.5 – Cria os Parques de Campismo Rurais.

Decreto Regulamentar nº 13/2002, de 12.03 - Estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.

O TER compreende os serviços de hospedagem prestados nas seguintes modalidades: Turismo de Habitação; Turismo Rural; Agro-Turismo; Casas de Campo; Turismo de Aldeia Hotéis Rurais; Parques de Campismo Rural. (D.G.T., 2004)

Noutra perspectiva evolutiva do turismo referimos Alpendurada (citado por Arroiteia, 1994) que identifica, também, diferentes etapas tendo em conta a tutela do Estado.

A fase de arranque do sector denominada “*fase da compreensão*” que se caracteriza pelo processo de arranque e desenvolvimento do sector. Esta fase, segundo o mesmo autor, desenvolveu-se desde o início do século até aos anos 40.

Segue-se o momento – “*fase da promoção*” em que se procurou chamar as correntes turísticas internacionais. Para concretizar este desiderato, o Estado promoveu e desenvolveu acções de divulgação que decorreram durante os anos 50.

A concessão de incentivos complementares aos investimentos de capitais próprios no sector turístico, através do Fundo de Turismo e do Orçamento de Estado foi patente numa terceira fase que se concretizou após os anos cinquenta, caracterizada “*fase de política sectorial*”.

Na década de oitenta ocorreu a “*fase de política regional*” recorrente da estratégia definida no Plano de Turismo. Esta estratégia visou, principalmente, a criação de incentivos com predominância para as regiões do interior do país.

Estas etapas de evolução do turismo culminaram num estágio evolutivo denominado “turismo de massas” que teve início em algumas regiões da costa portuguesa. Este tipo de turismo trouxe, como é óbvio, preocupações decorrentes do próprio fenómeno, em que avulta a “alta pressão” sobre as estruturas (Arroiteia, 1994).

Pela abordagem que efectuamos anteriormente podemos, então, concluir que o desenvolvimento do turismo em Portugal, ao longo do anterior século passou por diferentes estádios de desenvolvimento cujos acontecimentos sociais e económicos foram decisivos para o seu crescimento. Somos do entendimento que se tivesse havido um maior empenhamento e consciencialização, por parte dos diversos domínios da sociedade, no que concerne à importância que o turismo revestia na época, princípios do século XX, este poderia ter seguido uma outra rota que evitaria os desequilíbrios que provocou ao longo do seu percurso até à actualidade.

1.4.6) DINÂMICAS TURÍSTICAS EM PORTUGAL

Já foi referido, neste trabalho, que o desenvolvimento do turismo em geral depende de um conjunto variado de factores. Em Portugal, como descrevemos, a actividade turística teve o seu grande impulso após a década de sessenta para o qual contribuiu, entre outros factores, o desenvolvimento das regiões costeiras do Sul e a melhoria do parque hoteleiro que se foi incrementando em todo o país. Deve referir-se ainda a melhoria das vias de comunicação, dos meios de transporte, a modernização dos equipamentos e meios de promoção turística.

A evolução do turismo acentou sobretudo, na exploração das estâncias balneares que constituíam uma das modalidades que mais clientela cativou. Desde a Costa do Estoril, passando pela Figueira da Foz e Póvoa de Varzim e, mais tarde a Costa Algarvia, o turismo português desenvolveu-se, inicialmente, em torno destas regiões. Mais recentemente começou a incorporar outras modalidades que contribuíram muito para o seu engrandecimento, nomeadamente o turismo em espaço rural, o turismo natureza e o termalismo, este, agora, modernizado e em fase de reafirmação após um período de perda de importância em favor das outras modalidades.

Contudo, a tomada de medidas de promoção e desenvolvimento só ocorreu quando se alcançou, em Portugal, um desenvolvimento económico semelhante aos restantes países desenvolvidos.

Neste ponto do trabalho iremos proceder à apresentação e análise da evolução dos fluxos turísticos em Portugal no período compreendido entre 1950 e 2003. Para a sua concretização, seleccionamos indicadores referentes às entradas de visitantes e turistas internacionais e respectivos países de origem.

Consideramos importante referir que a informação estatística existente não permite efectuar análises muito rigorosas, dado que, a recolha de informação estatística sistematizada só teve início na década de 60 e não obedeceu a critérios muito uniformes (Cunha, 1997).

A procura turística está intimamente relacionada com a tomada de decisão que as pessoas realizam quando planificam as suas actividades de ócio (OMT, 1998).

Na sua forma física a procura turística pode ser entendida como todas as viagens que as pessoas realizam para fora do seu ambiente habitual de residência em direcção a

outro local que dão origem aos fluxos turísticos e cuja medição é efectuada pelas chegadas às fronteiras de cada país e pelas dormidas nos meios de alojamento (Cunha, 2001).

Relativamente ao indicador da procura externa, o quadro n.º 7 permite observar que esta apresenta uma evolução positiva ao longo do período considerado. Registaram-se, em Portugal, 76.000 visitantes, em 1950, e em 2003 o valor cifrou-se em 27.530 milhões de visitantes, respectivamente.

O crescimento não foi, contudo, uniforme ao longo do período considerado. Na década de sessenta até aos anos setenta as taxas de crescimento do turismo internacional obtiveram valores superiores às médias verificadas em toda a Europa e mundo, passando a ter um ritmo de crescimento, mais recente, aproximado aos valores mundiais. Como se pode verificar o ano de 1964 foi um marco decisivo na evolução do turismo nacional ao registar, pela primeira vez, valores superiores a um milhão. Nesta época o turismo configurou-se numa nova actividade económica, de contornos pouco conhecidos mas muito atraente (Cunha, 1997).

Outro ano a destacar foi 1973 em que as entradas de estrangeiros ultrapassaram a barreiras dos 4 milhões.

Entre 1974 e 1975 ocorreu uma desaceleração na entrada de turistas internacionais, situação que pode ser justificada pela convulsão política ocorrida na época. Nos anos posteriores verifica-se um crescimento como se trate de um processo de recuperação.

Vieira (1997:89) apresenta como outro factor de variação o reduzido número de países emissores de turistas com destino a Portugal. Segundo o mesmo autor estas ocorrências são atribuídas a manifestações nos países emissores de turistas, *“nomeadamente o seu maior ou menor vigor no crescimento económico, a relação cambial com as respectivas moedas e a vigorosa penetração nesses mercados de outros destinos concorrentes com Portugal”*, provoca quebras ou aumento do número de turistas.

De acordo com o quadro n.º 7, durante a década de sessenta ocorreu o crescimento mais elevado, em que os valores duplicaram. Fenómeno semelhante verificou-se na década de oitenta, onde os valores quase triplicaram. Na década de noventa o turismo revela um crescimento pouco significativo na entrada de estrangeiros com especial destaque para a diminuição registada em 1993. Nos restantes anos a procura externa é oscilante e de alguma incerteza. Apenas se verifica tendência para a estabilidade nos últimos anos da década de noventa, que encerra com uma evolução positiva.

Do volume total de entrada de visitantes nas fronteiras nacionais, uma percentagem corresponde a turistas que, como tal, usufruem e utilizam as infra-estruturas, com destaque para o alojamento.

Quadro n.º 7 – Evolução do turismo em Portugal (1950-2003)

Anos	Entrada de Visitantes (milhares)	Entrada de Turistas (milhões)	Anos	Entrada de Visitantes (milhões)	Entrada de Turista (milhões)
1950	76	-----	1978	3389	1680
1951	86	-----	1979	5287	2255
1952	110	-----	1980	6977	2708
1953	152	-----	1981	7277	3021
1954	165	-----	1982	7299	3164
1955	202	-----	1983	8875	3714
1956	232	-----	1984	9811	4118
1957	251	-----	1985	11692	4989
1958	263	-----	1986	13057	5409
1959	296	-----	1987	16173	6102
1960	352	-----	1988	16076	6624
1961	375	-----	1989	16476	7116
1962	409	-----	1990	18422	8020
1963	514	-----	1991	19641	8657
1964	1008 *	-----	1992	20742	8885
1965	1510	-----	1993	20579	8434
1966	1929	-----	1994	21758	9132
1967	2517	-----	1995	23066	9706
1968	2511	-----	1996	23250	9730
1969	2785	-----	1997	24244	10172
1970	3343	-----	1998	26560	11295
1971	3867	-----	1999	27016	11632
1972	3925	-----	2000	28014	12097
1973	4079	-----	2001	28149	12167
1974	2622	1383	2002	27193	11644
1975	1966	889	2003	27532	11707
1976	2178	958			
1977	2962	1396			

Fonte: Cunha (1997, 2001) – (OMT (2004) – DGT (2004)

* A partir deste ano a unidade corresponde a milhões

Os dados de que dispomos compreendem o período entre 1974 e 2003. Assim, em 1974, entraram 1,383 milhões de turistas em Portugal, valor que decresceu para 889 em 1975. A recuperação só ocorreu no ano de 1997 em que a entrada de turistas voltou a ultrapassar a barreira do milhão.

Interessa referir que foi, igualmente, na década de oitenta quando se registou grande incremento de entrada de turistas em Portugal. Nos anos noventa os turistas estrangeiros ultrapassaram os 8 milhões.

Relativamente aos países que procuram Portugal para a prática de turismo o quadro n.º 8 expressa esta componente dos principais países geradores de fluxos turísticos.

Quadro n.º 8 – Evolução da procura turística em Portugal por países de origem (1998 – 2003)

Países	Anos						Var. (%) 03/02	% Total 2003
	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
Alemanha	977498	979817	1035823	978264	905970	917095	1,2	3,3
Áustria	60510	61623	60590	60158	59287	61050	3,0	0,2
Bélgica	243663	238980	255558	265535	251021	264595	5,4	1,0
Dinamarca	130067	141577	141538	135190	129296	132163	2,2	0,5
Espanha	20318618	20507420	21174508	21363041	20705861	20825308	0,6	75,6
Finlândia	72801	79286	78030	75428	75888	81285	7,1	0,3
França	770421	763404	809416	849233	866747	866921	0,0	3,1
Grécia	21365	23415	21108	19880	20351	22061	8,4	0,1
Holanda	462740	483348	526175	520334	507553	512121	0,9	1,9
Irlanda	111808	130211	127861	130886	138042	146897	6,4	0,5
Itália	297832	307103	322437	344967	321259	320497	-0,2	1,2
Luxemburgo	32009	31023	43317	34057	34253	38051	11,1	0,1
Noruega	38029	44935	49144	49533	46042	48179	4,6	0,2
Reino Unido	1834437	1969507	2020536	2099688	1972987	2094313	6,1	7,6
Suécia	124329	131001	138143	146272	138924	137024	-1,4	0,5
Suíça	107320	107556	115851	117644	111644	113115	1,3	0,4
Canadá	93902	99635	111638	113307	103205	108458	5,1	0,4
Brasil	120043	106710	126904	119847	118226	120483	1,9	0,4
EUA	273471	282083	315009	273656	263861	279069	5,8	1,0
Japão	46656	44471	47998	45274	48176	45460	-5,6	0,2
Outros	422212	483202	500919	407717	375327	398209	6,1	1,4
Total	26559731	27016307	28013963	28149911	27193920	27532354	1,2	100

Fonte: DGT (2004)

Pela observação e análise dos dados pode-se afirmar que o ritmo anual de crescimento entre 1998 e 2003 foi positivo. Em 1998 o número de entradas de visitantes foi de 26.559.731 e em 2003 entraram em Portugal 27.532.354 visitantes. Entre 2001 e 2002 ocorreu uma diminuição nos valores das entradas de visitantes. Em 2003 o valor voltou novamente a subir embora inferiores em relação a anos anteriores a 2002.

No topo dos países encontram-se Espanha, Reino Unido e Alemanha posição que mantêm ao longo do período em análise (quadro n.º 9).

Os restantes países geradores de fluxos turísticos para o território português são, principalmente, países da União Europeia. A França e Holanda ocupam o terceiro e quarto lugar no grupo dos países emissores de visitantes em Portugal.

Pode deduzir-se que a procura de Portugal por turistas externos à Europa tem pouca expressão no período considerado.

Quadro n.º 9 – Posição dos países emissores de visitantes a Portugal (1998-2003)

Posição \ Anos	Anos					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
2	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido
3	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha
4	França	França	França	França	França	França
5	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda
6	Outros	Outros	Outros	Outros	Outros	Outros
7	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália
8	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA
9	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Bélgica
10	Dinamarca	Dinamarca	Dinamarca	Suécia	Suécia	Irlanda
11	Suécia	Suécia	Suécia	Dinamarca	Irlanda	Suécia
12	Brasil	Irlanda	Irlanda	Irlanda	Dinamarca	Dinamarca
13	Irlanda	Suíça	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
14	Suíça	Brasil	Suíça	Suíça	Suíça	Suíça
15	Canadá	Canadá	Canadá	Canadá	Canadá	Canadá
16	Finlândia	Finlândia	Finlândia	Finlândia	Finlândia	Finlândia
17	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria
18	Japão	Noruega	Noruega	Noruega	Japão	Noruega
19	Noruega	Japão	Japão	Japão	Noruega	Japão
20	Luxemburgo	Luxemburgo	Luxemburgo	Luxemburgo	Luxemburgo	Luxemburgo
21	Grécia	Grécia	Grécia	Grécia	Grécia	Grécia

Fonte: DGT (2004)

A análise que efectuamos refere-se ao total de visitantes estrangeiros entrados em Portugal. Decompondo estes em Turistas e Excursionistas o quadro n.º 10 e figura n.º 5 seguintes ilustram a evolução dos dois indicadores no período entre 1998 e 2003.

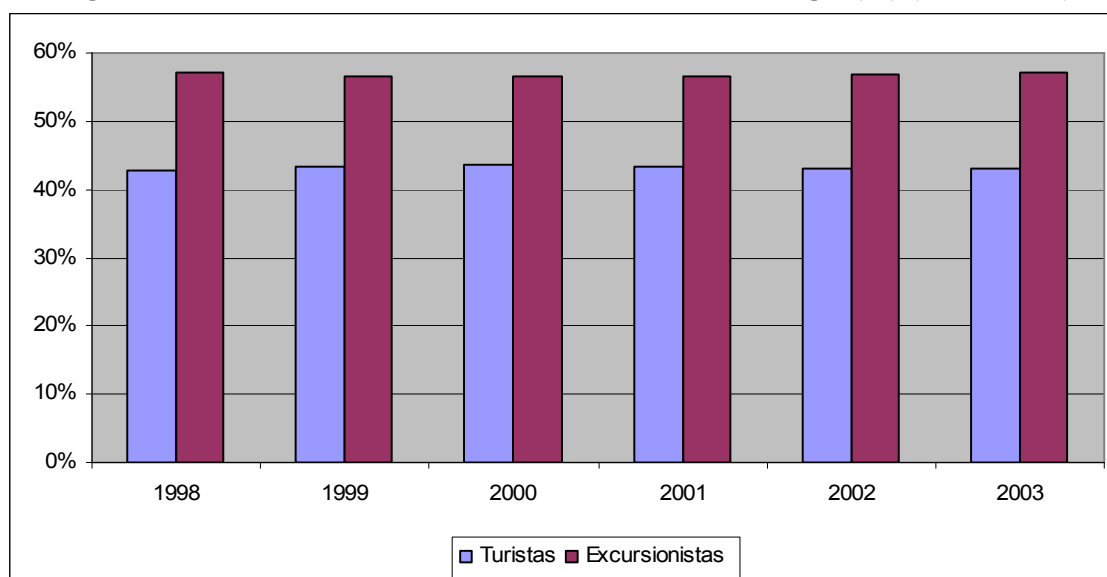
Quadro n.º 10 – Evolução da entrada de turistas e excursionistas em Portugal (1998–2003)

	1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total
Turistas	11294973	43%	11631996	43%	12096680	44%	12167200	43%	11644231	43%	11707228	43%
Excursionistas	15029946	57%	15119624	57%	15690942	56%	15813865	57%	15388763	57%	15535588	57%
Total	26324919	100%	26751620	100%	27787622	100%	27981065	100%	27032994	100%	27242816	100%

Fonte: DGT (2004)

Como se pode observar na figura n.º 5 a evolução dos turistas e excursionistas foi positiva até ao ano de 2001 mas não é muito acentuada. Em 2002 e 2003 ocorreu um pequeno decréscimo na entrada destes dois tipos de visitantes.

Figura n.º 5 – Entrada de turistas e excursionistas em Portugal (%) (1998 – 2003)



Fonte: DGT (2004)

Outro aspecto a assinalar é o valor mais elevado de excursionistas em relação aos turistas. Como se pode constatar os primeiros ultrapassam os 55% do total enquanto que os turistas se quedam pelos 43%. É um aspecto importante tendo em consideração que os turistas são aqueles que ficam no local de destino pelo menos um dia. Os excursionistas ou visitantes do dia permanecem apenas no dia em que entram no país.

Neste capítulo procuramos efectuar uma abordagem ao turismo enquanto “fenómeno” de grande amplitude. Da revisão bibliográfica efectuada, procuramos clarificar os “conceitos” de turismo e as diferentes configurações que este apresenta no que concerne às classificações e tipologias.

Também mereceu a nossa atenção a evolução histórica do turismo. Uma primeira abordagem foi efectuada à escala mundial. Posteriormente centramos a nossa intervenção na evolução do turismo em Portugal destacando os aspectos que mais marcaram a evolução deste fenómeno em Portugal.

Posteriormente foi dado enfoque ao turismo numa perspectiva de análise dos indicadores turísticos que permitissem analisar a amplitude à escala mundial e nacional.

Julgamos que conseguimos atingir o desiderato proposto ao introduzir neste capítulo os dados e informação respeitantes ao turismo em geral, dando uma perspectiva bastante ampla e que, por certo, muito subsidiará toda a restante pesquisa a realizar nas restantes componentes desta dissertação.

CAPÍTULO II – O PATRIMÓNIO

“ O Património não é só legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população que deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património [natural] e cultural a gerações futuras.” (Ballart, 1997:17) citado por (Silva, 2004:2)

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior centramos a nossa exposição num quadro teórico que envolveu a temática genérica do turismo.

Como o conceito de turismo se evidencia pela sua extensão conceitual e complexidade de conteúdo temático, procuramos, em primeiro lugar, delimitar o conceito de turismo, definindo-o. Do mesmo modo foi tratado o conceito de viajante nas suas diversas configurações.

A evolução histórica do “turismo” para melhor compreensão deste fenómeno na actualidade, constituiu outra preocupação no nosso trabalho. Efectuamos, conseqüentemente, uma análise do turismo à escala mundial mas de acordo com os objectivos inicialmente previstos, limitamo-nos aos fluxos turísticos

O fenómeno do turismo em Portugal também mereceu a nossa especial atenção pelo que efectuamos a sua caracterização e análise seguindo os objectivos adoptados à escala mundial.

Feita, ainda que perfunctoriamente mas pertinente, a síntese do capítulo anterior pretende-se, neste capítulo, abordar outra temática que possui uma forte ligação muito próxima com o turismo, referimo-nos ao PATRIMÓNIO, nas dimensões natural a cultural.

Nesta conformidade, consideramos que o “turismo” utiliza como recurso, entre outros, para o desenvolvimento das actividades inerentes – o património nas suas diversas modalidades, conteúdos e perspectivas. Entendemos, por isso, necessário estabelecer as inter-relações entre estes dois conceitos.

Assim, entendemos que os espaços naturais, na vertente de áreas protegidas, constituem um Património e um recurso com grandes potencialidades para o desenvolvimento das actividades turísticas. Nesta perspectiva, neste trabalho, será objecto de análise as áreas protegidas, no que concerne à sua definição e às razões da sua génese e desenvolvimento. Neste enquadramento, focam-se as diversas categorias de áreas protegidas e respectivos objectivos de criação.

A problemática ambiental destes espaços naturais será outra componente a ser abordada neste capítulo. Seguindo os objectivos previamente definidos foram seleccionadas as áreas protegidas no contexto português e espanhol, mas dando especial relevo aos estudos comparativos entre as duas realidades geográficas relativamente à génese e desenvolvimento do seu Património Natural, com destaque para os parques e áreas protegidas da Região de Castilla e León, em Espanha, e Parque Natural do Douro Internacional, em Portugal.

2) PATRIMÓNIO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

O conceito de PATRIMÓNIO é complexo e são inúmeras as definições de conteúdo. Segundo alguns autores de dicionários: Herança; bens de família; bens necessários para ordenar um eclesiástico; dote dos ordinandos e propriedade.

Retenha-se, desde já, que a amplitude do conceito de património e a vastidão do seu campo de análise e a multiplicidade de abordagens a que dá origem, conduziu a que fossem feitas divisões no conteúdo deste conceito, nomeadamente entre o património cultural, natural, arqueológico ou construído. Naturalmente, estas divisões resultam da diversidade da especialização analítica do património que tem diversas naturezas mas cuja interacção é evidente e não se pode dissociar.

Parafraseando Henriques (1999:39), referiremos *“a ideia de património é uma ideia “levada da breca”. A sua (sic) raiz etimológica deste termo leva-nos imediatamente a ideias como paternidade, pai, herança, pátria – tudo noções com cargas tremendas”*.

A significação da palavra Património pode sugerir-nos, ainda, “herança paterna” ou o conjunto de bens que fazem parte do espólio pessoal de alguém. Património é igualmente utilizado para definir tudo o que se considera uma herança cultural que se traduz em bens materiais representativos de obras, valores, pessoas, etc.

Podemos, de facto, reconhecer como património tudo aquilo com que nos identificamos e considerar como sendo nosso, sobretudo se nos foi legado. Contudo, esta ideia parece-nos muito limitativa quanto ao alcance que pretendemos atingir nesta investigação.

Mesmo assim, deveremos perspectivar a análise a um nível mais diversificado e observar não só os reflexos da acção humana à superfície do nosso planeta, como os palácios barrocos ou góticos, ruínas de antigas civilizações, templos e fortalezas, pinturas rupestres, costumes populares, rituais religiosos, mas também os factos naturais, de salientar as paisagens glaciárias, desérticas, de origem vulcânica, os grandes conjuntos montanhosos separados por milhares de quilómetros de distância, e as diferentes manchas florestais à escala mundial tão distintas e complexas.

Desde sempre, estes tão diversos e sumptuosos monumentos e os imensos e, por vezes, únicos espaços naturais geraram comportamentos de contemplação e admiração humana. Em diversas ocasiões nos mostramos surpreendidos pela beleza e importância de um vale, tanto pela forma como pelo caudal do rio, de uma montanha e seus ecossistemas.

Provavelmente o homem pensou que estes elementos tinham importância para si, na perspectiva de testemunho da sua evolução histórica, mas nem sempre lhe terá dado o reconhecimento universal que hoje possuem. Estamos, assim, perante a existência de um património onde a presença de elementos construídos ou não pelo homem são caracterizadores da sua evolução histórica e definidores da sua identidade.

Mas o valor universal destes elementos naturais e humanizados é algo mais recente e têm a particularidade de serem únicos, insubstituíveis e fazerem parte do espólio cultural e natural do mundo.

A concepção clássica de património remete-nos para a ideia de existência de um passado transmitido, por diversos meios, de geração em geração. Julgamos que nem todas as criações materiais edificadas pelo homem ou as suas produções imateriais (por exemplo a sua cultura, tradições ou costumes) atingem idêntico grau de interesse mas, todos os vestígios do passado devem ser considerados património. Entendemos que o significado de património, acumulado ao longo da história da humanidade nas suas diversas formas, é definidor da cultura, personalidade e identidade de um povo, Estado ou nação.

Consideramos, em sentido mais amplo, que património são todos os elementos que despertam a admiração das pessoas e se destacam pelo facto de representarem diferentes momentos da História da humanidade e por serem heranças técnicas, culturais, naturais de temporalidades passadas. É o legado que recebemos do passado, o que vivemos no

presente e o que seremos capazes de transmitir às futuras ou ainda como bens para usufruto de uma comunidade, constituídos pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que se congregam no passado comum – obras de arte, objectos de trabalho ou produtos do saber, etc. – e que nos remetem, ainda, para a existência de um espólio, comum a um grupo social de uma instituição, definidor da sua identidade e mentalidade (Choay, 1999).

Estamos perante elementos que possuem valor histórico e cultural para as pessoas e permitem a sua identificação como testemunho de uma cultura ou uma sociedade e povo.

Felizmente na actualidade o conceito de património está longe da tradicional ideia de que só os objectos construídos pelo homem cujo valor tem significado histórico devem ser deixados para as gerações vindouras.

Podemos, então dizer que o património *“compreende as obras dos artistas, arquitectos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anónimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão um sentido à vida, ou seja, as obras materiais e imateriais que expressam a criatividade desse povo; a língua, os rituais, as crenças os lugares e monumentos históricos, a literatura as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”*. *Compreende também os elementos naturais que são formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitats animais e vegetais ameaçados e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético”* (Harris, citado por Garrigós, 1998:39.)

Esta é, para nós, uma definição ampla e abrangente, que procura enquadrar todos os elementos materiais e imateriais produzidos pelo homem e os elementos naturais que possam ser definidores de uma identidade cultural a que nos vimos referindo. O património além de comportar os conteúdos até aqui referidos deve, ainda, incluir as relações culturais e sociais que lhe são inerentes (Campêlo, 2004).

A nossa opinião está em perfeito acordo com o autor. Não devemos entender o património apenas como um conjunto de bens produzidos pelo homem ou natureza que pelo seu valor excepcional devam ser preservados como unidades estanques. Somos de opinião, que as dinâmicas e relações que se estabelecem entre os diversos elementos são uma mais valia de grande importância para a sua definição.

Como referimos no início deste capítulo a origem do conceito património é remota e foi adquirindo diferentes configurações e definições até à actualidade. Isto é: o que era considerado património ontem poderá não ser hoje ou amanhã. Da mesma forma o que

ontem não tinha estatuto de património pode ser hoje incluído neste conceito. A força etimológica do termo não acompanhou a evolução do conceito.

Na sua origem, a antiga interpretação para património estava ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço (Choay, 1999). Paulatinamente esse conceito alargou-se a outras dimensões com a incorporação de aspectos culturais e o natural evidencia-se de tal maneira, que a visão “reducionista” de património familiar foi alargando os horizontes à evolução histórica e cultural do homem.

No presente é unânime, na grande maioria dos países, o consenso de que monumentos e “sítios” mais admirados pelo homem e inerentes manifestações culturais devem sê-lo em qualquer local e que este património é pertença de todos. Citamos, por exemplo, as reservas biológicas cujo interesse abrange todas as pessoas. Os diferenciados ecossistemas não possuem fronteiras, são elementos naturais mas não propriedade apenas de um país.

A crescente importância que é dada à temática da preservação do património está associada a diversos factores, nomeadamente a fenómenos decorrentes da globalização e internacionalização do planeta, os quais, felizmente, conduziram à tomada de atitudes, nas mais diversas formas, salvaguardando a identidade cultural de cada povo.

No entanto, a evolução da sociedade conduziu, em diversas ocasiões, à destruição de algum património, muitas vezes validada pelo progresso e desenvolvimento que excluía a posse e manutenção da cultura dos povos (Choay, 1999). Assim, reacções contra este processo de destruição emergiram com o objectivo de defesa e preservação destas realidades patrimoniais que são testemunho de um percurso histórico da humanidade e da forma como as sociedades evoluíram e construíram a sua identidade.

Em finais do século XIX e no decorrer do século XX assistiu-se a um aumento de preocupação com a protecção e preservação do património mundial. Na Europa atingiu grande expressão no início do século XX (Teixeira, 1996).

Contudo, foi no século XX que se deram os primeiros passos para a formulação de uma nova concepção de património e a criação de um sistema para a sua preservação. Esta nova concepção introduz além dos bens monumentais, os culturais e naturais, a fim de evidenciar as relações intergeracionais da humanidade (Peixoto, 2000) e, diríamos nós, explicitar os fundamentos e atitudes culturais de cada povo.

A ideia de existência de um património com testemunho de uma identidade étnica e cultural de um povo com ligação a uma nação e a um território e que representa o seu passado histórico foram fundamentais para o desenvolvimento destes movimentos.

Estas iniciativas conduziram à elaboração de um conjunto de medidas, a nível nacional e internacional, com o objectivo de preservar os diversos acervos patrimoniais configurados em muitos instrumentos jurídicos de nível nacional e internacional e discutidos em Convenções Mundiais.

Não vamos, naturalmente, aprofundar o estudo de todos estes documentos. Pois, consideramos tal tarefa lateral aos objectivos deste trabalho. Deliberamos, isso sim, pelo estudo confrontado e comparativo, principalmente, alguns que nos parecem mais significativos no âmbito internacional e no enquadramento do presente capítulo, uma vez que o estudo abrange uma área dos dois países Ibéricos.

2.1) CONVENÇÕES E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO

A Conferência Internacional ocorrida em Atenas, no ano de 1931¹², teve como resultado uma iniciativa conducente a estimular o debate e cooperação internacional no que concerne à preservação do património. Tendo como consequência a elaboração da denominada “**Carta de Atenas**” onde ficaram estabelecidas a bases de colaboração internacional de salvaguarda do património.

Contudo, na nossa leitura somos de opinião que este documento apresenta uma deficiência ao considerar, apenas, o património monumental como os bens a preservar. “*O domínio patrimonial, tal como é considerado em Atenas, limitava-se aos edifícios individuais e o critério da monumentalidade é predominante*” (Peixoto, 2000).

Outro momento crucial no movimento para a preservação e conservação do património ocorreu na “**Convenção de Haia**”, realizada em 14 de Maio de 1954, com o alto patrocínio da UNESCO. A temática central foi sobre a protecção dos bens culturais.

Neste documento e logo na alínea a) do Artigo 1º são definidos património cultural “*os bens, móveis ou imóveis, que apresentam uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de Arquitectura, de arte ou de História,*

¹² Conferência sobre a conservação artística e histórica dos monumentos, organizada pela SDN. (Choay, 1999)

religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, ou conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos:”

A alínea b) do citado artigo considera, ainda, como património “*os edificios cujo objectivo principal e efectivo seja, de conservar ou de expor os bens moveis definidos na alínea a) como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito”*”.

Na alínea c) do mesmo artigo, consideram-se, ainda património cultural, “*os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados “centros monumentais”*”.

Parece-nos uma definição bastante abrangente na medida em que houve preocupação em incluir todo o tipo de objectos construídos pelo homem e classificados de grande importância

Urge recordar que a Europa tinha passado por dois grandes conflitos mundiais. As destruições provocadas, especialmente, pelos bombardeamentos da Segunda Grande Guerra foram, em muitos casos, de consequências irreparáveis. Neste contexto a Convenção foi preparada para implementar medidas de prevenção do património mundial em relação a futuros conflitos militares.

Deve, igualmente, realçar-se a Conferência Geral da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris no ano de 1972, onde foi elaborada a **Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, aprovado pelos países integrantes. Este acontecimento envolveu especialistas da Organização Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Esta Convenção vem na sequência das preocupações relativas à defesa e preservação do património cultural e natural e foi um dos instrumentos mais importantes ao longo do século XX em matéria de conceptualização e classificação de património mundial. Permitiu que se criassem diversas regras e obrigações que todos os Estados Membros deveriam seguir e cumprir (Cruz, 1999).

Foi estabelecida a premissa de que alguns lugares na terra possuem um valor universal excepcional, devendo fazer parte do património da humanidade.

Neste contexto, o documento compromete os países signatários a implementar medidas de protecção do património, dentro e fora das suas fronteiras, dos monumentos e sítios cujo valor seja testemunho da diversidade das criações do homem e constituam um espólio de um património comum (Peixoto, 2000). Este instrumento possui uma diversidade de pressupostos que apoiam o seu articulado.

Assim, nas primeiras considerações, deste instrumento, refere-se que “ *o património cultural, e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não só pelas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava com fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis. A deterioração ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do património de todos os povos do mundo. A protecção desse património à escala nacional é em muitos casos incompleto, em virtude dos meios que requer e a insuficiência dos recursos económicos, científicos e técnicos do país em cujo território se encontra o bem que deve ser protegido. A constituição da Unesco estipula que a organização deve proceder à ajuda à conservação, ao progresso e difusão do saber, promovendo a protecção do património universal e recomendando aos interessados as convenções internacionais que são necessárias para esses fins. As convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse de bens culturais e naturais, demonstram a importância que tem para todos os povos do mundo a conservação desses bens únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o país a que pertencem. Determinados bens do património cultural e natural apresentam um interesse excepcional que exige a sua conservação como elementos do património da humanidade inteira*”. A finalizar a lista de considerações, assinala-se que “*perante a amplitude e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam (bens, compete à comunidade internacional inteira participar na protecção do património cultural e natural, de valor universal e excepcional, através da prestação de uma assistência colectiva, que sem substituir a acção do estado, a complete de forma eficaz. Torna-se portanto indispensável a adopção, para tal efeito de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor excepcional, organizado de forma permanente e segundo métodos científicos e modernos*” (Convenção, 1972:p?).

O documento manifesta, ainda, a preocupação que determinados bens do património têm interesse excepcional, exigindo a sua conservação como elementos pertencentes a toda a humanidade. Deste modo, distinguiu-se o que se entende por patrimónios cultural e natural. Assim, o património cultural enquadra:

“**Os Monumentos**” são “*obras arquitectónicas de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, da arte, ou da ciência;*

“**Os Conjuntos**” englobam “*grupos de construções, isoladas ou em grupo, cuja arquitectura, unidade e integração na paisagem lhes dê valor excepcional do ponto de vista histórico, da arte ou ciência*”;

Finalmente “**Os locais de interesse**”, considerados “*obras do homem ou obras do homem e natureza assim como as zonas incluídos nos lugares arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*” (Convenção, 1972:Art. 1º).

A esta Convenção aderiu um grande número de países, entre os quais Portugal, assumindo que “*A cada estado que tomou parte na Convenção deveria ter a obrigação de assegurar a identificação, a protecção, a conservação, a valorização e a transmissão às gerações futuras do património cultural e natural*” (Cruz, 1999:65). Apoiados na leitura deste importante documento, consideramos que se alargou a definição e âmbito do Património, não só aos monumentos edificados pelo homem mas, também, aos bens culturais e naturais, estes últimos considerados de grande valor científico e estético.

No conteúdo geral assume real destaque o conteúdo do Artigo 5º, desta Convenção, que formula e recomenda um conjunto de medidas de natureza diversa, nomeadamente jurídica, técnica, científica ou financeira, para a identificação, protecção e valorização do património cultural.

Em síntese, pode afirmar-se que esta convenção foi um passo importante para o reconhecimento mundial dos patrimónios cultural e natural. Desde a sua elaboração, em 1972, o número de “sítios”, por todo o mundo, tem vindo a aumentar, revelando a manifesta vontade dos responsáveis pelos diferentes países em aderirem às questões que se prendem com a salvaguarda do património de valor excepcional para a humanidade.

O quadro n.º 11, que passamos a analisar, demonstra o número de países que possuem património inscrito na Lista de Património Mundial da Unesco desde a sua criação em 1972¹³.

¹³ “*Em 1979, foram feitas as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial. A Lista conta, em Julho de 2003, com 754 bens inscritos, localizados em 129 Estados-parte da Convenção, sendo 582 bens culturais, 149 bens naturais e 23 bens mistos*” (Unesco, 2004).

Quadro n.º 11 – Número de bens inscritos na lista de Património Mundial por países (2003)

Países	N.º bens	Países	N.º bens	Países	N.º bens
Afganistão	2	Filipinas	5	Níger	2
Albânia	1	Finlândia	5	Nigéria	1
Alemanha	27	França	27	Noruega	4
Argélia	7	França/Espanha	1	Nova Zelândia	3
Argentina	6	Gambia	1	Oman	4
Arménia	4	Geórgia	3	Países Baixos	7
Áustria	7	Gana	2	Paquistão	6
Áustria / Hungria	1	Grécia	16	Panamá	3
Azerbaijão	1	Guatemala	3	Paraguai	1
Bangladesh	3	Haiti	1	Peru	10
Bielo-Rússia/Polónia	2	Honduras	2	Polónia	10
Bélgica	8	Hungria	6	Portugal	12
Belize	1	Hungria/Eslováquia	1	Reino Unido	25
Benin	1	Índia	24	República Árabe Síria	4
Bolívia	6	Indonésia	6	República Centro africana	1
Botswana	1	Irão	4	República Checa	12
Brasil	16	Iraque	2	República da Coreia	7
Bulgária	9	Irlanda	2	Rep. Dem. do Congo	5
Camboja	1	Ilhas Salomão	1	Rep. Dem. Popular Lao	2
Camarões	1	Israel	3	República Dominicana	1
Canadá	11	Itália	36	Tanzânia	6
Canadá/E.U.A.	2	Itália/Santa Sede	1	Roménia	7
Chile	3	Japão	11	Senegal	4
China	29	Jerusalém	1	Seicheles	2
Chipre	3	Jordânia	2	Sri Lanka	7
Colômbia	5	Kazakistão	1	Sudão	1
Costa Rica/Panamá	1	Kenia	3	Suécia	12
Croácia	6	Letónia	1	Suiça	6
Cuba	7	Líbano	5	Tailândia	4
Dinamarca	3	Lituânia	1	Tunísia	8
Egipto	6	Luxemburgo	1	Turquemenistão	1
El Salvador	1	Macedónia	1	Turquia	9
Eslováquia	3	Madagáscar	2	Ucrânia	2
Eslovénia	1	Malásia	2	Uganda	3
Espanha	37	Malawi	1	Uruguai	1
E.U.A.	18	Mali	3	Venezuela	3
Estónia	1	Malta	3	Vietname	5
Etiópia	7	Marrocos	7	Jugoslávia	4
Federação Russa	17	Mauritânia	3	Zâmbia/Zimbabué	1
Fed. Russa/ Lituânia	1	México	23	Zimbabué	4
Fed. Russa/ Mongólia	1	Nicarágua	1		

Fonte: Unesco, (2004): “Lista Mundial do Património Cultural e Natural das Nações Unidas”

Pela leitura do quadro n.º 11 são diversos os países que possuem bens classificados como património da humanidade, com destaque para Espanha com 37 sítios, seguindo-lhe a Itália com 36 e a China com 29. A Alemanha e a França são outros países que se evidenciam no conjunto com 27 bens inscritos na lista. O elevado número de bens classificados que estes países possuem e que fizeram questão de candidatar à classificação de Património Mundial mostram o elevado interesse dos respectivos Governos na salvaguarda do seu património. Verifica-se, igualmente, que alguns países, habitualmente designados países em vias de desenvolvimento, possuem algum do seu património inscrito na lista de património mundial. Esta situação é reveladora da amplitude que as questões relativas à preservação do património não são só uma questão dos países mais desenvolvidos, tradicionalmente mais sensíveis a estas questões, mas de todos os países do mundo que possuem um espólio patrimonial digno de ser salvaguardado e preservado e que vêem nesta situação um meio de progresso e promoção dos seus territórios a uma escala integrada em que avulta a componente turística.

Portugal apenas aderiu a esta Convenção em 1979 (Decreto n. 49/79 de 6 de Junho) e tem, actualmente, inscritos 15 bens na lista de património mundial a saber: Convento de Cristo em Tomar (1983); Mosteiro da Batalha (1983); Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (1983); Zona Central do Povo de Angra do Heroísmo nos Açores (1983); Centro histórico de Évora (1986); Mosteiro de Alcobaça (1989); Paisagem cultural de Sintra (1995); Centro histórico de Porto (1996); Sítios de arte rupestre pré-histórico do vale do Côa (1998); Bosque de laurisilva da Madeira (1999); Centro histórico de Guimarães (2001) e Região Demarcada do Alto Douro (2001) (Unesco).

Outro documento importante é a **Carta Europeia do Património Arquitectónico**, elaborada em Amesterdão, em Outubro de 1975, onde foi considerado que *"O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído"* (Art. 1º). Esta definição considera, além dos monumentos, a sua envolvente como uma componente importante a valorizar e preservar.

Os documentos anteriormente referidos além de clarificarem a definição de património que englobam todos os bens monumentais, culturais e naturais, considerados importantes para a humanidade, revelam uma preocupação com a sua preservação e salvaguarda.

Consideramos que os instrumentos supra referidos, entre outros, contribuíram para fazer ressaltar a universalidade e importância crescente do tema “Património” estão na base da massificação e internacionalização destes posicionamentos.

2.1.1) PATRIMÓNIO NATURAL

Pela nossa análise pode concluir-se que o conceito de Património tem assumido diferentes significações conforme o tipo e amplitude da abordagem, desde o cultural até ao artístico, passando pelo arqueológico ou monumental. Procuramos demonstrar a importância crescente em relação ao património e a vastidão dos bens classificados a nível mundial. Tentamos focar algumas das particularidades sobre a evolução e desenvolvimento do referido conceito. Desta forma, das significações que apresentamos destacamos o conceito de património como “ *o conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afectivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (...) engloba, além das artes e letras, os modos de vida, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças*” (Gamarra; citado por Beltrão, 2002).

Em suma, a definição de património não se circunscreve unicamente ao cultural, histórico ou monumental. Alertamos, simultaneamente, para o facto de nunca se dissociarem as diferentes naturezas de património, pois constituem um todo.

A divisão clássica entre património natural e cultural existe há muito tempo.

Discute-se se os conceitos estão ou não a ser demasiado especificados e, consequentemente, se as medidas de conservação, salvaguarda e intervenção estão a ser adequadas ou correm o risco de não ter os melhores efeitos. Há de facto situações onde é difícil definir o que deve enquadrar-se no conceito de património cultural ou natural porque há sobreposição difícil de definir. As fronteiras são muito ténues, uma vez que muito património que se considera natural teve, muitas vezes, a intervenção do homem na sua génese e desenvolvimento.

Feitas estas considerações iniciais passamos a abordar o conceito de património natural e, especialmente, as áreas protegidas. Começamos por nos preocupar pela definição e apreensão do conceito de património.

Ao falar-se de património natural podemos recuar à origem da terra. Esta, nasceu há milhões de anos e foi evoluindo ao longo dos tempos em que se formou e desenvolveu a diversidade natural. Esta diversidade constitui o espólio acumulado ao longo de milhares de anos e que nos foi legado e é a herança que possuímos da própria natureza. Assim, “*O conceito de património natural passa por este capital antigo de diversidade que herdamos*” (Rosa, 1999:13).

O património natural pode ser entendido numa concepção monumental, baseada na singularidade própria dos espaços de grandes dimensões onde a actividade humana não se fez, ainda, sentir ou está em perfeita harmonia com esses espaços. Estes, pelas características que possuem merecem, em algumas situações, o estatuto de património classificado. Noutra perspectiva, mais abrangente, a expressão património natural compreende todos os elementos da fauna e flora as características morfológicas, geológicas, etc., de uma determinada região, protegida ou não.

Da bibliografia por nós consultada, bem como dos próprios conceitos que fomos construindo ao longo do nosso estudo, podemos concluir que a concepção de património natural pode abranger tudo o que, sendo considerado património, são espaços naturais que não estão humanizados ou a intervenção humana é nula¹⁴.

Contudo, em análise um pouco mais abrangente, podemos considerar que muitos dos espaços naturais humanizados merecem o estatuto de património natural, pois a intervenção do homem ocorreu em perfeita harmonia com o quadro natural.

O reconhecimento crescente da importância do património natural vem na sequência da tomada de consciência do valor inquestionável que espaços naturais possuem para a humanidade. Este reconhecimento manifestou-se, também, na adopção de políticas internacionais e nacionais de conservação da natureza.

Já tivemos oportunidade de referir a “**Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**”, e fazemos sobressair, agora, o facto de neste documento se definirem, simultaneamente, os conceitos de património cultural e natural.

Esta situação justifica-se, entre outros factores, porque a actividade humana e a identidade cultural dos povos está estritamente vinculada com a natureza e o meio onde se desenrola. Considerando os elementos, cultural e natural, e a relação que existe entre o homem e a natureza, é expressa, nesta Convenção, a necessidade de se preservar o equilíbrio entre ambos os patrimónios.

¹⁴ Alguém disse um dia sobre o Amazonas: “É um lugar criado por Deus onde a mão do Homem nunca pôs o Pé”.

Somos de opinião, pela investigação realizada que, em sentido amplo, o património natural compreende a fauna, a flora e os habitats de uma área concreta, protegida ou não, assim como as suas características geológicas e as suas paisagens” e o “conjunto de bens e riquezas naturais, ou ambientais, que a sociedade herdou dos seus antepassados.

Vejamos, uma das principais definições de património natural que os documentos, anteriormente aludidos, consagram.

Assim, segundo: a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural considera, ainda, património natural *“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou científico; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou da beleza natural.”* (Art. 1º e 2º)

Esta definição pretende abranger um vasto conjunto de elementos mas devidamente identificados e que possuam valor excepcional. Define, claramente, quais os elementos que devem ser considerados do património natural. Somos do entendimento que esta definição é bastante clara no que se refere à noção de património natural e merece o nosso empenho, pois, completa o nosso raciocínio desenvolvido neste título.

2.1.2) O PATRIMÓNIO COMO RECURSO TURÍSTICO

Parece-nos oportuno, passar, desde já, a analisar apreciações sobre a relação entre o património e o turismo.

Como é do conhecimento geral o desenvolvimento turístico de uma região depende, em larga escala, dos recursos existentes e que possam ser utilizados directa ou não directamente na actividade turística. Por outro lado, o turismo, pelas suas características, estabelece relações de grande proximidade com actividades humanas e com o meio ambiente que serve de palco para o seu desenvolvimento.

Neste contexto, a oferta turística de um destino, seja um país, uma região ou uma localidade é composta por um conjunto de elementos de diversa natureza (Cunha, 2002).

Desse conjunto salientamos, entre outros, o clima, a flora, a fauna, as praias as montanhas, os monumentos, a arte. Estes recursos estão na base do desenvolvimento de tipos de turismo que lhe podem estar associados.

No anterior capítulo aludimos aos tipos de turismo, nomeadamente o turismo cultural que possui como principal recurso para o seu desenvolvimento os museus, áreas geográficas onde se desenvolveram grandes civilizações, monumentos, localidades históricas, etc.

O turismo de recreio merece também uma referência, neste contexto, dado que as principais “zonas” onde se desenvolve são áreas naturais relevantes, onde assume singular destaque o património natural.

Da mesma forma o “turismo natureza” para ocorrer deve utilizar recursos considerados património natural. Este tipo de turismo relaciona-se, essencialmente, com os aspectos ambientais e ecológicos e é praticado em espaços onde os recursos naturais são o principal elemento.

Entendemos que a exploração turística dos recursos patrimoniais, com especial destaque para os recursos naturais, pode levar a uma inversão e redistribuição da oferta turística que, tendencialmente, é concentrada no litoral. Esta exploração pode levar a dispersão do turismo pelas regiões do interior funcionando como um factor de revitalização das economias locais destas regiões periféricas tantas vezes deixadas ao abandono.

Consideramos, no entanto, que a comercialização turística do património deve ser feita de maneira coerente e bem planeada, sob pena de se perder a verdadeira identidade que este representa em favor de um turismo massificado. O património não deve ser considerado *“Como um recurso turístico sui generis. A cultura, o passado e o património não se vendem nem se compram e se se (sic) vendem ou comprarem, todo o sentido subjacente ao património dos povos será expropriado”* (Silva, s/d).

Reiteramos a opinião de que o património é o legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e transmitiremos às gerações vindouras. A sua utilização como recurso turístico deve ser feita tendo em conta a sua conservação e a criação de benefícios sócio económicos para as sociedades onde está a ser explorado.

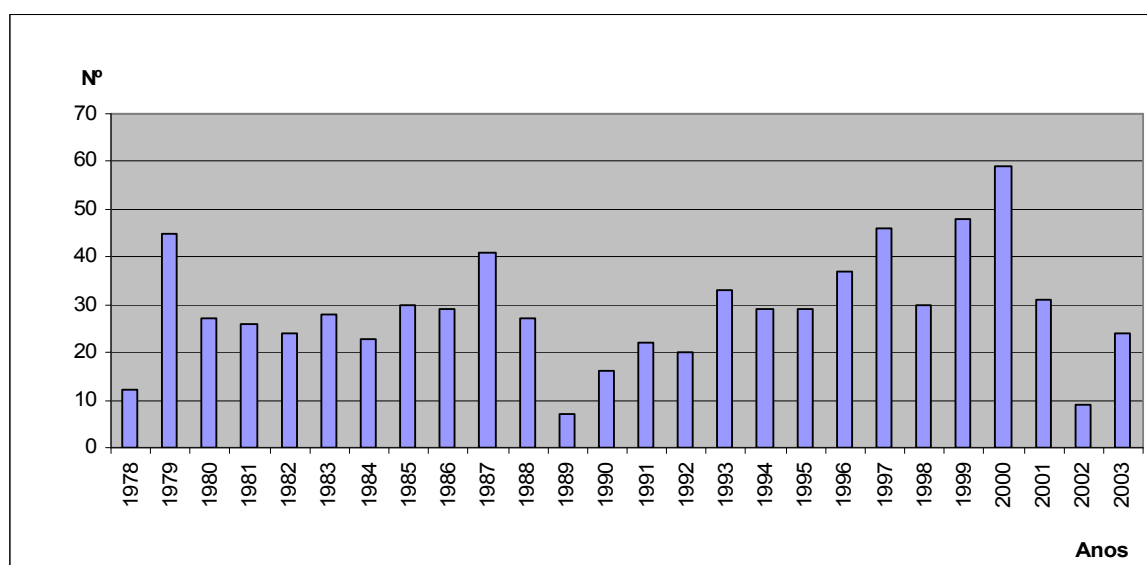
Mas, regressemos novamente à Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, que consigna no Artigo 11º, que compete a cada um dos Estados apresentar ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território, aptos para ser incluídos na lista de património mundial. Por outro lado, estipula-se que *“os países reconhecem que os sítios*

localizados no seu território nacional e inscritos na Lista do património Mundial, sem prejuízo da soberania ou propriedade nacionais, constituem um património universal cuja protecção toda a comunidade internacional tem o dever de cooperar” (Unesco, 1997).

Ficaram, desta forma, abertas as portas para a internacionalização do património mundial. Esta situação conduziu a uma verdadeira corrida à apresentação, por diversos países, de propostas de inscrição de bens na lista do Património Mundial, com maior incidência nos últimos anos (figura n.º 6). Torna-se difícil saber quais as razões e motivações que levam os países a apresentarem candidaturas de sítios para constarem na lista do Património Mundial. Contudo, segundo Peixoto (2000) aquelas razões podem ser entendidas *“como estratégias que visam reforçar a competitividade e a atractividade de territórios com objectivos políticos e económicos bem definidos”*.

A figura n.º 6, ilustra a evolução do número de “sítios” inscritos na Lista de Património Mundial desde a década de setenta até à actualidade.

Figura n.º 6 – Evolução dos Bens Inscritos na Lista de Património Mundial (1978 – 2003)



Fonte: Lista Mundial de bens do Património Cultural e Natural (Unesco, 2003)

Da sua análise ressalta que, embora com variações ao longo do período é notório o aumento do número de bens inscritos na Lista de Património Mundial da Unesco desde a sua criação em 1972¹⁵.

¹⁵ Desde a elaboração da Convenção, o primeiro “sítio” a ser inscrito na Lista de Património Mundial da Unesco ocorreu em 1978.

Em 1978, apenas 12 “sítios” foram classificados e no ano seguinte o valor aumentou para 45 “sítios”. Em 2000 o valor cifrou-se em 50 bens e em 2003 registaram-se 23 inscrições. Também deve destacar-se que no ano de 2000 foram inscritos 59 “sítios” na citada lista da Unesco.

Como se pode verificar a preocupação, de diversos países, pela preservação e salvaguarda do património natural e cultural é evidente pelo número de “sítios” que estão incluídos no grande acervo já existente actualmente.

Portugal constitui um dos países que aderiu a esta Convenção¹⁶ e desde então já possui doze sítios incluídos na Lista de Património Mundial.

Sobre esta “corrida” para a inscrição na lista da Unesco, Peixoto é da opinião que esta patrimonialização de bens, para além dos objectivos consignados na Convenção, pode ser entendida, também, como uma estratégia para aumentar e solidificar a capacidade de atracção que alguns territórios possuem em termos turísticos. Este autor refere que *“O facto do regime de património comum da humanidade emergir no contexto de uma abordagem anti-mercantil e anti-hegemónica do património e da história, não evitou que a filosofia inerente ao estatuto de património comum da humanidade acabasse por ser subvertida pelos usos mercantilistas que se foram impondo com a intensificação da globalização”* (Peixoto, 2000:9).

Os números constantes do quadro n.º 12 e figura n.º 7 que a seguir se apresentam permitem uma aproximação às afirmações do autor citado e estabelecem a relação entre o número de sítios inscritos na lista do património mundial por países e os principais destinos turísticos mundiais em 1990 e 2002.

A leitura do quadro n.º 12 individualiza a correspondência entre os países com maior número de bens inscritos e a sua posição no ranking mundial de destinos turísticos.

A posição que ocupam alguns países na Lista de Património Mundial é semelhante àquela detida nos principais destinos turísticos mundiais. Destaca-se a França principal destino turístico, em 2002, aparece em quarto lugar na Lista do Património da Unesco.

¹⁶ Portugal aderiu a esta Convenção em 1979, através do Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho.

Quadro n.º 12 – Posição dos países na Lista da Unesco, destino turístico e número de Turistas (1990-2002)

Países	N.º de sítios inscritos na Lista de Património Mundial		Posição na lista do Património Mundial		N.º de Turistas (milhões)	Posição como destino turístico	
	1990	2002	1990	2002	2002	1990	2002
Espanha	16	37	4	1	51.748	3	2
Itália	6	36	18	2	39.799	4	4
China	7	29	13	3	36.803	6	5
Alemanha	9	27	8	4	17.969	11	9
França	17	27	2	4	77.012	1	1
R. Unido	14	25	5	5	24.180	-----	6
Índia	19	24	1	6	2.370	-----	14
México	8	23	10	7	19.667	7	8
E. Unidos	17	18	2	8	41.892	-----	3
Brasil	7	16	12	9	3.783	-----	13
Grécia	12	16	6	9	14.180	-----	10
Canadá	10	16	7	9	20.057	-----	7
Austrália	8	14	10	10	4.841	-----	12
Portugal	6	12	18	11	11.666	-----	11

Fonte: Lista Mundial de bens do Património Cultural e Natural (Unesco, 2003) - OMT:(1990; 2003) - Peixoto (2000)

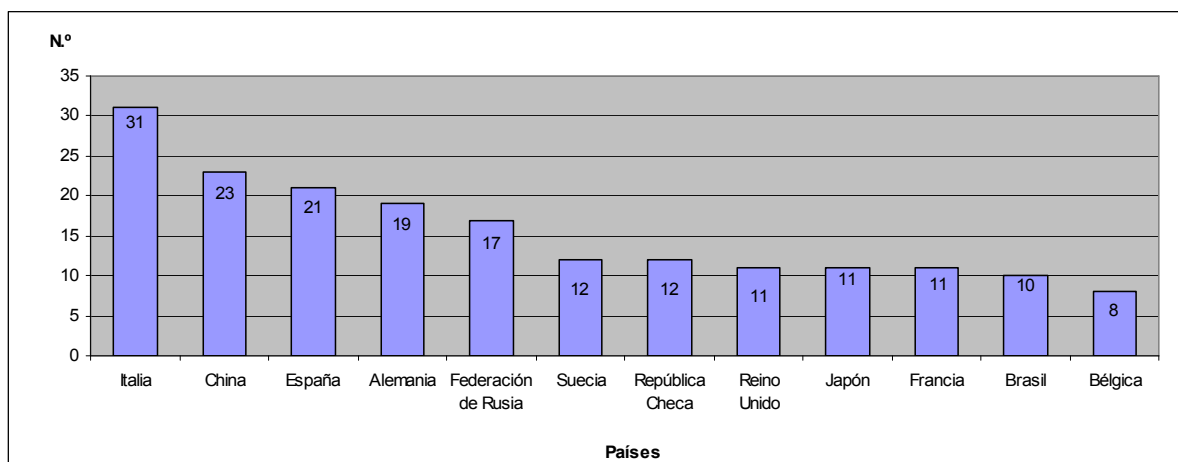
A Espanha em 2002 possui uma posição cimeira na Lista do Património Mundial e ocupa a segunda posição como destino turístico.

A Itália, em 2002, cuja posição na Lista Mundial de Património da Unesco se encontra em segundo lugar, ocupa o quarto lugar como destino turístico mundial.

O mesmo autor (Peixoto, 2000:11), defende que existe uma relação entre o fenómeno de *“patrimonialização e processos mercantis ligados às economias urbanas que se alimentam das chamadas indústrias culturais”*.

De facto a posição dos países que detém maior número de bens inscritos na lista de património mundial é muito semelhante ao ranking mundial de destinos turísticos. Contudo existem alguns países em que correlação não é patente, nomeadamente a China ou Federação Russa. Estes países estão recentemente a entrar no mercado dos destinos turísticos mundiais, pelo que o processo de patrimonialização que ocorre não se deve unicamente a fenómenos mercantis como sustenta o autor citado.

Figura n.º 7 – Países com maior número de bens classificados como Património Mundial (1990-2003)



Fonte: Lista Mundial de bens do Património Cultural e Natural (Unesco, 2003)

A figura n.º 7 ilustra os países que inscreveram maior número de bens na Lista de Património Mundial da Unesco e é demonstrativo o que acabamos de referir anteriormente.

Em suma, os países detentores de maior número de bens classificados são fortemente valorizados pela indústria turística, pois encontra neste património, um forte recurso e uma via para solidificar a sua imagem através do estatuto de património mundial.

Esta situação leva-nos a aderir moderadamente à opinião de Peixoto e a concluir que pode estar a ocorrer um verdadeiro aproveitamento do processo de patrimonialização para desenvolvimento da actividade turística, na medida em que o património se transformou numa verdadeira industria ao serviço do turismo.

Pelo que foi referido anteriormente consideramos, no entanto, que a “comercialização” deste património dilui a essência e objectivos da “figura” de património mundial estabelecida pela Unesco. Estamos de acordo que a relação entre o turismo e património é evidente. Contudo, é necessário estabelecer regras de boa convivência entre ambos. O turismo deve utilizar os recursos patrimoniais, mas numa perspectiva de desenvolvimento de longa duração, em que haja benefícios quer para aqueles que praticam turismo quer para quem o acolhe.

2.2) ÁREAS/ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS

Desde os primórdios da Civilização, o homem sempre teve a percepção dos espaços geográficos existentes e com eles estabeleceu relações de diversa natureza, nomeadamente a escolha de locais apropriados para a sua fixação, exploração dos recursos naturais e até como fonte de inspirações artísticas. Estes espaços cujas características especiais que encerram levaram-no a tomar consciência da necessidade de os proteger, porque continham elementos importantes para a sua sobrevivência, entre eles a água, a caça ou alimentos e eram representativos de factos históricos reveladores da sua presença na terra.

Mas, a exploração descontrolada dos recursos que a natureza colocou ao dispor do homem, conduziu a que ocorressem fenómenos de degradação de espaços naturais, muitas vezes, sem poder de reversibilidade. Esta situação originou o aparecimento de movimentos em favor da salvaguarda e preservação dos espaços naturais, de tal maneira que os temas relacionados com a conservação e preservação do meio envolvente estão, actualmente, no topo das preocupações de todos. A deterioração dos espaços naturais, com o conseqüente desaparecimento de espécies ameaçadas, o aquecimento global ou a degradação acelerada dos solos, desencadeou e aumentou os movimentos em favor da preservação dos espaços naturais. Na sociedade actual, em constante mutação, os espaços naturais desempenham um papel importante na qualidade de vida das populações. É que, estes espaços, pelas características que possuem, permitem a sua utilização para actividades recreativas e constituem-se como um verdadeiro património que se deve conservar e salvaguardar.

Depois de termos analisado o tema “Património” e a relação deste com o turismo, chegou o momento de nos debruçarmos sobre o património natural na figura de espaços naturais e as áreas protegidas, tema central que preside os objectivos da presente dissertação. Nesta parte, do presente capítulo, começaremos por fazer uma abordagem à noção de espaço natural e área protegida e as justificações da sua génese. Convém referir desde já que tal como os temas anteriormente abordados também existe diversidade de conceitos e visões sobre o que se deve entender por espaços naturais e áreas protegidas.

A conservação da natureza está, pois, muito ligada aos sentimentos e à “emoção” que certos espaços naturais geram no homem. Nos primeiros movimentos que preconizam a protecção de espaços naturais abundam argumentos que comparam a conservação do património monumental e artístico e reclamam a mesma protecção que as nações prestam a este (Casado, 2004).

A este respeito evocaremos à **Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, cujos objectivos englobavam também orientações de âmbito internacional conducentes a garantir a protecção de espaços naturais e áreas protegidas que agora nos ocupam. Ficou consignado, nesta convenção que todos os países aderentes tinham a responsabilidade de implementar medidas e acções de acordo com os objectivos propostos.

Um aspecto importante, já analisado anteriormente, refere-se à clarificação do conceito de património natural. A concepção central desta Convenção, foi de que todos os países deviam e devem seleccionar um conjunto de locais e sítios com maior representatividade da diversidade cultural e natural de acordo com as categorias estabelecidas. Nestas circunstâncias criaram-se melhores condições para potenciar maior desenvolvimento das áreas naturais protegidas.

Os espaços naturais podem ser associados a lugares com valores excepcionais do ponto de vista de recursos naturais e paisagísticos. Normalmente estes espaços são possuidores de património cultural e histórico que merecem uma atenção especial pela sua natureza. A expressão “espaço natural” ou “área protegida” conduz, por vezes, a diferentes interpretações que podem gerar alguma dificuldade de entendimento dos respectivos conceitos.

De acordo com Heras (1999:105), um “espaço natural” pode ser entendido como uma *“zona de terra e/ou mar especialmente dedicada à protecção da diversidade biológica dos recursos naturais e culturais associados”*. Esta definição parece-nos ter um conteúdo apreciável. Contudo, não é clara quanto aos elementos e às características que as zonas de terra ou mar devem possuir. Apenas define as funções que estes espaços naturais devem comportar.

Por seu turno, Ors (1999:37) entende que os espaços naturais correspondem a *“áreas naturais, pouco transformadas pela exploração e ocupação humana que, pela beleza das suas paisagens, a representatividade dos seus ecossistemas ou a singularidade da sua flora, fauna e das formações geológicas, possuem valores ecológicos, estéticos, educativos e científicos cuja preservação merece atenção especial”*.

Em sentido mais estrito, são considerados espaços naturais as áreas do globo onde a actividade humana não ocorreu. Estes espaços coincidem com ecossistemas cuja evolução ocorreu no seu ambiente natural original e são espelho do estado de virgindade do território antes de qualquer intervenção humana e *“mantém um nível de conservação dos seus valores naturais bastante elevado e são reservatórios de recursos naturais* (Blasco,

1999:179). Esta definição contrasta com as anteriores ao considerar apenas aqueles espaços.

De facto, à escala mundial, os espaços verdadeiramente naturais são em número muito reduzido. A sua existência está associada a diversos factores, nomeadamente à dificuldade de intervenção e fixação humana nestas áreas ou a falta de recursos exploráveis em termos económicos.

Os espaços naturais são detentores de valores excepcionais relevantes para o homem, o que os torna diferentes de outros espaços, rurais ou urbanos (Ors, 1999). Estes territórios constituem verdadeiros repositórios de recursos naturais, em muitos casos, de património cultural e mantêm um elevado índice de conservação.

No que concerne às áreas protegidas, Blasco (1999) entende que estas correspondem a espaços que detêm valores ambientais excepcionais e com potencial atractivo. Estes espaços naturais protegidos implicam a existência de instrumentos legais, nacionais e internacionais de gestão, protecção e salvaguarda como já referimos.

Noutra perspectiva, mais ampla, LEDEC (Mendes, 1996:11) considera que as áreas protegidas são espaços criados com o objectivo de “*preservar áreas naturais e os aspectos monumentais, arquitectónicos ou antropológicos com interesse conservacionista a nível local, regional, nacional e/ou internacional*”.

Esta concepção revela que os elementos naturais, humanos, monumentais e arquitectónicos integram um sistema natural que importa salvar.

Também em diversas Convenções e Congressos foram dadas definições dos conceitos de espaços naturais e áreas protegidas. Devem referir-se a este propósito as seguintes:

A Convenção Quadro sobre a Diversidade Biológica de 1992, cujos objectivos principais consignados são “*a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos (...)*” considera, no Artigo 2º, que “*Área Protegida*” significa uma área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objectivos específicos de conservação” (Convenção, 1992: Art. 2º).

A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) considera que as áreas protegidas são “*uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção da natureza e manutenção da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e os recursos culturais associados, e utilizada através de meios jurídicos e outros meios eficazes*” (IUCN, 1994:12). Esta definição foi adoptada no IV Congresso de Parques

Nacionais e Áreas Protegidas, decorrido em Caracas em 1992. É uma definição ampla que pretende englobar um universo vasto de espaços naturais que, pelas características referidas, devem ser consideradas áreas protegidas. Outro aspecto a destacar, nesta definição, é a inclusão do património cultural e natural e os recursos associados. Esta é a definição a que aderimos, de acordo com o nosso entendimento pessoal de espaço protegido.

Os espaços naturais protegidos visam determinadas funções, nomeadamente no que concerne à preservação dos ecossistemas naturais e modificados, fundamentais para a manutenção dos sistemas sustentadores da vida. Possuem como função a preservação das espécies silvestres e as áreas particularmente ricas em espécies. Destaca-se, também, a preservação dos valores emotivos da natureza e amplo conjunto de recursos para a investigação científica (Ors, 1999).

Como se tem vindo a referir as áreas protegidas possuem um valor importante no que concerne à preservação dos recursos naturais e culturais do planeta. No entanto, apesar da relevância de que estes espaços naturais se revestem, as necessidades da actual sociedade, caracterizada por um desenvolvimento sem precedentes e uso indiscriminado de recursos naturais, levaram a processos de degradação e destruição destes sistemas naturais indispensáveis à vida humana. De facto, o homem sempre utilizou o ambiente natural para poder usufruir dos seus recursos mas sempre numa perspectiva economicista sem grande preocupação com a sua preservação e salvaguarda. Esta visão economicista de exploração dos recursos naturais foi sendo superada pela inclusão de processos racionais e emocionais ou estéticos que tiveram em conta outras funcionalidades das áreas naturais (Blasco, 1999).

Na actualidade a valorização de outras funcionalidades das áreas naturais entre as quais se destacam o desfrute da sua beleza, a interpretação ambiental, a capacidade para restaurar o vigor físico, intelectual ou emocional, a investigação científica são algumas das novas realidades presentes nas áreas naturais protegidas.

Outro aspecto que entendemos dever aflorar é a capacidade que estes espaços naturais têm para potenciar o desenvolvimento de actividades turísticas tendo em conta o interesse que o meio natural suscita na sociedade moderna.

2.2.1) GÉNESE DAS ÁREAS/ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS

Nesta fase do presente capítulo pretendemos centrar a nossa abordagem na génese das “áreas protegidas” e nos fundamentos históricos da sua criação. Serão ainda expostos os objectivos de conservação e das diferentes classificações e categorias de gestão, a relação entre os objectivos e categorias dos espaços naturais protegidos, de acordo com o estabelecido pela Organização Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN).

Os espaços naturais protegidos na Europa, com particular incidência em Portugal e Espanha finalizarão o presente capítulo.

As áreas naturais protegidas foram criadas pela sociedade cujos objectivos foram variando ao longo dos tempos e na geografia mundial. Estes espaços surgiram em ocasiões particulares de cada sociedade (Eagles e McCool, 2002) e constituem um instrumento cultural com uma longa história (IUCN, 2002).

No que concerne à génese e evolução das “áreas protegidas”, Blasco (1999) considera que ocorreram três etapas no desenvolvimento da concepção conservacionista que designa de “conservacionismo museológico”, conservacionismo científico” e “desenvolvimento sustentável”.

A fase de carácter museológico caracterizava-se pela vontade do homem em desfrutar da natureza e para tal implementava medidas de preservação de espaços de montanha ou virgens e onde ocorriam fenómenos naturais de grande curiosidade e espectacularidade. A declaração de património natural era feita da mesma maneira que o património cultural, social ou arqueológico. Os critérios de criação dos espaços naturais eram baseados numa lógica emocional e afectiva.

Tendo como base estes pressupostos foi nos Estados Unidos que se iniciaram as primeiras declarações de Parques Nacionais e Naturais.

A segunda etapa na evolução das “áreas protegidas” tinha como principal motivação a consciência ecológica. Esta concepção baseava-se na consideração dos processos físicos e ecológicos. Pautou-se por políticas de defesa e preservação do meio ambiente contra um desenvolvimento rápido e de grande degradação ambiental de alguns espaços naturais (Blasco, 1999).

A terceira fase do processo de evolução proteccionista centrou-se numa óptica de conservação da natureza e numa perspectiva da manutenção dos recursos naturais que são importantes para a qualidade de vida do ser humano. Esta estratégia de conservação, que

ainda se mantém na actualidade, procura estar de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Mas devemos recuar um pouco na história onde se podem encontrar indícios de que os homens sempre deram grande valor a espaços geográficos com características especiais. Estes espaços foram alvo de medidas proteccionistas porque tinham uma forte carga espiritual ou estavam ligados a factos históricos ou eram fonte de riquezas como a água, caça, plantas medicinais ou outros recursos naturais. Como exemplo do que acabamos de dizer, referimos o valor que os chineses davam aos seus bosques desde há mais ou menos 2500 anos (IUCN, 2002) e a ocorrência de algumas iniciativas para conservação da vida selvagem já no século VII no Japão.

Também na Idade Média, a nobreza e o clero possuíam vastas áreas naturais cujos recursos utilizavam para a prática das mais variadas actividades, como a caça, lazer, ócio, etc.

No entanto, o conceito moderno de “área protegida” e a criação dos primeiros espaços naturais protegidos, com a finalidade de protecção e preservação, é um acontecimento do século XIX. A iniciativa como ponto de partida, efectiva, para a protecção e criação de áreas protegidas, cujos singulares valores naturais eram patentes, coube aos Estados Unidos, no último quartel do século XIX (1832), com a instituição do primeiro espaço protegido no Estado do Arkansas, em 1832, para a conservação de fontes termais. Esta área foi declarada Parque Natural em 1921 (Silva, 1999).

Em 1864 foi declarado o espaço natural protegido de Yosemite (Mendigorri, 2002). Posteriormente, em 1872, foi anunciado a criação do Primeiro Parque Nacional em *Yellowstone*, localizado entre os estados de Montana, Wyoming e Idaho (Blasco, 1999), considerada como a data simbólica do início da primeira rede de espaços naturais protegidos do mundo. A *Yellowstone* seguiu-se *Sequoia* (1890), *General Grant* (1890) e *Mount Rainier* (1899) (IUCN, 2002).

Com estas medidas foi “*dado o primeiro passo para a enunciação e a institucionalização de uma nova postura na utilização dos recursos naturais, nomeadamente dos largos espaços que ainda não tinham sido objecto de exploração humana. Esta nova postura reconhece a existência dos valores cénico, científico e natural que esta áreas têm para a população em geral, assim como o valor que a sua preservação tem, ou poderá ter, para as gerações futuras*” (Mendes, 1996:12).

As razões deste movimento iniciado pelos Estados Unidos ao implementar uma política de conservação de extensas áreas naturais são de diversa natureza, das quais se

destaca a necessidade de preservação de zonas de excepcional beleza natural e a consideração de que estes espaços eram um grande laboratório com notável valor científico (Blasco, 1999).

Por outro lado houve, também, motivações ligadas a uma concepção museológica e de orgulho nacionalista onde a conservação destes espaços majestosos e selvagens para as gerações futuras e para a eternidade constituía um dos postulados.

Naquela época, os Estados Unidos estavam a passar por um período onde era patente uma “filosofia de desenvolvimento” que imperava naquele continente. Neste contexto, a política prioritária era desenvolver todos os territórios que não estavam explorados até aquele momento. Foi neste âmbito que ocorreram os primeiros investimentos no meio ambiente e permitiu que sectores da população, com grande poder de decisão, fossem promotores da salvaguarda dos espaços naturais (Mendigorri, 2002)

Aquela fase, caracterizada pela euforia do crescimento económico onde se defendia o progresso económico e material, as declarações de protecção de espaços naturais não estiveram isentas de críticas e envoltas em algumas polémicas. No entanto e apesar dos movimentos opostos foram implementados instrumentos de gestão e ordenamento destes territórios protegidos e criados os Serviços Nacionais de Parques que tinham a função de gerir as áreas protegidas (Blasco, 1999). Em anos posteriores à criação do Parque Nacional de Yellowstone, as medidas de conservação levadas a cabo alargaram o seu âmbito para além das áreas naturais passando a incluir o património edificado pelo homem com interesse cultural.

Depois da América do Norte, a prática de criação de “áreas protegidas” foi crescendo e propagou-se, em finais do século XIX, ao Canadá, aos países anglo-saxónicos da África Austral, à Oceânia que seguiram o exemplo e iniciaram a mesma trajetória dos Estados Unidos.

O Canadá, pela proximidade geográfica e afinidade com o país vizinho, adoptou a nova filosofia de conservação criando os Parques Nacionais de *Waterton Lakes* (1885), *Glacier* (1886) e *Banff* (1877) (Mendigorri, 2002).

A Austrália, possuidora de extensos territórios, seguiu os exemplos anteriores com a criação de vários Parques Nacionais nos últimos anos do século XIX: Parques Nacionais de *Royal*, *Belair*, *Ku Ring Gai Chase*, *Wilson’s Promontory* e *Mount Buffalo*.

A vizinha Nova Zelândia adoptou, também, esta concepção conservacionista americana e instituiu o primeiro Parque Nacional de *Tangariro* (1884).

Noutros países africanos e no sentido de proteger espécies selvagens em risco de extinção os governos foram criando grandes espaços naturais protegidos que foram considerados verdadeiros santuários naturais (Silva, 1999)

A África do sul cedo aderiu a este movimento com a criação do primeiro Parque Nacional *Sabie Game Reserve* nos finais do século XIX.

Na Europa este movimento teve início apenas nos primeiros anos do século XX na esteira do desenvolvimento das iniciativas já produzidas noutros países como já se referiu.

No período entre as duas grandes guerras e após 1945 verificou-se uma expansão quase universal de iguais iniciativas, até ao presente (Duraffour e Mesplier, 2000).

Contudo, o desenvolvimento do conceito de área protegida na Europa foi diferente dos outros continentes.

Mendigorri (2002) refere que a sobreexploração dos recursos naturais no continente europeu já ocorria desde tempos mais remotos embora com menos intensidade no século XIX. A percepção do desgaste dos recursos não era tão evidente como noutros países anteriormente mencionados. Por outro lado o mesmo autor considera que a excessiva densidade populacional do velho continente era elevada, facto que conduzia a uma elevada ocupação do espaço. Como consequência destes factos a sociedade europeia estava longe de ambicionar a protecção de grandes espaços naturais e contribuiu até para retardar as primeiras iniciativas de conservacionistas. Apesar da grande modificação que a paisagem apresentava na Europa onde pouco restou dos espaços naturais originais, ainda havia importantes valores naturais e preservar e salvaguardar.

Após a Segunda Grande Guerra as preocupações com a preservação dos recursos naturais e ambiente elevam-se a níveis mais altos. O número de convénios e acordos internacionais são cada vez mais.

Em 1962 realizou-se, em Seattle, nos Estados Unidos, o primeiro Congresso Mundial de Parques. Este evento teve como epicentro de discussão o crescente número de espécies que estavam a ser dizimadas pelo homem e a necessidade de implementar medidas para combater este flagelo que ocorria de forma acelerada em diversos países do mundo (IUCN, 2000).

Uma das Organizações que mais se destaca no panorama mundial é a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), fundada em 1948 em França. O seu aparecimento permitiu a proliferação de medidas, acções e recomendações para a criação de espaços protegidos. É das instituições que mais tem contribuído para o desenvolvimento deste movimento proteccionista e cujo principal objectivo é a promoção do planeamento

racional de áreas onde existam espécies vegetais, vida selvagem e características cénicas de carácter científico e culturais (Silva, 1999).

Segundo esta organização a importância dos espaços protegidos pode ser verificada pela função que lhes é atribuída: *“manutenção da diversidade de ecossistemas, espécies e recursos genéticos silvestres e proteger as grandes áreas naturais do mundo pelo seu valor intrínseco e como fonte de inspiração e esparecimento.*

Os espaços protegidos estabelecem-se para salvaguardar exemplos notáveis de património natural, pelo seu valor intrínseco, para conservar os sistemas sustentadores da vida e para o desfrute do ser humano”.

A IUCN através da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (WCPA) tem proporcionado apoio internacional no que concerne à criação e gestão dos espaços naturais protegidos no mundo. A sua colaboração internacional norteia-se por diversos objectivos, nomeadamente alertar os governos para a tomada de consciência da importância das áreas protegidas. Procura sensibilizar as entidades oficiais, dos diferentes países, para a necessidade de criação de um sistema nacional de Áreas Protegidas.

Uma das iniciativas da Organização Mundial para a Conservação da Natureza foi a clarificação e definição do conceito de “Parque Nacional” em 1969. Na sua 10ª Assembleia Geral, realizada em Nova Delhi, Índia, ficou expresso que *“Parque Nacional é uma área relativamente grande, onde um ou vários ecossistemas não estão alterados, materialmente, pela exploração e ocupação humana, onde plantas e espécies animais, sítios geomorfológicos e habitats são de especial interesse científico, educativo e recreativo ou que possua uma paisagem natural de grande beleza; onde as autoridades governativas promoveram acções para prevenir ou eliminar, no menor tempo possível, a exploração ou ocupação da área e, efectivamente, reforcem os parâmetros ecológicos, geomorfológicos ou características estéticas que objectivaram o seu estabelecimento e onde as visitas sejam permitidas, sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos”* (Silva, 1999).

Foi, assim, o ponto de partida para um laborioso trabalho, levado a cabo por especialistas, para a elaboração de uma nomenclatura de classificação de áreas protegidas.

Em 1972 realizou-se a 2ª Conferência Internacional Mundial de Parques Naturais, que teve lugar nos Parques Nacionais de *Yellowstone* e *Grand Teton*, nos Estados Unidos, acontecimento coincidente com as comemorações do centenário de criação de *Yellowstone*. No mesmo ano, ocorreu a Assembleia Geral da IUCN (Mendes, 1996).

Por outro lado os países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) adoptaram, unanimemente, a “Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural” cujos objectivos são “*garantir uma protecção e conservação eficaz e revalorizar o mais activamente possível o património cultural e natural situado no território e em condições necessárias adequadas a cada país, cada um dos Estados Membros (...)*” (Convenção, 1972: Artigo 5º). O documento prevê, também, a atribuição de ajuda financeira e técnica a todos os estados membros, com vista a suportar custos das acções realizadas na área da conservação do património natural e cultural (Silva, 1996).

Nestes acontecimentos foram discutidas várias problemáticas, nomeadamente a necessidade de elaborar um sistema classificativo de “áreas protegidas” normalizado e que fosse reconhecido pelos estados membros e internacionalmente. Este sistema deveria ser flexível de forma a se poder adaptar às diferentes características dos países e às políticas nacionais de conservação (Mendes, 1999). Neste contexto, vários especialistas iniciaram trabalhos com vista à elaboração desse sistema. Dasmann foi um dos pioneiros na elaboração de um sistema de classificação de categorias de áreas protegidas, trabalho apresentado em **1973** (IUCN, 1994). Em **1978** a IUCN publica um documento da “Comissão Nacional de Parques nacionais e Áreas protegidas” sobre Categorias, Objectivos e Critérios para as Áreas Protegidas, elaboradas pelo respectivo comité (IUCN, 1994).

A elaboração do sistema de classificação apresentado por Dasmann (SISTEMA DE DASMAN) foi um grande passo para a preservação do património natural, ao pretender criar uma nomenclatura internacional de categorias de áreas protegidas. Na sua versão inicial foram apresentadas classificações/categorias de áreas protegidas respeitantes a espaços naturais cujos elementos naturais ou humanos, pelo valor que possuíam, mereciam o estatuto de protecção.

Mendes, em 1996 no seu trabalho intitulado “O Valor do Recreio das Áreas Protegidas”, aborda a proposta de classificação elaborada por Dasmann.

Dado o interesse desta classificação, julgamos pertinente efectuar a sua apresentação, ainda que resumida e comentá-la, referindo para cada tipo de categoria as suas características mais específicas.

2.2.2) NOMENCLATURA DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Dasmann propunha, assim, 6 tipologias de áreas protegidas com a seguinte classificação (Dasmann, 1973) (Mendes, 1996).

“Áreas de Protecção Antropológica”: estas correspondem a zonas habitadas por povos cujo património cultural e modos de vida tem valor histórico e antropológico e correm riscos de extinção, decorrente do desenvolvimento industrial e económico das sociedades actuais. Nestas áreas podem habitar povos que reflectem, ainda, os modos de vida tradicionais ou grupos de pessoas que optem por esses modos de vida, com o objectivo de os manterem vivos.

Esta categoria considera e contempla, ainda, as sub categorias de **“Áreas Biológicas Naturais”**, em que o homem é elemento integrante de todo o sistema não alterando a fauna e a flora. Nestas áreas as actividades turísticas são permitidas desde que sejam devidamente regulamentadas e devidamente delimitada geograficamente. A outra sub categoria denominada de **“Paisagens Cultivadas”** são áreas que integram paisagens já modificadas pelo homem, por força das actividades agrícolas desenvolvidas e da pastorícia por métodos tradicionais, que ainda são praticadas no presente. Para obterem este estatuto devem possuir uma grande importância antropológica e valor estético revelador da qualidade da paisagem, de tal ordem que suscitem o interesse científico conducente ao conhecimento das actividades humanas ali desenvolvidas no passado.

Por último é definida a sub categoria **“Sítios de Interesse Espacial”** que correspondem a “áreas protegidas” em sítios que possuam vestígios relacionados com o homem, arqueológicos e/ou paleontológicos que sejam reveladores da evolução e ocupação humana ao longo da história da humanidade, nomeadamente artefactos, monumentos funerários com resíduos de esqueletos, pinturas rupestres e outras manifestações.

As actividades turísticas, nestes espaços naturais protegidos, estão dependentes do grau de protecção que se pretenda atribuir ao local.

Em síntese, deve concluir-se que esta categoria coloca em evidência a dimensão antropológica e histórica como os elementos mais importantes a valorizar nesta categoria de área protegida.

Consideramos importante destacar, igualmente, o interesse que deve ser dado ao desenvolvimento das actividades turísticas. Embora se trate de áreas cuja vulnerabilidade é

evidente, o turismo é uma actividade que deve aqui ser praticada de forma harmoniosa e integrada e de acordo com os objectivos específicos desta área.

A segunda categoria denominada “*Áreas de Protecção Histórica ou Arqueológica*”, englobam áreas com elevado grau de património histórico e /ou arqueológico, no que concerne a edifícios, monumentos e similares (aldeias, vilas ou cidades). Aqui, as actividades, incluindo as turísticas, são permitidas desde que não provoquem a degradação e preservem o património existente.

Nesta categoria estão incluídos os designados “*Locais Arqueológicos*” e “*Locais Históricos*”. Nos primeiros podem encontrar-se vestígios e manifestações das várias etapas da ocupação humana, até à actualidade de que são notáveis exemplos Roma e Cartago.

Os “*Locais históricos*” têm por finalidade proteger os vestígios mais recentes da actividade humana, nomeadamente aldeias, vilas ou cidades que possuem elevado interesse histórico.

Na categoria de “*Áreas Naturais Protegidas*” são incluídas as comunidades bióticas naturais e os seus aspectos fisiográficos que são o principal objectivo de conservação e protecção. Nesta categoria não são incluídas as “áreas” cujo objectivo de uso seja o de exploração de recursos naturais, habitação, ou usos industriais e comerciais. É evidente que a preservação e conservação do património natural no seu estado mais “puro” orientam os objectivos da sua classificação. Este facto é manifesto na limitação da intervenção do homem cujas acções possam alterar o seu estado natural. Entendemos que as áreas protegidas devem constituir um recurso do qual o homem possa usufruir mas sem por em perigo o seu normal desenvolvimento. Neste sentido, nas “*Áreas Naturais Protegidas*” são permitidas actividades humanas unicamente para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos desde que não ponham em perigo ou não interfiram com estado natural nem ponham em causa a protecção a longo prazo destas áreas.

Assim, e tendo em consideração o grau de intervenção humana, foi estabelecida a sub categoria de “*Áreas Naturais Estritas*” que correspondem a áreas que têm como objectivo principal a protecção da natureza que não tenha sido alvo de qualquer distúrbio de forma a que possa servir para estudos científicos de interesse estético e que possam dar um contributo para a valorização das próprias áreas. Por conseguinte, nestas áreas a actividade humana, qualquer que seja, é considerada como um elemento perturbador do normal funcionamento do sistema, pelo que é interdita.

Uma outra sub categoria designada “*Áreas Naturais Dirigidas*” tem por objectivo principal a protecção de uma espécie, grupos de espécies, comunidades bióticas ou outros

aspectos físicos do ambiente que possam estar em perigo de extinção se ocorrer uma intervenção humana deliberada. Neste contexto, a actividade humana é permitida desde que garanta as condições para a sobrevivência e multiplicação das espécies existentes na área. Nestas, excluem-se todas as zonas cuja actividade humana tenha como objectivo a exploração dos recursos naturais para fins recreativos e de lazer.

Uma terceira sub categoria denominada por “**Áreas Desérticas/Selvagens**” cujos objectivos de conservação tem dois sentidos. Em primeiro lugar visa conservação e defesa da natureza. O segundo objectivo, com ligação ao anterior, pretende disciplinar as actividades recreativas para quem tem interesse em viajar e que utilize meios de transporte e estadia primitivos nestes espaços naturais. Por consequência, estas áreas devem ser mantidas no seu estado natural para o que não devem ser permitidas actividades que possam, de alguma forma, alterar o seu estado primitivo.

Existem espaços naturais onde a conservação do património natural e cultural não constituem o principal objectivo de uso. São espaços que podemos denominar de “multifuncionais” por desempenharem um papel importante na conservação e preservação da natureza mas possibilitam, também, outros usos, nomeadamente a exploração dos seus recursos naturais e a prática de actividades recreativas. Estes espaços são definidos e incluídos na categoria de “**Áreas de Uso Múltiplo**”. Nesta categoria estão incluídas todas as áreas cujos objectivos diferem dos da conservação e protecção específica do património natural.¹⁷

Relativamente a esta tipologia de área protegida é particularmente interessante verificar que se pode fazer uma leitura que conduza à inclusão, aqui, de todos os espaços naturais que como maior ou menor veemência sejam testemunhos do património natural e cultural que, de alguma forma, deva ser preservado e conservado.

Como sabemos, o primeiro “**Parque Nacional**” surgiu nos Estados Unidos no século XIX. Desde então essa figura foi estabelecida em diversos países onde foram classificadas diversas áreas com esta categoria e na sequência do que vimos analisando.

De acordo com a nomenclatura de Dasman (1972), consideram-se **Parques Nacionais** áreas que têm dimensões relativamente grandes e devem ser portadoras de ecossistemas naturais cujo valor seja de interesse nacional e internacional. Não devem ter sido objecto de intervenção ou ocupação humana e devem ser geridas e protegidas pelas

¹⁷ Neste tipo de áreas podemos dar como exemplo das florestas nacionais. São recursos naturais cujo uso é para exploração da madeira, regularização de aquíferos ou usos recreativos. Em muitos países estas áreas florestais funcionam como verdadeiras reservas naturais.

autoridades máximas dos países. Contudo, a actividade humana é permitida desde que seja para fins educacionais, espirituais, culturais ou recreativos e a presença humana deve ser controlada em toda a área do parque de forma a proteger todos os aspectos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos do espaço natural.

Segundo a opinião de Mendes (1996), a que aderimos, a definição de Parque Nacional contém algumas limitações, porque ao dar especial destaque à preservação dos elementos naturais e a áreas onde não tenha ocorrido intervenção humana, tornou-se demasiado limitativa ao não poder abranger um grande número de áreas já existentes com a designação de Parque Nacional.

Contudo, um pouco contraditoriamente, entendemos que o alargamento do conceito podia provocar a adulteração da disciplina que sempre está subjacente a uma classificação desta natureza.

Ainda assim e alargando um pouco a nossa análise, consideramos que os esforços levados a cabo pela IUCN de maneira a alargar o mais possível a definição de Parque Nacional revelaram-se incapazes de ultrapassar as incompatibilidades de classificações já existentes em diversos países. Por um lado existiam áreas cuja denominação de Parque Nacional não estava de acordo com os critérios da IUCN. Havia, ainda, outras áreas com características de Parque Nacional mas detinham classificação diferente. Para resolver esta situação passou a classificar-se, estas últimas, como “**Reservas Equivalentes**”. Dentro deste conjunto passam a figurar os “**Parques Regionais**” que são áreas diferentes dos Parques Nacionais apenas no ponto de vista legal. Estas áreas não são geridas pelas autoridades máximas, mas por entidades de estatuto governativo inferior e não ficam sujeitas às regras de conservação e preservação que os governos nacionais tenham subscrito internacionalmente.

Neste contexto, as designadas “**Reservas Integrais da Natureza**” são espaços naturais diferentes dos Parques Nacionais, entre outros motivos, pela impossibilidade de fruição do público em geral porque possuem um elevado valor para a conservação e a investigação.

Esta categoria de equivalências comporta, ainda, as “**Reservas Naturais Dirigidas**” que engloba um leque diversificado de reservas naturais com classificações diversas cujos objectivos de uso vão desde refúgios de caça até reservas botânicas zoológicas, passando por santuários, coutadas, reservas de caça ou refúgios de vida selvagem. Estas áreas possuem mecanismos de controlo dos mais simples até às políticas de gestão equivalentes aos Parques Nacionais e cumprem os seus requisitos. Por último, foram designadas as

“Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes de uso Múltiplo” que correspondem a áreas cujo estatuto de protecção lhes foi atribuído devido ao carácter diferencial dos objectivos com que foram criadas: a protecção da natureza a produção de madeira e outros produtos naturais, pesca, fins recreativos, etc.

O trabalho apresentado por Dasmann foi alvo de discussão, posterior aprovação e, em **1978**, é elaborado um documento preliminar, da Comissão Mundial de Áreas Protegidas, contendo a proposta de classificação e nomenclatura das áreas protegidas (IUCN, 1994). No Congresso Mundial de Parques realizado em **1982**, em Bali, Indonésia, a Comissão Mundial Para as Áreas Protegidas reedita o documento de 1978, depois de revisto, onde apresenta a versão final do sistema de classificação e nomenclatura de Áreas Protegidas. Esta versão foi utilizada amplamente em todo o mundo e incorporada por grande parte da legislação nacional e serviu de base para a estrutura orgânica da *Lista das Nações Unidas de Parques Nacionais e Áreas Protegidas* (IUCN, 2003:4).

2.2.3) NOMENCLATURA ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS DE 1978

Na sequência do nosso estudo compulsamos ainda a nomenclatura de classificação de categorias de áreas protegidas de 1978 que continha dez categorias de áreas protegidas com o pormenor, referido por Mendes (Mendes, 1996) de que oito destas categorias foram definidas com base em interesses nacionais e as restantes tendo em consideração os interesses nacionais.

É este sistema de categorias que analisaremos de seguida. Dado que a descrição destas novas categorias se afasta pouco sensivelmente da apresentada em 1972 e que anteriormente estudamos entendemos, quando mais não seja, para evitar descrições exaustivas, que é suficiente referir agora, apenas os aspectos que consideramos mais pertinentes, nomeadamente a nova denominação das categorias e objectivos.

As **“Reservas Científicas/Reservas Integrais Nacionais”**. Com esta categoria visou-se a preservação dos habitats, ecossistemas e espécies no seu estado mais natural possível”, salvaguardando as características estruturais da paisagem e mantendo os processos ecológicos estabelecidos, bem como permitir a realização de estudos científicos, actividades de monitorização ambiental e educativas.

Estas áreas devem englobar ecossistemas excelentes com grande diversidade biológica e com recursos genéticos que devem ser preservados (Mendes, 1996).

Os principais critérios de selecção foram a definição abrangente da área suficientemente ampla para garantir a unidade dos ecossistemas e permitir atingir os objectivos definidos. Outro critério de selecção prende-se com a actividade humana que deve ser isenta e ter capacidade para assim continuar.

O “**Parque Nacional**” já assim definido na classificação no sistema anterior tem como finalidade a “*protecção de áreas naturais e paisagísticas, com elevado interesse nacional e/ou internacional do ponto de vista científico, educacional e recreativo*” (Mendes, 1996:14), espirituais ou turísticos.

No que concerne aos critérios de selecção, estas áreas devem contemplar elementos representativos de regiões importantes, cenários naturais, espécies animais ou plantas, os habitats geomorfológicos que tenham especial importância científica, educativa, recreativa e turística.

Na categoria de “**Monumento Natural/Elemento Natural Destacado**”, incluem-se as áreas cujos objectivos compreendem a protecção, preservação das características naturais mais significativas que são específicas da área como quedas de água, grutas, vulcões, dunas ou espécies raras, etc., pela sua importância natural e/ou qualidade excepcional. Permitir a investigação, educação, a interpretação e apreciação do público num grau compatível com os objectivos supra citados.

Com a designação de “**Reserva de Conservação da Natureza/Reserva Natural Gerida/Santuário de Vida Silvestre**” pretendeu-se classificar as áreas de cujos objectivos se destacam a manutenção dos habitats em condições necessárias de forma a poder proteger espécies, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do meio ambiente. Deve realçar-se que foi salvaguardada a possibilidade de acesso à investigação científica e a monitorização ambiental com principal actividade associada ao uso sustentável da vida silvestre e permitir às populações que vivem no interior da área a obtenção de benefícios.

Na categoria “**Paisagem Protegida**” foram inseridas as áreas que incluem “*paisagens com características estéticas particulares, que resultam da interacção harmoniosa homem/natureza (...) e paisagens com excelentes perspectivas panorâmicas junto de lagos, ao longo da costa, ou, ainda, sítios montanhosos*” (Mendes, 1996:17)

Têm por finalidade a preservação harmoniosa natureza/cultura pela protecção das paisagens terrestres e/ou marinhas e manutenção das práticas tradicionais de ocupação das terras e manifestações sociais e culturais.

Para a categoria “**Reserva de Recursos Naturais**” pretende-se seleccionar as áreas em que há interesse em proteger e manter a longo prazo a diversidade biológica e outros valores naturais.

A selecção destes espaços protegidos é feita tendo em consideração a dimensão da área que deve ser suficientemente grande de forma a poder garantir a utilização sustentável dos seus recursos desde que não entre em conflito com os valores naturais existentes.

Este último aspecto é salientado por Mendes (1996) que refere que estes espaços devem ser vastas áreas cuja exploração intensiva e humanização esteja ameaçada.

Relativamente à “**Área Biótica/Reserva Antropológica**” foi definida como principal finalidade “*a protecção do modo de vida de comunidades humanas, que vivem em condições de grande harmonia com o seu habitat, de forma a mantê-las afastadas da sociedade tecnológica que as ameaça de extinção*” (Mendes, 1996:19).

A ausência de vestígios de tecnologia moderna e a existência de interacção harmoniosa entre o homem e o meio ambiente foram os critérios de selecção para estas áreas.

A designação de “**Área Natural Gerida para Fins de utilização Múltiplos/Área de Gestão dos Recursos Naturais**” tem como principal objectivo a utilização para diversos fins, nomeadamente económicos e sociais e os critérios de selecção pressupõem a existência de recursos naturais que possam ser explorados e permitam a realização de actividades de recreio.

Inovadora é a designação de “**Reserva da Biosfera**” cujos objectivos devem “*garantir as condições necessárias para a pesquisa ecológica, a vigilância sistemática das comunidades bióticas e respectiva diversidade, a formação e a demonstração ambiental*” (Mendes, 1996).

Logicamente os critérios de selecção exigem que estas áreas sejam detentoras de elementos representativos dos biomas naturais, conter aspectos naturais ou comunidades de excepcional interesse. As paisagens devem ser resultado harmonioso da ocupação tradicional humana. A administração deve ficar a cargo do poder central (IUCN, 1994).

Finalmente, surge a última categoria designada por “**Sítio Natural de Património Mundial**” cujos objectivos são proteger áreas que possuam um valor universal excepcional. A inclusão desta categoria na lista foi feita por proposta da UNESCO em

1975 no contexto dos trabalhos de Comissão sobre a Protecção do Património Mundial (Mendes, 1996) e por consequência é feita mediante a apresentação ao Comité do Património Mundial da Unesco a qual fará a avaliação em termos de qualidade e interesse mundial do sítio.

Julgamos que, com a elaboração desta nova nomenclatura de classificação foi dada maior coerência ao processo de preservação do património natural e cultural.

A matriz de categorias e objectivos permite ser um instrumento eficaz e útil para o planeamento e gestão dos espaços naturais, ao proporcionar aos organismos, encarregados da manutenção dos recursos naturais, várias alternativas de criação e manutenção de áreas protegidas.

Este sistema de categorias da IUCN foi utilizado amplamente em diversos países do mundo e foi incorporado nas respectivas legislações, o que permitiu a normalização e internacionalização do conceito de área protegida e constituiu a base para a elaboração da estrutura orgânica da Lista das Nações Unidas de Parques Nacionais e Áreas protegidas (IUCN, 1994).

Desde a elaboração do primeiro sistema de classificação de categorias de áreas protegidas que o número dos espaços naturais protegidos cresceu ao longo dos anos. Este crescimento foi incrementado e optimizado pelas novas categorias de classificação.

Contudo, apesar da especificação trazida pelos sistemas de classificação verificou-se, ainda, a existência de uma ampla gama de áreas naturais com características semelhantes e diferentes denominações¹⁸.

“A experiência demonstrou que era necessário rever e actualizar o sistema de categorias de 1978. As diferenças entre certas categorias não estavam muito clarificadas” (IUCN, 1994). Por outro lado havia um património de grande valor que não foi considerado em nenhum dos sistemas de classificação – As regiões marinhas. Daí que se tenha sentido a necessidade de salientar a importância da conservação destas áreas que são um vasto património natural. Daqui partiu-se para a decisão de efectuar a revisão do sistema de classificação de 1978.

A resolução destas preocupações foi equacionada pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA), em **1984**, por um grupo de trabalho constituído

¹⁸ Austrália possuía 45 denominações; O Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos detinha 18 tipologias de áreas protegidas. A nível mundial eram utilizados 140 designações para as diferentes áreas naturais e proteger (IUCN, 2004).

por diversos especialistas que ficaram encarregues de analisar o sistema vigente e proceder às alterações necessárias.

Do trabalho realizado, em **1984**, pela equipa de especialistas resultou a apresentação de uma proposta alusiva a uma nova nomenclatura de classificação de “áreas protegidas”. Este documento foi apresentado durante a Assembleia-Geral da IUCN, realizada em Perth, Austrália, no ano de **1990** (Silva, 1999).

No IV Congresso de Parques Nacionais e Áreas Protegidas que decorreu em Caracas, Venezuela, em Fevereiro de **1992**, os países participantes enfatizaram a necessidade de se criarem mais e melhores áreas protegidas.

Neste evento foi posto em evidência que havia diferenças entre algumas categorias de “áreas protegidas” pouco clarificadas e, logicamente, sujeita a necessidade de interpretação de alguns critérios com maior flexibilidade para que se pudessem adaptar às diferentes realidades existentes no mundo. (IUCN, 2002).

2.2.4) NOMENCLATURA ACTUAL DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

A nova proposta do sistema de categorias, elaborada pela equipa de 1984, foi apresentada a este Congresso e sugeria que as primeiras cinco categorias do sistema de 1978 servissem de base à actualização da nomenclatura e propôs a anulação das categorias VI, VII, VIII, IX e X. Esta sugestão foi aceite de bom grado dado que permitia criar um melhor entendimento entre os intervenientes e interessados nas questões da preservação e manutenção do património natural. O documento apresentado no Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas foi analisado com profundidade.

No Congresso supra referido que recomendou a formulação de novas directrizes para substituição das adoptadas em 1978 foi criada uma outra Comissão (IUCN, 1994).

Posteriormente, o Comité da Direcção da CNPPA e o Conselho da IUCN analisou e preparou novas categorias e directrizes que se podem considerar o culminar de um processo que durou longos anos e que envolveu diversos organismos públicos e privados com ligação à conservação e preservação dos espaços naturais (Silva, 1999).

O documento refere que as novas directrizes estão de acordo com os princípios estipulados em 1978 e constituem uma versão actualizada das mesmas directrizes que são

o reflexo da experiência tida ao longo dos tempos no que concerne ao funcionamento do sistema de categorias vigente. O novo sistema mantém as cinco primeiras categorias mas com terminologia e disposição mais simplificada e inclui uma nova categoria. O texto considera que o sistema deve ser suficientemente flexível de maneira a adaptar-se às diferentes realidades mundiais. Finalmente, o documento alude que estas directrizes pretendem ser um instrumento de orientação e não um documento de prescrição restritiva (IUCN, 1994).

No que concerne às definições foram efectuadas clarificações de conceitos de forma a tornar o processo mais claro. A definição adoptada de área protegida passou a ser considerada *“Uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e culturais associados, e gerida através de meios jurídicos ou outros meios eficazes”* (IUCN, 2002:10).

De acordo com aquela organização esta definição contempla todas as categorias de “áreas protegidas” e devem adaptar-se à definição inserida no parágrafo anterior a partir da qual foram definidos objectivos gerais e de utilização para as áreas protegidas que são os seguintes:

- *“Manter áreas com ecossistemas representativos que assegurem a continuidade evolutiva e processos ecológicos incluindo migrações e fluxos genéticos.”*
- *“Conservar a diversidade ecológica, para assegurar o rol de diversidade natural na regulação do ambiente;”*
- *“Manter o potencial genético das comunidades naturais e evitar a perda de espécies de plantas e animais;”*
- *“Desenvolver actividades de educação e investigação e monitores do ambiente;”*
- *“Manter, dirigir as bacias hidrográficas de forma a assegurar uma adequada qualidade e disponibilidade de água;”*
- *“ Conservar os solos para controlar e evitar a erosão e sedimentação;”*
- *“Manter e utilizar os recursos da vida silvestre pela sua importância na regulação ambiental;”*
- *“Promover oportunidades de recreação e turismo;”*
- *“Utilizar e melhorar os recursos florestais pela importância na regulação e para a produção sustentável de madeira;”*
- *“ Proteger e valorizar a herança cultural, histórica e arqueológica dos povos;”*

- *“Proteger e utilizar recursos paisagísticos que assegurem a qualidade ambiental envolvente das populações, cidades, vias de comunicação, rios e áreas afectas ao turismo e recreação;”*

- *“Conservar áreas de forma a garantir diferentes usos no futuro;*

- *“Orientar e organizar as actividades de conservação que permitam o desenvolvimento integrado das áreas rurais;”* (IUCN, 2002)

Ora, os objectivos apresentados definem-se como diversificados e amplos, pois abrangem um espectro de elementos relevantes para a protecção e preservação dessas “áreas”. Entre eles, merecem real destaque a capacidade para estes objectivos preconizarem e considerarem importante a interacção entre a actividade humana e as referidas “áreas”.

Esclarece-se que elas constituem uma componente notável para a satisfação das necessidades básicas do homem e que, sendo assim, não devem ser “espaços” isolados do processo de desenvolvimento, mas um elemento importante nas estratégias de desenvolvimento sustentável e de uso adequado dos recursos naturais, o que justifica que se promovam actividades de educação ambiental e se desenvolva o turismo que pode ser um veículo importante para a sensibilização da consciência ambiental das pessoas e para a sua aproximação a estes espaços protegidos.

Elucida-se, também, que os “espaços” devem possuir um ou mais dos objectivos definidos para poderem aceder ao estatuto de “área protegida” de acordo com as recomendações da IUCN. Segundo as orientações propostas pela IUCN após o Congresso de Caracas e tendo em conta as diferentes combinações que os objectivos então definidos proporcionam foram estabelecidas diversas categorias de áreas protegidas que apresentamos de seguida (IUCN, 2003).

I – Protecção Integral (ex: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre)

II – Conservação de ecossistemas e turismo (ex: Parque Nacional)

III – Conservação das Características Naturais (ex: Monumento Natural)

IV – Conservação através de administração activa (ex: Área de gestão de Habitats/Espécies)

V – Conservação de paisagens terrestres, marinhas e recreio (ex: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas)

VI – Utilização sustentada dos ecossistemas naturais (ex: Área Protegida com Recursos geridos) (IUCN, 2002:10)

O quadro seguinte ilustra a relação entre os objectivos de utilização e as diferentes categorias estabelecidas pela IUCN.

Quadro n.º 13 – Matriz de objectivos e categorias de utilização de Áreas Naturais Protegidas

OBJECTIVOS DE UTILIZAÇÃO	Categorias de Áreas Protegidas						
	Ia	Ib	II	III	IV	V	VI
Investigação Científica	3	2	2	2	2	3	
Protecção de Zonas Silvestres	1	2	3	3	-	2	
Preservação das espécies e diversidade genética	1	2	1	1	1	2	1
Manutenção dos serviços ambientais	2	1	1	-	1	2	1
Protecção das características naturais e culturais específicas	-	-	2	1	3	1	3
Turismo e recreação	-	2	1	1	3	1	3
Educação	-	-	2	2	2	2	3
Utilização sustentada dos recursos derivados de ecossistemas naturais	-	3	3	-	2	2	1
Manutenção das características culturais e tradicionais	-	-	-	-	-	1	2

1) Objectivo principal; 2) Objectivo secundário; 3) Objectivo potencialmente aplicável; - Não se aplica

Fonte: IUCN (2002)

Como se pode observar no quadro n.º 13 os diversos objectivos de utilização podem ou não estar consignados nas diferentes categorias de áreas protegidas. Por exemplo, a categoria Ia e Ib que correspondem a Reservas Naturais Estritas e Áreas Naturais Silvestres possuem como principais objectivos a preservação dos ecossistemas, habitats e as suas espécies num estado de conservação o mais natural possível. A manutenção e salvaguarda das características estruturais da paisagem e a manutenção dos seus recursos genéticos num estado dinâmico e evolutivo constituem outros objectivos a concretizar nestas áreas protegidas. No domínio da intervenção humana os objectivos preconizam que esta deve ser reduzida e quando ocorre ser devidamente planificada de forma a reduzir qualquer perturbação.

No final desta lista de classificação, constatamos que a categoria VI corresponde a áreas protegidas destinadas à utilização sustentável dos ecossistemas naturais e que os objectivos que norteiam a sua utilização diferem, substancialmente, das anteriores categorias.

No entanto, mantêm um objectivo comum que é a preservação das espécies e a sua diversidade genética. Por outro lado, há objectivos que procuram a manutenção das características culturais e tradicionais da área protegida e a promoção do desenvolvimento regional e nacional.

Ficou evidente que as categorias perseguem objectivos onde a conservação e preservação do património natural e cultural nas suas diversas dimensões é uma meta a atingir. Outro aspecto que consideramos pertinente destacar é a possibilidade de utilização destas áreas protegidas como factor de desenvolvimento regional e nacional. É um elemento que consideramos importante pelo facto de sermos da opinião que estes espaços naturais poderem constituir uma mais valia para áreas rurais que possuem fragilidades do ponto de vista económico e social.

Um último aspecto que deve ser realçado refere-se ao turismo como um dos objectivos presente no quadro. Como se pode verificar as categorias de Áreas Protegidas II, III e V têm como objectivo principal o turismo e recreação. As restantes áreas também preconizam idêntico objectivo mas num nível de importância menor. Sobre este aspecto partilhamos da opinião que turismo *“pode ser um instrumento para proteger e recuperar o meio ambiente, mediante um processo de desenvolvimento integrado e dinâmico e de partilha de responsabilidades”* (Batouxas, 2002:1). Neste aspecto, estamos em perfeito acordo com a citada autora pois, segundo a mesma, a *“protecção da natureza, [na sua forma de áreas protegidas], não tem um valor absoluto em si mesmo, sendo possível também em função dos interesses humanos”* (Batouxas, 2002:2) através de práticas diversas que não ponham em risco os valores naturais e culturais.

Depois de efectuadas estas breves considerações descreveremos e analisaremos, em seguida, de forma semelhante ao que foi feito para as anteriores classificações, alguns aspectos que consideramos mais relevantes relativamente à nova classificação de áreas protegidas procurando estabelecer, se for o caso, a relação com o anterior sistema.

A **CATEGORIA I**, denominada **“Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre”** corresponde a áreas protegidas geridas principalmente com fins científicos e de protecção da natureza. Como se pode verificar, esta categoria tem um carácter muito específico para a preservação do património natural, através da investigação científica.

Esta categoria encontra-se subdividida na **CATEGORIA Ia** que corresponde a **Reserva Natural Estrita**: área protegida gerida principalmente com fins científicos.

Consideram-se nesta categoria todas as *“áreas terrestres e/ou marinhas que possuem algum ecossistema, aspecto geológico fisiológico e/ou espécies destacadas ou representativas, destinada principalmente a actividades de investigação científica e/ou monitorização ambiental”* (IUCN, 2002:10).

Os objectivos de uso são diversos dos quais se destacam a preservação dos habitats, ecossistemas e espécies no seu estado mais natural possível, salvaguardar as características

estruturais da paisagem para que se possa dispor de elementos do meio natural para a realização de estudos científicos.

Estas áreas devem ser suficientemente grandes para garantir a integridade dos ecossistemas e alcançar os objectivos que levaram à sua protecção. A intervenção humana deve ser inexistente ou mínima para permitir manter as condições naturais que possui.

A propriedade e controlo destas áreas deve ser executada pelos governos nacionais, fundações privadas, universidades que desenvolvam trabalhos reconhecidos nesta área de intervenção.

Estabelecendo a comparação com a nomenclatura de classificação de 1978 podemos concluir que apresenta algumas semelhanças com a categoria I, cuja designação era **Reserva Científica / Reserva Estrita**.

Um aspecto que se deve destacar é a inclusão, nesta nova categoria, das “regiões marinhas” com património que de igual forma deve ser conservado e preservado.

A categoria que vimos analisando sub-divide-se numa outra designada por **CATEGORIA Ib** com denominação de “**Área Natural Silvestre**”. Esta área protegida é utilizada principalmente com fins de protecção da natureza. Incluem-se nesta designação áreas de uma “*vasta superfície de terra e/ou mar não modificada ou ligeiramente modificada, que conserva o seu carácter e influência natural, não está habitada de forma permanente ou significativa e a sua protecção é feita para preservar a sua condição natural*” (IUCN, 2002:10).

Quanto aos objectivos de uso, estas áreas pretendem garantir às gerações vindouras o significado que teve no presente a preservação de espaços naturais inalterados pela actividade humana ao longo dos tempos. A sua preservação tem como meta manter a qualidade e atributos naturais que são essenciais para o meio ambiente a longo prazo.

Outro objectivo que destacamos é o possibilitar o acesso do público para que possa desfrutar de um bem-estar físico e mental e tomem consciência da necessidade de preservar os recursos naturais para as gerações vindouras.

Estas áreas para serem seleccionadas devem ser titulares de elevadas qualidades naturais, com níveis de intervenção humana imperceptível e demonstrar que esta não muda esse atributo. A existência de elementos ecológicos, geológicos e fisiográficos de valor excepcional que tenham valor científico, histórico ou educativo são outros requisitos para a sua selecção. Esta categoria não possui relação com o sistema de 1978.

A introdução desta sub categoria foi definida de acordo com a resolução 16/34 da IUCN aprovada pela Assembleia-Geral ocorrida em Madrid em 1984 (IUCN, 1994).

Para a CATEGORIA II foi definida a designação de – “**Parque Nacional: Área Protegida utilizada principalmente para a conservação de ecossistemas e fins de recreio**”. Estes espaços, de acordo com a definição preconizada pela IUCN são “*áreas terrestres e/ou marinhas designadas para a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações actuais ou futuras; b) excluir os tipos de exploração e ocupação que sejam hostis com o propósito para as quais foram classificadas; c) proporcionar um espaço para actividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, actividades que devem se compatíveis desde o ponto de vista ecológico e cultural*” (IUCN, 1994:12, 2002:10).

Os objectivos destes espaços naturais protegidos são a protecção de áreas naturais com importância nacional, internacional com fins espirituais, científicos, educativos, recreativos e turísticos. Pretendem ter em consideração as necessidades das populações autóctones relativamente ao uso dos recursos naturais, sem que se ponha em causa alcançar outros objectivos definidos para estes espaços.

As áreas candidatas a esta classificação devem conter atributos ecológicos, espécies de animais ou plantas e os habitats e sítios geomorfológicos ter importância excepcional do ponto de vista espiritual, educativo, recreativo ou turístico.

A sua gestão, manutenção e protecção devem ser garantidas pelas autoridades superiores do país. Contudo, podem ocorrer outros níveis de gestão numa hierarquia inferior que devem ser desempenhados por concelhos de populações indígenas ou outros órgãos aos quais tenham sido cometidas atribuições de desempenho de actividades de conservação da área.

Esta categoria tem a sua equivalência na categoria II do sistema elaborado em 1978.

Pela pesquisa que efectuamos ao longo deste trabalho verificamos que a categoria que acabamos de descrever foi a adoptada pela maioria dos países que iniciaram processos de declaração de espaços naturais protegidos nos seus territórios.

A **CATEGORIA III** é definida pela designação de “**Monumento Natural**”, uma área protegida utilizada principalmente para a conservação de características naturais específicas. São “*áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas de valor destacada ou excepcional pela sua riqueza implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou pela sua importância cultural*” (IUCN, 2002:10).

Os espaços protegidos com esta classificação tem como objectivos principais preservar e perpetuar as características naturais que são específicas e se destacam na área, pela sua qualidade excepcional. Pretendem, também, possibilitar oportunidades de investigação, educação, interpretação e apreciação pública mas impedir a exploração ou ocupação hostil destes espaços protegidos. A terminar o leque de objectivos consta, ainda, a possibilidade de as populações residentes retirarem benefícios que sejam compatíveis com os outros objectivos precedentes o que de maneira notória reverte em benefício das próprias áreas protegidas.

O acto de posse de propriedade e a sua gestão devem ficar a cargo dos governos dos países. Contudo, poderá ser atribuída a outras entidades devidamente habilitadas para tal tarefa: população indígena, fundação sem fins lucrativos. Excepcionalmente pode ser uma área privada desde que seja garantida a sua protecção e preservação dos valores da zona a longo prazo e de acordo com o que está definido para as restantes áreas.

Relativamente ao sistema de 1978 esta categoria, no essencial, corresponde à definida no sistema classificativo de 1978.

A **CATEGORIA IV** mereceu a denominação de – ***“Áreas de Manutenção de Habitats/Espécies: Área protegida utilizada especialmente para a conservação”***. Estes espaços correspondem a uma *“Área terrestre/e ou marinha sujeita a intervenção activa com fins de uso, para garantir a manutenção dos habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies”* (IUCN, 2002,10).

Os objectivos destes espaços naturais vão desde a manutenção dos habitats integrantes, em condições óptimas de forma a proteger as espécies, grupos de espécies, comunidades bióticas ou características físicas do meio ambiente, até à obtenção de benefícios para as populações que residem dentro da área. Outros objectivos a atingir são, ainda, a possibilidade de promover actividades de investigação científica e circunscrever áreas limitadas para actividades educativas e para o público.

Do leque de directrizes que concorrem para a selecção destas áreas protegidas, consta, ainda, a que determina que estas áreas devem desempenhar uma função vital para a protecção da natureza e a sobrevivência das espécies. É desejável que estes espaços tenham grandeza suficiente para que a protecção do habitat resulte num bem-estar para as espécies residentes ou migratórias.

A administração pode ser exercida por várias entidades desde que possuam e criem mecanismos de protecção e controle adequados¹⁹. Cabe aos governos nacionais esta atribuição. Podem, no entanto, ser fundações sem fins lucrativos ou populações indígenas.

Nesta categoria não ocorreram alterações significativas relativamente à categoria do sistema de 1978.

Relativamente à **CATEGORIA V** foi definida a designação de – **“Paisagem Terrestre e/ou Marinha Protegida: Área protegida gerida principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos”**.

A IUCN (2002:22) define estes espaços como uma *“Superfície de terra, com costas e mares, segundo o caso, na qual as interações do ser humano e a natureza ao longo dos tempos produziu um zona de carácter definido com importantes valores estéticos, ecológicos e/ou culturais e que alberga um rica diversidade biológica”*.

A referida Organização propõe como objectivos a atingir a preservação harmoniosa da natureza em ligação estrita com a cultura, através da protecção das paisagens terrestres e/ou marinhas e pela manutenção das práticas tradicionais de uso do solo e das manifestações culturais e sociais.

Estas áreas pretendem, também, proporcionar oportunidades à realização de actividades recreativas, educativas e turísticas que estejam de acordo com as especificidades da área e dêem contributos à investigação científica.

As áreas que pretendam obter esta classificação devem ser possuidoras de paisagens terrestres e/ou marinhas de grande qualidade cénica, com espécies de fauna e flora associados. A existência de elementos representativos das manifestações de práticas de utilização dos solos e organização social e cultural tradicional constituem outros requisitos para a selecção.

A responsabilidade destes espaços pode ser de uma autoridade pública. No entanto, é normal estar em mãos de privados. De qualquer modo os modelos de gestão devem ser sujeitos a planificação e controle e contar com o apoio de organismos de financiamento de forma a garantir a sua manutenção e preservação a longo prazo.

Esta categoria é equivalente ao sistema de 1978 sob a designação de Paisagem Protegida.

¹⁹ Não se especificam as entidades a sua definição é prerrogativa de cada país e também porque consideramos não ter grande interesse no âmbito do nosso trabalho.

Finalmente analisamos a **CATEGORIA VI** que nos dá a designação de – “**Área Protegida com Recursos Geridos: área protegida utilizada principalmente para a utilização sustentável dos ecossistemas naturais**”.

De acordo com a IUCN (2003:23) incluem-se nesta categoria “*Áreas que contém predominantemente sistemas naturais não modificados, que é objecto de actividades de utilização para garantir a protecção e a manutenção da diversidade biológica a longo prazo (...)*”.

Ancorados a esta definição podemos deduzir que os objectivos são muito específicos visto que pretendem manter, a longo prazo, a diversidade biológica e outros valores naturais destas áreas e a promoção de práticas de utilização racionais com fins de produção sustentada. Outro objectivo é a preservação da base dos recursos naturais contra outras modalidades de uso dos solos que sejam prejudiciais para a diversidade biológica existente na área.

Relativamente aos requisitos de selecção foi definido que estas áreas devem possuir dois terços da sua superfície em condições naturais. Podem conter zonas limitadas onde há ecossistemas modificados e devem ser suficientemente amplas por forma a que possa aceitar a utilização sustentada dos seus recursos naturais sem colocar em perigo os valores naturais a longo prazo.

No que concerne à responsabilidade orgânica a manutenção deve ficar a cargo de organismos públicos, devidamente habilitados organizados em associação com as comunidades locais.

Pelo que ficou dito podemos constatar que esta categoria não tem equivalência no sistema de 1978.

A nomenclatura de classificação anteriormente analisada obedece a diversos aspectos que convém destacar. Neste contexto, a IUCN (2002) considera que o objectivo principal (quadro n.º 13) deve ser o critério principal para a classificação e instituição de uma categoria de área protegida. Por outro lado, os objectivos de gestão encontram-se num nível inferior ou valor adicional. Esta perspectiva permite que o sistema possua uma base sólida e seja mais prático.

Outro aspecto a destacar no sistema agora vigente é a preocupação em se aplicarem e efectivarem os objectivos de utilização que estão na base da atribuição da categoria. A atribuição de uma categoria a um espaço natural deve ser operacionalizada e posta em prática, sob pena de perder o seu estatuto. O que realmente se pretende é que a área seja efectivamente o que é, na sua essência.

Este sistema foi elaborado de forma a poder proporcionar uma base de comparação internacional e foi concebido para ser utilizado por diferentes países. A orientação é muito abrangente e deve ser interpretada com flexibilidade a nível nacional, regional e local (Silva, 1999). Por isso, países houve que adoptaram, ao longo dos anos, sistemas de classificação próprios que deram origem a variadas terminologias mas cumprindo, de uma forma geral os parâmetros essenciais definidos pela IUCN.

Finalmente julgamos de interesse referir que além de todos os objectivos definidos para as categorias analisadas existe, subjacente, um elevado interesse para o turismo que decorre do integral cumprimento das directivas que foram sendo produzidas. Com efeito, consideramos que o turismo está em conexão com o desenvolvimento das áreas protegidas no âmbito da promoção de actividades específicas orientadas para o desenvolvimento integrado das respectivas regiões.

2.2.5) ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO MUNDO

As “áreas protegidas” foram criadas com propósitos de protecção do património natural, dos ecossistemas, da fauna e da flora, proporcionar a investigação científica, educação ambiental ou as actividades turísticas, como se tem vindo a afirmar.

O considerável número de recursos que foram investidos na preservação do Património Natural ao longo dos últimos anos teve como resultado o estabelecimento pela maior parte dos países do mundo, de um sistema nacional de áreas protegidas (Paine, 1997). Contudo, a dinâmica dos sistemas nacionais de áreas protegidas varia de país para país em função das suas necessidades, dos apoios que recebem ou da legislação nacional.

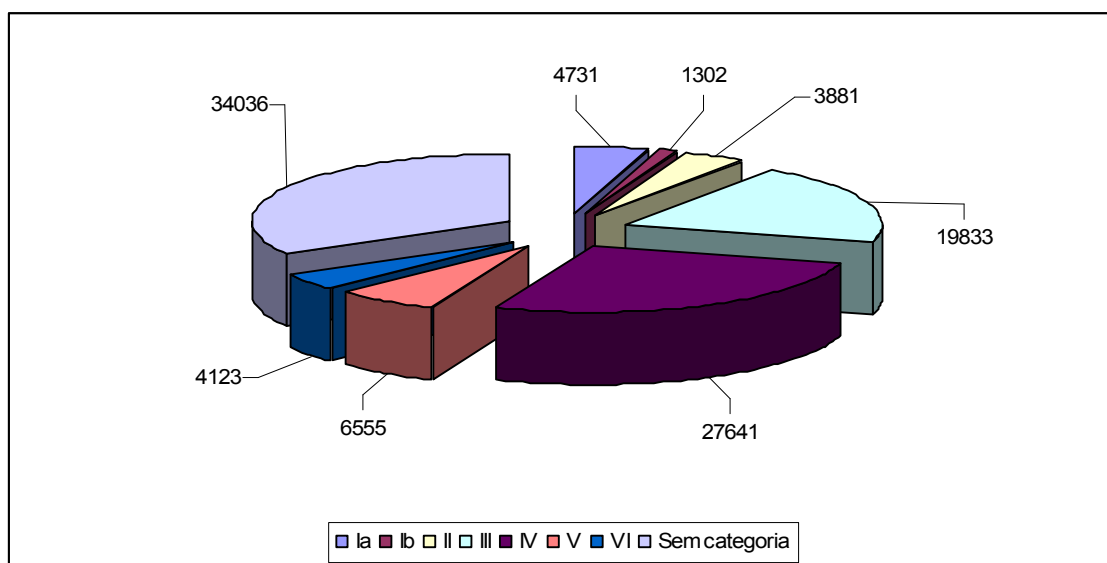
Desde 1961 que são elaboradas listas com as áreas protegidas que existem à escala mundial, sob a denominação de Lista das Nações Unidas de Parques e Reservas Equivalentes. Estes documentos resultam da importância que foi dada pela Unesco ao Património Natural como um importante instrumento de utilização racional dos recursos naturais. A IUCN teve um papel importante na preparação das diversas listas que foram elaboradas ao longo dos anos e, desde 1961, tem sido a organização responsável na elaboração da lista mundial de áreas protegidas. Entre 1961 e 2003 já foram publicadas trinta relatórios da Lista das Nações Unidas de Áreas Protegidas. Presentemente, cabe à Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da IUCN, em colaboração com o Centro

Mundial de Monitorização da Conservação (WCMC) a preparação e elaboração das listas mundiais das Áreas Protegidas (IUCN, 2004).

Actualmente existem mais de um milhão de classificações atribuídas a diferentes tipos de Espaços Naturais, de tal forma que para o mesmo tipo de espaços protegidos foram atribuídas diferentes classificações (Paine, 1997). Apesar de nem todos os espaços protegidos do mundo terem uma classificação de acordo com a nomenclatura da IUCN, o número de espaços naturais protegidos não parou de aumentar ao longo dos tempos.

A publicação recente de um relatório sobre as Áreas Protegidas – “2003 United Nations List of Protected areas” elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Mundial da Conservação da Natureza (IUCN) faz um balanço sobre a evolução destes espaços naturais protegidos a nível mundial. De acordo com o relatório o número de áreas protegidas ultrapassou as cem mil, em 2003 (IUCN, 2003). A leitura da figura n.º 8 e quadro n.º 14 evidenciam o número daquelas áreas existentes até 2003, segundo os dados.

Figura n.º 8 – Número de Áreas Protegidas segundo a categoria de classificação (2003)



Fonte: IUCN (2003:23)

De acordo com as fontes consultadas o número e dimensão das áreas protegidas aumentou mais de 10 vezes desde a criação da primeira lista em 1962²⁰ (IUCN, 2003).

²⁰ A Primeira Lista de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes foi elaborada pelas Nações Unidas na sequência da resolução adoptada na 16ª Sessão da Assembleia-geral, ocorrida em 1962 (IUCN, 2003:2).

As 102 mil áreas protegidas existentes ocupam uma superfície de 18,8 milhões km² (quadro n.º 14 e figura n.º 8). Destas áreas protegidas, 90% foram classificadas nos últimos 40 anos.

Os dados indicam que 67% do total das áreas protegidas inserem-se no âmbito das seis categorias de classificação da IUCN e apenas 33% não tem correspondência com aquelas categorias de classificação (figura n.º 8).

Quadro n.º 14 – Número e extensão de áreas protegidas no mundo (2003)

Categoria	N.º Sítios (milhares)	% Total sítios	Área coberta (Km2)	% Total área coberta
Ia	4.731	4.6	1.033.888	5.5
Ib	1.302	1.3	1.015.512	5.4
II	3.881	3.8	4.413.142	23.6
III	19.833	19.4	275.432	1.5
IV	27.641	27.1	3.022.515	16.1
V	6.555	6.4	1.056.008	5.6
VI	4.123	4.0	4.377.091	23.3
Sem categoria	34.036	33.4	3.569.820	19.0
Total	102.102	100.00	18.763.407	100.00

Fonte: IUCN (2003)

Este crescimento é demonstrativo da importância que se tem atribuído ao estabelecimento de uma nomenclatura de classificação internacional que muitos países do mundo têm adoptado como referência. De igual modo revela a importância cada vez maior dada à preservação do património natural do mundo.

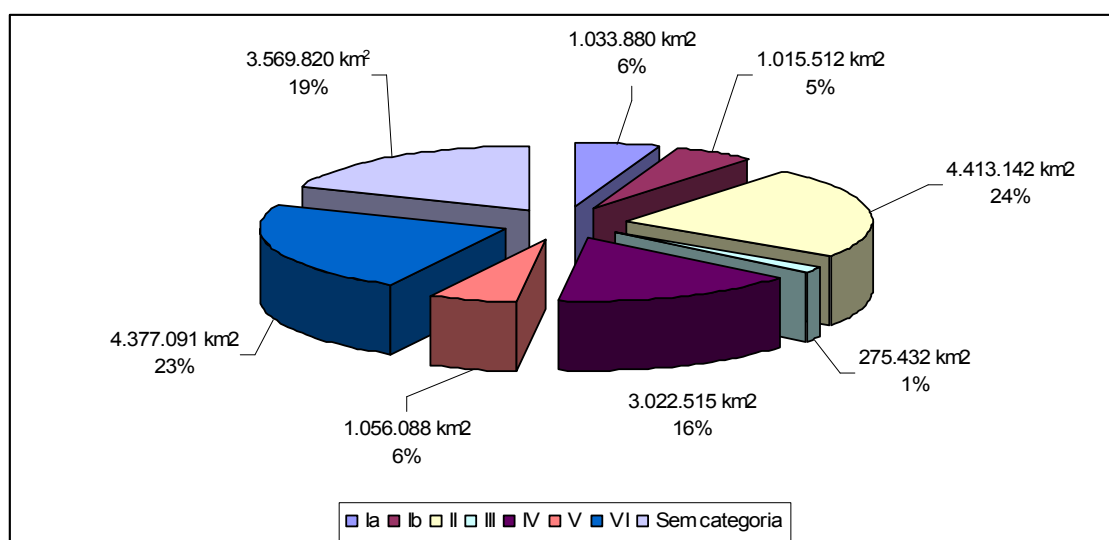
Outro aspecto que ressalta na figura n.º 8 e quadro n.º 14 é o elevado número de sítios classificados de acordo com a categoria IV (Áreas de Manutenção de Habitats), com 27.641 espaços naturais e a categoria III (Monumento Natural) com 19.833 áreas protegidas em todo o mundo. Estas duas categorias representam 46% do total das “áreas protegidas”. Uma justificação que se pode referir para esta ocorrência deve-se ao facto de estas áreas protegidas terem uma área muito reduzida.

As categorias Ia, Ib, II, V e VI totalizam 20.592 espaços naturais protegidos o que corresponde a 20% do total.

Os “Parques Nacionais” (categoria II), primeira classificação atribuída a um espaço natural²¹, curiosamente apenas existem 3.881 de espaços naturais com esta categoria que representam 3,8% da totalidade das áreas naturais protegidas.

As áreas naturais protegidas sem categoria de classificação da IUCN atingem um elevado número de 34.036. Este facto pode ser resultado da criação de áreas naturais protegidas, ao longo dos anos, de acordo com critérios particulares estabelecidos a nível nacional.

Figura n.º 9 – Área (km²) e percentagem das Áreas Protegidas por categorias e não categorias (2003)



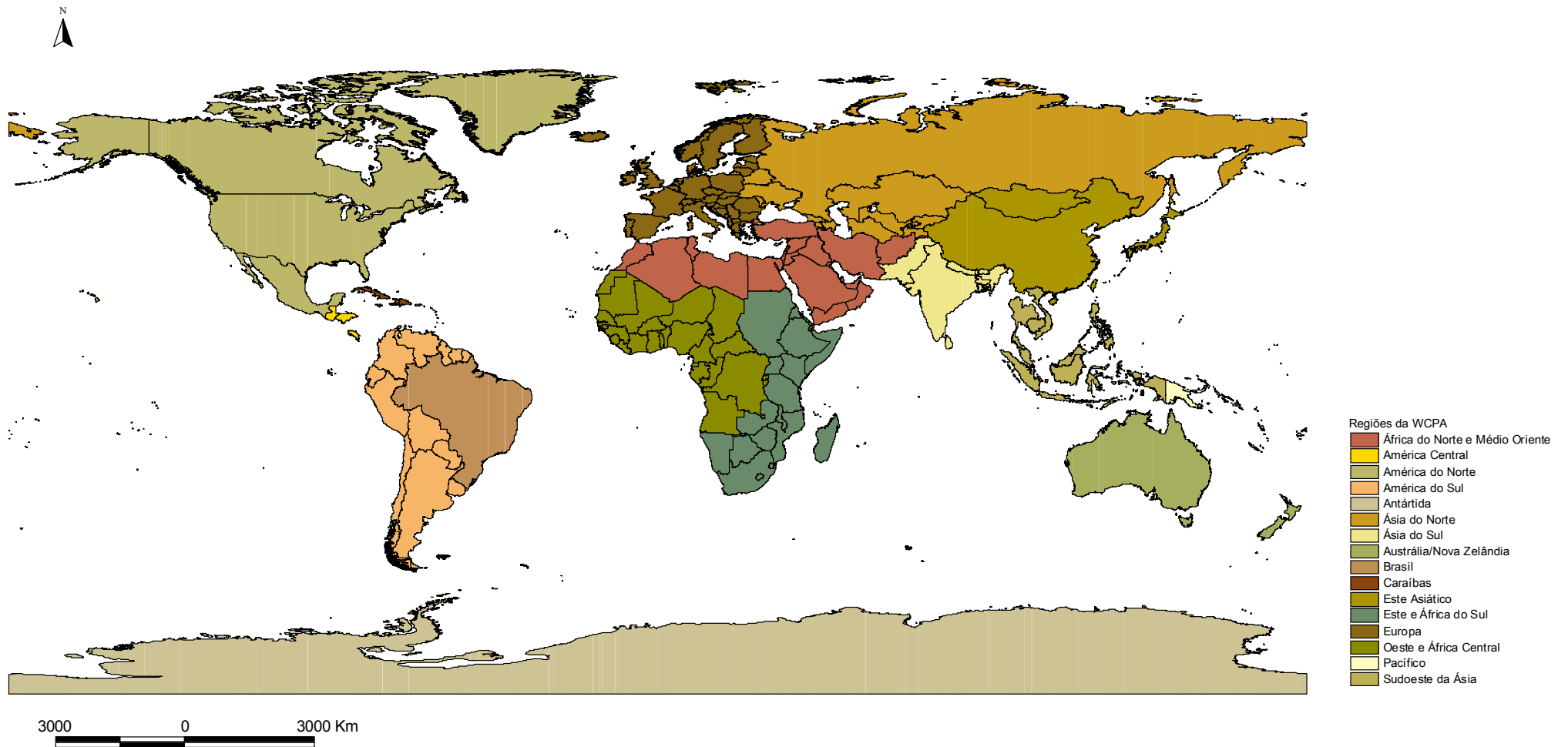
Fonte: IUCN (2003, 23)

A figura anterior n.º 9 ilustra a área que ocupam as áreas protegidas no mundo. Destacam-se as categorias II, com uma área total de 4,413 milhões/km² que corresponde a 24% do total. A categoria VI ocupa uma área de 4,377 milhões/km² que representa 23% do total. As áreas protegidas que não possuem uma classificação de acordo com a IUCN representam 19% do total da área coberta de áreas protegidas.

Na figura n.º 10 pode observar-se o mapa das regiões da Comissão Mundial das Áreas protegidas, composta por 16 regiões em todo o mundo. Cada comissão da respectiva região desenvolve o programa de acções a implementar no âmbito das áreas protegidas.

²¹ Recordar-se que em 1872 foi criado o primeiro Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos.

Figura n.º 10 – Regiões Mundiais da Comissão Mundial das Áreas Protegidas



Fonte: IUCN (2004)

O total da área coberta pelas áreas protegidas equivale a 12,65% da superfície da terra o que corresponde a um território igual à China e Sul e Sudoeste da Índia (IUCN, 2003) (anexo n.º a)

Relativamente às diversas regiões mundiais, a Europa é o continente que lidera com mais de 43.000 “sítios” na lista mundial. Segue-se o Norte da Ásia com mais de 13.000 áreas protegidas, a Austrália e Nova Zelândia detém aproximadamente 9.000 “áreas naturais protegidas”. A região do Pacífico possui cerca de 320 “áreas protegidas” e no continente africano estão inscritos aproximadamente 7000 “sítios” naturais na lista mundial de áreas protegidas.

2.3) POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA/PATRIMÓNIO NATURAL NA UNIÃO EUROPEIA

“Nas sociedades ocidentais a Conservação da Natureza é um Conceito relativamente recente, que surge no limiar deste século como corolário das profundas reformas industriais, agrícolas e florestais introduzidas na Europa durante os séculos XVIII e XIX e, concomitantemente, dos desequilíbrios e disfunções demográficas sentidas à escala planetária” (MA, 1999).

O modelo proteccionista de espaços naturais iniciado nos Estados Unidos foi introduzido na Europa no início do século XX ao adoptar-se, pontualmente, a iniciativa dos jovens países desenvolvidos.

Este movimento foi adoptado com alguma cautela e dificuldade pelo que tardou em germinar a semente plantada em Yellowstone. Uma das justificações a apresentar para justificar o atraso verificado, diz respeito à complexidade em que se encontrava o “espaço” do velho continente. A ocupação humana intensiva ao longo dos séculos anteriores provocou grandes mutações na organização e dinâmica espacial, geralmente só nas periféricas ou ultraperiféricas, normalmente coincidentes com “áreas” de montanha ou húmidas, se podiam encontrar espaços verdadeiramente virgens ou naturais (Blasco, 1999). Os restantes espaços europeus foram produto de uma intensa e lenta actividade humana ao longo dos tempos que deram origem a áreas muito humanizadas. No entanto, o movimento

em prol da protecção da natureza no continente europeu, depois do seu início, tornou-se imparável até ao presente.

De acordo com Blasco (1999) a declaração e implementação de espaços naturais protegidos na Europa decorreu em três fases.

A **fase inicial**, nos primeiros anos do século XX, levou à classificação dos primeiros espaços naturais protegidos sob a designação da figura de “Parque Nacional”.

A Suécia foi dos primeiros países a tomar a iniciativa ao classificar, em 1909, os Parques Nacionais de *SareK*, *Stora Sjo Fallet*, *Abriko* e *Peljekase*, entre outros num total de oito.

Em 1913 segue-se a França que classificou *La Bérard* como o primeiro Parque Nacional naquele país (Blasco, 1999).

Neste período ocorreram diversas reuniões que tiveram um impacto importante nas políticas de preservação da natureza.

Em 1900 é discutida, em Inglaterra na Convenção de Londres (Silva, 1999), a conservação da fauna e flora Africana. Este tratado permitiu estimular a implementação de programas de conservação da natureza em muitos países do continente africano e outros países do mundo.

Em 1909 realizou-se, em Paris, o Congresso Internacional para a Protecção das Paisagens e em 1914 decorreu a Conferencia Internacional para a Conservação da Natureza, realizada em Berna na Suíça (Mendigorri, 2002).

A liga Suíça para a Protecção da Natureza financia, em 1914, uma iniciativa privada para a criação do Parque Nacional da Suíça (Blasco, 1999) e são, ainda, criados pelas entidades governativas os Parques Nacionais dos vales de *Cluozza* e *Tantermozza* (Mendigorri, 2002).

Em 1916, os espanhóis declaram o Parque Nacional de Covadonga, actualmente integrado no espaço natural dos Picos da Europa.

A **segunda fase** da expansão europeia de criação de áreas protegidas é caracterizada pela propagação deste movimento à Grã-Bretanha e França. Este último país criou os primeiros Parques Nacionais das Gargantas de *La loue* e *de Barthe* (Mendigorri, 2002) e posteriormente cria a “Associação de Parques nacionais de França”.

A Alemanha foi outro dos países onde ocorreu um grande desenvolvimento de acções proteccionistas (Blasco, 1999) e a Itália, por sua vez, adoptou o modelo de protecção de espaços naturais com a declaração dos primeiros Parques nacionais de *Gran Paradiso*, *Stelvio* e *Abruzzo* (Mendigorri, 2002).

A **terceira fase** ocorreu nos últimos anos do século precedente e expandiu-se a todos os países do continente europeu que adoptaram esta política de criação de espaços naturais protegidos.

Neste contexto convém salientar que as preocupações em matéria ambiental e preservação da natureza emergiram com maior intensidade nos finais da década de sessenta do século XX. Esses receios são o resultado do crescimento económico e industrial, ocorrido após a Segunda Grande Guerra, que começou a infligir grandes desequilíbrios nos recursos naturais. É neste cenário de degradação ambiental que se vivia na época, onde a deterioração dos valores naturais era cada vez mais crescente, que a problemática da conservação dos espaços naturais rapidamente passou a fazer parte das agendas políticas dos países da Europa Ocidental e surgem movimentações de tipo ambientalista e naturalista que procuram alertar os poderes políticos para os graves problemas que estavam a ocorrer nos recursos naturais.

Nos finais dos anos sessenta do século XX afirmam-se *“de modo consciente pela generalidade da Europa (...) movimentações sociais de carácter ambientalista e naturalista, associadas à protecção do património biológico e [natural], que procuram alertar os poderes político e económico para a necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta”* (MA, 1999).

No que concerne à política da União Europeia sobre a protecção e conservação do Património Natural, esta problemática tem tido especial destaque desde há mais de trinta anos (CE, 2002). Desde os idos anos setenta foram incorporados, ao longo dos tempos, diversos instrumentos legislativos de âmbito europeu²². A conservação do património natural passa, então, a ser considerado um tema de maior importância para a União Europeia.

Vários são os documentos emanados pela União Europeia, desde o seu início nos anos setenta, sobre a preservação e conservação dos recursos naturais, ambiente e património natural e cultural.

Seria uma tarefa demasiado morosa e ampla a análise e caracterização de todos os documentos existentes sobre a matéria, o que excede os objectivos do presente trabalho. Nesta lógica, faremos apenas o estudo de alguns documentos que consideramos mais pertinentes neste conteúdo temático e para o espaço europeu. Sempre que considerarmos necessário, remetemos para outros documentos de âmbito internacional.

²² O primeiro programa de acção sobre o ambiente foi introduzido em 1973 (CE, 2002:3).

Iniciamos o nosso percurso analítico em torno dos documentos da União Europeia com uma brevíssima referência ao tratado de Roma, de 1957, manifestando a estranheza de que este Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia não faça qualquer menção sobre protecção dos espaços naturais da Europa.

Em 1979 ocorre o Convénio de Berna sobre a Conservação da Fauna e Flora Selvagens na Europa e dos seus Habitats Naturais. O principal objectivo desta convenção é “*garantir a conservação da flora e da fauna selvagens e dos seus habitats naturais, nomeadamente das espécies e dos habitats cuja conservação exige a cooperação de diversos Estados e promover essa cooperação*” (Art. 1º)²³. Este documento possui um grande valor que é reconhecido por todos os países que a ele aderiram. Procurar envolver todos os aspectos referentes à conservação da natureza e pretende estabelecer um compromisso e uma orientação para as políticas sobre o meio ambiente natural. Uma preocupação que sobressai, deste Convénio, refere-se aos habitats naturais que estão em vias de desaparecimento. Grande número de países aderiu a este Convénio o que demonstra, cada vez mais, a preocupação na preservação do património natural.

No Acto Único da União Europeia, aprovado em 1986, foram incorporados novos itens relativos à conservação da natureza²⁴. Assim, os artigos 130.º-R, 130.º-S e 130.º-T são dedicados ao ambiente. Destacamos o Artigo 130.º-R, alínea 1, onde se estabelece que os objectivos da Comunidade no que concerne ao ambiente são “*preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais*”.

No espaço comunitário, a primeira grande acção conjunta dos Estados membros para a conservação do património natural ocorreu em 1979, com a publicação da Directiva 19/409/CEE – Directiva “Aves” relativa à conservação das aves selvagens.

Este diploma tem também por objectivo genérico proteger e gerir, a longo prazo, todas as espécies de aves que vivem em estado silvestre no território comunitário, assim como os seus habitats. Os restantes artigos esclarecem quais os princípios de acção e procedimentos da Comunidade relativamente ao ambiente.

²³ Através do Decreto 95/81, de 23 de Julho, Portugal aprovou, para ratificação, a convenção.

Pelo Decreto-Lei 316/89, de 22 de Setembro, procedeu-se à aplicação da Convenção em Portugal.

²⁴ “O Acto Único Europeu introduziu algumas alterações nas disposições do Tratado de Roma, assim como aditou novos preceitos como sucedeu em matéria ambiental (arts. 130º-R; 130º-S e 130º-T). Tratou-se, neste último caso, de um passo verdadeiramente significativo uma vez que até então não existiam disposições a regular expressamente o ambiente.” (Diramb, 2004)

Como corolário da referida directiva, denominada “Directiva Aves”, foi criada uma Rede de Zonas de Especial Protecção. Além do destaque especial para as aves, que se consideram ser património comum dos europeus, devem ser protegidos os espaços naturais onde vivem as espécies. É de facto notória uma preocupação em integrar todos os elementos constituintes das áreas naturais do espaço europeu ²⁵.

Mais tarde, o Tratado de Maastricht veio consolidar os objectivos da Comunidade sobre esta temática. Este Tratado veiculou também princípios comuns a todos os países da União Europeia no que concerne à conservação da natureza.

No ano de 1992, a União Europeia elaborou a Directiva Comunitária 92/43/CEE²⁶, denominada “Directiva Habitats”, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. Neste documento normativo o Artigo 1º, alínea a), define o conceito de conservação que considera ser um “conjunto de medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies de fauna e de flora (...)” (Art. 1º).

Da mesma forma entende por “habitats naturais”, “zonas terrestres ou aquáticas diferenciadas pelas suas características geográficas, abióticas e bióticas, quer sejam inteiramente naturais ou seminaturais” (Art. 1º).

O objectivo principal desta Directiva é “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-Membros em que o Tratado é aplicável” (Art. 2º).

Ainda no primeiro capítulo estabelece-se, também, “uma orientação geral, referente à necessidade de se tomarem medidas ao abrigo da directiva tendo em vista a manutenção ou o restabelecimento de determinados habitats e espécies «num estado de conservação favorável», mencionando, simultaneamente, que as medidas tomadas ao abrigo da directiva devem «ter em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais” (Art. 2º).

De acordo com este documento todos os países devem implementar medidas para a protecção e preservação dos habitats e espécies de interesse especial. Esta Directiva é mais clara quanto na sua orientação que é direccionada para a conservação da natureza e ordenamento do território comunitário (Blasco, 1996).

²⁵ Portugal transpôs esta directiva para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril.

²⁶ O referido Decreto-Lei procedeu à transposição para o ordenamento jurídico português da Directiva. Em 07 de Outubro de 2004 o Conselho de Ministros aprovou novo Decreto-Lei que altera o anterior. Esta alteração visa colmatar imprecisões, incorrecções ou omissões contidas no Decreto-Lei n.º 140/99 (Governo Português, 2004).

No ano de 1998 a Comissão Europeia, no contexto do IV Programa de Acção sobre o Meio Ambiente, propôs a criação de uma rede comunitária de zonas de especial conservação. Esta iniciativa teve uma aceitação favorável e, ao final de quatro anos, foi possível criar com base na Directiva 92/43/CEE (Directiva “Habitats”) uma rede de sítios denominada Natura 2000. *“A criação da rede Natura 2000 constitui a pedra basilar da política comunitária de conservação da natureza. A introdução de medidas efectivas de conservação e gestão dos sítios é um empreendimento de grande envergadura que requer a participação de todos os operadores nacionais e locais e uma estrita selecção de sítios a nível comunitário”* (CE, 2002:16).

O que se acabou de referir revela o interesse da União Europeia pelas questões da conservação e preservação do património natural.

Esta rede é composta por áreas que englobam espaços naturais protegidos e os habitats das espécies de fauna e flora igualmente protegidos.

“Esta é, pois, a primeira vez que há uma fonte comunitária que explicitamente obriga os estados membros a criar áreas naturais protegidas não só enquanto habitat das espécies (possibilidade prevista na Directiva para as aves silvestres), mas também para habitats naturais, em si, merecedores de considerações pela sua elevada naturalidade” (Blasco, 1999).

No âmbito destas orientações cada Estado Membro dá o seu contributo para a Rede Natura 2000 delimitando, no seu território, “zonas de conservação especial” que estejam de acordo com a Directiva.

Relativamente aos acordos internacionais, deve referir-se que a União Europeia aderiu aos mais importantes acordos internacionais, nomeadamente à Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, em 1993, à Convenção sobre a protecção dos Alpes, em 1991, à Convenção de Bona sobre as espécies migratórias, em 1979, à Convenção de Berna sobre a vida animal e os habitats, em 1979, à Convenção de Barcelona sobre o Mediterrâneo, em 1976, à Convenção de Helsínquia sobre o mar Báltico, em 1974 e à Convenção de Ramsar sobre a conservação dos paludes, em 1971.

Outro marco importante na política de conservação da natureza que se destaca foi o facto da União Europeia ter sido um dos signatários da Convenção do Rio de Janeiro de 1992, onde foram estabelecidos os princípios do Desenvolvimento Sustentável. Este conceito foi, desde então, amplamente aplicado a diversos domínios da sociedade, nomeadamente à Conservação da Natureza e ao Turismo, dando origem à Carta Europeia do Turismo nos Espaços Protegidos.

Os organismos específicos da União Europeia estão, desde 2002, a trabalhar no Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente. Este programa vem completar a sequência de idênticas medidas implementadas anteriormente.

Na leitura dos considerandos do referido programa torna-se implícita a necessidade de *“continuar a desenvolver esforços com vista a atingir os objectivos e metas ambientais já estabelecidas pela Comunidade Europeia (DECISÃO N.º 1600/2002/CE).*

De facto é notória a continuada preocupação da União Europeia na prossecução das suas acções e medidas de protecção do património natural, quando se verifica e afirma que *“subsistem alguns problemas ambientais graves e [que] estão a surgir novos problemas que exigem o prosseguimento das acções” (DECISÃO N.º 1600/2002/CE).*

O património natural enfrenta, actualmente, diversos perigos que urge travar e prevenir. Entre estes perigos avulta a degradação ambiental, ocorrência de incêndios, intervenções humanas descontroladas e crimes ecológicos em geral. Neste contexto, a União Europeia tem encetado medidas conducentes para tentar impedir a ocorrência daqueles factores para que as gerações actuais e vindouras possam usufruir das belezas naturais que a Europa é detentora (UE, 2002), visto que na vida quotidiana das pessoas as actividades de lazer e ócio em contacto com a natureza são uma prática cada vez mais procurada, muitas vezes concretizada num simples passeio, observação da fauna e/ou flora, ou até busca de ar puro.

Se o património natural bem conservado e preservado é um recurso que gera qualidade de vida para as pessoas, também é elemento fundamental para a manutenção da biodiversidade e importante suporte para as actividades agrícolas de que dependem muitas comunidades. *“De salientar, sobretudo, que a protecção da natureza, (...) pode oferecer novas oportunidades para o turismo (CE, 2002:9).* A este respeito já aludimos anteriormente e falaremos com maior detalhe no capítulo seguinte do presente trabalho.

Das considerações anteriores, conclui-se que ao nível da União Europeia existe uma preocupação efectiva com a conservação e preservação do património natural consubstanciada na publicação de diversas Directivas disciplinadoras de toda as políticas concernentes à optimização na área da conservação das áreas protegidas e do património natural. Algumas destas directivas foram já por nós referenciadas ao longo deste item.

Contudo, achamos conveniente destacar ainda algumas acções de âmbito internacional a que os países da União Europeia aderiram (CE, 2002), com saliência para a *“Convenção de Ramsar sobre a conservação das zonas húmidas”*. A esta Convenção realizada em 1971 aderiram todos os Estados membros da União Europeia. As suas

resoluções foram “*adoptada sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e [obrigam] as Partes à promoção da conservação das zonas húmidas (...) e à exploração racional das zonas húmidas no seu território. Ao aderir à Convenção cada Estado deve designar pelo menos uma zona para adicionar à Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional*” (MCOTA, 2004).

A adesão da União Europeia ao “Convénio sobre protecção do meio marinho da região do mar Báltico “Convénio de Helsínquia”, de 1974” constituiu mais uma das medidas conducentes a alcançar “*os objectivos de conservação, protecção e melhoria da qualidade do meio ambiente, de protecção da saúde das pessoas e de uma utilização prudente e racional dos recursos naturais (...)*” (DIRAMB, 2003). Como se pode verificar a política de protecção da natureza da União Europeia estende-se aos domínios terrestre e marítimo. Sobre este último domínio, a União Europeia aderiu ao Convénio de Barcelona²⁷, de 1976, para a protecção do mar Mediterrâneo. Este Convénio estabeleceu um mecanismo de cooperação e informação para que se possam desenvolver acções que ocorram a situações de emergência na região do mediterrâneo.

Em 1972, no decorrer da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, foi expressa a necessidade de protecção e conservação das espécies animais migratórias cujas respectivas rotas incluem os países da União Europeia. Como resultado elaborou-se a “Convenção de Bona” sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem, de 1979, à qual toda a Comunidade Europeia aderiu²⁸.

As resoluções da “Convenção de Berna” relativas a conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa, de 1979, foram adoptadas, também, pela União Europeia que deste modo assumiu no âmbito da política de conservação da natureza.

No Artigo 1º, alínea 1), o objectivo expresso é “*garantir a conservação da flora e da fauna selvagens e dos seus habitats naturais, nomeadamente das espécies e dos habitats cuja conservação exige a cooperação de diversos Estados e promover essa cooperação*” (Art. 1º). Através desta Convenção os países ficaram obrigados a adoptarem medidas conducentes à conservação da vida selvagem e dos seus habitats naturais.

Actualmente a União Europeia é constituída por vinte e cinco Estados Membros cuja área engloba quase todo o Continente Europeu. A riqueza natural é diversificada e abrange grande número de paisagens naturais e espécies de animais.

²⁷ Em 1995 procedeu-se a alterações substanciais do Convénio, que agora se denomina de “Convénio de Barcelona para a protecção do meio marinho e da zona costeira do Mediterrâneo.

²⁸ 82/461/CEE: Decisão do Conselho, de 24 de Junho de 1982.

A conservação do Património Natural é uma questão que não pode ser equacionada individualmente por cada país. Envolve aspectos que devem ser encarados num quadro global de grande importância para a concretização e sucesso dos objectivos comuns.

No enquadramento da política de conservação da natureza da União Europeia assume real destaque a referência ao Sexto Programa de Acção Comunitário em matéria de Ambiente. Assim, a Comissão Europeia adoptou, no primeiro ano do século XX, a proposta do referido programa, denominado “**Ambiente 2010**” (CE, 2001).

Os objectivos consignados neste Programa são “proteger e restabelecer o funcionamento dos sistemas naturais”, “*pôr fim à perda da biodiversidade de União Europeia e no Mundo e “proteger os solos da erosão e poluição”*” (CE, 2002:19).

Este documento centra-se em quatro domínios considerados essenciais e que exigem particular atenção, nomeadamente o combate às alterações climáticas, a protecção da natureza e vida selvagem, ambiente e saúde e, finalmente, a preservação dos recursos naturais. No domínio da protecção da natureza, onde se inserem as áreas protegidas, os objectivos do Programa visam, essencialmente, proteger a estrutura e funcionamento dos sistemas naturais e impedir a perda de biodiversidade à escala europeia e mundial (CE, 2001). Sobre estes aspectos somos da opinião que as áreas protegidas desempenham um papel importante na concretização dos objectivos propostos.

2.3.1) PATRIMÓNIO NATURAL DA UNIÃO EUROPEIA

Antes de desenvolvermos o tema que o título em destaque nos oferece referiremos genericamente o que consideramos mais interessante no que concerne à mesma temática mas numa perspectiva alargada a toda a Europa.

Com efeito, é um continente muito rico na área do património natural e cultural, riqueza que se exprime com elevada exuberância principalmente na diversidade ambiental de cada país.

Culturalmente, este continente expandiu-se para fora de fronteiras após ter ele mesmo sofrido influências dos antigos povos conquistadores que foram aumentando o acervo cultural de forma tão vincada que ainda hoje permanecem substratos dessas culturas.

Os países que hoje integram a União Europeia são unidades territoriais densamente humanizadas que têm as suas culturas específicas e que por conseguinte manifestam também exigências e práticas diferenciadas no que concerne à preservação e uso das respectivas riquezas patrimoniais.

Por todos os países da União Europeia o vasto património natural, cultural, histórico, etc., está presente. Espaços Naturais Protegidos, grutas pré históricas, influências dos Vikings e dos Mouros, vestígios greco-romanos, igrejas barrocas, fortalezas medievais ou palácios do Renascimento podem ser observados em vários locais.

São, por isso, detentores de um património cultural e natural impressionante que foi legado ao longo dos séculos que é constituído por aqueles valiosos acervos materiais e, ainda, por uma extensa cultura de costumes, folclore, artesanato, conhecimentos populares, gastronomia, música, etc.

Outro aspecto importante a destacar nestes países é a sua diversidade de paisagens. A interacção entre o homem e a natureza são tão diversos e cheios de contrastes que é um elemento constante no velho continente.

A relação entre as forças da natureza e a actividade humana modelaram as paisagens europeias ao longo dos tempos. Relativamente à Geografia, Climatologia e Geologia a União Europeia é detentora de grande diversidade e complexidade.

A actividade humana, bastante intensa ao longo dos séculos, moldou muitos espaços europeus, restando poucas áreas no seu estado natural, sendo ainda visível a interacção homem/natureza em todo o espaço europeu.

Os Países da União Europeia possuem um património natural e cultural que ainda não foi inventariado na sua totalidade, mas vários estados membros já iniciaram medidas conducentes à identificação de zonas de interesse europeu, embora só representem uma pequena parte da sua totalidade (UE, 2004).

Na vanguarda da execução destas medidas situa-se a França, país que possui mais de 14 000 edifícios classificados como monumentos históricos (EU, 2004) e mais de 4000 museus de diferentes categorias; o número de actividades festivas ronda as 2000.

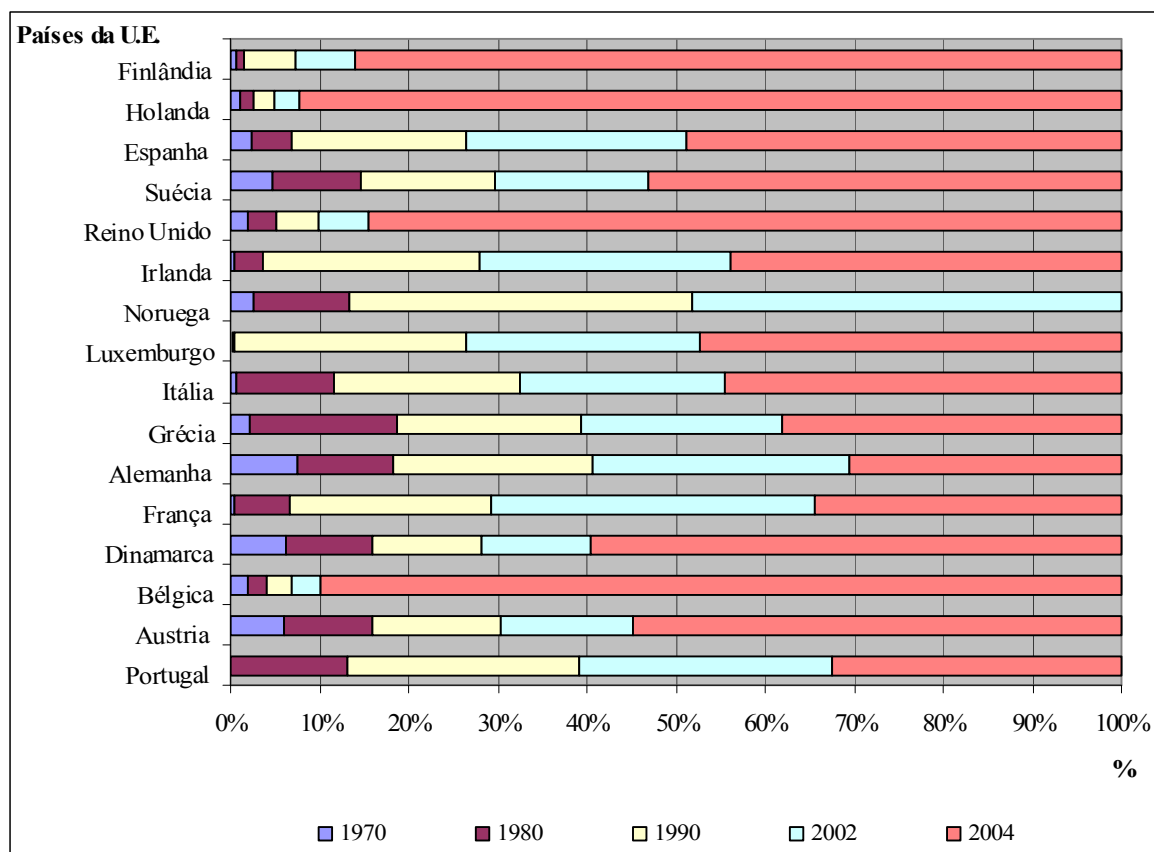
Também em 1998, a Alemanha realizou um trabalho detalhado de identificação e caracterização das paisagens culturais históricas. Para a sua concretização fizeram-se pesquisas bibliográficas e tarefas de campo, para caracterizar o uso do solo no passado e no presente. Como corolário deste extenso trabalho foram identificadas 76 paisagens culturais distintas em todo o território alemão.

Actualmente a Lista das Nações Unidas do Património Cultural e Natural contém já mais de 200 sítios da Europa.

Relativamente às áreas protegidas do espaço europeu (União Europeia) e de acordo com os dados disponíveis podemos afirmar que existem aproximadamente 40.000 desses

A figura n.º 11 evidencia a evolução percentual das “áreas protegidas” na União Europeia por categoria de classificação no período entre 1970 e 2004.

Figura n.º 11 – Evolução das Áreas Protegidas nos Países da U.E. (%) – (1970-2004)



Fonte: UNEP-WCMC (2004)

Da sua leitura ressalta a existência de uma grande variação entre os diferentes países no que concerne ao crescimento das “áreas protegidas” ao longo do período.

A Alemanha e a Áustria são os países que possuem maior percentagem de “áreas protegidas” na década de setenta. Esta situação pode ser reflexo da introdução muito cedo de políticas de conservação do património natural nos dois países.

O maior crescimento, na grande maioria dos países, deu-se nos últimos anos, nomeadamente a Finlândia, Holanda e Bélgica. Relativamente a Portugal, assiste-se a um maior aumento das “áreas protegidas” a partir da década de 80. Recorde-se que o primeiro espaço natural protegido data de 1971, com a atribuição da categoria de Parque Nacional

da Peneda Gerês. A importância desta ocorrência vai exigir estudo de pormenor, em momento oportuno deste trabalho, que tentará explicar a política de “Conservação da Natureza” no território português.

2.3.2) CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E PATRIMÓNIO NATURAL NO ESPAÇO IBÉRICO

No ponto anterior deste capítulo, preocupamo-nos sobre a problemática da conservação da natureza na generalidade do espaço europeu tentando analisá-lo com base nos documentos legislativos e normativos desta matéria.

De acordo com a estrutura deste nosso trabalho pretendemos abordar, de imediato, os espaços protegidos no território português e espanhol.

Numa primeira abordagem far-se-á uma caracterização da evolução dos espaços naturais protegidos nos dois países, analisando alguma legislação vigente em ambos os países no que concerne à política de conservação da natureza e ambiente.

Em seguida, decidimos apresentar as diferentes “áreas protegidas” existentes em Portugal e Espanha.

A escassa bibliografia existente sobre “áreas protegidas” em Portugal não permite elaborar uma caracterização e análise, com a profundidade desejada, das acções de conservação do património natural em Portugal. Esta lacuna levou-nos a ancorar a nossa exposição, principalmente, com base nos documentos legislativos emanados do Governo no século XX e na actualidade.

A implementação das ideias conservacionistas em Portugal é relativamente recente em comparação com o país vizinho. A problemática da conservação do Património Natural e Cultural manteve-se muito restrita, nas primeiras décadas do século precedente, aos meios académicos (DGA, 1999).

Só após a implementação do regime democrático em Portugal que esta temática, com especial destaque para os espaços naturais protegidos, começou a merecer especial interesse dos meios políticos. Em 1948, no mesmo ano de aparecimento da IUCN, foi fundada a Liga para a Protecção da Natureza. O Decreto n.º 37188, de 12 de Novembro de 1948, foi um dos primeiros documentos normativos onde é feita alusão aos parques naturais (DGA, 1999).

Com a promulgação e publicação da Lei n.º 9/70 de 19 de Junho que definiu os Parques Nacionais e outros tipos de reservas pode considerar-se o grande passo para a definição da política de conservação da natureza na forma de áreas protegidas.

Com efeito, este diploma preconiza que compete ao Governo:

“a) A defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo homem;

b) O uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras”.

O mesmo diploma define os objectivos que se devem atingir com as acções de conservação, nomeadamente “... a defesa e ordenamento da flora e fauna naturais, do solo, do subsolo, das águas e da atmosfera, quer para salvaguardar de finalidades científicas, educativas, económico sociais e turísticas, quer para preservação de testemunhos de evolução geológica e da presença e actividade humanas ao longo das idades” (Lei n.º 9/70). Para atingir este desiderato estabeleceu-se que a criação de parques nacionais e outros tipos de reservas constitui a melhor forma de atingir os objectivos de protecção da natureza (Mendes, 1999).

Aquele diploma define que estes espaços são subconjuntos de áreas protegidas e classifica-os como “...espaços previamente demarcados, em razão da paisagem, da flora e da fauna existentes ou que seja possível reconstituir, das formações geológicas e dos monumentos de valor histórico, etnográfico e artístico neles implementados” (Lei n.º 9/70).

A solidificação da política de ambiente em Portugal é consagrada com a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, que o correu no ano de 1975, após a implementação do regime democrático.

A primeira medida concreta de conservação de espaços naturais ocorreu em 1971, com a criação do Primeiro, e único, Parque Nacional da Peneda Gerês pelo do Decreto-Lei 187/71 no seguimento da definição anteriormente feita pela Lei n.º 9/70, já citada, dos conceitos de parques nacionais e reservas que a seguir se enumeram (lei n.º 9/70):

Reservas Integrais consideradas espaços naturais, onde os fenómenos naturais ocorrem livremente e sem intervenção humana e cuja protecção integral é o principal objectivo a atingir.

As Reservas naturais são espaços que devem ser alvo de protecção e conservação da natureza integrante. Para atingir esse objectivo devem ser tomadas medidas adequadas ao desenvolvimento dos diferentes ecossistemas.

Reservas de paisagem são espaços destinados à protecção e conservação de paisagens, locais e construções que possuam interesse científico ou antropológico.

Por ultimo as **Reservas Turísticas** considerados espaços naturais cujo objectivo é o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer e turismo. Estas actividades estão, por sua vez, limitadas aos objectivos de protecção e conservação da natureza de um Parque Nacional (Mendes, 1996).

Os outros tipos de reservas definidos na referida lei são considerados em função da sua finalidade, podendo ser: **Reservas Botânicas**, consideradas “*áreas cujo interesse científico e educativo, pela raridade da flora, justifique a sua integral conservação*”. As **Reservas zoológicas**, “zonas de refúgio de espécies raras ou me vias de extinção” e, por último, considera as **Reservas geológicas**, “*áreas onde formações geológicas, pelo seu interesse científico e educativo, devam ser defendidas de qualquer exploração ou ocupação*” (Lei n.º 9/70).

Esta Lei, como primeira tentativa de definição de categorias de áreas protegidas parece-nos adequada tendo em consideração que não existia em Portugal uma grande evolução em matéria de conservação da natureza e espaços naturais protegidos.

Contudo, somos da opinião que é pouco clara no referente à definição dos objectivos a concretizar em cada uma das classificações definidas pela Lei.

Neste enquadramento histórico em torno da conservação do património natural, em 1971 foi constituída a Comissão Nacional do Ambiente. Este foi o primeiro organismo oficial a dirigir este sector. Posteriormente, em 1974, nasce a Secretaria de Estado do Ambiente e em 1975 é criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (DGA, 1999).

Pelo que foi referido anteriormente, podemos concluir que se começava, naquela época, a configurar o desenvolvimento do que é hoje a política de conservação da natureza em Portugal.

Em 1976 a concepção da conservação da natureza veio beneficiar com a publicação de um novo diploma legislativo, o Decreto-Lei n.º 613/76 de 27 de Julho que introduziu algumas alterações ao referido diploma de 1970. Este documento legislativo tinha como objectivo principal a constituição do quadro de criação das áreas protegidas. Desta forma foram lançadas as bases para o estabelecimento de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas (DGA, 1999).

É reafirmado, neste diploma, que a Lei n.º 9/70 constituiu um passo importante na definição de uma política de conservação da natureza em Portugal e “ (...) a conservação

da Natureza, a protecção de paisagens e sítios, a gestão racional dos recursos naturais e a salvaguarda da sua capacidade de renovação serão, portanto, títulos a considerar no ordenamento territorial a encarar desde o seu início” (Decreto-Lei n.º 613/76). Verificou-se, também, a necessidade promover alterações para fazer face às novas concepções de património natural e cultural e às realidades geográficas e demográficas do país. *“A definição de objectos, sítios, conjuntos e lugares classificados vêm preencher uma lacuna, quer não só da Lei n.º 9/70, como também da restante legislação de protecção cultural”* (Decreto Lei n.º 613/76).

Este decreto veio introduzir alterações nos conceitos de espaços protegidos consignados no anterior diploma e cujo entendimento de espaço natural se enquadra numa concepção europeia e mais adequado às realidades geográficas e demográficas do país.

Assim, e de acordo com aquele Decreto-Lei, foram reclassificados e redefinidas as seguintes áreas protegidas em consonância com os objectivos de conservação.

Uma das primeiras categorias consideradas é denominada de **“Reserva natural integral e parque nacional”**.

As **“Reservas Naturais Integrais”** são consideradas áreas *“Onde a protecção diz respeito a todos os aspectos da Natureza, impedindo-se qualquer acção que altere a dinâmica dos respectivos ecossistemas e onde a presença humana só seja admitida por razões administrativa ou científicas; (art. 2º, 1- Alínea a))*

Por outro lado, O **“Parque Nacional”** é o *“Conjunto de reservas instituídas para protecção da Natureza e educação da população. O parque nacional poderá conter reservas naturais integrais e parciais envolvidas por áreas de protecção e recreio. A presença de estabelecimentos humanos só é possível sob condições particulares e como equipamento”* (art. 2º, 1- Alínea b))

A **“Reserva Natural Parcial”** é definida como locais *“Onde se procura acautelar determinados conjuntos bem definidos da Natureza, seja em relação à sua fauna, flora, solo, geologia ou recursos aquíferos, tomando-se adequadas providências que permitam a sua protecção, estudo científico e utilização Podem constituir-se, assim, reservas naturais biológicas, botânicas, zoológicas (ornitológicas e outras), geológicas, aquáticas e marinhas”* (art. 2º, 2).

A categoria de **“Reserva de Recreio”**, *“Corresponde ao que por vezes se tem designado por reserva turística, pois considera-se que o turismo não é mais que a comercialização do recreio, sendo este o preenchimento dos tempos livres dos trabalhadores de qualquer sector. Nesta classificação consideram-se as áreas*

particularmente aptas a satisfazer as necessidades das populações urbanas em matéria de recreio, activo ou passivo; são áreas, por isso, onde se acentua a função recreativa, paisagística, etc., sem, contudo, se esquecerem as preocupações da defesa do meio natural e do equilíbrio ecológico.” (art. 2º, 3)

O diploma estabelece a categoria de “**Paisagem protegida**” que “*Corresponde ao que por vezes se tem designado por reserva de paisagem; com efeito, propõe-se salvar áreas rurais ou urbanas onde subsistem aspectos característicos na cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e na concepção dos espaços, promovendo-se a continuação de determinadas actividades (agricultura, pastoreio, artesanato, etc.), apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes e em que estas participam activa e conscientemente” (art. 2º, 4)*

Os “**Lugares, Sítios, Conjuntos e Objectos Classificados**” constituem uma categoria de espaços “*Onde se propõe a definição de áreas e medidas indispensáveis à salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e/ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros, tais como povoações, aglomerados rurais, estações arqueológicas, ruínas, acidentes orográficos característicos, penedos, árvores isoladas ou em grupos e comunidades ecológicas características” (art. 2º, 5).*

Os “**Parques naturais**”, categoria com maior representatividade em Portugal, “*São áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a protecção da paisagem e a promoção das populações rurais, podendo incidir sobre propriedade pública ou privada e onde o zonamento estabelece as aptidões e usos das diferentes parcelas de terreno” (art. 2º, 6)*

De facto nota-se uma importante evolução entre os dois diplomas que estabelecem as classificações de áreas protegidas. São introduzidos novos elementos a ser “protegidos” que não foram contemplados no anterior Decreto-lei, entre os quais figuram o valor estético e cultural dos espaços naturais.

A continuidade e solidificação da política de conservação da natureza são mais uma vez manifestadas através da criação da Secretaria de Estado do Ambiente em 1974, organismo que fica encarregue de tutelar a área da conservação da natureza em Portugal.

Neste seguimento da evolução histórica da legislação sobre espaços naturais protegidos, em 1975 é emanado o Decreto-Lei n.º 550/75 que no ponto 3 do preâmbulo refere que “*a política do ambiente a promover em Portugal deverá (...) ocupar-se, por um lado, da organização dos espaços e do ordenamento da paisagem, segundo critérios*

ecológicos, sociais e culturais, e, por outro, da resposta a dar ao desafio que as actuais possibilidades da técnica, o crescimento demográfico e as novas realidades de ocupação de espaço físico lançaram” (Decreto-Lei n.º 550/75). Este documento normativo apresenta um conjunto de objectivos no âmbito da política de conservação da natureza que compete ao à Secretaria de Estado do Ambiente concretizar em colaboração com a Comissão Nacional do Ambiente, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Serviço de Estudos do Ambiente e Comissões Regionais de Ambiente.

Como se pode verificar, em poucos anos, Portugal evoluiu num sentido positivo quanto à sua estratégia sobre conservação da natureza e património natural.

No entanto, nem sempre as políticas e medidas levadas a cabo obtiveram os resultados esperados.

Em 1979 Portugal aprova a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972. Com esta iniciativa Portugal passa a poder apresentar candidaturas dos sítios para a Lista dos Bens do Património Mundial da Unesco.

Outro marco importante ocorreu com a publicação da Lei n.º 11/87 de 07 de Abril, onde é estabelecida a Lei de Bases do Ambiente.

Neste contexto, o Artigo 5ª (alínea f) considera que a *“paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana e determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica”*. [Assim], *“conservação da Natureza é a gestão da utilidade humana da Natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção de capacidade de regeneração de todos os recursos vivos”* (lei n.º 11/87). Este texto é revelador da pertinência que o património natural tem para a humanidade e o quanto é necessário a sua conservação e preservação.

Do leque de objectivos que a Lei de Bases do Ambiente consagra (Artigo 4º), destacam-se a *“conservação da natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes habitats nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de parques e reservas naturais e outras áreas protegidas (...)*.

A alínea m), do mesmo artigo, reforça a *“prossecução de uma estratégia nacional de conservação”*. Esta medida veio contribuir para o desenvolvimento social e cultural das comunidades e melhoria da qualidade de vida (DGA, 1999).

O Artigo 27º, na alínea a), consigna-se que *“A estratégia nacional de conservação da natureza, integrada na estratégia europeia e mundial”* constitui um instrumento de

política de ambiente. O texto deste artigo revela que há uma adesão a uma política global de conservação do património natural.

No Artigo 29.º, da mesma lei, determina-se que (...) *“será implementada e regulamentada uma rede nacional contínua de áreas protegidas, abrangendo áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras ocorrências naturais distintas que devam ser submetidas a medidas de classificação, preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens”* (Lei n.º 11/87).

O ministro que tutelava a área do ambiente em 1988, criou um grupo de trabalho que fica encarregue da execução do projecto da Estratégia de Conservação da Natureza (D.G.A.:1999, 15). O documento **Estratégia Nacional de Conservação** é posto à apreciação pública em 1991. Este documento que devia ser presente à Assembleia da Republica para aprovação não chegou, contudo, a ser aprovado pelo Governo.

Um marco importante na evolução da política de conservação foi a adesão de Portugal, em 1989, à Convenção que criou a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Seus Recursos através da Resolução da Assembleia da República n.º 10/89. Esta iniciativa permitiu que Portugal tivesse como referência o sistema classificativo daquela Organização e pudesse usufruir de todos os benefícios que daí advém.

Em 1993 o Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro trouxe um novo desenvolvimento no regime de protecção e conservação da natureza. A continuação da política de conservação da natureza é novamente manifesta neste diploma quando considera que *“a conservação da Natureza, a protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objectivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas”* (Art. 1º - 1).

Este Decreto reformulou a classificação das categorias de áreas protegidas de acordo com a nomenclatura e recomendações da IUCN. Segundo o mesmo diploma as áreas protegidas passam a classificar-se como Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural.

Os objectivos das áreas protegidas passam a seguir, desde agora, as orientações da IUCN e vão desde a *“preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais*

que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção”, até objectivos como “valorização da actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural” (Art. 3º). A protecção e valorização das paisagens, estabelecimento de reservas genéticas preservação dos sítios são outros objectivos que figuram neste mesmo Decreto-lei.

Este diploma define ainda uma nova concepção para as categorias de áreas protegidas e estabelece cinco tipos para o território nacional que seguem muito de perto a classificação apresentada pela IUCN.

Assim, a nova classificação apresenta as seguintes categorias de áreas protegidas:

Parque Nacional é considerado *“uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional”*. Neste sentido a *“ (...) classificação de um parque nacional tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a protecção da integridade ecológica dos ecossistemas e que evitem a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais” (Art. 5ª).*

Reserva Natural como *“(…) uma área destinada à protecção de habitats da flora e da fauna. (...) A classificação de uma reserva natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies comunidades bióticas ou aspectos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação” (Art. 6ª).*

Parque Natural é *“(…) uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural. (...) A classificação de um parque natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica” (Art. 7ª).*

Monumento Natural *“(…) uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade” (Art. 8ª).*

Paisagens Protegidas são definidas como “(...) *uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural. A classificação (...) tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que, a nível regional ou local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica*” (Art. 9^a).

É esta a nomenclatura de classificação que vigora presentemente em Portugal.

No respeitante a Espanha, deve considerar-se que foi dos primeiros países europeus a incorporar o movimento de protecção do património natural (Lillo, 2000).

Os primeiros sinais de inquietação pela conservação da natureza ocorreram nos finais do século XIX, período em que diversos sectores da sociedade manifestaram a necessidade de salvaguardar determinados espaços naturais (Mendigorri, 2002). Neste país a declaração dos primeiros espaços naturais protegidos ocorreu com a criação dos Parques nacionais de Covadonga (Picos da Europa), em 1918, e Ordesa (Pirinéus), em 1918 (Blasco, 1998). Estas iniciativas coincidiam com uma filosofia conservacionista de orientação mítica que buscava inspiração nas montanhas. Nos primeiros anos do século XX a protecção dos espaços naturais era feita para a salvaguarda de “*paisagens de grande beleza, como santuários de natureza, que se deviam reservar para as gerações futuras*” (Lillo, 2000).

Actualmente o conceito de conservação de natureza é inspirado em modelos de desenvolvimento sustentável que se orienta pela compatibilização entre a conservação e uso racional dos recursos.

A legislação espanhola específica dos espaços naturais protegidos começou a desenvolver-se no início do século XX, e foi concretizada com a Lei de Criação de Parques Nacionais, elaborada em 1916²⁹. Texto pequeno cujo conteúdo tinha apenas três artigos. No Artigo 1º eram criados os Parques, no 2º Artigo era dada a definição de **Parque Nacional** e um último Artigo designava o Organismo a quem eram atribuídas competências em matéria de espaços naturais e atribuídas (Mendigorri, 2002).

Um ano após é publicado o regulamento que tornou possível a operacionalização dos preceitos contidos na lei de 1916, o Real Decreto de 23 de Fevereiro de 1917 (Blasco, 1996). O documento normativo criou a “*Junta Central de Parques Nacionales*” cuja

²⁹ Lei de 7 de Setembro de 1916, de criação de Parques Nacionais em Espanha.

missão principal era a apresentação de propostas de declaração de espaços protegidos, junto do Governo Central.

Outro aspecto importante, como refere Mendigorri (2002) é a definição de Parques Nacionais que consta no Decreto Real que no Artigo 2º descreve que *“são parques nacionais, para efeitos desta lei, aqueles sítios e paisagens excepcionalmente pitorescas, florestais ou agrestes do território nacional que o estado consagra (...)*.

Em ano posterior a Lei introduz alterações no sentido de englobar no conceito de espaços naturais, todas as áreas que sobressaem pelos seus aspectos naturais e acontecimentos históricos, legendários ou religiosos que os realcem. São definidos Sítios Nacionais cujas áreas correspondiam a espaços que se destacavam pelos seus elementos naturais, acontecimentos históricos ou religiosos, entre outros (Mendigorri, 2002).

De facto de um ano para o outro a concepção de espaço natural protegido alterou-se profundamente com a inclusão de novos elementos que não estavam contemplados na anterior lei. Outra actuação importante que o documento impunha era o levantamento e catalogação de todos os espaços ou sítios que mereciam ser protegidos.

Na década de setenta ocorreram acontecimentos que solidificaram a política levada a cabo em épocas anteriores, dos quais se destacam a criação do Instituto Nacional para a Conservação da Natureza, em 1971, e a Lei de Espaços Naturais de 1975. O aparecimento do Instituto advém da necessidade de haver um organismo estatal coordenador das intervenções sobre a protecção do património natural.

Nesta década (1975) foi ainda aprovada a nova Lei de Espaços Naturais Protegidos (Lei 15/1975) que revogou a Lei de 1916 (Gomez, 2003). Com este documento normativo foram introduzidas alterações profundas, nomeadamente a redefinição e aparecimento de novas categorias de áreas protegidas, que passaram a ser quatro (Mendigorri, 2002).

Reserva Integral, considerados espaços de pequena dimensão de excepcional valor científico. Os objectivos são, entre outros, a conservação e melhoria do conjunto, da sua fauna e da flora. Para a sua concretização a utilização é limitada a actividades de carácter científico.

Os **Parques Nacionais** correspondem a áreas de média dimensão onde *“existam ecossistemas primitivos pouco alterados pela acção humana, onde os valores da fauna, flora, geomorfológicos ou paisagísticos sejam particularmente relevantes do ponto de vista cultural, educativo ou recreativo”*.

Os **Lugares Naturais de Interesse Nacional** que correspondem a espaços de pequena dimensão e contém valores singulares no seu conjunto, pela sua flora, fauna ou

paisagem. Nestes espaços naturais protegidos as actividades humanas são permitidas se forem compatíveis com os objectivos da conservação.

O **Parque Natural** é a categoria mais permissiva ao facilitar o contacto harmonioso do homem com os valores naturais que o espaço comporta. Outro objectivo destes espaços protegidos é o aproveitamento ordenado dos seus recursos. Estas categorias, apesar de baseadas, não tinham, ainda, a homologação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (Mendigorri, 2002) (Lillo, 2000).

No seguimento da política de conservação, na década de 80, ocorreu uma nova etapa na história dos espaços protegidos espanhóis. Uma das orientações foi a definição de uma política de Parques Nacionais de acordo com os critérios estabelecidos no Segundo Congresso Mundial de Parques Nacionais, ocorrido em 1982 (Clavijo, 1993).

Em 1989 é promulgada a nova Lei estatal sobre espaços protegidos – Lei 4/1989 de Conservação de Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres cujo conteúdo e melhorado e ampliado relativamente ao anterior documento normativo.

Blasco (1999) é do entendimento que a Lei 4/1989 – Lei de Conservação de Espaços Naturais, da Fauna e Flora Silvestres – constituiu um marco jurídico importante, onde se inscreve a protecção dos espaços naturais.

Um aspecto importante sobre esta Lei é que não é circunscrita aos espaços naturais, como a anterior Lei, mas referente à conservação de todo o património natural (Mendigorri, 2002).

A essência da referida lei pode ser descrita quando se considera que *“Qualquer espaço marítimo ou continental poderá ser declarado protegido com a finalidade de: conseguir uma rede representativa dos principais ecossistemas e regiões naturais existentes no território nacional; proteger partes ou lugares naturais que tenham interesse científico, cultural, educativo, estético, paisagístico, e recreativo; a sobrevivência de espécies da fauna e da flora pela conservação dos seus habitats e na colaboração em programas internacionais de conservação de espaços naturais e de espécies silvestres”* (Lei 4/1989).

Com o aparecimento desta Lei fica criado um regime de protecção geral dos recursos naturais com maior incidência para os espaços naturais (Blasco, 1997).

A Lei 4/89 estabelece quatro categorias de áreas protegidas. Os **Parques, Reservas Naturais, Monumentos Naturais e Paisagens Protegidas**.

De referir que esta classificação foi inspirada na proposta de nomenclatura de categorias elaborada pela já citada IUCN. Esta Lei tem, ainda, como inovação a

obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais antes da declaração do espaço natural (Barrero, 1996). Desta forma são constituídos instrumentos que irão permitir o ordenamento dos recursos naturais (Blasco, 1997).

O elenco de documentos normativos que acabamos de apresentar permite obter uma imagem evolutiva da política portuguesa e espanhola no domínio da Conservação do Património com especial destaque para o Natural.

Assim, desde o aparecimento da primeira definição de área protegida em Portugal, no ano de 1970, formulada pela Lei 9/70 a política de conservação da natureza foi evoluindo ao longo dos anos. Este progresso fez-se acompanhar por uma reclassificação e redefinição das categorias de áreas protegidas que está mais de acordo com os conceitos internacionais.

Actualmente, e após legislação publicada em 1993, a Rede Nacional de Áreas Protegidas pode abranger áreas protegidas de âmbito nacional – Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural – de âmbito regional ou local – Paisagem Protegida – e ainda áreas protegidas de estatuto privado – Sítio de Interesse Biológico (DGA, 1999).

O grande incremento na criação de áreas protegidas em Portugal foi dado nos finais da década de oitenta. Na década de 90 foram criadas 12 novas áreas protegidas (DGA, 1999).

Relativamente a Espanha, as acções de conservação dos espaços naturais tiveram a sua génese no início do século XX como se referiu.

Actualmente os dois países possuem diversos envolvimento internacionais que se operacionalizaram na adesão a diversas convenções sobre a conservação da natureza e património mundial, dos quais se destacam o Convénio de Ramsar³⁰, a Directiva Comunitária 79/409/CEE, mais conhecida por Directiva “Aves”, a Directiva 92/43/CEE, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, denominada de “habitats” e a Rede Natura 2000.

Em Portugal, com o Decreto-Lei nº 75/91 procedeu-se à transposição da Directiva nº 79/409/CEE, do Conselho de 02 de Abril (directiva aves) e pelo Decreto-Lei 226/97 da Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho de 2 de Maio (directiva habitats).

O Governo espanhol transpôs para o Direito interno, a Directiva “Habitats”, através do Real Decreto 1997/1995 a Directiva da União Europeia. Com este Decreto

³⁰ Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, concluída em Ramsar, Irão a 2 de Fevereiro de 1971.

“estabelecem-se medidas para contribuir e garantir a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora silvestres”.

O Real Decreto 1193/1998 estabeleceu a transferência da Directiva “Aves “ para o Direito espanhol.

Em ambos os países a conservação está a cargo de organismos oficiais. Em Espanha a Direcção Geral da Conservação da Natureza é o organismo que tem competências no âmbito da Conservação da Natureza. Em termos gerais possui três grandes tarefas. Tem competências na legislação básica em matéria de conservação da natureza, representação do Estado em diversos foros comunitários e internacionais que tratam destas questões e, por último, a coordenação e planificação geral das actividades conjuntas das Comunidades Autónomas, para aplicação das normas e directrizes emanadas por este organismo.

Existe, ainda, o Organismo Autónomo de Parques Nacionais, encarregado de desenvolver e coordenar a planificação e gestão da rede Nacional de Parques Nacionais.

A declaração e gestão dos espaços naturais protegidos são competência exclusiva das comunidades Autónomas, excepto para os Parques Nacionais cuja gestão é em colaboração com a Direcção Geral da Conservação da Natureza.

Em Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, é o organismo responsável pelas actividades nacionais dos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas (Decreto-Lei n.º 193/93). A primeira definição de áreas protegidas apareceu na década de setenta com a definição e Criação do Parque Nacional da Peneda Gerês. Desde esse período que foi introduzido alterações que visavam acompanhar a evolução a nível internacional ao nível dos conceitos e tipologias de espaços naturais protegidos (DGA, 1999).

A Rede Nacional de Áreas Protegidas comporta espaços naturais protegidos de âmbito Nacional, Local e Regional. Prevê, ainda, áreas naturais protegidas de estatuto privado³¹.

³¹ O Decreto-Lei 19-93 refere, no Artigo 2º, que *“As áreas protegidas são de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar”.* *“As áreas protegidas de interesse nacional classificam-se nas seguintes categorias: a) Parque nacional; b) Reserva natural; c) Parque natural; d) Monumento natural”.*

No ponto 4º do Decreto, *“Classificam-se como paisagem protegida as áreas protegidas de interesse regional ou local”.* *“Podem ainda ser classificadas áreas de estatuto privado, designadas «sítio de interesse biológico”.*

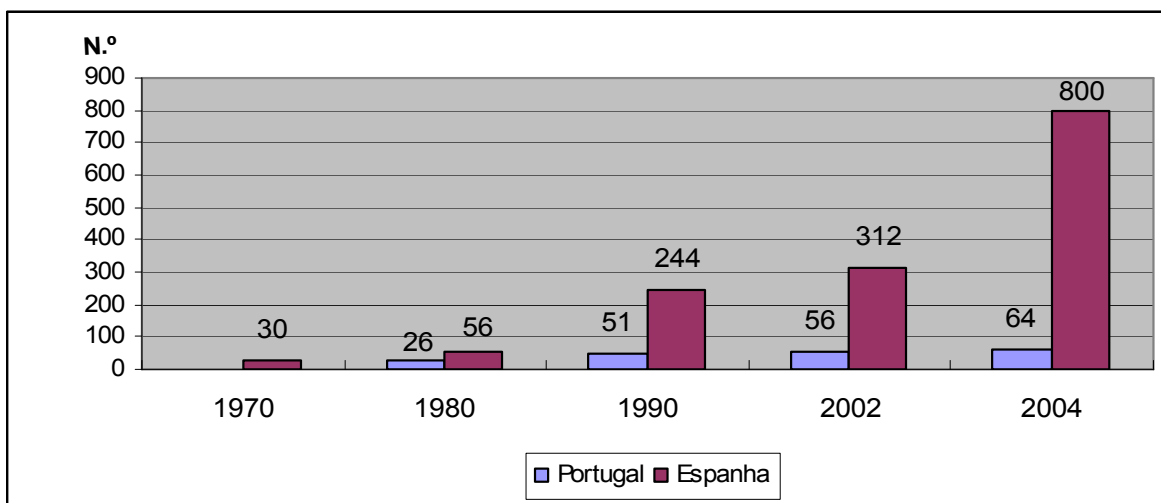
2.3.3) ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO ESPAÇO IBÉRICO

De seguida passamos a apresentação de alguns dados relativos à evolução das áreas protegidas de cada um dos países. Alertamos para o facto de ter sido uma tarefa difícil a compilação de dados sobre Portugal. Infelizmente os organismos estatais não possuem informação que permita obter uma caracterização com a profundidade que desejamos.

Como já foi referido a introdução de acções referente à conservação de espaços naturais em Portugal e Espanha concretizou-se em tempo diferenciados. Esta situação traduziu-se, como é óbvio, em diferenças quantitativas e qualitativas entre os dois países, senão vejamos.

De acordo com os dados recolhidos, Portugal possui 64 áreas naturais com o estatuto de espaço natural protegido e Espanha ascende aos 800 espaços naturais classificados por todo o seu território. A evolução dos espaços protegidos em ambos os países apresenta diferenças consideráveis em termos quantitativos. Dado que em Portugal o primeiro espaço natural classificado foi declarado na década de setenta, do século XX, apresenta-se, na figura seguinte (n.º 12), a evolução do número de áreas protegidas entre 1970 e 2004 em ambos os países.

Figura n.º 12 – Evolução do número de “Áreas Naturais Protegidas” em Portugal e Espanha (1970-2003)



Fonte: ICN (2004) – Europarc (2003:23) – UNEP-WCMC (2004)

Pela leitura da figura n.º 12, a Espanha apresenta uma evolução maior que Portugal. Em 1970, Portugal não possuía qualquer espaço natural protegido, Espanha classificou 30 áreas naturais. Em 1980 inicia-se a introdução de uma política de conservação do património natural em Portugal. Neste ano foram classificados 26 espaços naturais e em

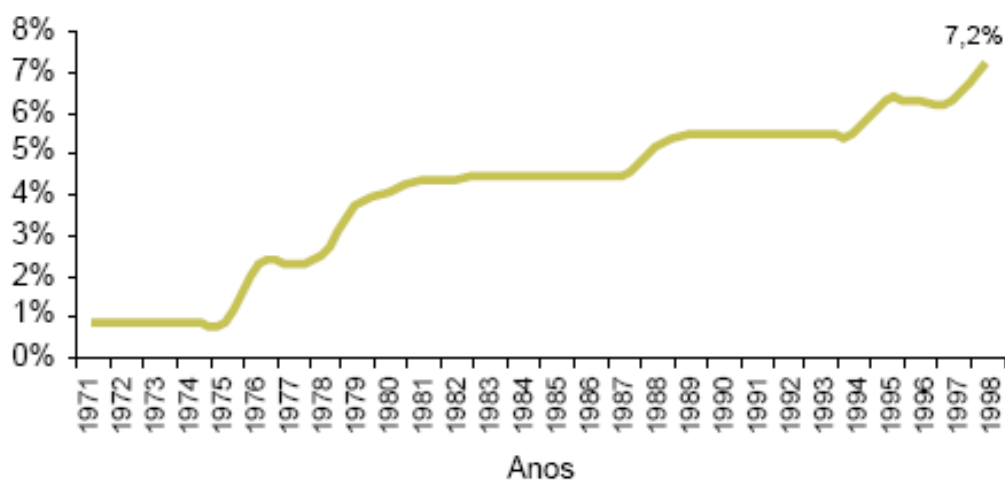
Espanha o valor cifrou-se em 56. Na década de noventa o incremento verificado em Portugal é notoriamente maior. Em Espanha é visivelmente mais elevado o número de “espaços naturais protegidos”. No actual século o número de espaços naturais protegidos em Portugal é manifestamente inferior em Portugal relativamente a Espanha. À disparidade de valores apresentados devemos ter em consideração que Portugal possui uma superfície de território bastante inferior a Espanha. Por outro lado, como já foi referido, a tardia introdução de uma política de conservação do património natural poderá, também, justificar tal situação.

De seguida passamos a efectuar uma caracterização das “áreas naturais protegidas” no território nacional.

O Relatório de Estado do Ambiente de 1999, elaborado pela Direcção Geral do Ambiente apresenta alguns indicadores relativo às áreas protegidas em Portugal. Esse documento serve de base para a análise que a seguir nos ocupamos.

A figura n.º 13 evidencia a evolução percentual no território nacional que foi afectada ao património natural protegido e classificado como “áreas protegidas”.

Figura n.º 13 – Território de Portugal continental coberto por Áreas Naturais Protegidas de (1971 – 1998)

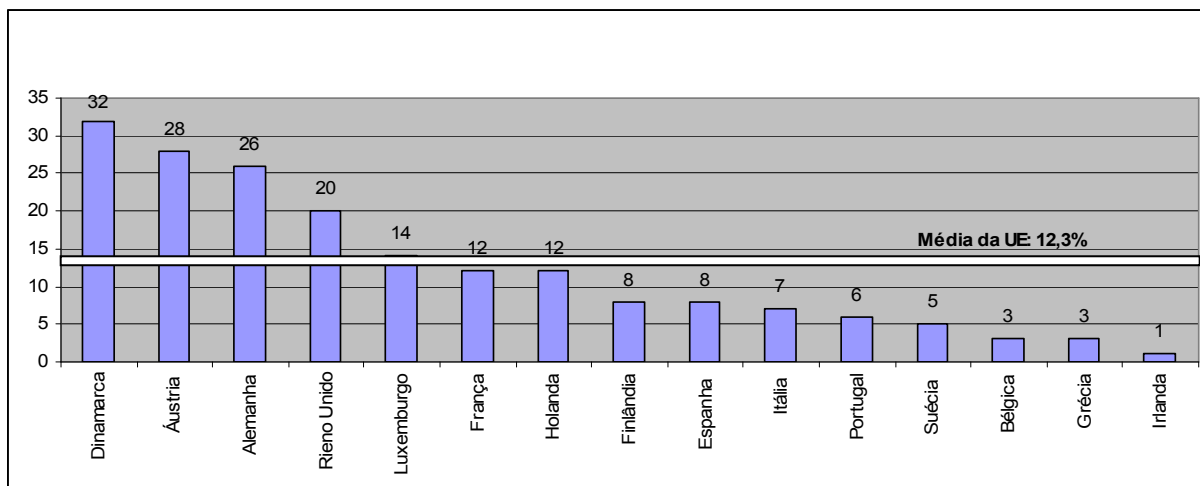


Fonte: DGA (2000:188)

Na década de setenta do século XX, como temos vindo a afirmar, a criação de espaços naturais protegidos foi muito incipiente, não ultrapassando os 3% do total do território nacional. Contudo, verifica-se a partir dos anos oitenta um crescimento constante da área abrangida por sítios classificados como património natural protegido. Em 1998 o valor é de 7,2% do território Nacional o que consideramos manifestamente baixo.

No citado relatório os indicadores apresentados permitem destacar que a percentagem das áreas protegidas em relação aos restantes países da União Europeia é muito baixo (figura n.º 14) (DGA, 2000).

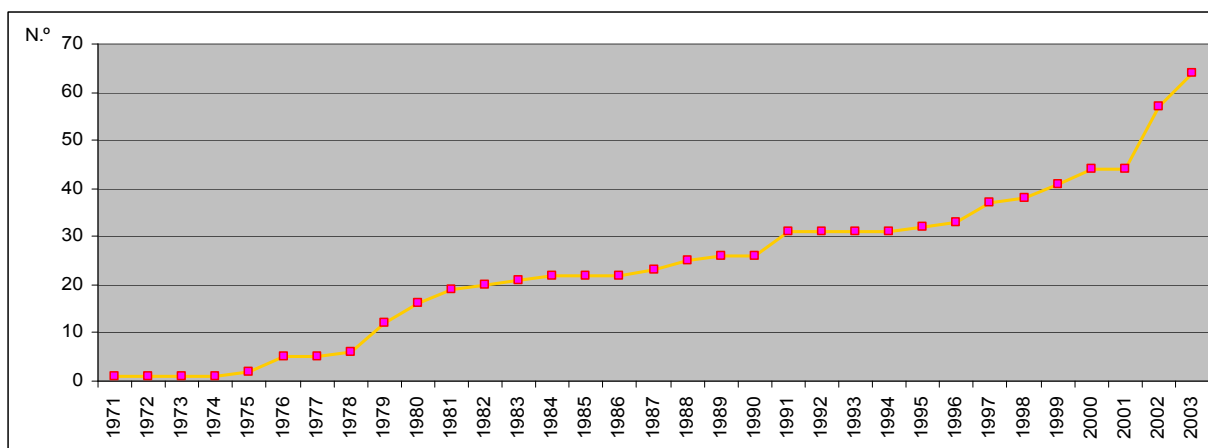
Figura n.º 14 – Evolução do número de Áreas Naturais Protegidas (1971 – 2003)



Fonte: DGA (2002:189)

No que concerne à evolução da criação das “áreas protegidas” em Portugal, a figura n.º 15 ilustra esta situação.

Figura n.º 15 – Evolução do número de Áreas Naturais Protegidas em Portugal (1971 – 2003)



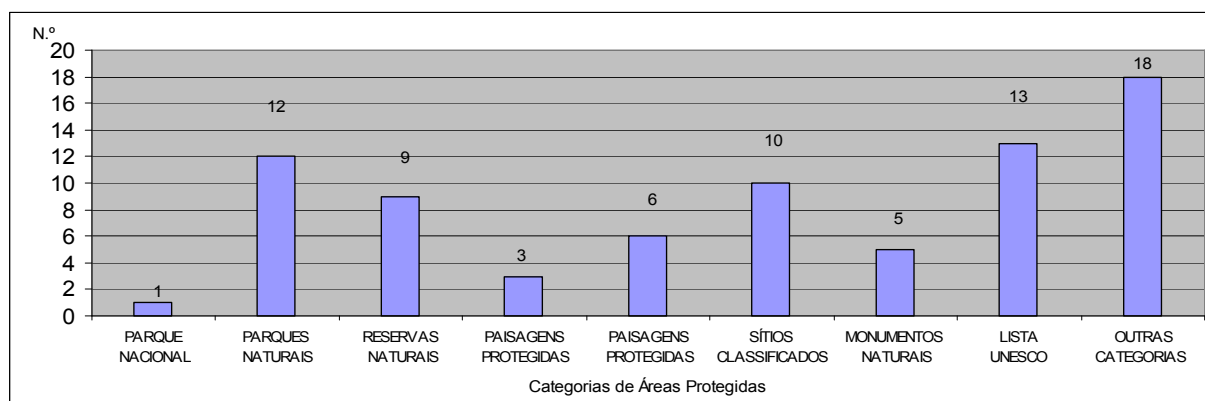
Fonte: ICN (2004) – UNEP-WCMC (2004)

Pela sua leitura, constata-se que o número de “áreas protegidas” cresceu desde 1971 até à actualidade. O grande incremento ocorreu na década de oitenta. Contudo, na década de noventa verificam-se os maiores aumentos. Esta evolução pode ser explicada pela adesão de Portugal a diversas acordos internacionais no âmbito da protecção do património natural e a transposição para o Direito Nacional das Directivas da União

Europeia. A implementação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza permitiu, por outro lado, levar a cabo um conjunto de acções de protecção e preservação do património natural português.

De acordo com os dados disponíveis as áreas protegidas estão distribuídas pelas seguintes categorias de classificação: (figura n.º 16).

Figura n.º 16 – Categoria e número de Áreas Naturais Protegidas em Portugal (2003)



Fonte: ICN (2004) – UNEP-WCMC (2004)

“Os fundamentos da criação destas áreas obedecem a objectivos tanto de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e/ou social” (DGA, 2000:188).

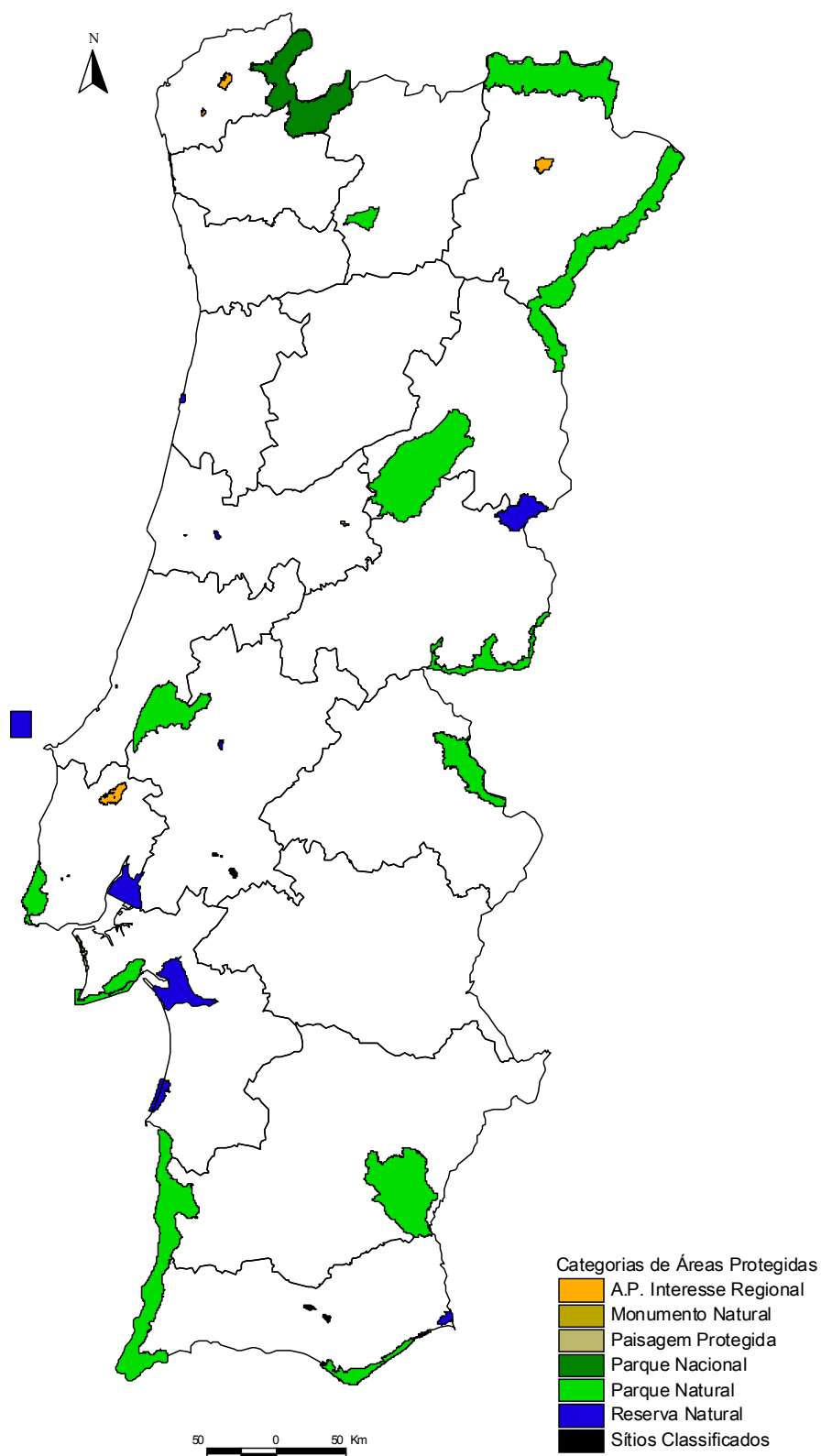
A leitura da figura n.º 16 evidencia, apenas, a existência de 1 Parque Nacional em Portugal. A categoria com maior representatividade é os “Parques Naturais” cuja existência totaliza 12 espaços desta categoria. Os “Sítios Classificados” são outra categoria que possui um valor elevado face às restantes. Destaca-se, também, o número de “sítios” inscritos na Lista Mundial do Património Cultural e Natural da UNESCO, cujo valor é de 13 lugares. Relativamente às outras categorias, estas totalizam 18 espaços classificados³²

Quanto à distribuição espacial dos “espaços naturais protegidos” de Portugal, a figura n.º 17 permite obter uma imagem da sua disposição pelo território.

Como pode observar-se é francamente baixa a área ocupada pelas diferentes áreas protegidas em Portugal. O citado Relatório refere que, no final de 1998, a referida rede nacional de áreas protegidas ocupava um total de 643.087 ha, o equivalente a 7,2% da superfície do Continente (DGA, 2000). Infelizmente desde essa data a situação não teve alterações significativas.

³² Esta tipologia corresponde a espaços naturais protegidos que não se enquadram nas restantes categorias apresentadas.

Figura n.º 17 – Distribuição geográfica das Áreas Naturais Protegidas em Portugal Continental (2003)



Fonte: ICN (2003)

Após esta caracterização em torno das áreas protegidas de Portugal passamos, em seguida, à análise da mesma temática para o território espanhol.

Da mesma forma que em Portugal, a legislação estatal espanhola estabelece quatro figuras principais de protecção dos espaços naturais³³. Por outro lado, as leis autónomas reconhecem cerca de 37 figuras de protecção distintas para os seus espaços naturais (Europarc, 2003:179. Um aspecto importante a destacar na política de conservação do património natural é o grande incremento quer em número e extensão, quer em modalidades protectoras dos espaços protegidos (Mendigorri, 2002).

Como referido anteriormente a Espanha foi dos primeiros países europeus a adoptar o movimento de protecção dos espaços naturais iniciado nos Estados Unidos nos finais do século XIX. Desde a criação do primeiro Parque Nacional³⁴ que o número de espaços naturais classificados tem crescido (Quadro n.º 15).

Quadro n.º 15 – Evolução do número de Áreas Naturais Protegidas e superfície (ha) em Espanha

Períodos de tempo	N.º de Espaços	Superfície ocupada (ha)
Até 1951	15	168, 457
1952 – 1956	4	41, 406
1957 – 1961	1	1, 171
1962 – 1966	0	0
1967 – 1971	1	50, 720
1972 – 1976	7	17, 098
1977 – 1981	10	145, 259
1982 – 1986	65	446, 863
1987 – 1991	369	1, 732, 219
1992 – 1996	229	1, 034, 063
1997 – 2001	131	576, 352

Fonte: Europarc - Espanha (2003)

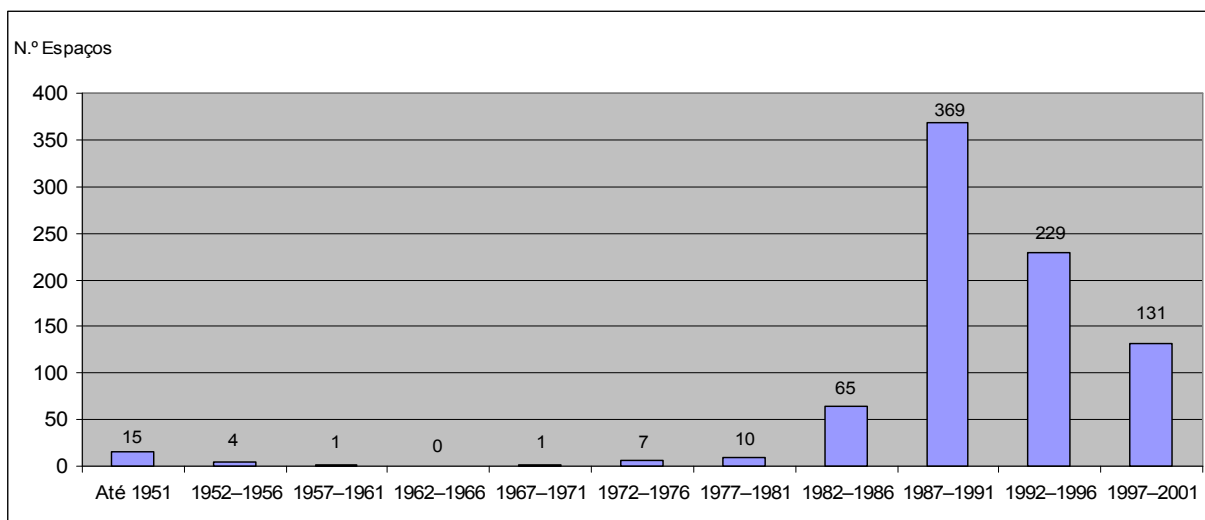
Em 1951 a Espanha tinha declarado 15 espaços naturais protegidos cuja superfície total ocupava 168,457 ha. Em 2001 o total de áreas naturais protegidas, declaradas, ultrapassou as 130, o que corresponde a uma superfície de 576,352 ha.

³³ Lei 4/1989 da conservação dos espaços naturais da flora e fauna silvestres.

³⁴ Recorde-se que em 1918 foram declarados os Parques Nacionais da Montanha de Covadonga (Picos da Europa) e o Vale de Ordesa (Pirinéus).

Pela figura n.º 18 conclui-se que o maior incremento ocorreu a partir dos últimos anos da década de oitenta e princípios de noventa do século precedente. A aprovação da maioria das leis autónomas em matéria de espaços protegidos é uma das razões apontadas para o crescimento verificado (Europarc, 2003).

Figura n.º 18 – Evolução das Áreas Naturais Protegidas em Espanha (1951–2001)



Fonte: Europarc (2002:23) – MA Espanhol (2004)

Atendendo às categorias de classificação de espaços naturais estabelecidas pela Lei Espanhola 4/89³⁵ Espanha tem maior representatividade na figura de “Parques” (quadro n.º 16 e figura n.º 18). Destes, 14 espaços protegidos correspondem a Parques Nacionais e 95 são Parques Naturais. As Reservas Naturais totalizam 192 “áreas protegidas”, Monumentos Naturais conta com 38 sítios protegidos e, finalmente, os Outros possuem 147 espaços protegidos por todo o território espanhol.

No quadro n.º 16 e figura n.º 19 pode obter-se uma visão das áreas protegidas nas diferentes Comunidades Autónomas de Espanha, elaborada a partir dos dados do Ministério do Ambiente e do Instituto Nacional de Estatística de Espanha. Os dados expressam a grande expansão que tem ocorrido no país vizinho.

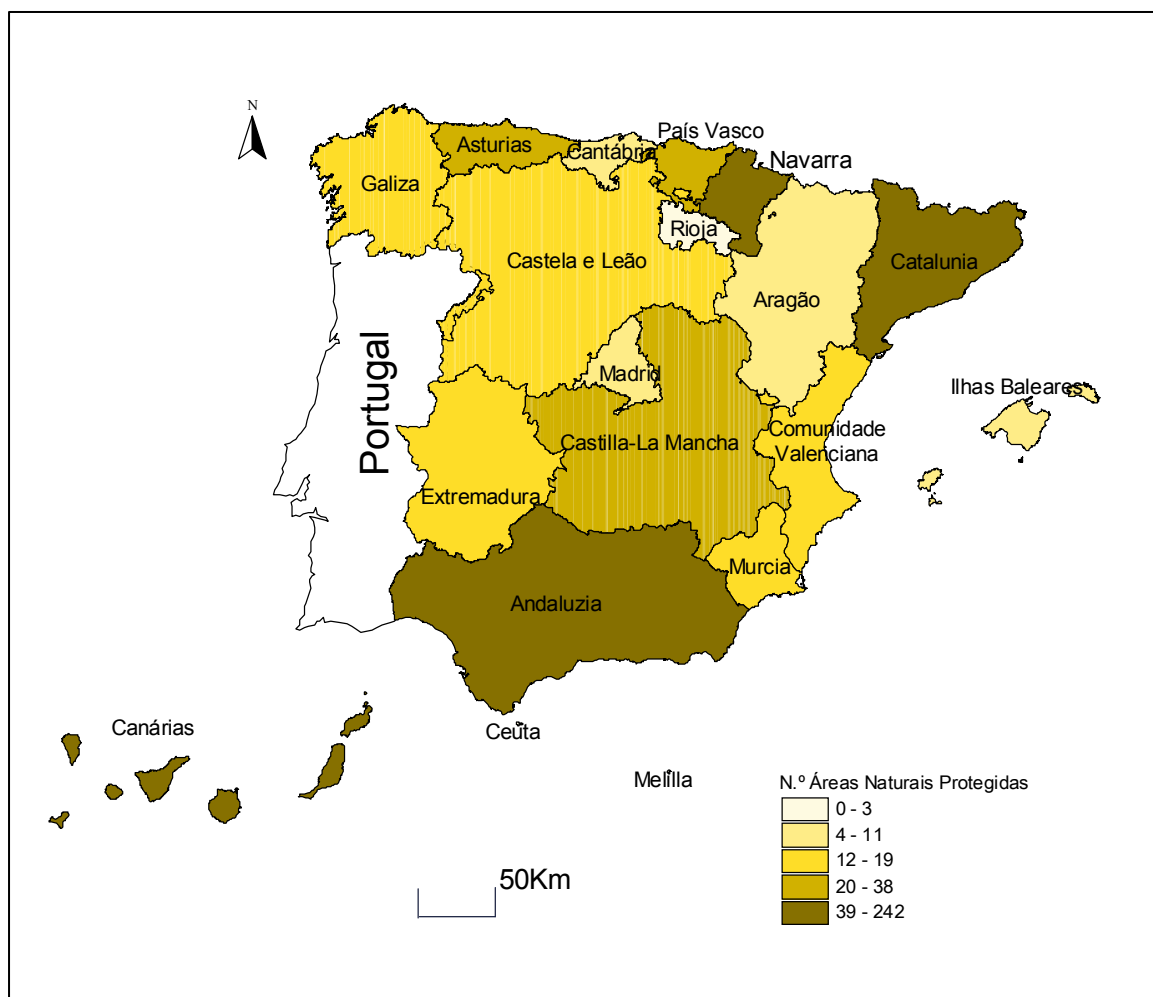
³⁵ A Lei estatal 4/1989, de Conservação dos **Espaços Naturais** e da Flora e Fauna Silvestres estabelece diferentes figuras de protecção: Parques, Reservas Naturais, Monumentos Naturais e Paisagens Protegidas. As Comunidades Autónomas podem estabelecer, no entanto, outras figuras diferentes e regular a suas correspondentes medidas de protecção.

Quadro n.º 16 – Número Áreas Naturais Protegidas em Espanha (Comunidades Autónomas)

Comunidade Autónoma \ Categoria	Parques Nacionais	Parques Naturais	Reservas Naturais	Monumentos Naturais	Paisagens Naturais	Outros
Andaluzia	2	23	28	23	31	20
Aragão	1	3	0	2	0	2
Astúrias	1	2	6	17	0	2
Baleares	1	6	3	1	0	0
Canárias	4	11	26	51	0	53
Cantábria	1	5	1	0	0	0
Castilha La Mancha	2	3	5	12	0	3
Castela e leão	1	5	2	5	0	4
Catalunha	1	8	76	0	6	151
Valência	0	10	3	0	1	0
Extremadura	0	2	1	4	0	10
Galiza	0	6	0	0	0	9
Madrid	0	1	1	1	0	7
Múrcia	0	0	2	0	0	17
Navarra	0	3	38	31	0	33
Pais Vasco	0	7	0	0	0	31
Totais	14	95	192	147	38	342

Fonte: Europarc (2003) – MA Espanhol (2004)

Figura n.º 19 – Número de Áreas Naturais Protegidas nas Comunidades Autónomas de Espanha



Fonte: Ministério Ambiente Espanha (2003) – INE Espanha (2004)

Da leitura da figura n.º 19 ressaltam contrastes importantes na distribuição espacial das áreas protegidas. Algumas Comunidades autónomas possuem um número de espaços superior a 100, nomeadamente Andaluzia, Canárias, Catalunia e Navarra. Outras Comunidades não ultrapassam as 10 áreas (Aragão, Cantábria e Madrid). A Comunidade Autónoma de Rioja possui, apenas, 3 espaços naturais protegidos.

Como se pode constatar os dados põem em evidência as diferenças regionais bastante grandes no número de espaços naturais protegidos.

Ao longo do presente capítulo efectuamos uma abordagem em torno da temática do Património com espacial destaque no domínio natural. A génese e evolução dos “Espaços Naturais Protegidos” mereceram a nossa especial atenção nomeadamente no espaço da União Europeia. Posteriormente centramos a nossa análise no território Ibérico onde confrontamos os dois países no que se refere à política de conservação da natureza e dos espaços naturais protegidos. Finalizamos, desta forma, a caracterização dos espaços naturais protegidos de Portugal e Espanha. No capítulo seguinte terá como objectivo o tema central do presente trabalho, os Parques Naturais Transfronteiriços do Douro Internacional e Arribes del Duero.

CAPÍTULO III – DOURO INTERNACIONAL: DINÂMICAS TERRITORIAIS

“Douro!

Corre, Caudal sagrado,

Na dura gratidão dos homens e dos montes...”

(Miguel Torga)

INTRODUÇÃO

Até este ponto do presente trabalho centramos a nossa investigação num quadro teórico sobre as temáticas do turismo e património.

Nesta fase os nossos objectivos recaem sobre os territórios onde se inserem os Parques Naturais do Douro Internacional e *Arribes del Duero*.

Segundo a metodologia adoptada dar-se-á prioridade à caracterização e análise comparativa entre os dois territórios, onde se localizam os referidos espaços naturais protegidos, nos domínios do território, população e turismo.

Assim, numa primeira abordagem far-se-á uma caracterização e análise comparativa no domínio da população e actividade económica entre os períodos censitários de 1981 e 2001.

Posteriormente, a nossa exposição norteia-se em torno das dinâmicas turísticas onde serão analisados os domínios da oferta e procura turística em ambos os territórios.

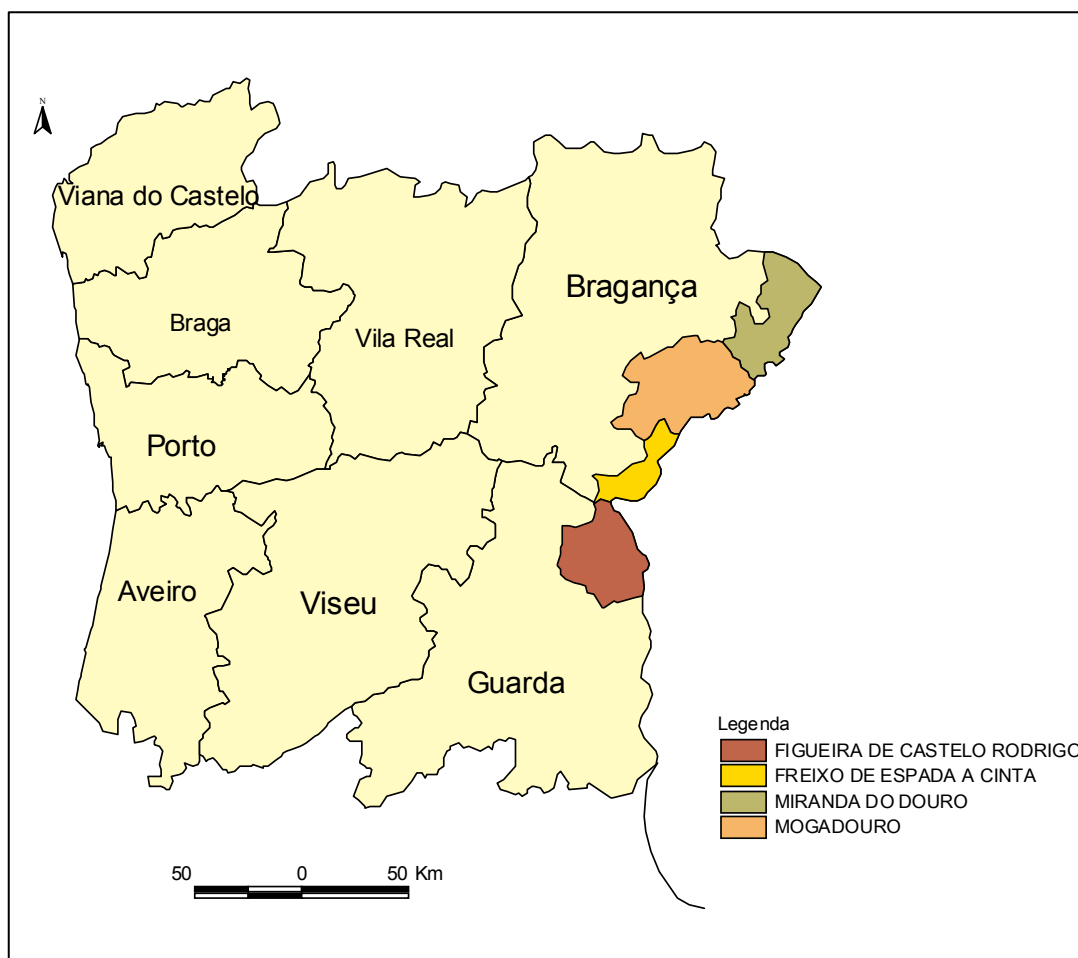
O turismo em espaços naturais protegidos, onde são focados aspectos que consideramos relevantes, finaliza o presente capítulo.

3) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA DESTE ESPAÇO RAIANO

Os espaços geográficos abrangidos pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Figueira Castelo Rodrigo, no lado português e pelas províncias de Salamanca e Zamora na Comunidade Autónoma de Castela e Leão, em território espanhol são domínios espaciais de fronteira e ocupam uma extensão de 24, 957 Km², cujo elemento físico principal de ligação é o vale do Douro.

Os concelhos portugueses inserem-se quer nas regiões geográficas de Trás-os-Montes (Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta) – Distrito de Bragança, quer na Beira Alta (Figueira Castelo Rodrigo) – Distrito da Guarda (figura n.º 20). A área total destes quatro concelhos é de 2046 Km².

Figura n.º 20 – Localização dos Concelhos do PNDI



Fonte: Carta Administrativa de Portugal Oficial de Portugal, (IGP, 2004)

Miranda do Douro é o concelho localizado mais a Norte do PNDI. Ocupa uma área total de 484 Km². As freguesias deste concelho abrangidas pelo PNDI são: Constantim, Duas Igrejas, Ifanes, Malhadas, Miranda do Douro, Palaçoulo, Paradela, Picote, Póvoa, Sendim e Vila Chã da Braciosa.

O concelho de Mogadouro localizado a Sul de Miranda do Douro tem uma extensão de 746 Km². É nesta vila onde se localiza a sede e centro coordenador do Parque Natural do Douro Internacional.

As freguesias deste concelho inseridas no espaço do Parque Natural são as seguintes: Bemposta, Bruçó, Brunhozinho, Castelo Branco, Peredo de Bemposta, Tó, Urrós, Vale de Porco, Ventozelo, Vila de Ala, Vilar de Rei e Vilarinho dos Galegos.

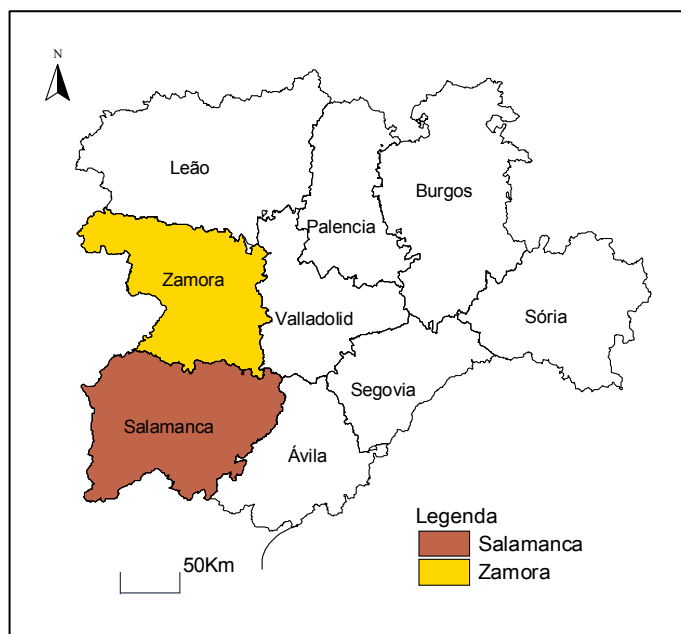
Numa posição mais meridional encontra-se o concelho de Freixo de Espada à Cinta o Município que menor área ocupa no conjunto dos quatro, mais concretamente 297 Km² e engloba as freguesias de Fornos, Freixo de Espada à Cinta, Lagoaça, Ligares, Mazouco, e Poiares.

Na Beira Alta o concelho de Figueira Castelo Rodrigo fecha o conjunto dos quatro concelhos do PNDI. É o segundo maior concelho em extensão, depois de Mogadouro, com uma área que totaliza 509 Km². Almofala, Castelo Rodrigo, Escalhão, Escarigo, Mata de Lobos, Vermiosa constituem as freguesias inseridas no PNDI.

Em território espanhol, Salamanca e Zamora são províncias integrantes do vasto espaço da Comunidade Autónoma de Castela e Leão (figura n.º 21) cuja superfície ultrapassa os 94.000 Km². A área ocupada por estas duas províncias é de 22911 Km².

Os municípios inseridos neste espaço natural protegido são Ahigal de los Aceiteros, Aldeadavila de la Ribera, Almendra, Barruecopardo, Bermellar, La Bouza, Cabeza de Caballo, Cerezal de Peñahorcada, La Fregeneda, Hinojosa de Duero, Lumbrales, Masueco, Mieza La Peña, Pereña, Puerto Seguro, Saldeana, San Felices de los Gallegos, Saucelle, Sobradillo, Trabanca, Vilvestre, Villarino de los Aires y La Zarza de Pumareda na província de Salamanca. Argañín, Fariza, Fermoselle, Fonfría, Gamones, Morala de Sayago, Moralina, Pino, Torregamones, Villadepera, Villalcampo, Villar del Buey y Villardiega de la Ribera na província de Zamora.

Figura n.º 21 – Localização das Províncias de Zamora e Salamanca



Fonte: INE – Espanha (2004)

3.1) DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Estes espaços fronteiriços possuem características demográficas e económicas com especificidades próprias. Neste contexto, pretendemos, assim efectuar uma caracterização demográfica de ambos os territórios.

Para o efeito foram seleccionados e recolhidos dados estatísticos sobre cada um dos territórios que possibilitem efectuar a análise de alguns temas fundamentais para a análise, nomeadamente Território, População, Actividade Económica e Emprego.

Os dados foram seleccionados em diferentes publicações do Instituto Nacional de Estatística de ambos os países. Recorreu-se, ainda, aos anuários estatísticos da Junta de Castela e Leão, referentes aos anos de 2000, 2001, 2002.

No referente à metodologia focamos a nossa atenção sobre os quatro concelhos inseridos na área do PNDI, Miranda do Douro, Mogadouro (NUT III – Alto Trás-os-Montes), Freixo de Espada à Cinta (NUT III – Douro) e Figueira Castelo Rodrigo (NUT III – Beira Interior Norte).

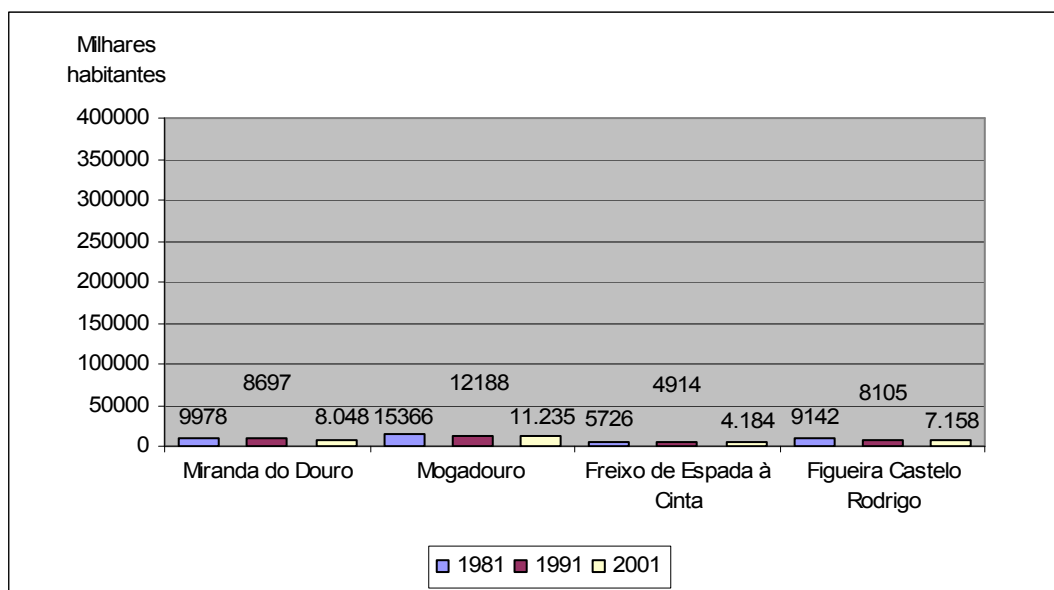
Em território espanhol a análise incidiu nos territórios das duas províncias da Comunidade Autónoma de Castela e Leão, Salamanca e Zamora, respectivamente.

Por serem estas áreas geográficas as destinatárias específicas do nosso estudo, não efectuamos comparações com os totais nacionais nem relativamente aos totais de distrito ou da Comunidade Autónoma de Castela e Leão. As razões que nos levaram a optar por esta abordagem prendem-se com a necessidade de circunscrever apenas os concelhos e províncias inseridas nos espaços naturais. Embora os dados referentes aos concelhos portugueses e províncias espanholas sejam provenientes de fontes diferentes permitiram, contudo, alguma comparação conceptual. Neste contexto, procurámos analisar as duas realidades espaciais tentando encontrar as suas afinidades e contrastes relativamente aos indicadores analisados.

Relativamente à evolução da população, as figuras n.º 22 e 23 demonstram a dinâmica de variação demográfica verificada em ambos os territórios no período compreendido entre 1981 e 2001.³⁶

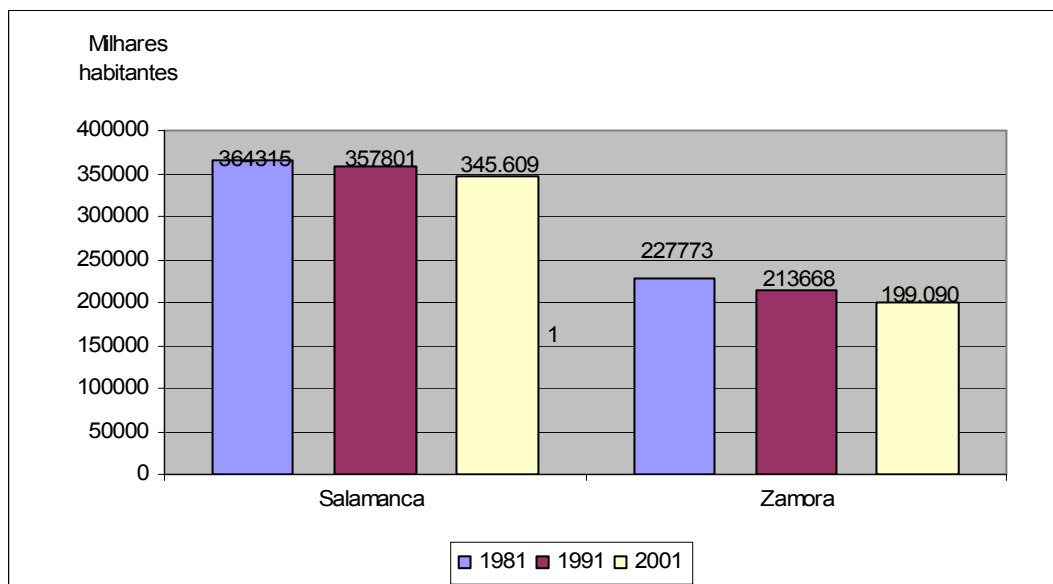
³⁶ Para melhor análise optamos pela apresentação de dois gráficos relativos aos concelhos portugueses e províncias espanholas. A amplitude dos dados impossibilitou a realização de um único gráfico.

Figura n.º 22 – Evolução da população Residente nos concelhos do território nacional (1981 – 2001)



Fonte: INE (1981, 2001)

Figura n.º 23 – Evolução da população residente em Salamanca e Zamora (1981 – 2001)



Fonte: INE – Espanha (1981, 2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

A nível global e no período seleccionado a província de Salamanca é a que apresenta maior quantitativo populacional embora seguida pela vizinha província de Zamora.

Estas duas províncias, em 1981, totalizavam 592.088 habitantes, contra 40.291 no total dos concelhos portugueses. Em 2001 o total da população residente naquelas províncias era de 544699 habitantes e nos concelhos, os Recenseamentos Gerais da População contabilizaram 30.624 residentes.

Verifica-se que em ambas as províncias ocorreu um decréscimo populacional. A perda de efectivos demográficos caminha no sentido regressivo em ambas as províncias. Da leitura da bibliografia por nós consultada relativa à dinâmica demográfica de Castela e Leão, concluímos que as perdas de população ocorreram ao longo de todo o século XX, de tal forma que o total de efectivos no último censo, realizado em 2001, representava menos de metade relativamente a 1900 (Junta de Castela e Leão, 2003).

No que concerne aos concelhos de Portugal, destaca-se o concelho de Mogadouro como o mais populoso mas, de igual forma, sofre o processo de despovoamento tão característico das regiões do interior do país. Em 1981 a população, deste concelho, totalizava 15.366 habitantes e, em 2001, decresceu para 11.235 (quadro n.º 17).

Quadro n.º 17 – Área, População residente e taxas de variação (1981 – 2001)

Concelhos	Área Total Km2	Pop. 1981	Pop. 1991	Pop. 2001	Taxa Variação 1981-91 (%)	Taxa Variação 1981-01 (%)	Taxa Variação 1991-01 (%)
Miranda do Douro	484	9978	8697	8.048	-13%	-19%	-7%
Mogadouro	756	15366	12188	11.235	-21%	-27%	-8%
Freixo de Espada à Cinta	297	5726	4914	4.184	-14%	-27%	-15%
Figueira Castelo Rodrigo	509	9142	8105	7.158	-11%	-22%	-12%
Salamanca	12.350	364315	357801	345.609	-2%	-5%	-3%
Zamora	10.561	227773	213668	199.090	-6%	-13%	-7%

Fonte: INE – Portugal (1981,1991, 2001) – INE – Espanha (1981, 1991, 2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

Freixo de Espada à Cinta é o concelho que está posicionado no lado oposto, com valores populacionais mais baixos. A população residente correspondia em 1981 a 5726 a 4.184 habitantes no ano de 2001.

Os restantes concelhos apresentam características demográficas semelhantes. Em Miranda do Douro e Figueira Castelo Rodrigo a sua população, em 1981, ultrapassou ligeiramente os nove mil residentes. Em 2001 Miranda do Douro contabilizava só 8.048 Residentes e Figueira Castelo Rodrigo viu a sua população reduzida para 7.158 habitantes.

No respeitante às taxas de variação da população residente nos quatro concelhos e nas duas províncias consta-se, no período em análise, uma evolução negativa nestes territórios raianos.

Embora Mogadouro seja o concelho com maior população, possui a taxa de variação entre 1981 e 1991 com -21%. O mesmo se verifica em relação a 1981 e 2001 onde a variação atingiu os -27%.

Em posição menos favorável encontra-se Freixo de Espada à Cinta cuja taxa de variação entre 1981 e 1991 foi de -14% e, entre 1981 – 2001, passou para -27%.

Miranda do Douro e Figueira Castelo Rodrigo são os concelhos onde ocorreram as menores taxas de variação da população ao longo do referido período.

Nas províncias espanholas e no mesmo período, ocorreram taxas de variação menores. Com efeito, Salamanca assinala uma taxa de variação de -2% entre 1981-1991 e 1991-2001. No intervalo entre 1981 e 2001 o valor queda-se nos -5%. Salamanca é a província onde se registam as taxas de variação mais reduzidas no âmbito dos dois territórios.

Por outro lado, Zamora, embora não se verifiquem taxas de variação muito elevadas registou entre 1981 e 2001 -13%.

Podemos, desde já, concluir que estamos perante duas realidades onde o fenómeno regressivo da população é evidente. Contudo, é mais elevado nos concelhos portugueses relativamente às províncias espanholas.

A relação entre a população residente e a superfície total reflecte-se no indicador da densidade populacional (quadro n.º 18 e figuras n.º 24 e 25).

Quadro n.º 18 – Densidades Populacionais (hab/Km2) (1981–2001)

Concelhos /Províncias	1981	1991	2001
Miranda do Douro	20,6	18,0	16,6
Mogadouro	20,3	16,1	14,9
Freixo de Espada à Cinta	19,3	16,5	14,1
Figueira Castelo Rodrigo	18,0	15,9	14,1
Salamanca	29,8	29,0	28,2
Zamora	21,2	20,2	18,9

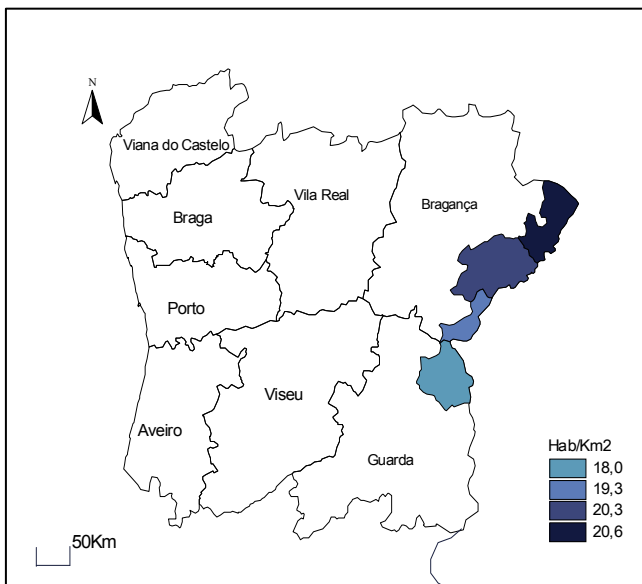
Fonte: INE – Portugal (1981 a 2001) – INE Espanha (1981 a 2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

Assim, em ambos os territórios a densidade populacional é heterogénea. Do ponto de vista de evolução constata-se uma diminuição ao longo do período em análise em ambos os países.

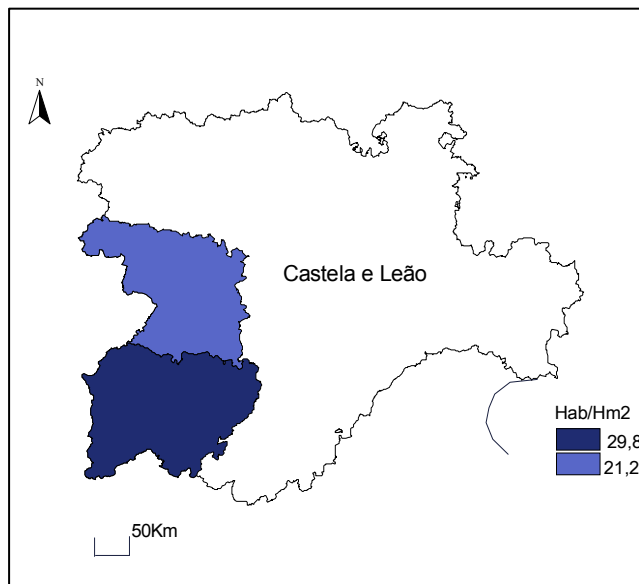
Em 1981 Salamanca apresentava maiores densidades populacionais (29.8 hab/km²) face aos quatro concelhos portugueses e a província de Zamora. Figueira Castelo Rodrigo regista, nesse ano, o valor mais reduzido do indicador com 18 hab/km² (Figura n.º 24 e 25).

Figura n.º 24 – Densidade populacional (1981)

Figura n.º 25 – Densidade populacional (1981)



Fonte: INE (1981) - (IGP, 2004)

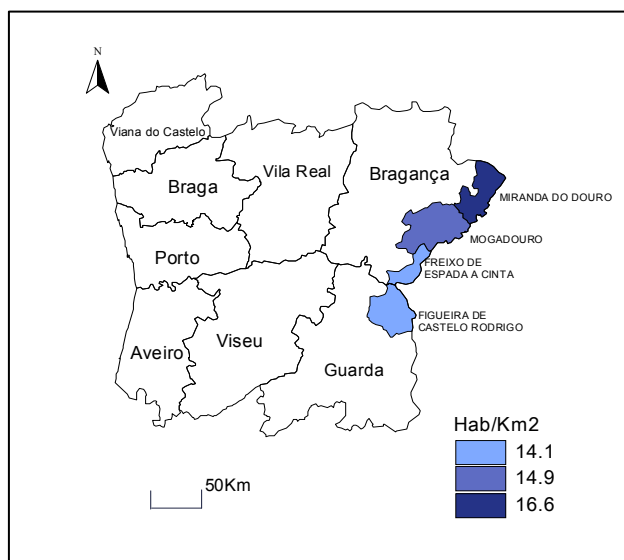


Fonte: INE – Espanha (2004) – Junta e Castela e Leão (1981)

Em 2001, Salamanca é, igualmente, a província mais densamente povoada, com 28,1 hab/km², seguida pela província de Zamora com uma densidade populacional de 18,9 hab/km². No extremo oposto encontra-se Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo com 14,1 hab/km² (Figuras n.º 26 e 27).

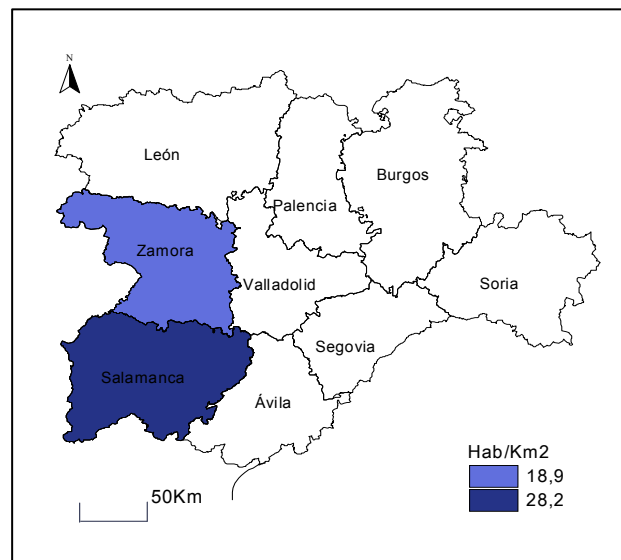
Numa visão de conjunto dos quatro concelhos é notório que os valores da densidade populacional não registam diferenças assinaláveis entre eles. Se atendermos à variação entre 1981 e 2001 são evidentes os decréscimos no âmbito da densidade populacional.

Figura n.º 26 – Densidade populacional (2001)



Fonte: INE – Portugal (2001) – (IGP, 2004)

Figura n.º 27 – Densidade populacional (2001)



Fonte: INE – Espanha (2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

O valor deste indicador é, em 2001, de 16,6 Hab/Km² em Miranda do Douro (20,6 Hab/Km² em 1981) e 14,5 Hab/Km² em Mogadouro (20,3 Hab/Km² em 1981). Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo ambos têm a mesma densidade populacional em 2001, com 14,1 hab/km².

A análise dos anteriores indicadores permitem-nos concluir, como já foi referido, que a área em estudo denunciou um preocupante decréscimo populacional nas últimas décadas. Esta redução deve ser compreendida num quadro regressivo que se tem verificado nas últimas décadas do século XX e, conseqüentemente, na diminuição das densidades populacionais.

Assim, consideramos que “*este fenómeno é bastante caracterizador das zonas fronteiriças pois são regiões localizadas no interior dos seus países, mais periféricas e afastadas dos centros de decisão, o que contribui muito para a sua crescente desertificação. Para além disso, esta fraca dinâmica populacional está, intrinsecamente, relacionada com a existência de poucos centros urbanos nestas regiões*” (Coimbra, 2002:43)

Sobre esta problemática Baptista (1998:?)p) entende que “*A dinâmica regressiva das populações (...) pode em parte ser explicada pelo facto dos respectivos excedentes de vida serem negativos, ou seja, a taxa de mortalidade exceder a de natalidade (...)*”.

Efectuando, então, uma análise da taxa de natalidade, mortalidade e de crescimento natural, para o ano de 2001 verifica-se que em ambos os territórios raianos registam um excedente de vidas negativo (quadro n.º 19).

Quadro n.º 19 – Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural (2001)

Concelhos/Províncias	2001 (‰)		2001
	Taxa Natalidade	Taxa Mortalidade	Taxa Crescimento Natural (%)
Miranda do Douro	7,3	13,6	-6,3
Mogadouro	6,6	14,0	-7,4
Freixo Espada À Cinta	7,0	20,6	-13,6
Figueira Castelo Rodrigo	6,3	16,6	-10,3
Salamanca	7,2	10,7	-3,6
Zamora	5,6	12,2	-6,6

Fonte: Fonte: INE – Portugal (2001) – INE – Espanha (2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

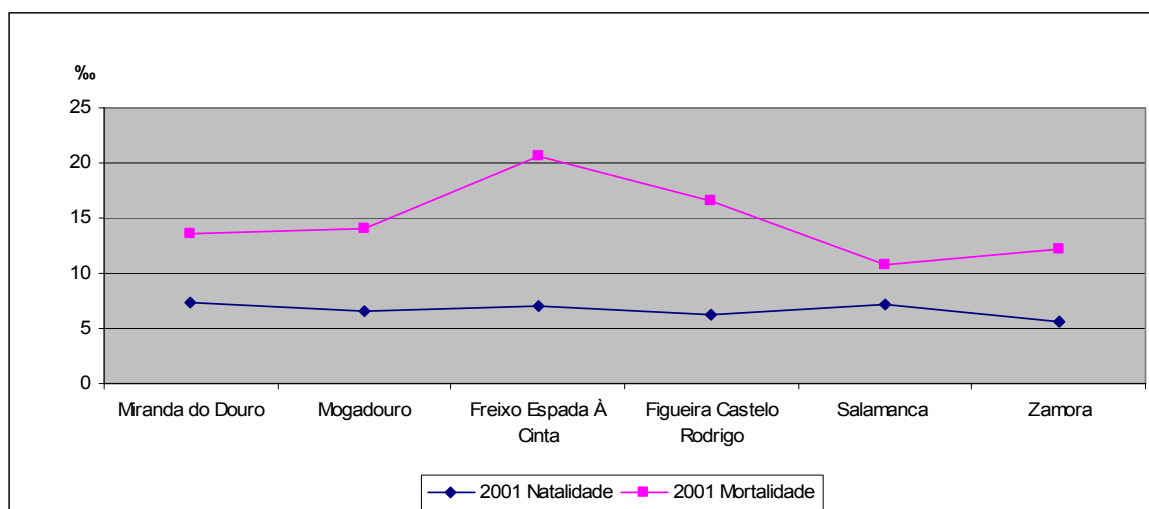
Destaca-se Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo cujas taxas de crescimento natural têm os valores mais elevados em 2001. Por outro lado, Salamanca e Miranda do Douro registam os valores mais reduzidos: -3,6% e -6,3%, respectivamente.

Zamora e Mogadouro têm, igualmente taxas de crescimento natural negativas.

Este comportamento pode ser explicado pela dinâmica das taxas de natalidade e mortalidade (figura n.º 28).

Relativamente à taxa de natalidade pode afirmar-se que em Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta e Salamanca ocorreu o maior número de nascimentos em 2001. Em Mogadouro e Figueira Castelo Rodrigo a taxa de natalidade ultrapassou os 6 nascimentos por mil habitantes em 2001. Por último, foi em Zamora onde se registou o valor mais baixo na taxa de natalidade, com 5,6 ‰.

Figura n.º 28 – Taxa de Natalidade e Mortalidade (2001)



Fonte: Fonte: INE – Portugal (2001) – INE – Espanha (2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

No que concerne à taxa de mortalidade, os quatro concelhos portugueses registaram as taxas de mortalidade mais elevadas.

Freixo de Espada à Cinta é o concelho onde ocorreu o valor mais elevado, com 20,6%. Segue-se Figueira Castelo Rodrigo cuja taxa de mortalidade foi de 16,6 %. Nos restantes concelhos o número de óbitos quedou-se pelos 16,6% em Figueira Castelo Rodrigo e 13,6 % em Miranda do Douro.

Nas províncias espanholas a taxa de mortalidade não ultrapassou os 13% em ambas.

Pela análise efectuada conclui-se que o crescimento natural negativo é uma realidade na área em estudo.

Outro aspecto a ter em consideração na abordagem que estamos a efectuar prende-se com a repartição da população pelos diferentes grupos etários (quadro n.º 20).

Este indicador permite obter informação para se concluir se estamos perante uma população jovem ou envelhecida. No presente estudo, consideramos importante a análise desta dinâmica na medida em que a existência ou não de população jovem pode condicionar o desenvolvimento de uma região. Entendemos que as camadas mais jovens constituem um grande potencial para dinamizar as regiões mais deprimidas do ponto de vista económico e demográfico se forem desenvolvidas por quem de direito, acções potenciadoras de incentivos que os fixem e atraiam aos locais de origem. Apesar de não apresentarmos indicadores sobre os movimentos migratórios a literatura especializada dá indicações que estes territórios sofreram elevadas sangrias, no século passado, na sua população que incidiu nas classes etárias mais jovens.

O quadro n.º 20 e figuras n.º 29 e 30 possibilitam a leitura a análise da repartição da população pelos diferentes escalões etários.

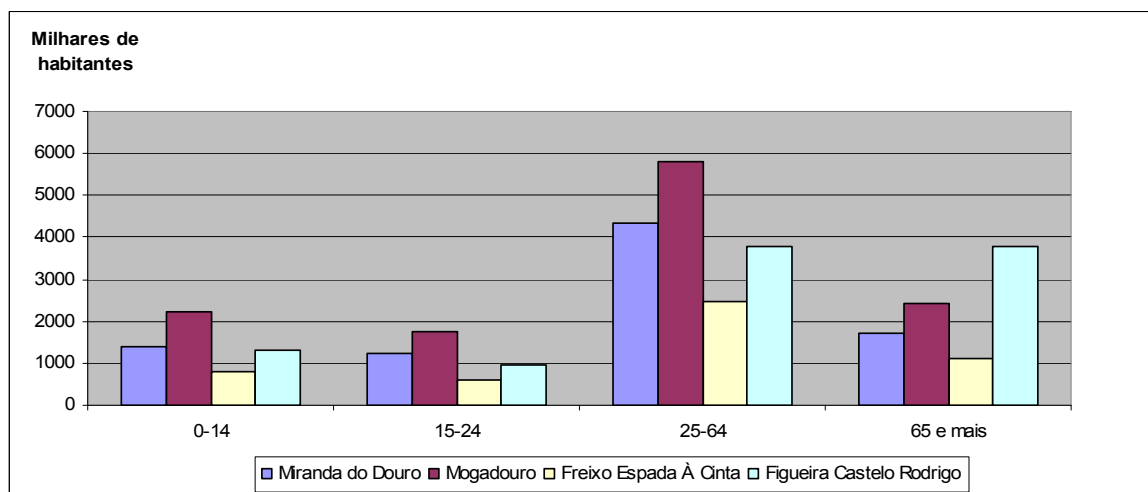
Quadro n.º 20 – População residente, segundo grupos etários (1991–2001)

Concelhos \ Grupos Etários	1991				2001			
	0-14	15-24	25-64	65 e + anos	0-14	15-24	25-64	65 e + anos
Miranda do Douro	1398	1220	4351	1728	915	1008	3967	2158
Mogadouro	2228	1748	5787	2425	1401	1444	5476	2914
Freixo Espada À Cinta	784	585	2450	1095	474	477	1923	1310
Figueira Castelo Rodrigo	1317	974	3760	3760	882	885	3239	2152
Salamanca	59633	57381	174865	65922	41856	43896	179544	80313
Zamora	33304	29314	104545	46505	21961	23479	97684	55966

Fonte: INE – Portugal (1991, 2001) – INE – Espanha (1991, 2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

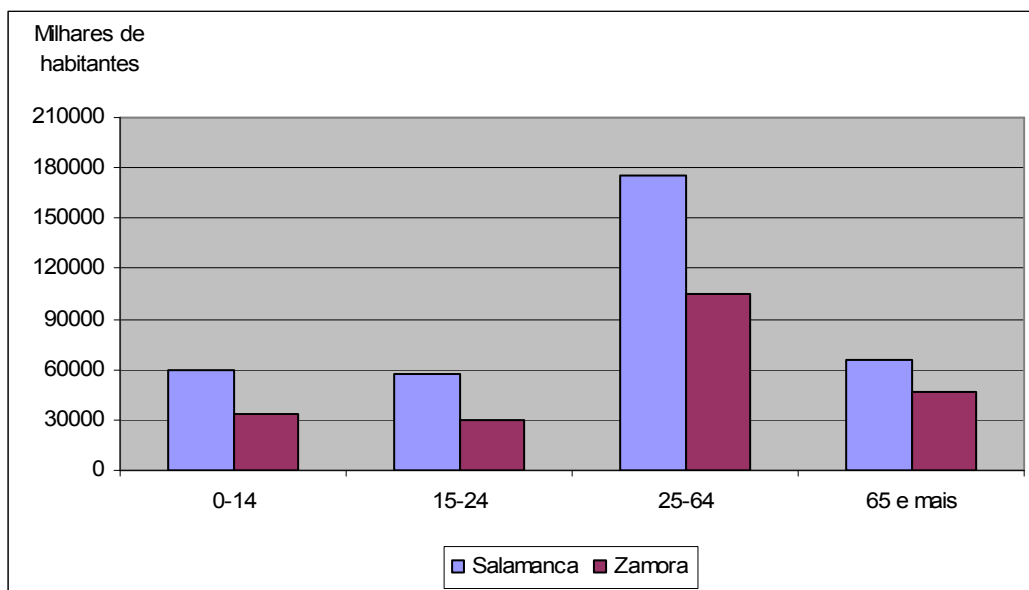
Assim, a distribuição da população segundo os grupos etários, em 1991, apresenta-se bastante diferenciada o que nos leva a concluir, desde já, que é reflexo do crescimento natural negativo, realidade patente dos últimos anos.

Figura n.º 29 – População residente segundo os grupos etários (1991)



Fonte: INE (1991)

Figura n.º 30 – População residente segundo os grupos etários (1991)



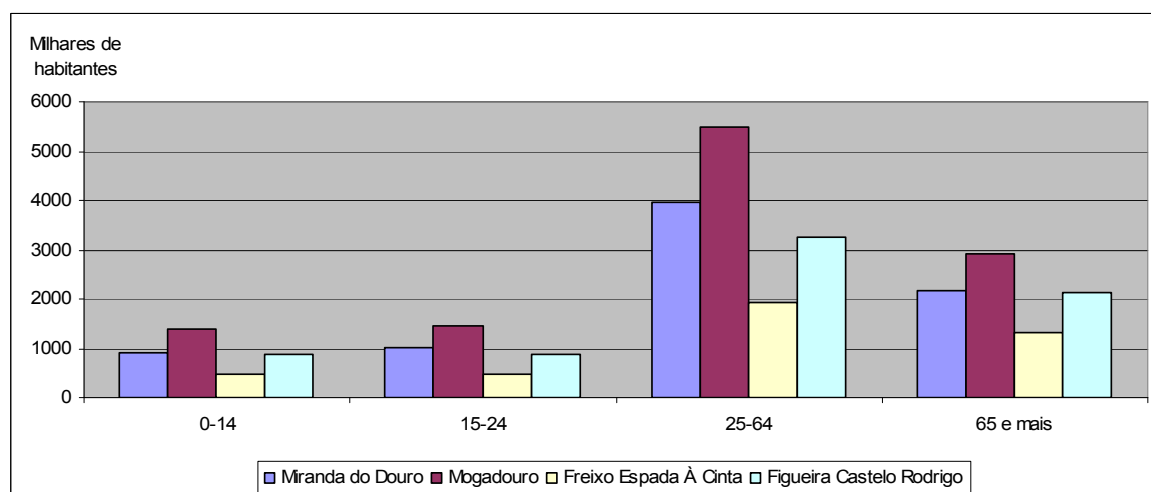
Fonte: INE Espanha (1991) – Junta de Castela e Leão (1991)

Em ambos os territórios o número de idosos (população com idade igual ou superior a 65 anos) tem valores mais elevados que as classes mais jovens (0-14 e 15-24 anos). Em Salamanca e Zamora este indicador é mais elevado em relação aos concelhos portugueses. O mesmo ocorre relativamente às classes mais jovens (0-14 e 15-24) cujos quantitativos, em 1991, são superiores nas duas províncias espanholas.

No território nacional e em Freixo de Espada à Cinta, em 1991, as classes mais jovens contavam, apenas, com 784 (0-14) e 585 (15-24) indivíduos em 1991. Dos restantes concelhos, em Mogadouro observa-se um maior número de efectivos nas referidas classes.

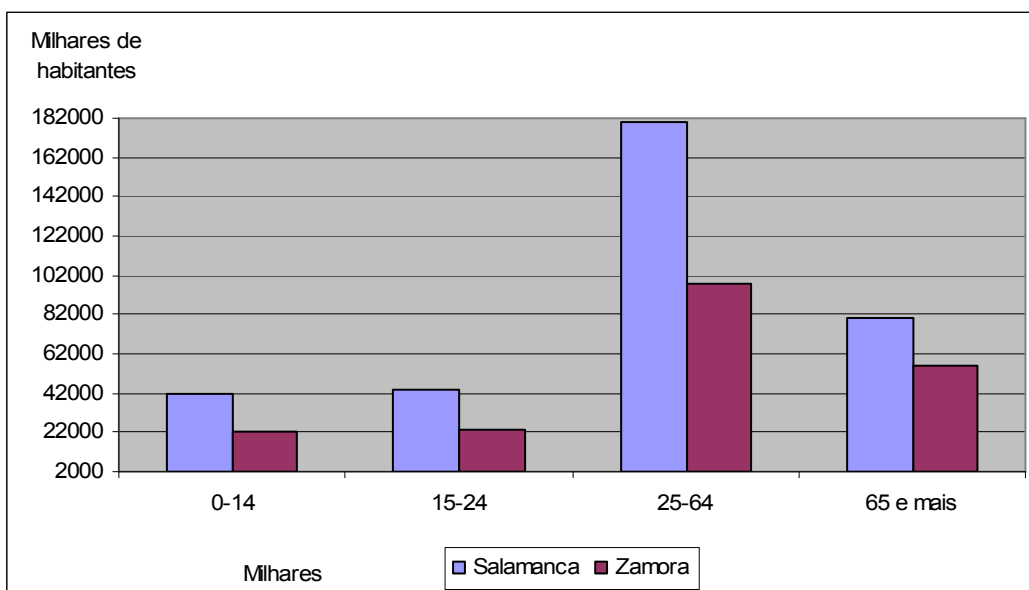
Em 2001 a situação não é muito diferente da descrita para 1991. Aliás, é ainda mais evidente o fenómeno de redução da população das classes etárias mais jovens, em ambos os territórios (figuras n.º 31 e 32).

Figura n.º 31 – População residente segundo os grupos etários (2001)



Fonte: INE (2001)

Figura n.º 32 – População residente segundo os grupos etários em (2001)



Fonte: INE – Espanha (2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

Assim, na totalidade dos concelhos e províncias regista-se uma redução, entre 1991 e 2001, da população nos grupos etários dos 0-14, 15-24 e 25-64 anos.

Em território nacional, Mogadouro é o concelho que regista maiores perdas nos grupos etários mais jovens (0-14 e 15-25 anos). Em Salamanca a “sangria”, nos referidos grupos, é mais elevada em relação a Zamora e nos quatro concelhos portugueses.

Um aspecto a assinalar é a elevada diferença existente entre os dois recenseamentos (1991 e 2001). De facto nos quatro concelhos de Portugal e nas duas províncias espanholas ocorreram perdas elevadas na população das classes mais jovens. O município que se destaca é Mogadouro que contava, em 2001, com 1104 indivíduos na classe dos 0-14, contra 2228 em 1991 o que significa uma redução de 827 pessoas.

Em Freixo de Espada à Cinta o quantitativo das classes mais jovem é preocupante pois tem menos população em 2001.

Salamanca e Zamora são as áreas que têm maior número de população nas classes mais jovens, em 2001. Contudo ocorreram igualmente perdas elevadas no período intercensitário. Em Salamanca ocorreu uma diminuição de 17777 pessoas na classe dos 0-14 anos. Na classe dos 15-24 anos o valor cifrou-se numa perda de 13485 jovens.

Em Zamora a população dos 0-14 e 15-25 era de 33304 e 29314, em 1991, valores que decresceram em 2001 para 21961 (0-14) e 23479 (15-24). A diferença é, igualmente, significativa.

Outro aspecto importante a destacar, já referido, na análise que temos vindo a efectuar prende-se com o elevado número de população idosa. Da mesma forma que em 1991 a população idosa, em 2001, é mais elevada que os grupos mais jovens (0-14 e 15-25 anos).

O aumento da população mais idosa entre 1991 e 2001 foi bastante expressivo. Destaca-se, no entanto, Figueira Castelo Rodrigo onde a tendência regressiva da população se verifica em todos os escalões etários. No grupo dos idosos, este concelho perdeu entre 1991 e 2001 1608 pessoas.

Podemos, então, concluir que existe um desequilíbrio na distribuição da população por grupos etários. O comportamento das classes mais jovens, capazes de introduzir algum dinamismo nestas regiões, é no sentido de perda de efectivos. Acrescente-se, ainda, as dificuldades de recuperação demográfica que se torna mais difícil unicamente pelos próprios habitantes. Por outro lado a classe dos idosos apresenta tendência para aumentar em detrimento dos mais jovens.

3.1.1) ACTIVIDADE ECONÓMICA

Após a análise da população numa perspectiva evolutiva, abordamos as relações entre a população e a sua actividade económica.

Se atendermos ao mercado de trabalho, podemos verificar no quadro n.º 21 que os indicadores apresentados revelam algumas diferenças significativas.

Quadro n.º 21 – Indicadores da Actividade, Emprego e Desemprego (2001)							
Concelhos/Províncias	População Activa	População Empregada	%	População Desempregada	%	Taxa Actividade (%)	Taxa Desemprego (%)
Miranda do Douro	3222	3078	96	144	4	40,0	3,3
Mogadouro	4568	4252	93	316	7	40,7	7,2
Freixo de Espada à Cinta	1460	1276	87	184	13	34,9	6,1
Figueira Castelo Rodrigo	2433	2293	94	140	6	34,0	5,7
Salamanca	153700	130000	87	20700	13	51,6	13,4
Zamora	69300	63200	91	6000	9	39,9	8,7

Fonte: INE – Portugal (2001) – INE – Espanha (2001) – Junta de Castela e Leão (2001)

Com efeito, a população empregada atinge valores elevados, relativamente à população activa: Nas áreas administrativas em estudo atinge valores superiores a 80% embora a população desempregada é mais elevada na província de Salamanca e no concelho de Freixo de Espada à Cinta que representam 13% da sua população activa.

Se nos fixarmos nas taxas de actividade e desemprego constatamos que os contrastes são mais evidentes. Efectivamente, Miranda do Douro, Mogadouro e Zamora assinalam taxas de actividade na ordem dos 40%.

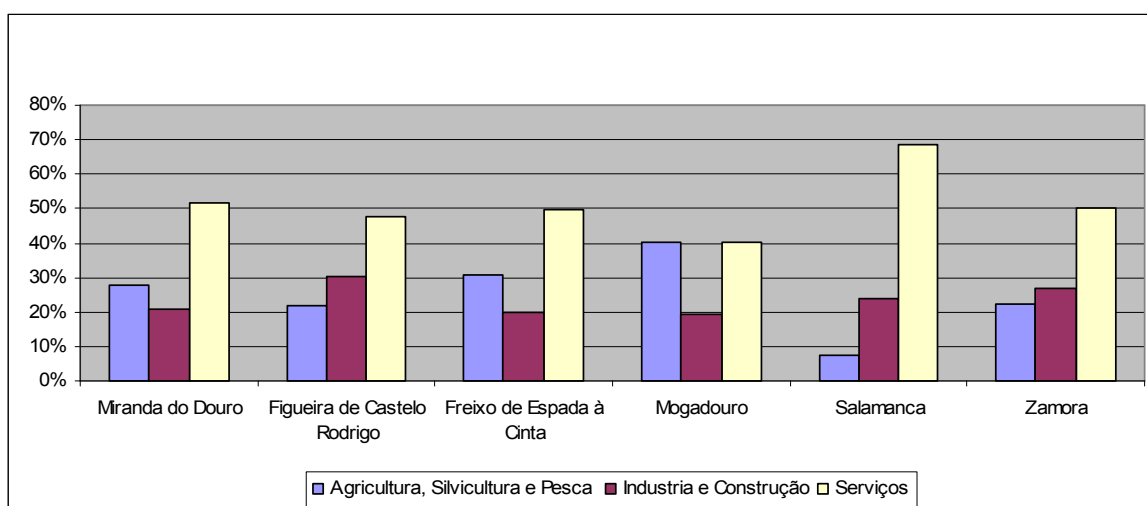
Em Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo ocorrem os valores mais reduzidos (34,9% e 34%, respectivamente). Em Salamanca regista-se maior população activa logo a taxa de actividade, em 2001 atingiu os 51,6%.

No que concerne à taxa de desemprego são evidentes algumas diferenças entre os dois territórios em análise. Realce para Miranda do Douro cuja taxa de desemprego é de 3,3 e, no extremo oposto, Salamanca com os 13,4 em 2001.

Nos restantes concelhos e na província de Zamora pode considerar-se que as taxas de desemprego não são elevadas tendo em consideração a sua população.

Outro indicador importante a considerar prende-se com a distribuição da população empregada pelos principais sectores de actividade.

Figura n.º 33 – População empregada por sectores de actividade (2001)



Fonte: INE Portugal (2001) – INE Espanha (2001)

A leitura da figura n.º 33 permite constatar que o sector dos serviços, em ambos os territórios, tem significativa importância. No entanto, este indicador é mais pronunciado na província de Salamanca onde este sector de actividade acolhe mais de 69% da população activa empregada. Por outro lado, a província de Zamora recolhe 50% da população activa no sector dos serviços.

Nos quatro concelhos portugueses o sector terciário é o que regista maior número de empregados, com destaque para Miranda do Douro e Freixo de Espada à Cinta com um peso que ultrapassa os 50%.

As actividades pertencentes ao sector da Indústria e Construção têm uma participação mais diferenciada na área em estudo. Assim, o concelho de Figueira Castelo Rodrigo é aquele onde as actividades alusivas à Indústria, Energia, Água e Construção registam maior número de empregados (30%). Na província de Zamora a percentagem de população emprego neste sector de actividade cifra-se nos 27%, valor muito próximo do registado para o concelho português.

Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro constituem os concelhos onde o sector secundário tem um peso relativo menor face aos restantes.

As maiores discrepâncias verificam-se, contudo, no sector primário. Em Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro a percentagem deste indicador regista os valores mais elevados. Destaca-se Mogadouro onde 40% da população empregada exerce actividades de agricultura, silvicultura e pescas, o que evidencia o grande peso que este sector ainda representa para este concelho e Miranda do Douro com 28% da população empregada no mesmo sector.

Nas vizinhas províncias espanholas, a análise do indicador realça que Salamanca regista a menor percentagem de empregados no sector primário com 8%, das mais baixas no total das regiões estudadas. Em Zamora 23% da população empregada exerce actividades no referido sector que revela, de maneira semelhante aos concelhos portugueses, um grande peso deste sector nesta província.

Este estudo das dinâmicas demográficas e económicas possibilita-nos retirar algumas conclusões consideradas pertinentes. Em termos demográficos, os concelhos portugueses apresentam uma tendência para o decréscimo populacional com um maior valor nas últimas décadas do século XX. A mesma dinâmica se verifica nas províncias espanholas. Contudo a sua população é mais elevada relativamente a Portugal.

Todavia, quer no domínio português quer nas províncias de Salamanca e Zamora assiste-se a trajectória regressiva nos efectivos populacionais no período considerado. Esta perda manifesta-se de forma mais evidente nos grupos etários mais jovens. Por outro lado, os idosos são a única classe com aumento generalizado neste grupo etário.

Estes espaços de fronteira, tradicionalmente subdesenvolvidos, caracterizam-se, também, pela baixa densidade populacional.

Relativamente aos indicadores económicos, consideramos, na esteira de alguns autores, que não estamos perante territórios onde a problemática do desemprego seja um facto grave, *“uma vez que o desemprego é um fenómeno mais comum nos grandes centros urbanos, sendo quase inexistente no interior”* (Coimbra, 2002, 48).

*São territórios onde existe **desenvolvimento** económico e social fraco que se corresponde com a insuficiente modernização das estruturas produtivas do seu sistema económico, concentrado no excessivo protagonismo que ainda alcançam as actividades primárias, o predomínio de ramos de produção maduros ou a escassa diversificação das actividades do sector terciário” (Santos e Caetano, 2002:31)*

Somos da opinião que a presença de actividades do sector terciário é essencial para a qualidade de vida das populações. No entanto, a debilidade de rede urbana e as condições demográficas destes territórios torna mais difícil essa realidade. Por outro lado, *“a persistência da regressão demográfica, a diminuição dos empregos locais, as actuais facilidades de acessibilidade, na dependência do automóvel, a uniformização dos modos de vida, convergem para destronar a tradicional hierarquia da organização territorial. Com efeito, comércio, serviços básicos e outras funções terciárias tendem a desaparecer dos burgos rurais” (Santos, Caetano, Gama et al, 2002:30).*

3.2) DINÂMICAS TURÍSTICAS: NOTA INTRODUTÓRIA

Após décadas de grande desenvolvimento o turismo continua a desempenhar uma função importante nas sociedades mais desenvolvidas. Do ponto de vista económico é gerador de receitas entre os países mais desenvolvidos e os economicamente mais débeis. Potencia rendimento, emprego e pode contribuir para a redução das assimetrias territoriais dos países.

Por outro lado, no âmbito cultural o turismo assume-se com um elemento de contacto entre pessoas e culturas. Através dele, o visitante depara-se com novas culturas, mentalidades e novas realidades e aprecia costumes e tradições.

A actividade turística é, ainda, responsável pela mobilidade de grandes contingentes de pessoas que se deslocam dos seus espaços habituais para outros locais à procura de novas experiências e realidades que satisfaçam as suas necessidades enquanto visitantes, excursionistas ou turistas.

Depois de caracterizada a região em estudo sob o ponto de vista demográfico e alguns aspectos da actividade económica analisaremos alguns indicadores estatísticos sobre o turismo. Para tal socorremo-nos de informação estatística sobre os territórios em estudo que nos permita efectuar uma caracterização do turismo na dupla vertente, de

OFERTA e PROCURA. Relativamente á oferta a análise da dinâmica centrar-se-á sobre o número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento no período compreendido entre 1996 e 2002.

No que concerne à procura, este indicador será analisado tendo como referência o indicador do número de dormidas nos estabelecimentos e entradas de turistas para o espaço temporal entre 1995 e 2002.

Nestes dois domínios recolhemos informação relativa à capacidade de alojamento com desagregação ao nível de distrito e concelho. Da mesma forma procedemos à análise de dados alusivos a dormidas nos estabelecimentos hoteleiros o que possibilita efectuar a caracterização da procura turística.

Embora conscientes que esta análise será limitada pelas dificuldades quer no âmbito da recolha de informação quer pelo grau de desagregação desejada, entendemos, contudo, efectuar a sua apresentação mesmo que circunscrita a alguns indicadores.

Em função das limitações impostas, decidimos apresentar em primeiro lugar uma caracterização do turismo relativamente ao espaço nacional e, em seguida, abordar a Comunidade Autónoma de Castela e Leão, com especial incidência para as províncias de Salamanca Zamora. No final formularemos algumas considerações sobre aspectos que, segundo a nossa opinião, são importantes e exigem real destaque.

3.2.1) DINÂMICAS TURÍSTICAS NOS DISTRITOS DE BRAGANÇA E GUARDA: A OFERTA TURÍSTICA

Numa primeira abordagem aos indicadores de capacidade hoteleira³⁷ é possível constatar, desde já, que a oferta de estabelecimentos é substancialmente reduzida no período em análise. A leitura dos quadros n.º 22 e 23 permitem obter uma visão da capacidade hoteleira nos dois distritos³⁸.

³⁷ A hotelaria corresponde às seguintes tipologias de estabelecimentos: hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos, hospedarias ou casas de hospedes. (ADETURN, 1998:22)

³⁸ O segredo estatístico impediu a recolha de informação para alguns concelhos em análise. Pelo que não é possível a análise com a profundidade desejável.

Quadro n.º 22 – Capacidade Hoteleira no distrito de Bragança (1996-2002)

Anos \ Concelhos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.
Alfandega da Fé	2	2	2	2	2	2	2
Bragança	13	13	13	13	13	13	13
Carrazeda de Ansiães	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Macedo de Cavaleiros	4	4	5	4	4	4	4
Miranda do Douro	5	7	7	6	6	6	7
Mirandela	4	4	4	4	5	5	5
Mogadouro	2	2	2	3	3	3	3
Torre de Moncorvo	3	3	3	3	3	3	2
Vila Flor	1	1	-----	-----	-----	-----	1
Vimioso	2	2	2	1	1	1	2
Vinhais	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total Distrito de Bragança	36	38	38	36	37	37	39

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Quadro n.º 23 – Capacidade hoteleira no distrito da Guarda (1996-2002)

Anos \ Concelhos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.	N.º Est.
Aguiar da Beira	-----	-----	-----	1	1	1	1
Almeida	3	3	3	3	4	4	4
Celorico da Beira	2	2	2	2	2	2	2
Figueira Castelo Rodrigo	2	1	1	1	2	2	2
Fornos de Algodres	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Gouveia	2	2	2	2	2	2	2
Guarda	6	6	5	6	5	5	6
Manteigas	4	4	3	4	4	3	3
Meda	2	2	2	2	2	2	2
Pinhel	1	1	-----	-----	-----	-----	-----
Sabugal	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Seia	2	2	3	3	3	3	4
Trancoso	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Vila Nova Foz Côa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total Distrito da Guarda	24	23	21	24	25	24	26

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

A leitura dos dois quadros n.º 22 e 23 permite-nos uma análise comparativa entre os dois distritos. Assim, no distrito de Bragança existe uma capacidade de alojamento mais elevada que no segundo. Com efeito, a oferta de alojamento no distrito de Bragança correspondia a 36 unidades em 1996 contra 24 ao distrito da Guarda. Este indicador revela que em 2002 Bragança detinha 39 unidades de alojamento e a Guarda aumento para 26. Não houve ao longo do período em análise uma evolução significativa, o que evidencia uma estagnação na capacidade de oferta em ambos os distritos.

No Distrito de Bragança a capacidade hoteleira é francamente mais elevada na sua capital, em detrimento dos restantes, onde os valores são mais reduzidos. Contudo, este concelho mantém o mesmo valor de capacidade hoteleira ao longo do período em análise.

De forma idêntica Alfândega da fé não regista qualquer alteração. Em 1996 existiam dois estabelecimentos hoteleiros, situação que se mantém até 2002.

Quanto aos restantes concelhos também não ocorreram alterações significativas ao longo do referido período.

No entanto, Miranda do Douro, Mirandela e Mogadouro são os Concelhos onde ocorrem aumentos, embora não muito elevados. Torre de Moncorvo viu o número de estabelecimentos reduzido de três para dois entre 2001 e 2002. A mesma situação ocorre em Vimioso entre 1998 e 2001. Em 2001 o número de estabelecimentos é unicamente de dois. De destacar a ausência de estabelecimentos hoteleiros nos Concelhos de Carrazeda de Ansiães e Freixo de Espada à Cinta.

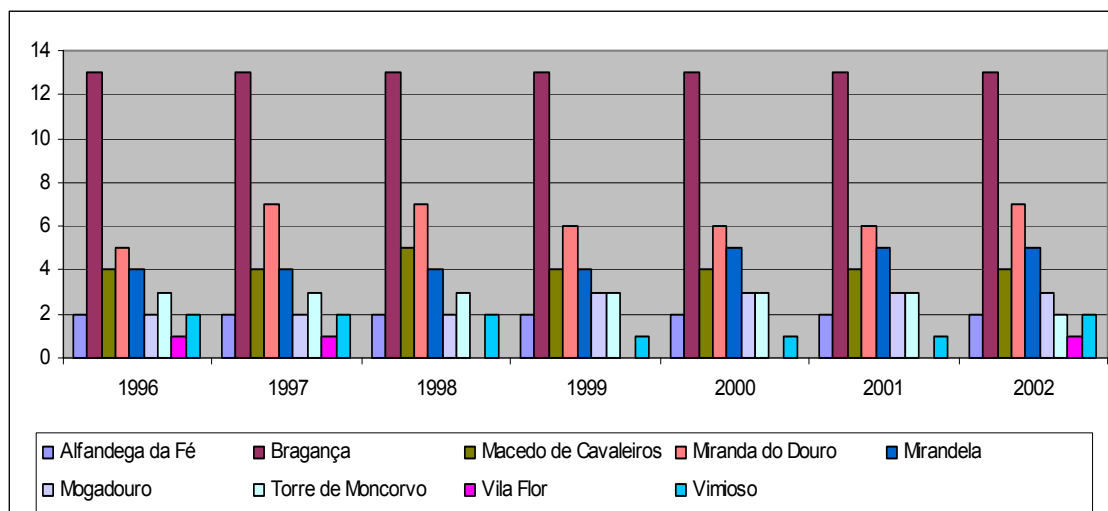
Neste último Concelho, de acordo com as informações recolhidas junto de autoridades locais está, em fase de construção, um empreendimento hoteleiro com grande capacidade de camas³⁹.

A leitura da figura n.º 34 leva-nos a concluir que a evolução da capacidade hoteleira no conjunto do Distrito de Bragança é manifestamente reduzida. Em 1996 o número é de 36 estabelecimentos e, em 2002, o valor cifra-se em 39.

Por outro lado e como anteriormente afirmamos os Concelhos com menor oferta de estabelecimentos hoteleiros correspondem a Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso e Vinhais.

³⁹ Esta informação foi fornecida aquando do trabalho de campo que efectuamos à área do parque e em contactos estabelecidos com a Câmara Municipal.

Figura n.º 34 – Estabelecimentos hoteleiros no distrito de Bragança (1996 – 2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Em Miranda do Douro a sua capacidade hoteleira é, depois de Bragança, a que apresenta maior evolução. Em 1996 existiam 5 unidades e, em 2002, o número cifra-se em sete.

Outro indicador a destacar refere-se ao número de hotéis existentes no Distrito. Em 1996 havia dois hotéis instalados em Bragança e Miranda do Douro, respectivamente. Estes estabelecimentos aumentam para quatro unidades em 1999 cuja distribuição se estende a Mirandela e Mogadouro. Nos anos seguintes não se verifica qualquer no número de unidades hoteleiras.

Outro aspecto a evidenciar é relativo ao elevado número de “pensões” existentes no distrito. Este tipo de estabelecimento hoteleiro representa a maior percentagem face aos restantes. Esta situação pode ser reveladora de alguma precariedade relativamente à qualidade da capacidade de alojamento no distrito de Bragança. Julgamos que uma aposta por parte dos investidores privados ou públicos em alojamento de melhor qualidade poderia contribuir para atrair mais visitantes à região.

Vejamos em seguida o panorama no Distrito da Guarda e com especial interesse para o Concelho de Figueira Castelo Rodrigo.

A leitura do quadro n.º 24 evidência que no conjunto do Distrito a capacidade de alojamento não evidência um aumento significativo no período em análise. Entre 1996 e 2002 o número de estabelecimentos passou de 24 para 26, respectivamente. Guarda como capital de Distrito é o Concelho que possui maior capacidade hoteleira, embora os valores se mantenham quase inalteráveis no período. Pode-se verificar que alguns Concelhos não possuem informação relativamente a alguns anos. Esta situação justifica-se pela

confidencialidade da informação estatística que impediu a recolha de dados junto das fontes consultadas.

No Concelho de Figueira Castelo Rodrigo a evolução da capacidade hoteleira é, como podemos registar, francamente baixa. Em 1997 existia, unicamente, um estabelecimento passando para dois em 2000 e, assim, se mantém até 2002.

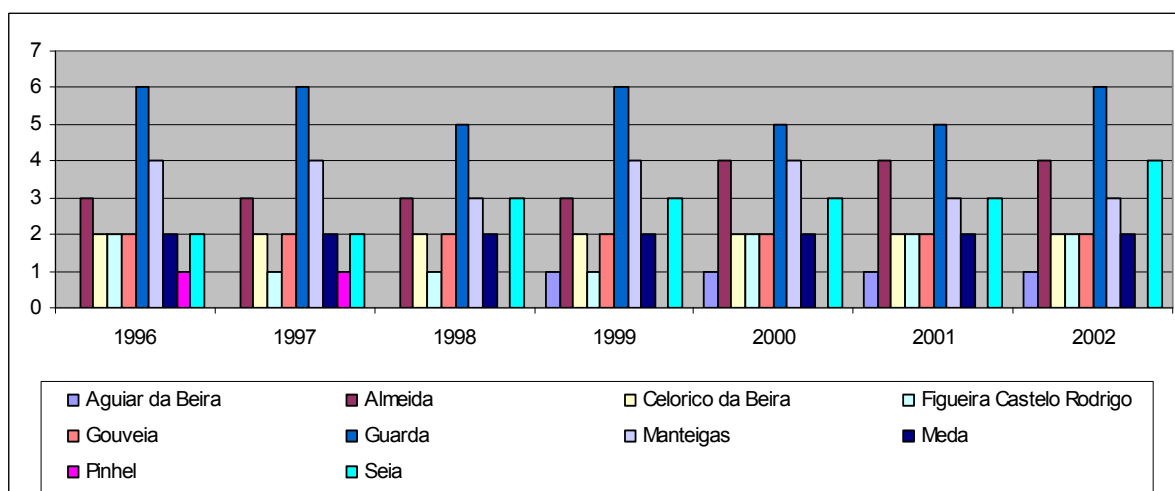
Quadro n.º 24 – Evolução da capacidade hoteleira no distrito da Guarda (1996-2002)

Concelhos	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.
Aguiar da Beira	----	----	----	----	----	----	1	25	1	24	1	24	1	24
Almeida	3	137	3	134	3	160	3	132	4	200	4	200	4	240
Celorico da Beira	2	138	2	138	2	138	2	138	2	138	2	138	2	138
Figueira Castelo Rodrigo	2	122	1	36	1	36	1	36	2	80	2	80	2	80
Fornos de Algodres	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Gouveia	2	100	2	119	2	108	2	147	2	147	2	147	2	128
Guarda	6	510	6	468	5	448	6	495	5	450	5	478	6	540
Manteigas	4	158	4	161	3	131	4	147	4	155	3	104	3	100
Meda	2	80	2	84	2	84	2	104	2	70	2	72	2	66
Pinhel	1	62	1	42	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Sabugal	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Seia	2	169	2	180	3	330	3	288	3	316	3	328	4	355
Trancoso	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Vila Nova Foz Côa	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	68
Total Distrito	24	1476	23	1362	21	1435	24	1512	25	1580	24	1571	26	1671

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

A figura seguinte (n.º 35) ilustra os contrastes existentes nos diferentes Concelhos que constituem o Distrito da Guarda.

Figura n.º 35 – Capacidade hoteleira no Distrito da Guarda (1996 – 2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Como referimos anteriormente, o concelho de Figueira Castelo Rodrigo é um dos que tem valores mais reduzidos no que concerne ao número de estabelecimentos hoteleiros. Para um Concelho com as suas características (diversidade de recursos) e pelo facto de estar inserido numa área natural protegida é de facto parca a sua capacidade de oferta em termos de hotelaria.

Da mesma forma que o distrito de Bragança, as pensões são o tipo de alojamento dominante no distrito da Guarda, embora menos evidente. Em 1996 o distrito da Guarda possuía 17 estabelecimentos desta tipologia e em 2002 o valor mantém-se idêntico.

Relativamente aos hotéis, em 1996, no distrito da Guarda existiam quatro unidades repartidas pelos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Guarda e Sabugal. Em 2002 cabe ao concelho de Almeida aumentar o quantitativo para cinco hotéis.

O número de camas oferecidas é outro indicador que completa a nossa análise e evidencia que nos diferentes distritos existe uma situação bem diferenciada.

O Distrito de Bragança tem maior capacidade de oferta face ao distrito da Guarda. Em 1996 o número de camas existentes em Bragança era de 1578 (quadros n.º 25 e 26) contra 1476 no distrito da Guarda. Em 2002 os valores cifram-se em 1936 camas, em Bragança, e 1671 na Guarda.

No distrito de Bragança assistiu-se, entre 1997-1998, a uma ligeira quebra que foi recuperada em 1999, cuja capacidade hoteleira passa para 1836 unidades de alojamento.

Quadro n.º 25 – Capacidade Hoteleira (camas) no Distrito de Bragança (1996-2002)

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas
Alfandega da Fé	56	83	103	102	101	101	76
Bragança	634	622	622	594	617	610	614
Carrazeda de Ansiães	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Macedo de Cavaleiros	171	171	187	166	171	170	168
Miranda do Douro	222	312	316	294	278	272	316
Mirandela	204	204	206	425	510	497	503
Mogadouro	78	78	78	112	114	112	113
Torre de Moncorvo	135	127	128	128	136	130	84
Vila Flor	34	36	-----	-----	-----	-----	23
Vimioso	44	73	37	15	15	15	39
Vinhais	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total Distrito	1578	1706	1677	1836	1942	1907	1936
Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)							

Quadro n.º 26 – Capacidade Hoteleira (camas) no Distrito da Guarda (1996 - 2002)

Concelhos \ Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas	N.º Camas
Aguiar da Beira	-----	-----	-----	25	24	24	24
Almeida	137	134	160	132	200	200	240
Celorico da Beira	138	138	138	138	138	138	138
Figueira Castelo Rodrigo	122	36	36	36	80	80	80
Fornos de Algodres	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Gouveia	100	119	108	147	147	147	128
Guarda	510	468	448	495	450	478	540
Manteigas	158	161	131	147	155	104	100
Meda	80	84	84	104	70	72	66
Pinhel	62	42	-----	-----	-----	-----	-----
Sabugal	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Seia	169	180	330	288	316	328	355
Trancoso	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Vila Nova Foz Côa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	68
Total Distrito	1476	1362	1435	1512	1580	1571	1671

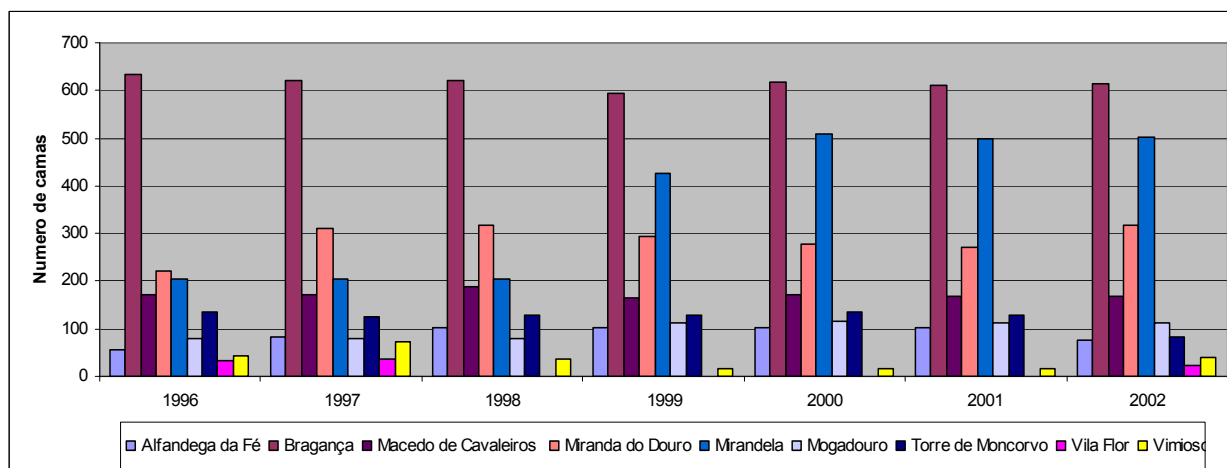
Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

No distrito da Guarda a evolução do número de camas existentes revela um comportamento diferente do distrito de Bragança. Entre 1996 e 1997 assistiu-se a uma quebra no número de camas existentes e o mesmo fenómeno ocorreu novamente entre 2000 e 2001.

Entre 1996 e 2002 o incremento do número de camas, neste distrito foi de 195 camas. No distrito de Bragança esse valor foi de 358 camas.

Da leitura das figuras seguintes (n.º 36 e 37) pode verificar-se que em ambos os distritos as respectivas capitais têm maior capacidade de oferta de camas nos estabelecimentos hoteleiros.

Figura n.º 36 – Número de camas dos estabelecimentos hoteleiros no distrito de Bragança (1996–2002)

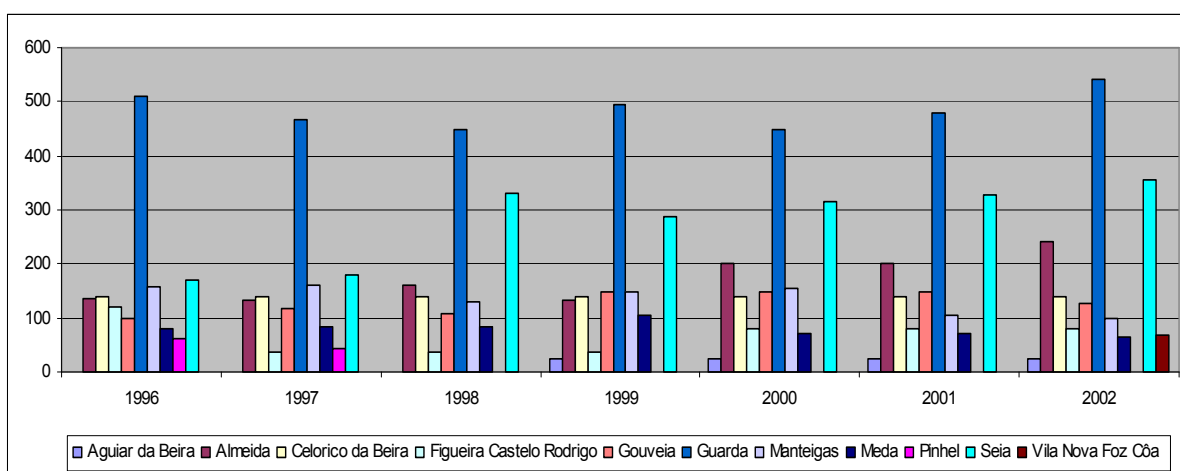


Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Destaca-se o concelho de Mirandela, no distrito de Bragança, onde a evolução do número de camas é mais acentuada a partir do ano de 1999. Vimioso é o concelho que vê reduzir a oferta do número de camas ao longo do período em análise.

No distrito da Guarda a oferta de camas apresenta diferenças entre os concelhos inseridos no distrito. Destaca-se, Fornos de Algodres, Sabugal, Trancoso e concelhos onde o número de camas é nulo.

Figura n.º 37 – Número de camas dos estabelecimentos hoteleiros no distrito da Guarda (1996–2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Em Vila Nova de Foz Côa os dados dão indicação que ao longo do período em análise, apenas em 2002 existiam 68 camas neste concelho.

Podemos concluir que a distribuição espacial dos alojamentos hoteleiros e a sua capacidade em camas, nos dois distritos, não é homogénea. Concelhos com ausência de unidades hoteleiras ou em número reduzido e concelhos com concentração excessiva.

3.2.2) DINÂMICA TURÍSTICA NOS CONCELHOS DO PNDI: A OFERTA TURÍSTICA

Na sequência do anteriormente apresentado passamos a analisar os mesmos indicadores para os quatro concelhos da área do PNDI.

Quadro n.º 27 – Capacidade Hoteleira nos Concelhos do PNDI (1996-2002)

Anos Concelhos	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.
Miranda do Douro	5	222	7	312	7	316	6	294	6	278	6	272	7	316
Mogadouro	2	78	2	78	2	78	3	112	3	114	3	112	3	113
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Figueira Castelo Rodrigo	2	122	1	36	1	36	1	36	2	80	2	80	2	80
Total dos concelhos	9	422	10	426	10	430	10	442	11	472	11	464	12	509
Total dos distritos	60	3054	61	3068	59	3112	60	3348	62	3522	61	3478	65	3607
% do Total dos Distritos	15%	14%	16%	14%	17%	14%	17%	13%	18%	13%	18%	13%	18%	14%

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996, a 2002)

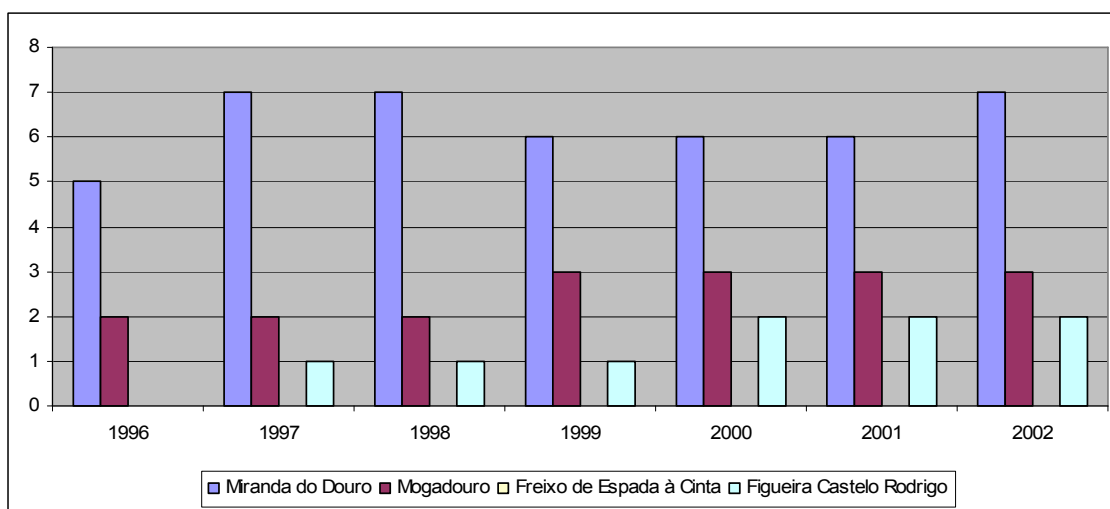
Em 1996 o número de estabelecimentos hoteleiros existentes nos quatro municípios, num total de nove, corresponde uma percentagem de 15% num total de sessenta existentes em ambos os distritos (quadro n.º 27).

Em 2002 a oferta de estabelecimentos hoteleiros subiu para doze o que corresponde a 18% do total dos dois distritos. Logo, no período em análise não foi significativa a evolução deste indicador.

Estamos perante uma realidade que nos conduz à constatação de que, embora a área geográfica onde se localiza o PNDI apresente grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico, a oferta de alojamentos turísticos é francamente baixa se tivermos em consideração a procura elevada que ocorre nos meses de Verão.

A leitura da figura n.º 38 evidencia que o concelho de Miranda do Douro lidera a capacidade de estabelecimentos relativamente aos restantes concelhos, seguido por Figueira Castelo Rodrigo. É curioso lembrar que no concelho de Freixo de Espada à Cinta continua a não existir nenhuma unidade hoteleira.

Figura n.º 38 – Capacidade Hoteleira nos Concelhos do PNDI (1996 – 2002)

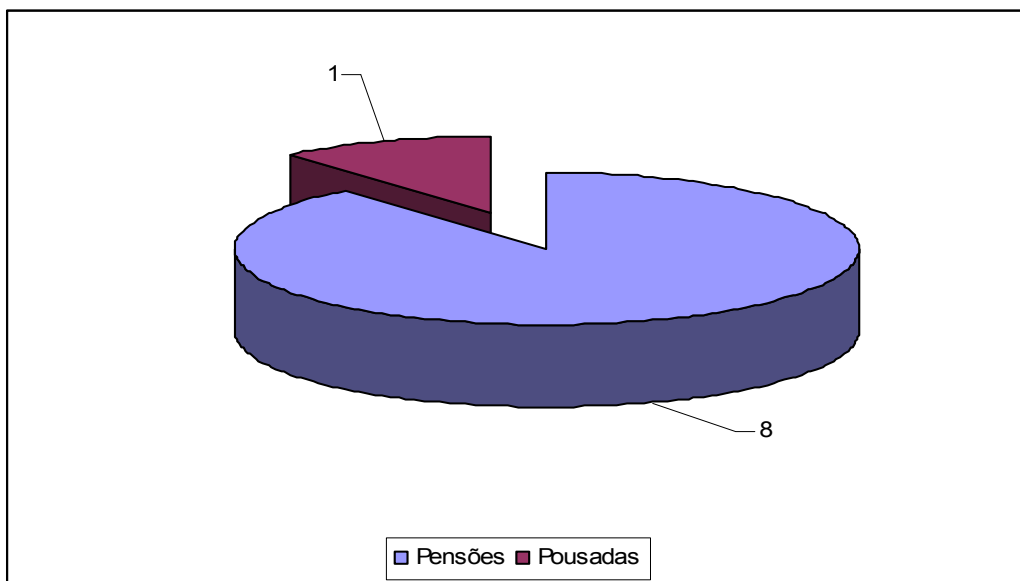


Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

De igual forma relativamente aos dois distritos a tipologia de alojamento dominante são as pensões. Como se ilustra através das figuras n.º 39 e 40 verifica-se que, nos quatro concelhos o número de pensões existentes em 1995 era de oito estabelecimentos num total de nove. Em 2002 o valor cifra-se em nove unidades no universo de doze estabelecimentos de alojamento existentes.

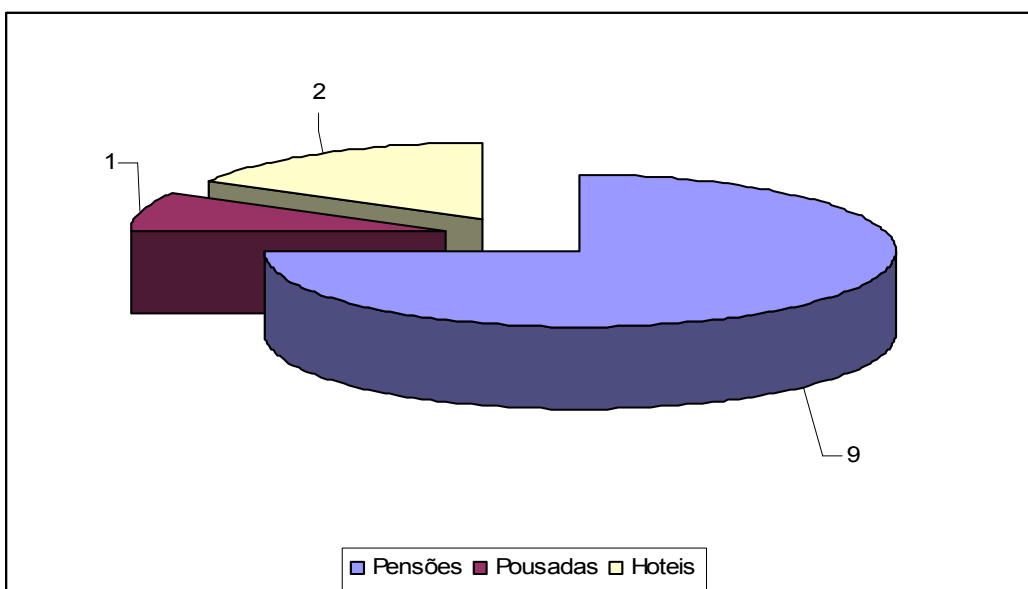
Como se pode verificar a capacidade de oferta de alojamento nos concelhos do PNDI revela-se francamente reduzida e pouco diversificada.

Figura n.º 39 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros nos concelhos do PNDI (1996)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996)

Figura n.º 40 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros nos concelhos do PNDI (2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (2002)

Relativamente aos hotéis, apenas Miranda do Douro e Mogadouro possuem este tipo de estabelecimento. De destacar a existência de uma pousada no Concelho de Miranda do Douro, a única nos quatro concelhos e criada em 1997.

Em 1996, (quadro n.º 28), o número de camas existentes nos quatro concelhos totalizava 422 camas, distribuídas por 9 estabelecimentos hoteleiros. Esse valor aumenta para 509 camas em 2002 num universo de doze unidades hoteleiras. Neste período houve uma evolução positiva mas débil e deficiente. Apenas se regista um decréscimo pouco significativo no ano de 2001. Um facto a destacar ocorre em Figueira Castelo Rodrigo, onde se regista uma diminuição do número de camas entre 1996 e 2002.

Quadro n.º 28 – Capacidade de alojamento (camas) nos concelhos do PNDI – (1996-2002)

Concelhos	N.º camas	N.º camas	N.º camas	N.º camas	N.º camas	N.º camas	N.º camas
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Miranda do Douro	222	312	316	294	278	272	316
Mogadouro	78	78	78	112	114	112	113
Figueira Castelo Rodrigo	122	36	36	36	80	80	80
Total concelhos	422	426	430	442	472	464	509

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1996 a 2002)

Após esta nossa análise, em função dos indicadores existentes e alusivos à capacidade de oferta hoteleira na área em estudo, passamos a apresentar algumas considerações sobre esta dinâmica:

Infelizmente, nos quatro concelhos ocorreu um crescimento baixo na oferta de estabelecimentos hoteleiros e sem grande diversidade, tendo em consideração as tipologias. Na sua grande maioria as pensões são o tipo de alojamento dominante, seguido pelos hotéis e pela única pousada existente em Miranda do Douro, como já referimos.

Acrescente-se que em Miranda do Douro e Mogadouro os hotéis são unidades apenas de duas estrelas.

Embora não consideremos importante a existência de hotéis de 5 estrelas, achamos que seria necessário haver um número maior deste tipo de alojamento hoteleiro. Da mesma forma, julgamos essencial, uma maior aposta noutro tipo de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, estalagens, apartamentos turísticos, etc.) de maneira a diversificar a oferta que está muito concentrada nas pensões, como já salientamos.

Os desequilíbrios ocorrem, igualmente, ao nível das camas, assim, Miranda do Douro lidera a oferta em relação aos restantes concelhos. Outro aspecto francamente negativo diz respeito ao concelho de Freixo de Espada à Cinta pois continua a não possuir

qualquer estabelecimento de hotelaria. Consideramos imperativo que este município, possuidor de um território com uma grande riqueza patrimonial seja dotado de infra-estruturas hoteleiras capazes de dar resposta à procura turística que esta região tem.

Após o estudo da realidade alusiva à capacidade hoteleira consideramos de suma importância a análise a outros meios complementares de alojamento existentes na área em estudo. Referimo-nos, certamente, às unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) e Parques de Campismo.

Não é objectivo do presente trabalho estudar singularmente o fenómeno do turismo em espaço rural. Contudo, dadas as características desta tipologia de turismo e pela sua prática ocorrer em ambientes rurais, achamos pertinente tecer algumas considerações sobre o TER. A génese do turismo em espaço rural ocorreu na década de cinquenta, do século transacto, nos países do Norte e Centro da Europa (Pinto, 2004). As razões do seu aparecimento são de diversa natureza, nomeadamente a nova visão que se foi construindo do mundo rural. Estes espaços verdadeiros reportórios culturais, onde se mantêm modos de vida e quotidianos tradicionais tem seduzido, cada vez mais, as pessoas para uma viagem de regresso às origens. A crescente urbanização com ritmos de vida caóticos leva as pessoas à procura de espaços mais calmos onde possam usufruir de ambientes menos poluídos e em contacto com a natureza e ambientes rurais. O fenómeno da globalização tão característico das sociedades pós-modernas veio dar nova importância ao rural que é, agora, visto como um novo espaço a descobrir onde muitas características físicas, sociais e culturais dos povos se podem, aí, encontrar (Pinto, 2004). É neste contexto que o turismo em espaço rural nasceu e se desenvolveu por toda a Europa e, particularmente, em Portugal. Nos anos oitenta, do século XX, o turismo em espaço rural é encarado como a panaceia para as debilidades que enfrentam os espaços rurais, nomeadamente o fenómeno de desertificação humana e o fraco desenvolvimento económico. Desde então, a implementação de unidades de turismo em espaço rural têm-se vindo a desenvolver por todo o território, *“em grande medida por força da atracção crescente por parte da procura por paisagens naturais, e pelo património construído, quer ele seja popular ou erudito* (Batouxas, 1998:68).

Relativamente à área em estudo, os dados recolhidos dão indicação da existência de duas unidades de turismo em espaço rural no PNDI (quadro n.º 29) desde 2001.

Quadro n.º 29 – Turismo em Espaço Rural

Concelhos	Unidades	Capacidade	Tipologia ⁴⁰
Freixo de Espada à Cinta	1	4 Camas	Turismo Rural
Miranda do Douro	-----	-----	-----
Mogadouro	-----	-----	-----
Figueira Castelo Rodrigo	1	4 Camas	Turismo Rural
Total concelhos	2	4	

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (2003)

Perante a realidade, já referida anteriormente, do desenvolvimento desta tipologia de turismo no universo turístico português, é intrigante que igual ou semelhante desenvolvimento não tenha ocorrido em território português.

Relativamente aos parques de campismo, outra modalidade complementar de alojamento, a informação de que dispomos permite afirmar que existe um parque de campismo a funcionar no PNDI.

3.2.3) DINÂMICAS TURÍSTICAS NOS DISTRITOS DE BRAGANÇA E GUARDA: A PROCURA TURÍSTICA

Neste item pretendemos fornecer uma análise da procura turística que será alicerçada no indicador dos visitantes que efectuaram dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em ambos os distritos. A análise do fenómeno será apresentado tendo em consideração a origem dos turistas, por um lado os turistas nacionais e, por outro lado, os turistas de origem estrangeira. Dado que possuímos dados anteriores a 1996, optamos por incluir o ano de 1995 no período temporal da nossa análise.

Esta abordagem não tem como objectivo avaliar o interesse que esta região suscita para os turistas unicamente baseada no indicador dormidas. Contudo, permite obter informação acerca do número de turistas que procuram a região e utilizam os estabelecimentos hoteleiros existentes.

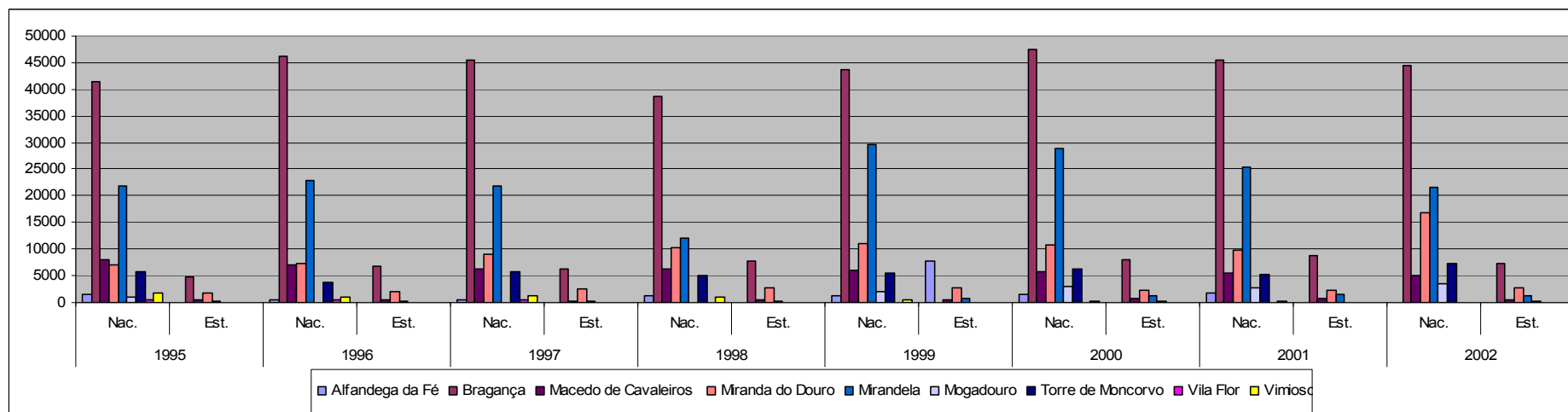
⁴⁰ As unidades de Turismo no Espaço Rural distribuem-se por quatro modalidades: Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-turismo e Casas de Campo (Direcção Geral de Turismo, 2004).

Quadro n.º 30 – Procura turística no distrito de Bragança (1995-2002)

Anos	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.
Alfandega da Fé	1405	-----	577	-----	602	-----	1176	-----	1344	7838	1620	-----	-----1655	-----	-----	-----
Bragança	41543	4734	46224	6708	45389	6220	38626	7690	43750	-----	47555	8103	45391	8841	44430	7356
Carrazeda de Ansiães	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Macedo de Cavaleiros	7947	533	7107	474	6328	365	6384	448	6118	506	5758	751	5500	813	5062	448
Miranda do Douro	7085	1835	7327	2077	9011	2450	10293	2792	10961	2700	10718	2351	9884	2349	16768	2774
Mirandela	21879	318	22877	262	21892	234	11945	254	29690	681	28799	1308	25363	1556	21556	1332
Mogadouro	1003	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1909	32	2979	131	2802	125	3438	127
Torre de Moncorvo	5655	9	3779	-----	5820	-----	5090	-----	5636	-----	6397	-----	5274	-----	7397	6
Vila Flor	485	-----	465	-----	425	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Vimioso	1652	-----	897	-----	1166	-----	1011	-----	619	-----	375	-----	342	-----	-----	-----
Vinhais	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	88654	7429	89253	9521	90633	9269	74525	11184	100027	11757	104201	12644	96211	13684	98651	12043

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995 a 2002)

Figura n.º 41 – Procura Turística no distrito de Bragança (1995–2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995 a 2002)

Pela leitura do quadro n.º 30 e figura n.º 41 podemos concluir que, em 1995, o número de dormidas em hotelaria tradicional, no distrito de Bragança, totalizou 96083 das quais 88645 correspondem a ocupação por nacionais e 7429 (8%) são estrangeiros. É evidente o domínio dos nacionais, que representam 92%, a terem preferências por esta região de Portugal. A ocupação dos turistas estrangeiros não ultrapassa os 8% do total das dormidas ocorridas no distrito. Relativamente aos anos posteriores a evolução das dormidas apresenta variações positivas e negativas. Ocorreu uma ligeira quebra em 1998 que viu o número de dormidas descer para 74525 relativamente ao anterior ano, período em que se registaram 90633 dormidas na hotelaria tradicional. Esta situação poderá estar relacionada com o facto de, nesse mesmo ano, ter ocorrido a Expo. 98. Este acontecimento mundial poderá ter atraído os turistas que aí afluíram e provocado a quebra observada. No entanto, só uma análise mais aprofundada desta ocorrência poderia corroborar a justificação que apresentamos. Em 1999 e 2000 o número de turistas que utilizaram os estabelecimentos hoteleiros voltou a contabilizar valores mais elevados que os ocorridos em 1998. Contudo, em 2001 e 2002 os valores voltaram a decrescer, registando-se 109895 turistas em 2001 e 110694 em 2002. Mais uma vez o mercado nacional tem maior representatividade na afluência de turistas ao distrito de Bragança. A dependência dos turistas estrangeiros não pode considerar-se significativa. No entanto a evolução das dormidas de estrangeiros é mais estável e positiva ao longo de período em análise. Apenas se regista uma quebra neste segmento de turistas no ano de 2002. Neste ano o quantitativo de dormidas fixou-se em 110964 dos quais 98651 são turistas nacionais e 12043 correspondem a estrangeiros.

Seguidamente, passamos à análise da procura turística no distrito da Guarda. Posteriormente centramos a nossa exposição nos concelhos que correspondem à área em estudo. Da mesma forma a análise será feita em comparação com os totais à escala dos distritos.

Relativamente ao distrito da Guarda o quadro n.º 31 e figura n.º 42 ilustram a evolução das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros no universo dos concelhos que compõem este distrito.

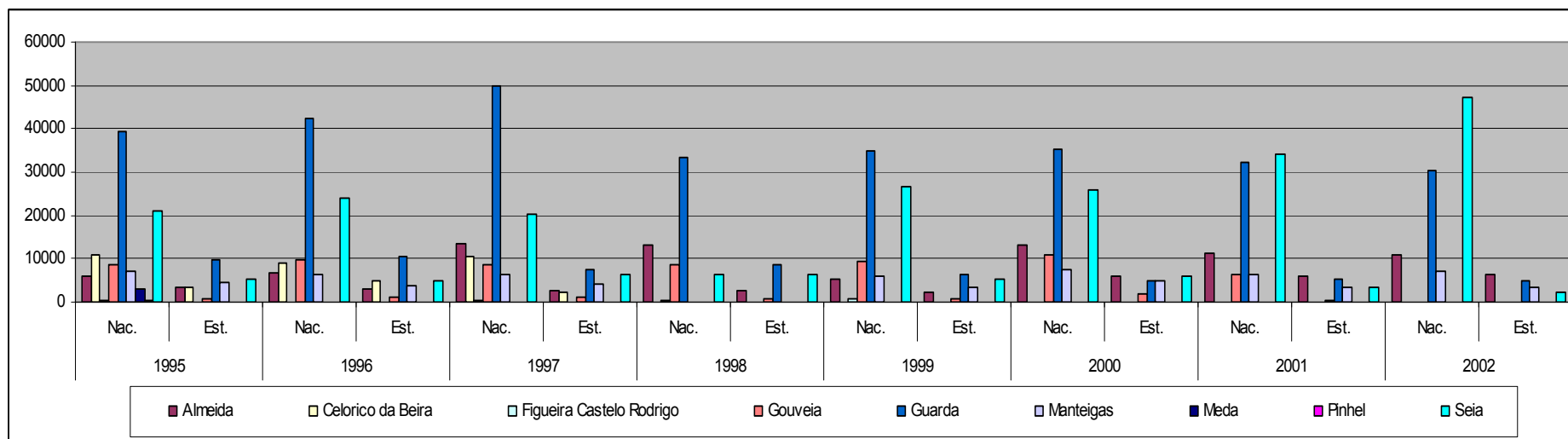
Este distrito regista no total da procura turística valores ligeiramente superiores ao distrito de Bragança, com 900924 dormidas na hotelaria tradicional. Ao longo do período o comportamento é semelhante ao verificado no distrito nortenho.

Quadro n.º 31 – Procura turística no distrito da Guarda (1995–2002)

Anos \ Concelhos	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.	Nacionais	Est.
Aguiar da Beira	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Almeida	5915	3249	6824	2995	13473	2623	12941	2476	5320	2068	13020	6122	11158	5981	10809	6378
Celorico da Beira	10759	3229	9067	5050	10490	2432	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Figueira Castelo Rodrigo	228	-----	-----	-----	265	-----	329	-----	622	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Fornos de Algodres	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Gouveia	8510	878	9584	1011	8512	1019	8618	598	9431	677	10757	1724	6496	557	-----	-----
Guarda	39518	9933	42428	10470	49854	7558	33463	8514	34895	6296	35428	5011	32103	5315	30219	4758
Manteigas	7312	4659	6467	3780	6196	4207	-----	-----	5930	3242	7403	4809	6518	3517	7096	3374
Meda	3159	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Pinhel	530	6	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Sabugal	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Seia	20913	5206	23926	4856	20130	6322	6224	6224	26692	5403	25924	5852	34050	3531	47181	2327
Trancoso	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Vila Nova Foz Côa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	96844	27160	98296	28162	108920	24161	61575	17812	82890	17686	92532	23518	90325	18901	95305	16837

Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995 a 2002)

Figura n.º 42 – Procura turística no distrito da Guarda (1995 -2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995 a 2002)

Em 1995 demandaram o distrito da Guarda, como destino turístico, 124004 turistas, dos quais 96844 correspondem a nacionais e 27160 são oriundos do estrangeiro. Nos anos seguintes a variação é positiva até 1998. Neste ano ocorreu, de forma semelhante ao distrito de Bragança, uma quebra na procura turística. De igual modo somos da opinião que este facto se deve à Exposição Mundial ocorrida nessa época. Nos anos posteriores a evolução do número de dormidas volta a registar aumentos até 2000. Em 2001 ocorreu um decréscimo. Aumentou, novamente em 2002 para 112142 de dormidas. Relativamente aos segmentos de mercado nacional/estrangeiro a situação, no distrito da Guarda, é idêntica à região nortenha. Os turistas nacionais são o principal “fornecedor” de turistas. No entanto o número de turistas estrangeiros que usufruíram das unidades hoteleiras deste distrito é superior ao distrito de Bragança. Ao longo do período em análise o segmento estrangeiro totalizou 174237 turistas na Guarda contra 87531 na região transmontana.

Estamos perante um distrito onde os turistas estrangeiros têm uma importância e representatividade elevada. A região Este do distrito da Guarda faz fronteira com o país vizinho. A proximidade com grandes centros urbanos espanhóis, nomeadamente Salamanca e as ligações viárias são factores que contribuem para que ocorra grande mobilidade de turistas entre os dois países. A informação estatística recolhida não permite saber os países emissores de turistas estrangeiros com desagregação ao nível de concelho e distrito. Contudo a bibliografia consultada fornece indicações que a vizinha Espanha é um dos principais países emissores de turistas estrangeiros que entram no nosso país.

3.2.4) DINÂMICA TURÍSTICA NOS CONCELHOS DO PNDI: A PROCURA TURÍSTICA

Centramos, em seguida, o nosso estudo nos concelhos inseridos no PNDI. A informação recolhida não permite efectuar uma análise de grande pormenor. Como se pode observar pelo quadro n.º 32, há ausência de valores o que limita e muito os nossos objectivos.

Infelizmente, quando solicitamos a informação às diferentes entidades que tutelam o turismo em Portugal verificamos que diversa informação estava sujeita a segredo estatístico e, como tal, não nos foi fornecida.

Contudo, os dados recolhidos permitem analisar e tecer algumas considerações sobre a procura turística nos diferentes concelhos.

Nos quatro concelhos a dinâmica deste indicador turístico apresenta valores evolutivos bem diferenciados.

Quadro n.º 32 – Procura Turística nos concelhos do PNDI (1995–2002)

Concelhos	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.
Figueira Castelo Rodrigo	228	-----	*	*	265	-----	329	-----	622	-----	*	*	*	*	*	*
Freixo de Espada à Cinta	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Miranda do Douro	7085	1835	7327	2077	9011	2450	10293	2792	10961	2700	10718	2351	9884	2349	16768	2774
Mogadouro	1003	-----	*	*	*	*	*	*	1909	32	2979	131	2802	125	3438	127
Total (concelhos)	8316	1835	16731	2077	21002	2450	24036	2792	27775	2732	26766	2482	24919	2474	39748	2901
Total Nac. e Est.	10151		18808		23452		26828		30507		29248		27393		42649	
% (Total)	90%	10%	89%	11%	90%	10%	90%	10%	91%	9%	92%	8%	91%	9%	93%	7%

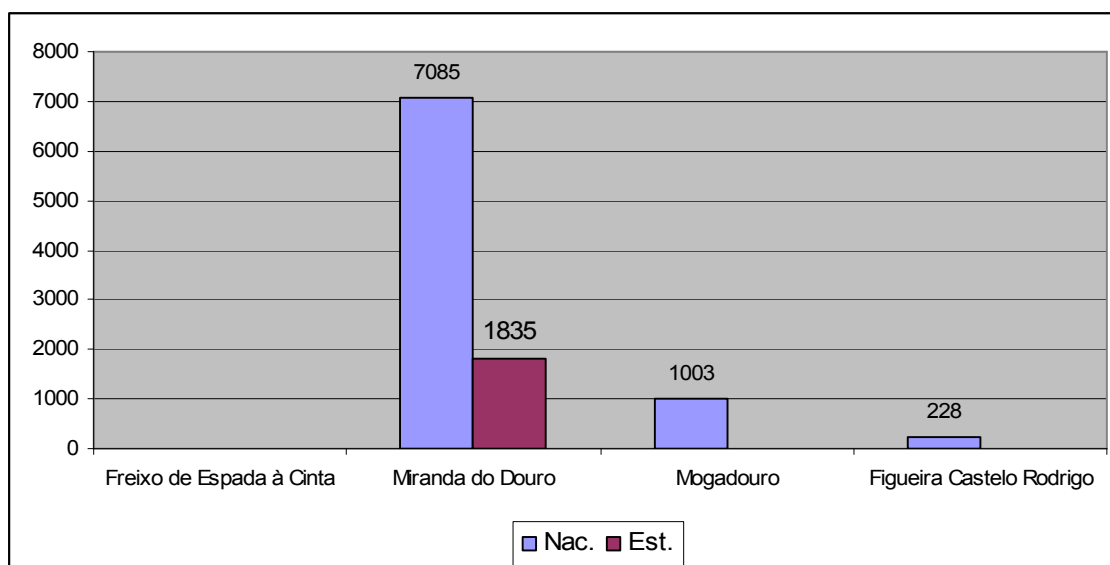
Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995 a 2002)

* - Sujeito a segredo estatístico.

Assim, constata-se que a evolução do número de dormidas na hotelaria tradicional totaliza ao longo da época 115365 dormidas. Destas, 95622 correspondem a nacionais e 19743 são originários de países estrangeiros.

No ano de 1995 registaram-se 10151 dormidas no conjunto dos quatro concelhos, correspondendo 8316 a nacionais e 1835 a estrangeiros (figura n.º 43). Considerando o mercado externo, só Miranda do Douro registou, naquele ano, entrada de turistas estrangeiros com 1835 dormidas, respectivamente.

Figura n.º 43 – Visitantes nacionais e estrangeiros nos concelhos do PNDI (1995)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (1995)

Para o ano de 2002 apenas possuímos informação para os concelhos de Miranda do Douro e Mogadouro. Contudo, pode verificar-se que no primeiro concelho o número de dormidas na hotelaria foi, particularmente positiva, com um total de 19542. Em Mogadouro ocorreram 3565 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.

Deste modo, no que respeita à origem dos visitantes, os nacionais acorreram a estes concelhos em maior número que os estrangeiros, em ambos os concelhos (figuras n.º 44 e 45).

Figura n.º 44 – Visitantes portugueses (2002)

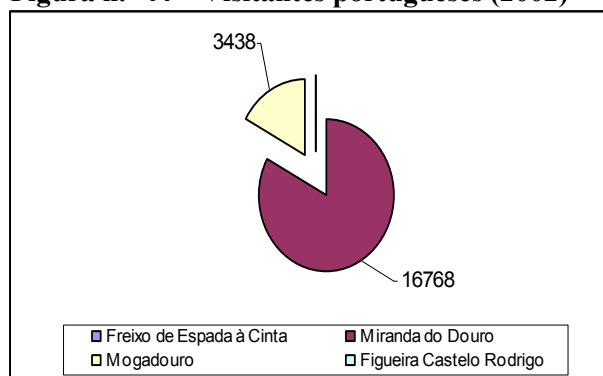
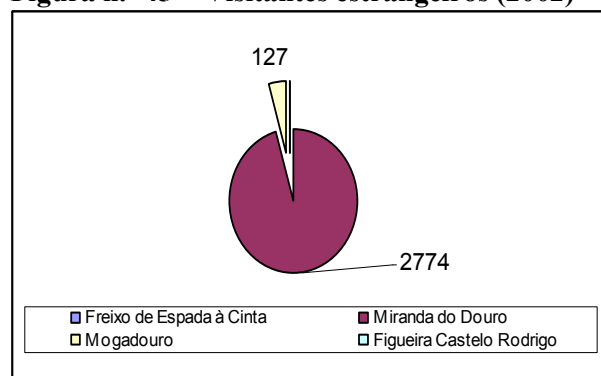


Figura n.º 45 - Visitantes estrangeiros (2002)



Fonte: Direcção Geral de Turismo, Lisboa (2002)

Como referimos anteriormente as conclusões serão afectadas em virtude de não possuímos dados mais consolidados e que abarquem todos os concelhos e o período em análise. Podemos, então, constatar que a dinâmica turística nesta região tem um significado ainda incipiente. Infelizmente a capacidade de oferta hoteleira em ambos os distritos é francamente reduzida. Outro aspecto a relembrar diz respeito à fraca diversidade na tipologia de alojamento existente. Pelo contrário, assiste-se a uma forte concentração das pensões como principal meio de alojamento.

No que concerne à repartição dos turistas nacionais e estrangeiros a realidade evidencia que os primeiros constituem o maior volume. O mercado estrangeiro perde representatividade ao longo do período em análise. Este aspecto faz ressaltar que os nacionais têm um peso bastante importante na mobilidade turística da região.

Seria igualmente interessante analisar o fenómeno da sazonalidade da procura turística, mas os dados não estão desagregados para que tal tarefa possa concretizar-se. Somos da opinião que esta região fronteiriça apesar do seu inegável potencial para o turismo é ainda um destino turístico pouco desenvolvido quer em termos de oferta turística quer no que concerne aos fluxos de visitantes, com particular incidência para os estrangeiros.

3.3) DINÂMICAS TURÍSTICAS NA REGIÃO ESPANHOLA: NOTA INTRODUTÓRIA

Na região espanhola de Castela e Leão adoptamos o mesmo esquema de análise seguido para Portugal. Da mesma forma analisamos indicadores relativos à Comunidade Autónoma de Castela e Leão e, seguidamente, a abordagem centrar-se-á nas províncias de Zamora e Salamanca. O período de análise será semelhante (1997 – 2002) ao Português de forma a poderem estabelecer-se as comparações possíveis entre as duas realidades geográficas.

No entanto, daremos maior relevo aos últimos anos, dado que a área das Arribes del Duero foi classificada como espaço Natural Protegido desde 2000.

Desde já salientamos que a actividade turística em Castela e Leão quer em termos de capacidade de oferta quer na procura turística evidencia uma maior dinâmica relativamente a Portugal.

3.3.1) DINÂMICAS TURÍSTICAS NA COMUNIDADE AUTÓNOMA DE CASTELA E LEÃO: A OFERTA TURÍSTICA

No que se refere à oferta turística, em 1997, a Comunidade Autónoma de Castela e Leão possuía 1470 estabelecimentos hoteleiros em funcionamento que disponibilizavam 45.272 camas (quadro n.º 33) Em 2002 o número de estabelecimentos ascendeu aos 1611 estabelecimentos que ofereciam 54.792 camas. Ao longo do período em análise verifica-se uma evolução positiva no número de estabelecimentos e camas.

Contudo há algumas províncias onde esse crescimento não foi sempre positivo. Nos anos 2000 e 2001 em Palencia verificou-se um ligeiro decréscimo no número de estabelecimentos existentes. Salamanca e Zamora são outras províncias onde ocorreu diminuição na oferta hoteleira. Salamanca entre 1997 e 1998 reduz os estabelecimentos hoteleiros de 222 para 219. No entanto o número de camas aumenta apesar do decréscimo de estabelecimentos.

Em Zamora registam-se duas quebras ao longo do período. Em 1998 ocorreu uma diminuição de dois estabelecimentos relativamente a 1997; o mesmo sucede em 2000.

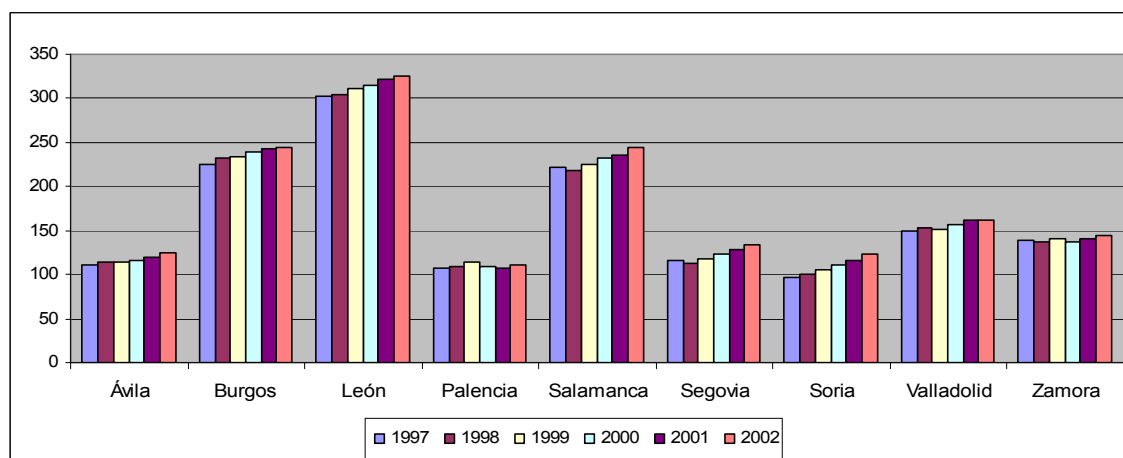
**Quadro n.º 33 – Número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade em camas
Castela e Leão (1997-2002)**

Anos Províncias	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.
Ávila	111	3.592	115	2.930	114	3.970	116	4.095	120	4.404	124	4.523
Burgos	225	7.090	232	7.293	234	7.340	240	7.592	242	7.772	245	8.372
León	303	8.450	305	8.691	311	8.900	315	9.403	321	9.733	325	9.909
Palencia	108	3.069	109	3.090	115	3.215	109	3.220	108	3.244	111	3.493
Salamanca	222	7.860	218	8.223	226	8.428	233	8.557	236	8.851	244	10.054
Segóvia	116	3.791	113	3.754	118	3.807	123	3.895	128	4.493	133	4.573
Sória	97	2.921	100	2.971	106	3.117	111	3.227	116	3.405	123	3.711
Valladolid	149	5.258	153	5.188	151	5.219	157	5.549	161	5.884	162	6.498
Zamora	139	3.241	137	3.249	140	3.330	137	3.290	141	3.561	144	3.659
Castela e Leão	1.470	45.272	1.482	45.389	1.515	47.326	1.541	48.828	1.573	51.347	1.611	54.792

Fonte: Junta de Castela e Leão (1997 a 2003)

A leitura da figura n.º 46 permitem visualizar a evolução do número de estabelecimentos hoteleiros e a sua capacidade em camas nas diversas províncias da Comunidade Autónoma de Castela e Leão.

Figura n.º 46 – Estabelecimentos hoteleiros – Castela e Leão (1997-2002)



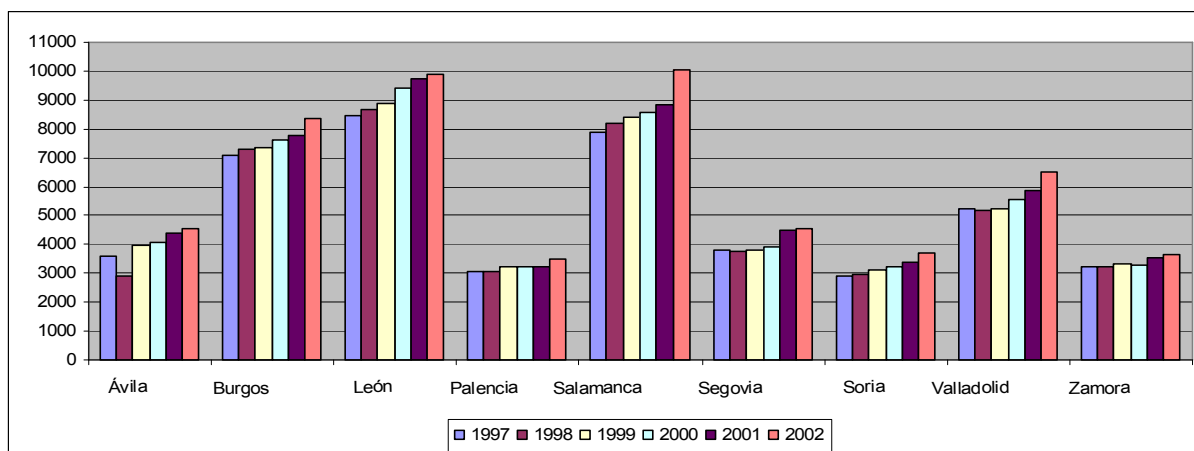
Fonte: Junta de Castela e Leão (1997 a 2003)

Relativamente aos estabelecimentos hoteleiros, constata-se que León e Burgos são as províncias com um maior número de estabelecimentos hoteleiros. Noutro extremo, situam-se as províncias de Palencia e Sória cuja oferta hoteleira é menor relativamente às restantes regiões.

A figura n.º 47 evidencia a evolução do número de camas no total das províncias de Castela e Leão. Nas províncias de Burgos León e Salamanca destacam-se pelo elevado quantitativo. Estas três regiões são, tradicionalmente as mais visitadas pelos viajantes que

ocorrem a esta região espanhola, daí uma razão para a existência de um elevado número de camas.

Figura n.º 47 – Capacidade hoteleira – Castela e Leão (1997–2002)



Fonte: Junta de Castela e Leão (1997 a 2003)

3.3.2) DINÂMICAS TURÍSTICAS NAS PROVÍNCIAS DE SALAMANCA E ZAMORA: A OFERTA TURÍSTICA

No âmbito da oferta turística das cidades de Salamanca e Zamora. A leitura dos dados (quadro n.º 34) vem demonstrar que ambas as províncias apresentam uma evolução positiva no que concerne a estabelecimentos hoteleiros. Apenas se registam ligeiras quebras em Zamora, em 1998 e 2000 e em Salamanca em 1998.

Salamanca possui um maior número de estabelecimentos relativamente a Zamora e a percentagem relativamente ao total de Castela e Leão é, igualmente, maior. Em 1997 existiam 222 unidades hoteleiras e, em 2002, estavam instalados 244 estabelecimentos por toda a província de Salamanca, a que corresponde a 18% do total daquelas províncias.

Em Zamora os valores são visivelmente inferiores. Ao longo dos anos a capacidade hoteleira não ultrapassou as 150 unidades. Em termos percentuais, Zamora não ultrapassa os 10% sobre o total das aludidas regiões.

Quadro n.º 34 – Número de estabelecimentos e Capacidade (camas) – Salamanca e Zamora (1997 – 2002)

Anos Províncias	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.
Salamanca	222	7.860	218	8.223	226	8.428	233	8.557	236	8.851	244	10.054
% Total Região	15%	17%	15%	18%	15%	18%	15%	18%	15%	17%	15%	18%
Zamora	139	3.241	137	3.249	140	3.330	137	3.290	141	3.561	144	3.659
% Total Região	9%	7%	9%	7%	9%	7%	9%	7%	9%	7%	9%	7%
Castilla Y León	1.470	45.272	1.482	45.389	1.515	47.326	1.541	48.828	1.573	51.347	1.611	54.792

Fonte: Junta de Castela e Leão (1997 a 2003)

No que respeita ao número de camas as diferenças entre as duas províncias é mais notória. Com efeito, em Salamanca a capacidade de camas ultrapassou, no ano de 2002, as 10.000. Em Zamora, no mesmo ano, não se atinge as quatro mil unidades. Existe uma diferença considerável entre as duas províncias. Uma justificação possível é o facto de a cidade de Salamanca ter sido Capital Europeia da Cultura em 2002 e ser possuidora de Património Mundial classificado pela Unesco.

3.3.3) TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Como pudemos verificar, anteriormente, o Turismo em Espaço Rural tem pouca expressão nos concelhos analisados para o território nacional. Em território espanhol esta tipologia de turismo é um fenómeno que se apresenta bastante mais desenvolvido.

Na região vizinha de Castela e Leão as unidades de TER têm uma representatividade considerável. Os dados analisados enquadram-se no espaço temporal compreendido entre os anos de 1997 a 2002 (quadro n.º 35 e figura n.º 48).

Como se pode observar pela leitura do quadro n.º 35 a capacidade de alojamento na Turismo modalidade de Turismo em Espaço Rural é elevada em Castela e Leão.

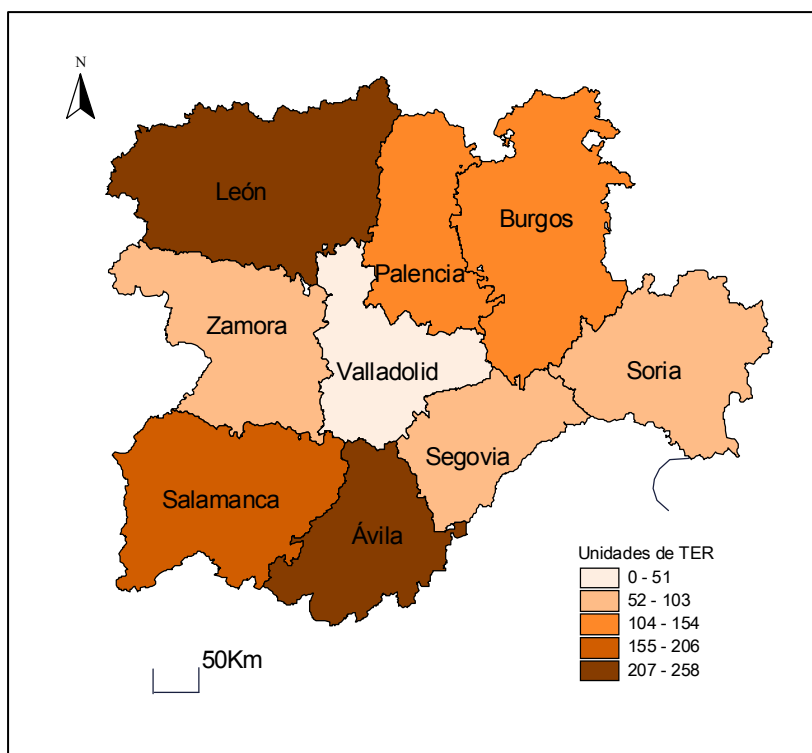
Assim, nesta Comunidade Autónoma, o número de unidades de Turismo em Espaço Rural totalizava 231 em 1995. No ano de 2002 o valor ascendeu às 1248 casas desta tipologia de estabelecimento turístico.

Quadro n.º 35 – Turismo em Espaço Rural – Castela e Leão (1997–2002)⁴¹

Anos \ Províncias	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.	Est.	Cap.
Ávila	36	181	64	369	86	563	136	941	192	1.402	258	1.930
Burgos	36	329	49	465	77	736	96	944	131	1.271	151	1.550
León	38	343	70	608	108	940	156	1.408	218	1.910	245	2.127
Palencia	39	330	51	488	66	604	94	832	120	1.024	135	1.146
Salamanca	47	298	79	530	102	697	137	999	166	1.226	173	1.342
Segóvia	9	85	17	178	39	409	55	608	80	841	91	962
Sória	12	106	24	264	37	399	46	495	63	665	78	823
Valladolid	10	64	16	124	20	184	25	239	41	376	47	443
Zamora	4	26	9	78	19	188	38	359	57	557	70	785
Castela e Leão	231	1.762	379	3.104	554	4.720	783	6.825	1.068	9.272	1.248	11.108

Fonte: Junta de Castela e Leão (1997 a 2003)

Figura n.º 48 – Unidades de TER – Castela e Leão (2002)



Fonte: INE (2002) – Junta de Castela e Leão

Destacam-se a províncias de Ávila e León cuja oferta de TER ultrapassa as 200 casas em 2002. Salamanca é outra província cuja existência de TER é significativa em relação às restantes províncias. Zamora província onde em 1997 existiam apenas quatro casas no âmbito do TER, em 2002, passa a ter capacidade de 70 unidades.

⁴¹ Na Comunidade Autónoma de Castela e Leão o Decreto 84/1995 de 11 de Maio e a Ordem de 27 de Outubro de 1995 regulamentam o alojamento de Turismo em espaço Rural. De acordo com o citado decreto são estabelecidos três tipos de alojamento: Casas Rurais; Centros de Turismo Rural e Pousadas.

Em suma todas as províncias da Comunidade Autónoma de Castela e Leão possuem uma oferta de Turismo em Espaço Rural bastante significativa.

Contrariamente aos concelhos portugueses o TER em Castela e Leão é um tipo de oferta secundária que tem grande representatividade na região.

Segundo Moreno (1997:309) *“a crescente importância do turismo rural e de outras modalidades de turismo associadas à natureza, originou a que diversas Comunidades Autónomas regulamentem modalidades de alojamento específicas para este tipo de turismo para dar resposta ao aumento da procura. Por outro lado considera que os alojamentos de turismo em espaço rural podem ser uma boa forma de gerar rendimentos complementares no espaço rural.”*

3.3.4) DINÂMICAS TURÍSTICAS NA COMUNIDADE AUTÓNOMA DE CASTELA E LEÃO: A PROCURA TURÍSTICA

Relativamente à procura turística faremos, à semelhança com o território português, a análise na Comunidade de Castela e Leão no que concerne ao total dos visitantes.

A repartição da procura turística pelos espanhóis e estrangeiros será, igualmente, analisada.

De acordo com os dados relativos à Comunidade de Castela e Leão pode verificar-se no quadro n.º 36 e figura n.º 49 que o número de visitantes decorreu em sentido positivo ao longo do período considerado. Em 1995 o número de visitantes que acorreram a Castela e Leão totalizava 2150701 e em 2002 o fluxo foi de 3731341. Destacam-se os anos de 1999, 2000, 2001 e 2002 cujo número de estrangeiros ultrapassou os 340.000.

No âmbito da procura turística pelas diferentes províncias de Castela e Leão é diferenciada ao longo do período. Contudo, destacam-se Burgos, Leão e Salamanca, como as províncias que ocupam em todos os anos um lugar cimeiro nas preferências da procura turística. Palencia e Sória partilham entre si os dois últimos lugares de províncias que receberam menor número de visitantes ao longo dos anos em análise.

Por outro lado, as províncias de Ávila, Sória e Zamora são aquelas onde acorreram menor número de visitantes. Constata-se, assim, que as preferências dos visitantes concentram-se em torno de três grandes áreas turísticas.

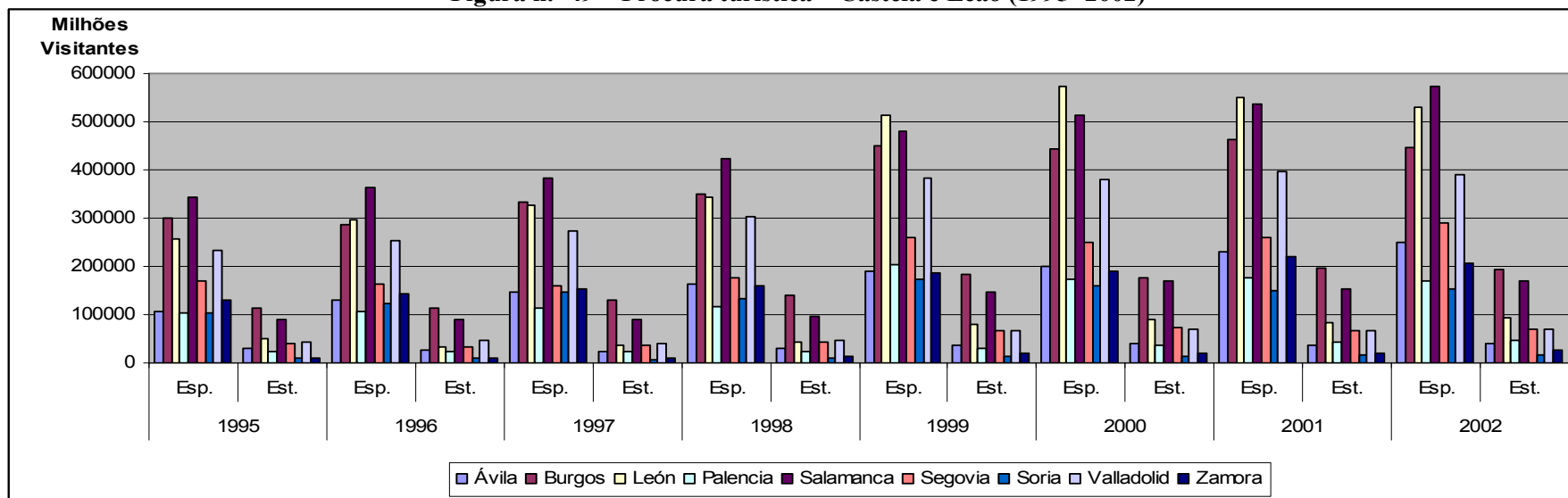
As províncias de Ávila, Palencia, Segóvia e Valladolid repartem, entre si, uma posição central relativamente ao número visitantes.

Quadro n.º 36 – Procura turística (espanhóis e estrangeiros) Castela e Leão (1995-2002)

Anos Províncias	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.
Ávila	105.083	309.03	128.724	25.363	146.165	24.406	164.589	29.581	191.039	36.227	201.405	39.408	230.286	37.928	249.315	40.451
Burgos	299.293	1.142.75	288.007	114.687	332.777	128.714	351.201	140.888	451.036	183.309	442.903	176.594	461.996	197.707	448.147	193.023
León	257.281	51.048	296.781	32.899	327.172	38.287	344.526	43.932	514.235	80.135	574.529	90.558	549.199	83.242	530.635	94.599
Palencia	103.132	22.953	105.912	22.754	112.018	21.837	118.032	22.854	202.635	30.694	173.010	37.939	177.002	41.778	168.811	46.140
Salamanca	341.780	88.646	364.821	90.364	383.086	88.623	424.616	97.842	479.190	146.844	512.439	171.395	535.103	153.374	572.645	170.889
Segóvia	168.597	39.231	162.873	33.769	160.743	35.942	176.493	41.955	258.943	65.333	250.957	7.3941	261.300	66.555	289.041	69.305
Sória	102.852	10790	122.713	9.860	145.562	8.210	134.661	8.386	173.498	14.139	158.954	14.311	150.590	15.569	151.745	16.009
Valladolid	231.810	43.308	254.554	45.370	273.401	39.429	302.916	47.032	382.924	68.109	381.535	68.363	397.143	68.175	390.076	69.011
Zamora	129.825	9.894	141.689	10.505	152.035	10.464	159.648	12.836	185.864	19.465	189.293	21.526	220.953	20.760	206.426	25.073
Castela e Leão	105.083	30.903	1.866.074	385.571	2.032.959	395.912	2.176.682	445.306	2.839.364	644.255	2.885.025	694.035	2.983.572	685.088	3.006.841	724.500
	2.150.701		2.251.645		2.428.871		2.621.988		3.483.619		3.579.060		3.668.660		3.731.341	

Fonte: Junta de Castela e leão (1995 a 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

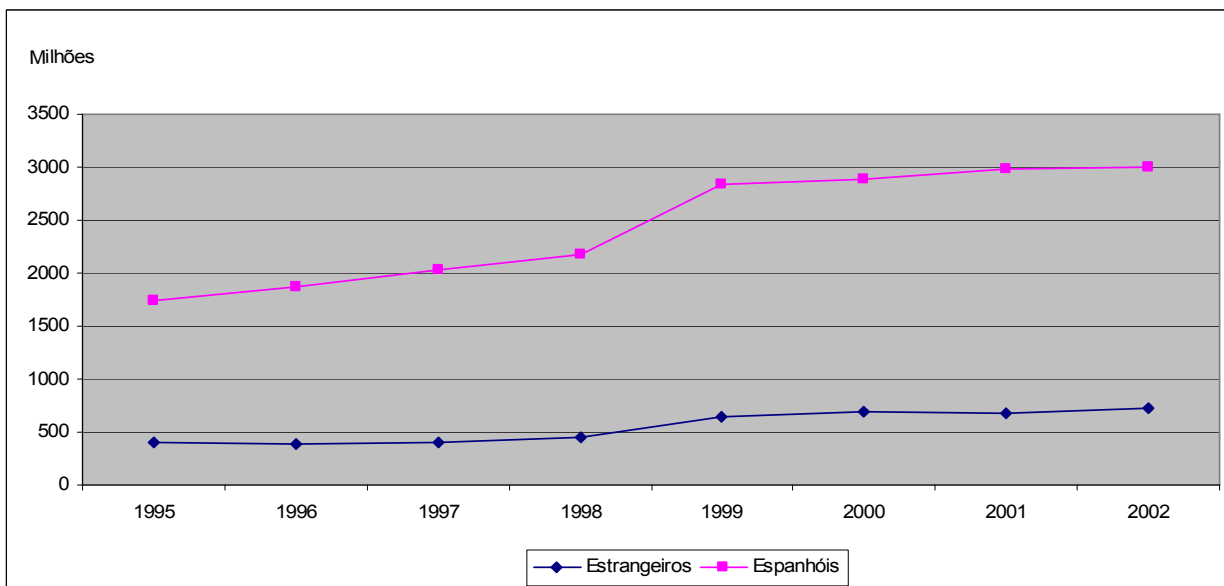
Figura n.º 49 – Procura turística – Castela e Leão (1995 -2002)



Fonte: Junta de Castela e leão (1995 a 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

No que concerne à repartição dos visitantes pela sua origem, a figura n.º 50 evidencia a dicotomia entre os residentes em Espanha e os estrangeiros. Assim, os primeiros constituem o segmento que maiores valores registam ao longo do período.

Figura n.º 50 – Procura turística espanhóis e estrangeiros - Castela e Leão (1995–2002)



Fonte: Junta de Castela e Leão (1995 a 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

Em 1995 os visitantes espanhóis totalizavam 105083 contra 30903 estrangeiros. Em 2002 o número de visitantes estrangeiros foi de 724500 um aumento bastante significativo em relação a 1995. Nesse ano os visitantes espanhóis são, novamente em número superior ao ultrapassar os 3000000 visitantes.

É evidente que a procura turística na Comunidade de Castela e Leão é dominada pelos nacionais. Contudo os visitantes estrangeiros têm grande representatividade nos fluxos turísticos de Castela e Leão.

Relativamente às preferências dos visitantes espanhóis pelas diferentes províncias evidencia-se os destinos escolhidos pelos espanhóis para Salamanca, Burgos e Leão. Salamanca entre 1995 e 1998 e em 2002 ocupa uma posição cimeira em relação às anteriores províncias. Não deve ficar alheio o facto de o Centro histórico desta cidade estar classificado como Património da Humanidade e, em 2002, ter sido Capital Europeia da Cultura.

No que concerne às províncias onde a procura dos espanhóis foi menor, salientam-se Ávila, Palencia e Sória. Nos últimos anos Zamora é outra província onde as preferências dos espanhóis são mais reduzidas ao longo do período em análise.

No concernente à procura turística estrangeira, esta, apresenta-se mais ténue. Em 1995 o número de visitantes estrangeiros foi de 411048 e no ano de 1996 os visitantes diminuíram para 385571. Entre 1997 e 2002 o número de visitantes estrangeiros aumentou significativamente.

Os estrangeiros cujas preferências turísticas se direccionaram para esta Comunidade espanhola estabeleceram como principais destinos as províncias de Burgos, Leão, Salamanca e Valladolid. Contudo, ao longo do período em análise, as quatro regiões mudam de posição relativamente às preferências dos visitantes estrangeiros. Burgos, Salamanca e Valladolid estão, nos primeiros anos (1995, 1996, 1997, 1998), entre as primeiras províncias que merecem as preferências dos estrangeiros.

Nos anos posteriores a província de Leão passa a fazer parte dos destinos onde ocorreram maior número de dormidas de estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros.

Burgo é, no entanto, a província que mereceu maior preferência dos viajantes não nacionais ao longo dos anos em análise.

No extremo oposto das dormidas efectuadas na hotelaria, encontram-se as províncias de Zamora e Sória onde o seu número de dormidas é mais reduzido relativamente às restantes regiões.

3.3.5) DINÂMICAS TURÍSTICAS NAS PROVÍNCIAS DE SALAMANCA E ZAMORA: A PROCURA TURÍSTICA

No que se refere às províncias de Salamanca e Zamora a evolução do número de visitantes, em ambas as províncias, apresenta diferenças significativas (quadro n.º 37 e figura n.º 51).

Assim, Salamanca é das províncias que regista maior afluência de visitantes em toda a Comunidade Autónoma de Castela e Leão. No lado oposto, encontra-se a Província de Zamora cujos fluxos de visitantes têm valor mais reduzido.

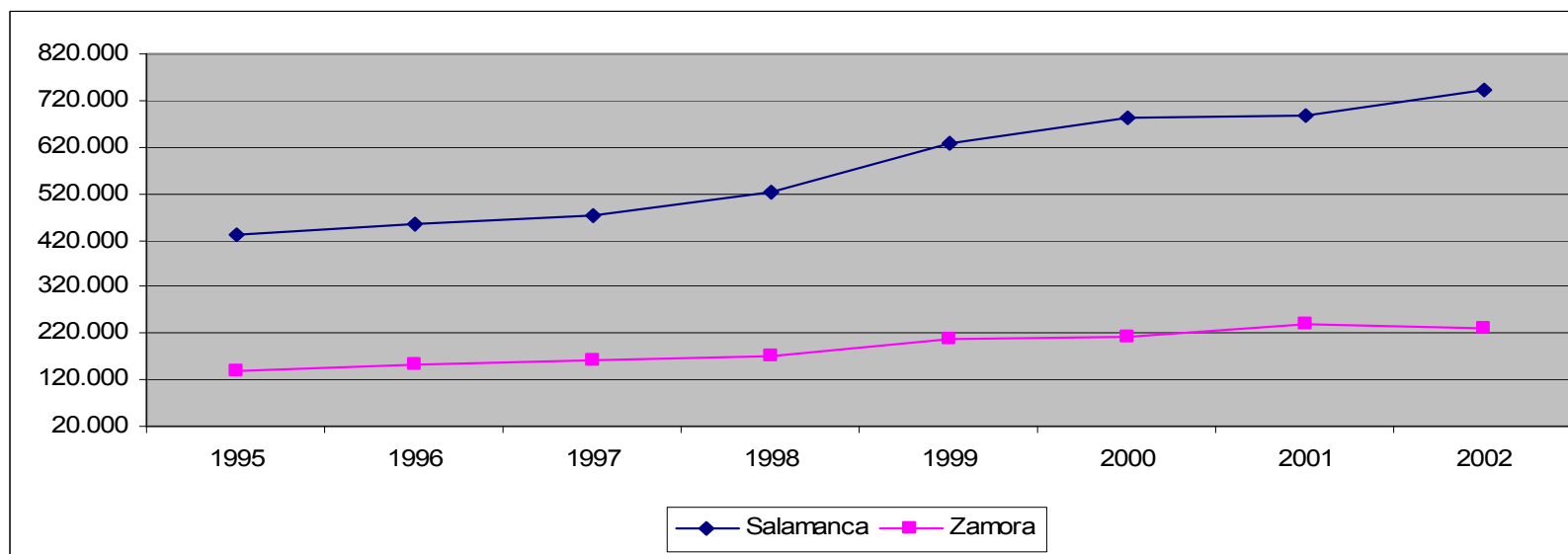
Este fenómeno torna-se mais evidente se a análise for feita entre as duas províncias de Castela e Leão. Nos dois casos há uma evolução positiva no número de visitantes ao longo do período.

Quadro n.º 37 – Procura turística – Salamanca e Zamora (1995–2002)

Anos	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Províncias	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	Esp.	Est.	
Salamanca	341.780	88.646	364.821	90.364	383.086	88.623	424.616	97.842	479.190	146.844	512.439	171.395	535.103	153.374	572.645	170.889
Total	430.426		455.185		471.709		522.458		626.034		683.834		688.477		743.534	
Zamora	129.825	9894	141.689	10.505	152.035	10.464	159.648	12.836	185.864	19.465	189.293	21.526	220.953	20.760	206.426	25.073
Total	139.719		152.194		162.499		172.484		205.329		210.819		241.713		231.499	
Total Províncias	570145		607.379		634.208		694.942		831.363		894.653		930.190		975.033	

Fonte: Junta de Castela e Leão (1995 a 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

Figura n.º 51 – Número de viajantes – Salamanca e Zamora (1995–2002)



Fonte: Junta de Castela e leão (1995 a 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

Salamanca oferece um aumento mais elevado do que a província de Zamora. Assim, no ano de 1995 o total de visitantes em Salamanca foi de 430426 e Zamora totalizou 139719 visitantes. A partir do ano de 1998 existiu um aumento mais elevado em Salamanca até 2002, em Zamora, todavia, a evolução foi mais ténue. Em 2002 o valor foi de 743534 visitantes em Salamanca e 231499 em Zamora.

Se considerarmos a percentagem no número de visitantes de cada província relativamente ao total obtemos os seguintes valores, (quadro n.º 38).

Quadro n.º 38 – Procura turística (%) – Salamanca e Zamora (1995–2002)

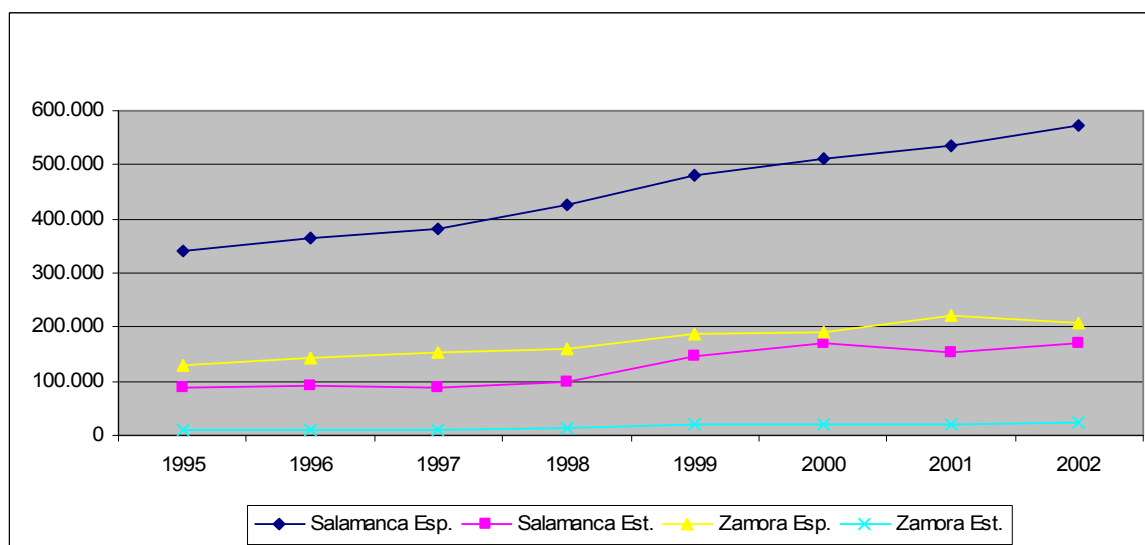
Províncias \ Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Salamanca	430426	455.185	471.709	522.458	626.034	683.834	688.477	743.534
% Total	75%	75%	74%	75%	75%	76%	74%	76%
Zamora	139719	152.194	162.499	172.484	205.329	210.819	241.713	231.499
% Total	25%	25%	26%	25%	25%	24%	26%	24%
Total Províncias	570145	607.379	634.208	694.942	831.363	894.653	930.190	975.033

Fonte: Junta de Castela e Leão (1995 a 2001, 2002) – INE (1999, 2000, 2001, 2002)

A Província de Salamanca detém mais de 75% do total de visitantes na maioria dos anos. Em Zamora a percentagem dos visitantes não ultrapassa os 26% face ao total das duas províncias. Destaca-se o ano de 2002 onde a percentagem de visitantes foi de 26% mas ano seguinte desceu para 24%.

Em termos de repartição de visitantes espanhóis e estrangeiros a situação nas duas províncias é idêntica relativamente ao descrito anteriormente para o total da procura efectuada pela globalidade dos visitantes (figura n.º 52).

Figura n.º 52 – Evolução da procura turística – Salamanca e Zamora (1995-2002)

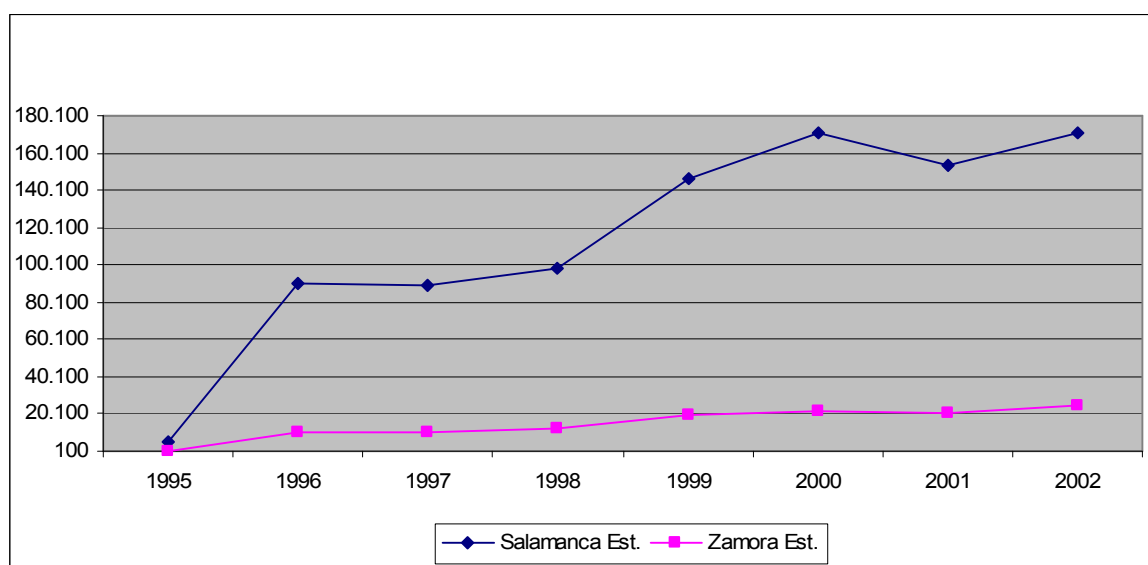


Fonte: Junta de Castela e Leão (1995 a 2002) – INE, Espanha (1999 a 2002)

Com efeito, em Salamanca o número de visitas efectuadas pelos espanhóis é bastante superior ao que ocorre nos últimos três anos do período (1999, 2000 e 2001) na vizinha província de Zamora. Naquela província, os visitantes espanhóis ultrapassaram a barreira dos 500.000. Em Zamora os visitantes não ultrapassam os 250.000 nos referidos anos.

No que respeita aos visitantes estrangeiros constata-se que este indicador apresenta contrastes em ambas as províncias (figura n.º 53).

Figura n.º 53 – Evolução da procura turística estrangeira – Salamanca e Zamora (1995-2002)



Fonte: Junta de Castela e Leão (1995 a 2002) – INE, Espanha (1999 a 2002)

A representação dos estrangeiros que visitaram Salamanca apresenta valores mais elevados que a província de Zamora. Destacam-se os anos de 2000 e 2002 com 171395 visitas no primeiro e 170889 para o segundo ano. Em 2001 pode observar-se que se registou uma ligeira quebra no número de visitantes estrangeiros.

No destino alusivo a Zamora os visitantes espanhóis apresentam uma evolução positiva. Contudo, nesta província o número de estrangeiros não ultrapassa os 25.000 visitantes. Destaca-se o ano de 2001 onde ocorreu uma ligeira descida nos visitantes estrangeiros.

Pela leitura do quadro n.º 39 observa-se o comportamento entre os visitantes espanhóis e estrangeiros em cada uma das províncias apenas para os anos de 2001-2002.

Quadro n.º 39 – Procura turística espanhóis e estrangeiros – Salamanca e Zamora (2001-2002)

Anos Províncias	2001		Total 2001	% Espanhóis	% Est.	2002		Total 2001	% Espanhóis	% Est.
	Esp.	Est.				Esp.	Est.			
Salamanca	535.103	153.374	688.477	78%	22%	572.645	170.889	743.534	77%	23%
Zamora	220.953	20.760	241.713	91%	9%	206.426	25.073	231.499	89%	11%
Total	756.056	174.134	930.190	81%	19%	779.071	195.962	975.033	80%	20%

Fonte: Junta de Castela e Leão (2001, 2002) – INE (2001, 2002)

Em 2001 os visitantes espanhóis tinham um peso relativo bastante elevado em ambas as províncias. Em Salamanca os visitantes espanhóis representam 78% do total e em Zamora atingem os 91%. Em 2002 os visitantes espanhóis têm uma representatividade de 77% para Salamanca e 89% na província de Zamora. No que concerne aos visitantes estrangeiros constata-se uma maior representação em Salamanca com 22% em 2001 e 23% em 2002. Na província vizinha os fluxos de estrangeiros têm um peso relativo ligeiramente inferior (19% em 2001 – 20% em 2002).

Esta situação conduz-nos a concluir que, apesar dos valores apresentados, o principal gerador de fluxos turísticos com destino às províncias de Salamanca e Zamora são residentes em Espanha.

Efectuada a caracterização e análise da actividade turística em ambos os territórios passamos, em seguida, à apresentação de uma breve síntese das duas realidades geográficas. Nos distritos portugueses as dinâmicas turísticas apresentam-se diferenciadas quer no domínio da oferta quer da procura turística.

A evolução do número de estabelecimentos não é significativa em ambos os distritos. No período em análise pudemos constatar que o distrito da Guarda tem maior capacidade de oferta de estabelecimentos hoteleiros. Nos concelhos portugueses este indicador revelou-se manifestamente deficitário. Com efeito, predominam, em estabelecimentos, as pensões e os hotéis têm pouca representatividade. As pousadas e estalagens são, igualmente, pouco significativas. Por outro lado, a distribuição geográfica é desequilibrada, com maior concentração no concelho de Miranda do Douro.

Outro aspecto a destacar é a quase inexistência de estabelecimentos de turismo em espaço rural nos distritos de Bragança e Guarda. O mesmo não ocorre em Castela e Leão onde este tipo de alojamento tem uma representatividade elevada.

No que concerne à região de Castela e Leão o cenário é francamente oposto. A análise efectuada evidência um maior dinamismo na sua capacidade de oferta hoteleira. Esta região fronteiriça possui uma oferta de estabelecimentos muito superior ao território português. De realçar, ainda, o grande número de estabelecimentos de turismo em espaço rural cuja oferta em Salamanca e Zamora é bastante superior em relação ao espaço nacional.

No domínio da procura turística a análise efectuada evidenciou disparidades em ambos os países. Embora a informação disponível não permitisse um exame mais dissecado, em Portugal, nos distritos analisados, os fluxos de visitantes não demonstraram diferenças acentuadas. Relativamente aos concelhos inseridos na área do PNDI os dados disponíveis não permitem extrair conclusões muito pertinentes. Contudo o peso relativo destes concelhos tem algum significado relativamente aos respectivos distritos. No território vizinho a procura dos visitantes é francamente mais elevada. Em todos os anos analisados ocorreu uma evolução positiva no número de visitantes. Ao nível da oferta turística ficou evidenciado a maior capacidade hoteleira das províncias espanholas.

Como se pode concluir ambos os territórios possuem realidades bastantes diferenciadas no que concerne aos indicadores analisados.

Somos, assim, da opinião que terá que haver uma aposta maior na capacidade de oferta na região portuguesa. Desta forma a existência de maior número de estabelecimentos hoteleiros e outras formas complementares de alojamento (Ex: TER) poderá contribuir para uma maior capacidade de atracção de visitantes a esta região fronteiriça.

3.4) TURISMO EM ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS

Como já se referiu em anterior capítulo, as actividades turísticas adquiriram uma importância social cada vez maior nas últimas décadas. O incremento que se tem verificado, principalmente no alargamento a diversas classes sociais, foi proporcionado por um conjunto de diversos factores, nomeadamente aumento do período de férias, de rendimentos disponíveis ou o desenvolvimento da cultura do ócio e do lazer (López e Izquierdo, 2004).

Nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas tecnologicamente ocorreu um processo denominado, por Marcouse (citado por Torbidoni, 1996) de “inversão histórica”. Este fenómeno sucedeu quando o tempo médio livre alcançado pela população se tornou superior ao tempo de trabalho. Como resultado, emergiu um novo modelo cultural onde o ócio e tempo livre tem um papel cada vez mais importante na vida dos indivíduos. Nestas circunstâncias, onde o tempo livre passou a ser um elemento central na vida quotidiana e onde tem lugar o desenvolvimento de valores sociais, as actividades recreativas e turísticas passaram a ser uma prática constante na sociedade actual e alcançaram níveis de desenvolvimento nunca antes registados.

Numa sociedade caracterizada pelo aumento populacional e pela crescente pressão urbana, com as suas paisagens “hostis” para o homem, fez aumentar a necessidade de procurar um refúgio em espaços mais agradáveis, fora do “caos” e do congestionamento das grandes cidades (López e Izquierdo, 2004). O desenvolvimento e generalização dos meios de comunicação (automóveis, por exemplo) tornou, então, possível às pessoas acorrerem a outros espaços, nomeadamente os espaços naturais, de forma mais intensa e a outros locais outrora inacessíveis. Os passeios a cavalo, pedestres ou de bicicleta, entre outros, tornaram-se, então, actividades “turísticas” amplamente praticadas.

Assim, a fruição dos espaços naturais como locais para actividades de ócio e lazer é uma prática constante e cada vez maior na sociedade actual.

A função recreativa das áreas naturais não é um fenómeno recente mas o seu desenvolvimento tem sido incrementado nas últimas décadas de forma que, cada vez mais, as pessoas desfrutam do contacto com a natureza. No desenvolvimento de actividades turísticas em espaços naturais protegidos converge uma multiplicidade de factores.

Numa perspectiva social é marcada, principalmente, na satisfação dos visitantes e na rentabilidade que as actividades turísticas podem trazer para as populações locais.

Se atendermos ao domínio ambiental está subjacente a protecção e conservação dos diferentes ecossistemas que os espaços naturais possuem. O interesse que suscitou o meio ambiente na sociedade motivado pelas campanhas de sensibilização sobre os graves problemas ambientais e a deterioração dos recursos despertou e motivou a população para conhecer estes espaços naturais (Blasco, 1999).

O turismo em espaços naturais surge, também, em oposição ao turismo massificado de “sol e praia” e engloba actividades que respeitam mais a natureza e procura integrar os meios de vida e costumes tradicionais das populações. Segundo Troitinõ (citado por López e Izquierdo, 2004) “ *a consolidação do turismo em áreas naturais [protegidas] foi*

ocasionada, entre outros motivos, pela melhoria da qualidade dos serviços, o incremento da oferta de actividades de ócio e a boa relação existente entre o preço e a qualidade do alojamento”.

Actualmente o crescimento das actividades turísticas em espaços naturais protegidos está associado a modelos de desenvolvimento em que deve haver compatibilização com a conservação ambiental e o uso racional dos recursos. Resulta, daí, que o turismo deva ser desenvolvido de acordo com princípios do “desenvolvimento sustentável”⁴² entendido como *“um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações actuais sem por em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras”* (Carta Europeia, s/d:1) e dos princípios da preservação da natureza. O termo “Sustentável”, amplamente divulgado e inserido em diversos âmbitos da sociedade, também se aplica ao desenvolvimento do turismo. Sobre este tema, a OMT entende que o *“desenvolvimento turístico sustentável cobre as necessidades actuais dos turistas e as regiões de acolhimento, protegendo e melhorando as perspectivas do futuro. Projecta uma imagem de integração de gestão de todos os recursos de modo que fiquem cobertas as necessidades económicas, sociais, e estéticas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas vivos”* (CE, s/d, 5).

Ao nível da União Europeia, estas preocupações são manifestadas e inscritas na Carta Europeia do Turismo Sustentável⁴³ nos Espaços Protegidos que procura aplicar o mesmo conceito ao turismo em espaços naturais protegidos definindo-o como *“qualquer forma de desenvolvimento, equipamento ou actividade turística que respeite e preserve a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que contribua de maneira positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e para a plenitude dos indivíduos que vivem, trabalham ou realizam uma estada nos espaços protegidos”* (Carta Europeia, snt).

⁴² O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pela primeira vez em 1987. Nesse ano é publicado um relatório de trabalho (relatório Brundtland) efectuado no âmbito da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O grupo de trabalho presidido pela ex-primeira-ministra Norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou o conceito de Desenvolvimento sustentável como *“aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas”*.

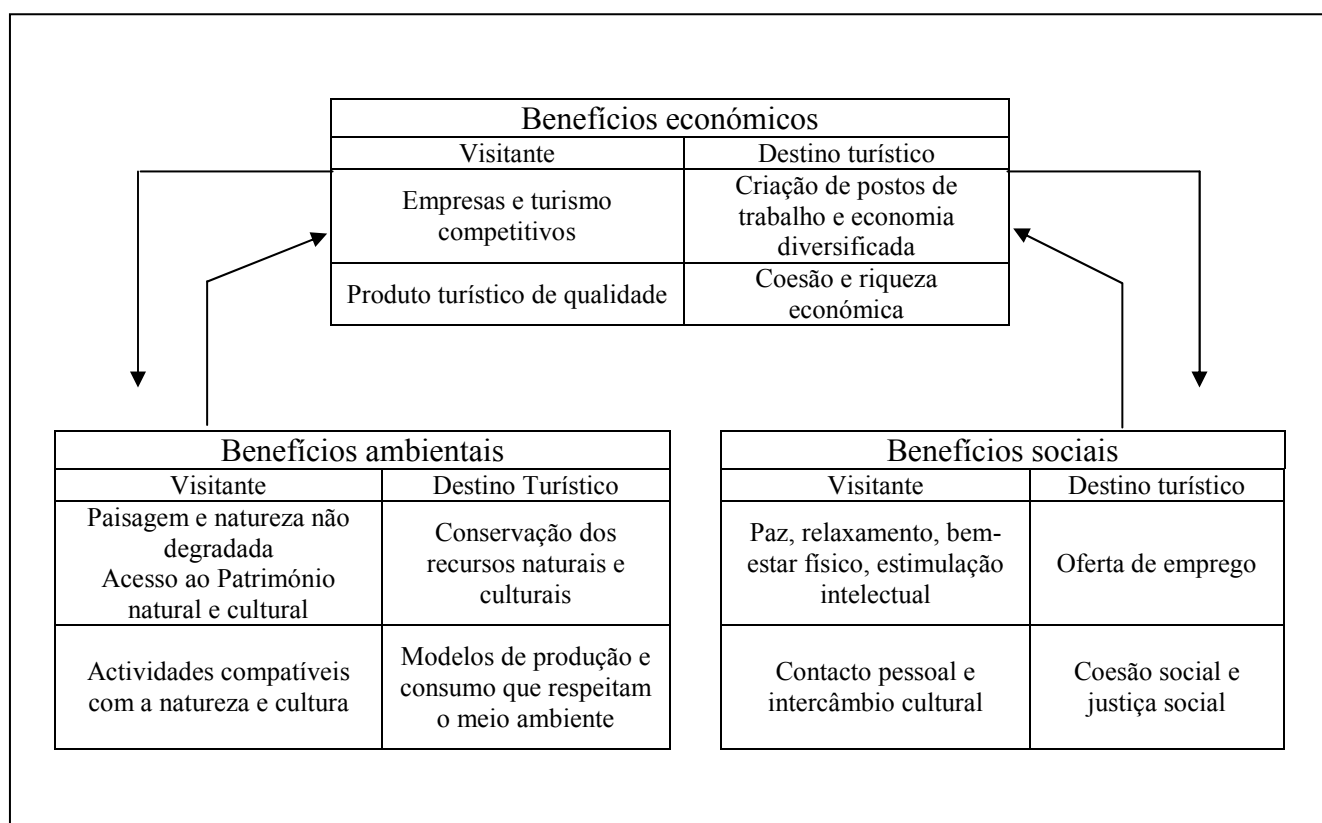
⁴³ A Carta Europeia do Turismo Sustentável nos Espaços Naturais Protegidos foi elaborada no âmbito das prioridades mundiais e europeias expressas pelas recomendações da Agenda 21. A Carta foi elaborada por um grupo de representantes de espaços protegidos da Europa e do sector turístico.

Logo, ambas as definições defendem o desenvolvimento do turismo sustentável. Destaca-se a Carta Europeia cuja tónica do desenvolvimento é dada às actividades turísticas onde o principal recurso é o património natural e cultural, que se encontra em maior risco de degradação e pode, inclusivamente, colocar em causa o desenvolvimento futuro.

Somos da opinião que o progresso do turismo deve ser mantido sobre critérios de sustentabilidade. Para que se possa atingir e garantir essa sustentabilidade deve ser ecologicamente e culturalmente respeitável e economicamente viável do ponto de vista social para as populações locais.

De acordo com os princípios de sustentabilidade, expressos em diversos estudos, o desenvolvimento do turismo, segundo essa perspectiva, pode trazer fortes benefícios no quadro ambiental, social e económico.

Figura n.º 54 – Benefícios do Turismo Sustentável



Fonte: CE (s/d:5)

A figura anterior (n.º 54) ilustra os diversos benefícios que o turismo aglutina quando se promove de uma forma sustentada. No domínio ambiental é evidente a qualidade dos recursos que estão na base das actividades turísticas e devem ser compatíveis com a natureza e meio ambiente.

Estudos recentes indicam que os fluxos turísticos com destino a lugares onde a natureza e cultura é um património presente são cada vez mais crescentes e as actividades turísticas que aí se podem desenvolver são diversas e satisfazem um amplo conjunto de necessidades dos turistas.

Já foi aqui referido que as áreas naturais protegidas contribuem de forma decisiva para a sobrevivência da sociedade humana, sobretudo através da preservação do seu património natural e cultural. Estas possuem diversas funções (quadro n.º 40), nomeadamente a protecção de diversas espécies de fauna e flora, preservação de bacias hidrográficas ou melhoria da qualidade ambiental. Além destas funcionalidades os parques naturais desempenham um papel importante na investigação científica, educação ambiental e na expansão das actividades turísticas.

Quadro n.º 40 – Funções dos Espaços Naturais Protegidos

<p>1 – Uma visão “utilitária” indica que os espaços protegidos são úteis ou necessários para o homem devido a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conservam o solo fértil e a água;• Regulam e depuram as águas;• Protegem dos desastres naturais;• Mantém a vegetação natural em terras pouco produtivas;• Preservam os recursos genéticos;• Protegem as espécies e populações especialmente sensíveis;• Proporcionam um habitat vital para as espécies migratórias;• São fonte de emprego e divisas.
<p>2 – Do ponto de vista ético têm:</p> <ul style="list-style-type: none">• Valor intrínseco do objecto natural: os seres humanos também têm um estatuto moral em si mesmo. Isto justifica a sua protecção;• Valor extrínseco do objecto natural:<ul style="list-style-type: none">• A natureza como ideal recurso cultural, moral, estético:• Princípios orientados segundo a necessidade:<ul style="list-style-type: none">• Necessidade biológica da natureza:• Interesse das gerações futuras:• Necessidades terapêuticas, morais, etc.• Direito ao ambiente como um dos direitos humanos.

Fonte: Ors (1999)

Além das funções que se podem encontrar nos espaços naturais protegidos os benefícios ambientais estão, de igual forma, patentes no desenvolvimento do turismo ao promover a preservação ambiental e dos recursos naturais e culturais.

No que concerne aos benefícios no domínio económico as actividades turísticas em espaços naturais protegidos podem contribuir para o desenvolvimento sustentado das regiões rurais tradicionalmente mais deprimidas economicamente.

Diversos países têm nos seus recursos naturais (áreas protegidas) o principal elemento de atracção turística e desempenham um papel importante no seu desenvolvimento económico e social. Assim, as actividades turísticas em espaços naturais protegidos são potenciais geradoras de benefícios económicos consideráveis.

As alterações sociais económicas ocorridas ao longo das últimas décadas tiveram reflexos consideráveis em alguns ambientes rurais periféricos ou ultraperiféricos. Dificuldades de adaptação às novas tecnologias, desequilíbrios demográficos, êxodo rural com o conseqüente despovoamento de alguns aglomerados populacionais que lutam, hoje em dia, pela sua sobrevivência. Muitos destes territórios possuem um vasto património natural e cultural onde o desenvolvimento do turismo pode constituir uma forte expectativa de crescimento quando está unido ao recurso património.

Para a OMT (1998) o turismo em espaços naturais protegidos é gerador de emprego, quer no sector do turismo assim como nas diversas actividades económicas relacionadas com a gestão dos recursos. Pode contribuir para a diversificação das economias locais, especialmente as zonas rurais onde o emprego é mais precário. É um forte estimulante para a agricultura ao fomentar a oferta de produtos tradicionais e conseqüente geração de receitas. Pode estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das infra-estruturas de transportes e comunicações locais, trazendo benefícios para as populações locais. Se o turismo for devidamente organizado e planeado pode constituir um mecanismo de auto financiamento para as entidades gestoras do parque e servir de instrumento para a sua conservação e preservação.

Outros aspectos que se devem destacar no âmbito do turismo em espaços naturais protegidos prendem-se com os aspectos sociais. O turismo possibilita que as populações locais mantenham e expressem a sua identidade cultural através das suas manifestações culturais (festas, costumes e tradições, gastronomia típica, entre outros), reforçando a identidade dos povos e preservando a autenticidade dos seus costumes e tradições (Garcia, 1999).

Das modalidades turísticas que podem ser desenvolvidas e praticadas pelos turistas que demandam pelo património natural e cultural destaca-se o “turismo natural”, cujas actividades podem ser a observação da fauna e flora, visitas a parques e reservas naturais, excursões, passeios a pé ou de bicicleta, caça, pesca, entre outras. Outra modalidade abarca as actividades praticadas no âmbito do turismo de aventura, nomeadamente orientação, esqui, escalada ou parapente.

O denominado “turismo educativo” possibilita, por sua vez a prática de cursos de música, pintura, fotografia, educação ambiental, formação sobre conservação da natureza, história. Sobre esta modalidade é interessante referir o papel importante que as áreas protegidas podem desempenhar no despertar e desenvolvimento da consciência ambiental dos mais jovens.

As manifestações e acontecimentos festivos, o contacto com o ambiente rural, as suas tradições e costumes são actividades que se podem praticar no âmbito do “turismo cultural”.

Estas constituem algumas modalidades de turismo que se podem desenvolver em espaços onde o recurso principal é o património natural e cultural.

Neste desenvolvimento e segundo Blasco (1999) as actividades turísticas podem agrupar-se em dois grandes grupos: as recreativas que se caracterizam pela sua componente desportiva e aventura e as actividades que comportam uma vertente interpretativo – educativa.

No que concerne ao primeiro grupo incluem-se actividades que consistem no mero acto de “estar” num cenário natural, desfrutar de um ambiente sossegado e tranquilo para revitalizar ou em simples acto de relaxamento. O objectivo não é a realização de uma actividade concreta, mas unicamente o contacto com a natureza e o seu património natural. Nesta modalidade podem incluir-se actividades como passeios, reuniões com amigos e familiares, merendas, passeios ao ar livre, contemplação da natureza, fotografia, recolha de plantas, etc. Em suma, são actividades que procuram satisfazer a necessidade de o homem ter o reencontro com a natureza à qual pertence. As modalidades desportivas e de aventura, tem em comum com as anteriores a necessidade de existência de espaços naturais e recursos de qualidade (Blasco, 1999). As possibilidades são imensas e dependem das características e dos recursos existentes nos espaços naturais.

Além das actividades tradicionais como o esqui, montanhismo, espeleologia ou pesca, hoje em dia outras actividades como o parapente, treinos com cães, *rafting* ou bicicleta todo o terreno (BTT) são, cada vez mais, incrementadas.

Relativamente às actividades turísticas de carácter interpretativo/educativo destacam-se, neste grupo, o ecoturismo, agroturismo, ou o turismo cultural. O ecoturismo caracteriza-se por actividades turísticas onde os principais elementos de atracção são as paisagens e ecossistemas cujo objectivo é desfrutar, estudar e analisar o meio ambiente natural e as manifestações culturais e ele associadas. O agroturismo caracteriza-se por aquelas actividades onde há uma participação activa do turista. Este participa nas diversas actividades desenvolvidas em espaços rurais ou naturais.

O “turismo cultural” baseia-se em actividades onde são utilizados recursos culturais existentes na região (recursos históricos, artísticos, etnológicos, etc.).

Segundo o mesmo autor a oferta de actividades turísticas que se podem associar a estas modalidades podem ser diversas, nomeadamente as rotas ecológicas onde existam itinerários temáticos que permitam ao visitante observar os aspectos naturais mais importantes do espaço natural. Estas rotas podem ser efectuadas por diversos meios de transporte, nomeadamente a bicicleta, cavalo, a pé ou com um guia. Semelhantes às rotas ecológicas os percursos de interpretação constituem outras actividade que se pode desenvolver nestes espaços naturais. Nestes dá-se ênfase e acentua-se os valores educativos e interpretativos e devem ser efectuados por um educador ou monitor.

As visitas organizadas com o objectivo de participar e realizar actividades ligadas ao fabrico de artesanato ou ofícios tradicionais da região é outra actividade que é possível desenvolver. Estas são algumas das possibilidades de actividades turísticas que os espaços naturais potenciam, que apresentamos como exemplo do que pode ser implementado nos parques naturais protegidos do presente estudo.

Como ficou expresso o turismo em espaços naturais protegidos apresenta características intrínsecas que o distinguem de outras formas de turismo e que a sua especificidade preserva a identidade cultural e patrimonial das áreas onde se pratica com evidentes benefícios para as populações locais e para os grupos que demandam estes espaços.

CAPÍTULO IV – PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL E ARRIBES DEL DUERO: DOIS PARQUES RAIANOS E TRANSFRONTEIRIÇOS

4) DELIMITAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Já nos debruçamos sobre alguns aspectos do território onde estão inseridos os espaços naturais protegidos do Douro Internacional e *Arribes del Duero*.

Pretendemos, no presente capítulo, que a nossa intervenção ancore mais especificamente nos citados Parques Naturais. Assim, tendo por base os documentos legislativos em vigor será apresentada e analisada a sua fundamentação legal, os critérios e objectivos que presidiram à sua criação.

De seguida, será feita a caracterização que concerne aos contrastes geográficos e a diversidade de recursos que estes espaços naturais configuram.

Finalmente apresentamos as nossas conclusões que retiramos do trabalho de campo efectuado nestes complexos e diversificados territórios raianos.

Os espaços naturais protegidos são territórios estabelecidos com a finalidade, principal, de preservação e conservação da natureza. Em determinadas situações procura-se preservar um conjunto singular ou então uma área da natureza privilegiada. Noutros casos, a preocupação é a manutenção das actividades humanas que estão em perfeita harmonia com os valores naturais.

O PNDI e Arribes del Duero são áreas naturais que satisfazem estas premissas. Foi neste sentido, que estes espaços naturais foram alvo de um processo de classificação de espaços naturais protegidos. São espaços possuidores de um vasto património natural. As actividades humanas que ao longo dos séculos se foram desenvolvendo resultaram num vasto espólio cultural. A conjugação destes valores patrimoniais conduziu a que estes espaços obtivessem a classificação de áreas naturais protegidas. De seguida faremos o enquadramento e fundamentação legal da criação dos Parques Naturais Protegidos do Douro Internacional e Arribes del Duero.

Convém, desde já, estabelecer algumas considerações relativamente às disposições legais de ambos os países.

Em Portugal é da competência do Governo legislar em matéria de conservação da natureza. Em Espanha a competência para a criação a gestão dos espaços naturais é repartida por diversos órgãos soberanos. No domínio dos Parques Nacionais compete à Administração Geral do Estado a sua coordenação. Esta é efectuada em colaboração com as Comunidades Autónomas de Espanha em regime de cogestão.

Relativamente às outras categorias de áreas protegidas consignadas na Lei espanhola (já anteriormente referidas) a sua delimitação, classificação e gestão é da competência das Comunidades autónomas que possuem poder legislativo neste domínio.

Outro aspecto que consideramos importante destacar e que difere entre os dois países é que em Espanha a Lei exige a prévia elaboração e aprovação do correspondente Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais. Só após a sua elaboração é que uma área é ou não classificada como espaço protegido.

Aqui reside uma diferença notória e muito importante relativamente a Portugal.

No espaço português os Planos de Ordenamento das áreas protegidas só têm início após a sua criação. Cremos que este pormenor importante pode constituir um factor de atraso para a implementação de estratégias de **desenvolvimento** para estes espaços protegidos, na medida em que a existência prévia de um projecto de ordenamento para um espaço natural permite antecipar as estratégias de gestão e ordenamento que se pretendem implementar.

Como já foi referido em anterior capítulo, a política de conservação da natureza em Portugal teve início, legal, com a aprovação da lei n.º 9/70 de 19 de Junho, Lei dos Parques Nacionais e outros tipos de Reservas.

Neste diploma legal ficou consignado que o objectivo da protecção da natureza é “*a defesa e ordenamento da flora e fauna naturais, do solo, do subsolo, das águas e da atmosfera, quer para salvaguarda de finalidades científicas, educativas, económicas, sociais e turísticas, quer para preservação de testemunhos da evolução geológica e da presença e actividade humana ao longo das idades*” (lei n.º 9/70).

Este texto é bem representativo da preocupação e abrangência pretendida relativamente à preservação do património natural. Além das questões relativas ao património natural e culturais as actividades turísticas são actividades que este diploma deseja que sejam possibilitadas nos espaços naturais.

Foi, desde então, que teve início uma longa caminhada em prol da conservação do património natural, de criação e classificação de diversos espaços naturais protegidos disseminados por todo o território nacional. Esta Lei constituiu um passo decisivo para a

implementação de medidas de conservação do património natural. Foi possível, então, a delimitação e definição de diferentes áreas protegidas com diversos objectivos de conservação e preservação.

Foi, já, nesta década que se efectuaram os primeiros contactos com as autarquias locais e as entidades governativas espanholas para a criação de um espaço natural protegido na raia transmontana (Castela e Leão, 2000)

No seguimento da produção legislativa sobre a matéria em estudo, salientaremos os seguintes diplomas:

Decreto-lei n.º 613/76 de 27 de Julho – Este diploma preconiza que “*a conservação da natureza, a protecção da paisagem e sítios, a gestão racional dos recursos naturais e a salvaguarda da sua capacidade de renovação [passaram a ser elementos] a considerar no ordenamento territorial*” (Decreto-lei 613/76). Este documento legal evidencia a vontade de seguimento da política de conservação da natureza em Portugal iniciada anteriormente.

Decreto-lei n.º 19/93 – Nos termos deste diploma foi criada a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Neste contexto, a conservação da natureza, a protecção de espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objectivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação de um sistema nacional de áreas protegidas. Ficaram desta forma estabelecidas as bases para o arranque e implementação em todo o território nacional de um conjunto de espaços naturais protegidos com diferentes classificações e categorias que já aludimos anteriormente.

Resolução do Conselho de Ministros 32/95 de 07 de Abril – O seu objectivo principal foi iniciar um programa de desenvolvimento da Região do Douro, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999.

Este programa cujos objectivos principais eram a implementação de um conjunto de acções orientadas para o aproveitamento das potencialidades da região do Douro, tinha previsto no domínio dos recursos naturais a criação do espaço natural protegido do Douro Internacional.

Antes de referirmos o diploma legal que deu origem ao PNDI, devemos fazer alusão à polémica e discussão que ocorreu na década de oitenta, do século transacto, em torno da possível instalação de uma central de armazenamento de resíduos sólidos em Aldeadavila de la Ribera, em território espanhol. Este facto terá estado também na génese

da criação, em ambos os países, de dois espaços naturais protegidos ao longo do vale fronteiro do Rio Douro (Castela e Leão, 20002).

Neste seguimento, foram feitos diversos estudos sobre a fauna e flora na área, cujos documentos constituíram as primeiras justificativas para a criação do parque natural.

O ICN dá início, em 1983, ao processo de classificação da área protegida, em que apresenta a proposta de classificação. A Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/96 de 5 de Junho criou a Comissão Instaladora que desenvolveu todo o processo para ser aprovado, primeiro em Conselho de Secretários de Estado e, posteriormente pelo Conselho de Ministros.

Assim, o Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de Maio criou o Parque Natural do Douro Internacional. No seu preâmbulo assinala-se que *“Ao longo de mais de 130 quilómetros o Rio Douro e seu afluente Águeda constituem a fronteira natural entre Portugal e Espanha. Neste troço o vale do Douro assume devido à sua geomorfologia uma estrutura de canhão fluvial, com declivosas vertentes, ditas arribas, onde abundam os afloramentos rochosos. Este enclave orográfico de características únicas em termos geológicos e climáticos condicionou as comunidades florística, faunística e as actividades rurais”* (Decreto Regulamentar n.º 8/98).

Este espólio natural associado à presença e actividade humana e ao património cultural local configuram este espaço como um local com características muito próprias que é necessário preservar. Estamos, portanto, na presença de um conjunto de elementos de grande valor patrimonial que conduziram à classificação deste espaço natural.

Assim, este Decreto Regulamentar estabelece que os objectivos específicos do Parque pretendem a valorização e conservação do património natural e o equilíbrio ecológico da biodiversidade e utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas que o parque possui. A preservação e salvaguarda do património arquitectónico, histórico e cultural em harmonia com as actividades tradicionais praticadas na região constituem outros desideratos a cumprir. As actividades humanas neste espaço natural são remotas e mantêm-se ao longo dos tempos. Os traços dessa actividade são visíveis por toda a região e, nesse contexto, os objectivos são *“promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza”* (Art. 3º-b). Neste enquadramento, a coordenação das actividades recreativas na região sem por em perigo os valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais, completam o conjunto de objectivos específicos do referido diploma.

Relativamente ao Plano de Ordenamento e Regulamento, o mesmo Decreto Regulamentar define que o parque natural deve ser dotado de um plano de ordenamento e respectivo regulamento que deve ser elaborado no prazo máximo de três anos.

Pelo que foi referido anteriormente, os objectivos que presidiram à criação do PNDI são, no essencial, a preservação do vasto património natural e cultural que este espaço natural possui.

Na sequência do estabelecimento do PNDI foi elaborado um documento denominado Turismo Natureza – Enquadramento Estratégico – Parque Natural do Douro Internacional. Este documento tem como objectivo principal o enquadramento das potencialidades para o desenvolvimento do turismo natureza na área do PNDI.

Da sua leitura e análise crítica destacamos alguns aspectos que consideramos mais relevantes e com interesse para o presente trabalho.

O documento estabelece um conjunto de princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável do turismo natureza no PNDI.

No domínio da oferta turística o alojamento e actividades ambientais a concretizar devem respeitar e “assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade”. Por outro lado, *“Ser culturalmente e socialmente sustentável, por forma a assegurar a sua compatibilidade com a manutenção dos valores culturais e sociais das comunidades residentes e a satisfação dos visitantes, (...) e “ Contribuir para o desenvolvimento económico local e para um quadro de equilíbrio da oferta e procura das diferentes modalidades do Turismo de Natureza” (IUCN, 2000:15).*

Os objectivos genéricos que este documento pretende atingir são, principalmente, a promoção e implementação integrada e equilibrada das diferentes modalidades do Turismo Natureza (ICN, 2002).

Por outro lado, prevê a instalação de meios e infra estruturas capazes de proporcionar actividades de Animação Ambiental nos domínios da Animação, Interpretação Ambiental e Desporto Natureza.

A elaboração de uma Carta de Turismo Natureza, o incentivo e apoio a projectos no âmbito do Turismo Natureza completam o conjunto de objectivos perseguidos por este enquadramento estratégico. Definidos os objectivos genéricos do Turismo Natureza no PNDI são traçadas um conjunto de estratégias para os diferentes âmbitos referidos nos objectivos.

No país vizinho, como se assinalou anteriormente, foi um dos primeiros países europeus a adoptar medidas de conservação da natureza e a criar os primeiros parques nacionais já nos primórdios do século transacto.

Em 1916 através da Lei Geral de Parques Nacionais criou a Junta Central de Parques Nacionais e foram classificados os primeiros Parques Nacionais.

Na década de trinta, do anterior século, era da competência da Comissão de Parques Nacionais a gestão das áreas protegidas. Posteriormente, na década de quarenta, essa competência ficou a cargo da Direcção Geral de Montes, Caça e Pesca.

Actualmente existe um organismo autónomo que tem a coordenação dos espaços naturais protegidos do território espanhol. Este organismo (Direcção Geral do Meio Ambiente) tutela, em cooperação com os governos autónomos, os espaços protegidos existentes em Espanha. Ao nível da Comunidade é da competência do Conselho do Meio Ambiente e Ordenamento do Território, através da Direcção Geral do Meio Ambiente, a administração e gestão dos espaços naturais protegidos.

O espaço natural das Arribas del Duero foi, numa primeira fase, catalogado como Zona Especial de Protecção para as Aves, de acordo com a Directiva Aves 79/409/CEE de 21 de Maio.

Em fase posterior a Lei 8/1991 dos Espaços Naturais da Comunidade de Castela e Leão fundamentou o Plano de Espaços Naturais Protegidos de Castela e Leão. No conjunto de espaços naturais protegidos incluídos neste Plano foi consignado o das Arribes del Duero.

Esta Lei exigia, como anteriormente foi referido, a elaboração e aprovação prévia do correspondente Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais. Em 1992, o Conselho de Ordenamento do Território de Castela e Leão deu início à elaboração do Plano de Ordenamento que foi aprovado pelo Decreto 162/2001.

Este documento constitui um instrumento de planificação dos recursos naturais do espaço natural das Arribes del Duero cuja finalidade geral é estabelecer medidas necessárias de forma a assegurar a protecção, conservação, melhoria e utilização racional do espaço natural.

Dos objectivos gerais do Plano de Ordenamento destacam-se a avaliação o diagnóstico do estado de conservação dos recursos e ecossistemas no seu âmbito territorial e a determinação das limitações que se devem implementar com objectivo da sua preservação. A aplicação de medidas de conservação, restauro e melhoria dos recursos

naturais que haja necessidade, e a determinação do potencial das actividades económicas que sejam compatíveis com a conservação, são outros objectivos a concretizar.

No Artigo 7º são apresentadas as justificações que conduziram à classificação deste espaço protegido. As motivações são em muito semelhantes às aludidas para o Parque Natural do Douro Internacional. O inventário e análise do vasto património existente neste espaço cumprem com os requisitos estabelecidos pela Lei de Espaços Naturais de Castela e Leão para que possa ser declarado Espaço Natural Protegido. Ficou, então, estabelecido que a figura de protecção mais adequada a este espaço natural seria a de Parque Natural.

Além do Art.º 7º do Decreto, atrás referido, salientaremos, ainda, mais algumas normas do seu articulado que reputamos importantíssimas.

Artigo 10º – Este dispositivo define os objectivos gerais a serem cumpridos no Espaço Natural Protegido das Arribes del Duero. Assim, determina “ *Como prioritário, conservar e proteger os recursos naturais, a sua vegetação, flora, fauna e paisagem, preservando a sua biodiversidade mantendo a dinâmica e estrutura dos seus ecossistemas (...). Sempre que for possível implementar acções de restauro dos ecossistemas e valores do espaço que tenham sido deteriorados*”. Pretende, ainda, “*garantir a conservação das espécies da flora e fauna singularmente ameaçadas (...) e promover o **desenvolvimento** socio-económico das populações do espaço natural, baseado no uso sustentável dos recursos naturais (...) de forma compatível com a conservação dos seus valores (...)*”. A finalizar o conjunto de objectivos gerais pretende-se “ *(...) promover o conhecimento e desfrute dos valores naturais e culturais, do ponto de vista educativo, científico, recreativo e turístico (...)*”.

Artigo 20º – Esta norma contém disposições relativas às actividades recreativas e à criação das infra-estruturas necessárias à sua promoção. Como podemos constatar os espaços naturais protegidos além dos objectivos de preservação do seu património natural e cultural possuem condições para o desenvolvimento do turismo que são compatíveis com os objectivos da sua criação.

Artigo 21º – Neste comando legal é previsto a elaboração de um Programa de Desenvolvimento Turístico para este espaço natural protegido em consonância com os critérios estabelecidos no Plano Regional do turismo de Castela e Leão.

Das informações colhidas através dos contactos estabelecidos no país vizinho concluímos que este Programa de Desenvolvimento Turístico já está em adiantada fase de elaboração e que a sua conclusão está prevista para o final do ano de 2004.

No seguimento deste processo em 2002, a Lei 5/2002 estabelece a criação do Parque Natural de Arribes del Duero. Este documento estrutura-se em quatro artigos onde são definidos as finalidades e os objectivos. As finalidades são *“Contribuir para a conservação e melhoria dos seus ecossistemas naturais e valores paisagísticos em harmonia com os usos, direitos e aproveitamentos tradicionais e com a realização de actividades educativas, científicas, culturais, recreativa, turísticas ou sócio económicas compatíveis com a protecção dos espaço. Garantir os direitos históricos da população, procurando o seu aumento na medida do possível, assim como a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar social”* (Lei 5/2002).

Esta Lei estabelece um conjunto de objectivos dos quais se destacam, pela sua similitude com os objectivos portugueses, *“ Conservar, proteger e melhorar os recursos naturais, a sua vegetação, flora, fauna, água e paisagem, preservando a diversidade genética e mantendo a dinâmica e estrutura dos seus ecossistemas”*. (...) *“Promover o desenvolvimento sócio económico das populações do Parque natural, baseado no uso sustentável dos seus recursos naturais, e melhorar a sua qualidade de vida de forma compatível com a conservação dos seus recursos naturais mediante políticas activas dirigidas, a incrementar na população”* (Lei 5/2002).

Há um aspecto que deve ser destacado na Lei 5/2002 que consideramos importante. Assim, no artigo referente aos objectivos pretende-se *“Fomentar a realização de programas de cooperação conjunta com a administração portuguesa competente de maneira que contribuam para o desenvolvimento geral do espaço natural”*. De facto, é um aspecto que não foi consignado no diploma português que poderia reforçar os laços de cooperação entre os dois países.

Pelo que foi descrito anteriormente são evidentes algumas diferenças legais entre ambos os países relativamente ao ordenamento dos espaços naturais. Consideramos que a estratégia seguida pelos vizinhos espanhóis resulta em maiores e melhores resultados.

No domínio espanhol é condição necessária a elaboração prévia de um Plano de Ordenamento do Espaço Natural para, posteriormente, ser declarado espaço protegido. Em Portugal essa tarefa ocorre após a declaração do espaço natural protegido.

Outra diferença que pudemos constatar prende-se com o facto de na província de Castela e Leão existir um programa dos Parques Naturais de Castela e Leão. Extenso documento cujo objectivo central é o estabelecimento de estratégias de ordenamento e planeamento e desenvolvimento sustentável dos espaços naturais de Castela e Leão. Sobre este documento faremos a devida análise em apartado próprio.

Numa brevíssima análise dos diplomas legais a que temos vindo a aludir, podemos concluir que:

No essencial a legislação portuguesa e espanhola são muito semelhantes uma vez que a sua aplicação visa um único território, embora parcelarmente, património de Estados diferentes.

As estratégias e objectivos definidos por ambos os países são muito idênticos pela razão atrás referidas, embora consideremos que há mais eficiência nos métodos seguidos pelos gestores espanhóis.

Em Espanha é condição “*sine qua non*” para a declaração de um Espaço Protegido a elaboração prévia de um Plano de Ordenamento de Espaço Natural. Em Portugal essa situação ocorre após a declaração do Espaço Natural Protegido.

Existe na Província de Castela e Leão o Programa de Parques Naturais Protegidos desta Província. Trata-se de um extenso documento cujo objectivo central é o estabelecimento de estratégias de ordenamento e desenvolvimento sustentável dos espaços naturais daquela região. Pretendemos analisar, a seu tempo, este documento.

Finalmente, pretendemos fazer notar a conveniência de que fosse inserida no contexto legislativo português dispositivo normativo que, à semelhança do que se prevê na legislação espanhola, fomentasse a realização de programas de cooperação conjunta de maneira a contribuir para o desenvolvimento geral integrado do espaço natural em estudo.

4.1) O PARQUE NATURAL DE AMBOS OS LADOS DA FRONTEIRA – RIQUEZA PATRIMONIAL, PAISAGÍSTICA E CULTURAL

A abordagem que iremos realizar, em seguida, visa apresentar estes espaços naturais protegidos, para efectuar uma caracterização destas áreas naturais destacando o seu património fazendo, ainda, uma abordagem da actividade turística.

“O Parque Natural do Douro Internacional é verdadeiramente a Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis.

O rio Douro corre soberbo por entre desfiladeiros magníficos e austeros e o céu espelha-se esplendoroso naquele espelho de águas calmas e mensageiras do diálogo ancestral entre o homem e a natureza.

O silêncio fala-nos doutros tempos e doutras culturas e só o voo picado e os gritos das aves de rapina nos dizem que a vida existe e é preservada, para que os vindouros possam contemplar espécies raras que ainda habitam em ecossistemas ideais.

Por entre fragedos hercúleos, uma vegetação virgem desafia as leis do equilíbrio e da sobrevivência e os verdes, os castanhos e os vermelhos de infindos arbustos e plantas enfeitam a paisagem, testemunho da boa vizinhança entre portugueses e espanhóis.

Sem dúvida, este Parque Natural é verdadeiramente uma escola de vida onde a natureza é preservada e as espécies vivas mantidas no seu ambiente natural sem poluição sonora, sem grandes intervenções humanas, numa conjugação perfeita entre os interesses das populações e a preservação de memórias e formas de vida genuínas.” (ICN, 2002:4)

Este texto é demonstrativo do valor excepcional que possui a região raiana onde estão inseridos os Parque Natural do Douro Internacional e Arribes del Duero. É um espaço natural cuja beleza do seu património pode definir-se como uma verdadeira “casa” natural, onde se pode encontrar um equilíbrio harmonioso entre o homem com a natureza nas suas diversas formas.

Uma das características que mais se destacam nestes espaços naturais é a sua diversidade de ecossistemas resultantes, por um lado, da sua posição numa zona de transição entre regiões climáticas mediterrânea e atlântica e, por outro, às diferenças de altitude que ocorrem na área. Todo o conjunto constitui um elemento geográfico natural, histórico e cultural de grande valor patrimonial.

Os Parques Naturais do Douro Internacional e Arribes del Duero localizam-se no troço fronteiriço do Rio Douro. Estes espaços naturais são detentores de um grande contraste morfológico que associado ao clima se traduz numa grande diversidade ecológica, paisagística e por uma grande variedade de habitats. O PNDI (figura n.º 55) ocupa uma área de 85150 ha, e situa-se nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta, abrangendo concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo.

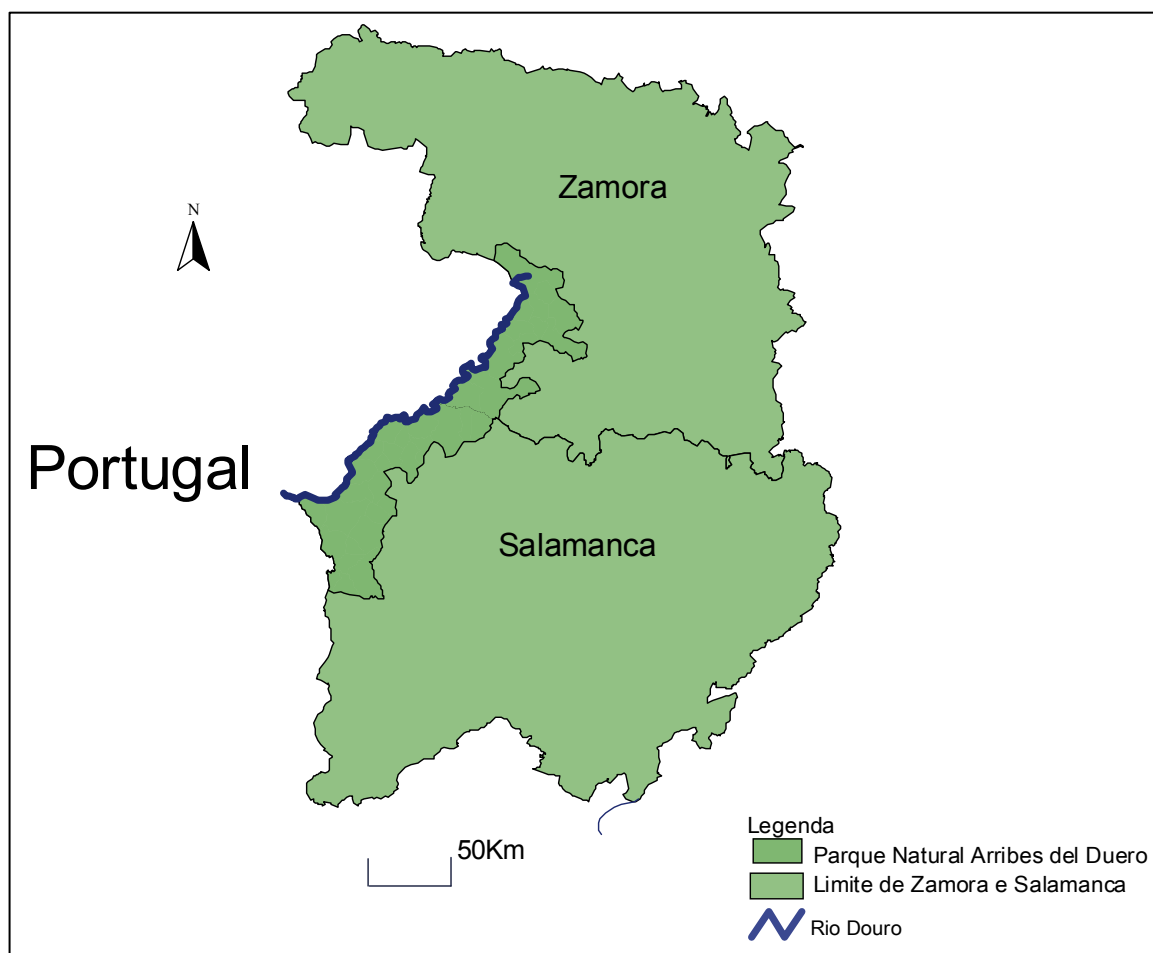
Figura n.º 55 – Localização do Parque Natural do Douro Internacional



Fonte: IGP (2004) – ICN (2004)

Em território espanhol, o Parque Natural das Arribes del Duero localiza-se a Ocidente da Comunidade Autónoma de Castela e leão nas províncias de Salamanca e Zamora e tem uma área total de 170.000 há (figura n.º 56). Os termos municipais são: Ahigal de los Aceiteros, Aldeadavila de la Ribera, Almendra, Barruecopardo, Bermellar, La Bouza, Cabeza de Caballo, Cerezal de Peñahorcada, La Fregeneda, Hinojosa de Duero, Lumbrales, Masueco, Mieza La Peña, Pereña, Puerto Seguro, Saldeana, San Felices de los Gallegos, Saucelle, Sobradillo, Trabanca, Vilvestre, Villarino de los Aires y La Zarza de Pumareda na província de Salamanca. Argañín, Fariza, Fermoselle, Fonfría, Gamones, Morala de Sayago, Moralina, Pino, Torregamones, Villadepera, Villalcampo, Villar del Buey y Villardiegua de la Ribera na província de Zamora.

Figura n.º 56 – Localização do Parque Natural das Arribes del Duero



Fonte: INE – Espanha (2004)

Todo este espaço natural protegido apresenta características físicas que o dotam de um beleza inigualável.

A diversidade e a riqueza são duas características desta vasta área onde se inserem os parques naturais. A presença desta diversidade leva a que seja considerada uma das regiões europeias com maior índice de biodiversidade (Castela e Leão, 2002).

Efectuar uma caracterização de um espaço natural como os Parques Naturais do Douro Internacional e “Arribes del Duero” remete-nos de imediato para um elemento mais marcante, nesta paisagem, o Rio Douro. O Douro, que nasce na Província de Castela e Leão e percorre, com alguns dos seus principais afluentes, Esla, Tormes, Huebre, Águeda e Camaces, as regiões cerealíferas da região castelhana.

Depois deste lento percurso por território espanhol, o rio Douro traça a fronteira natural, mais velha e “impermeável” da Europa, entre Portugal e Espanha ao longo de cerca de 150 km. É um território denominado, pela população, como uma “savana ao Sol”.

Neste troço habitualmente denominado de Douro Internacional a natureza foi generosa na beleza e na biodiversidade que nos legou. Aqui, ao longo da fronteira, o Douro e o seu principal afluente Águeda talharam um dos mais imponentes e maiores canhões fluviais da Península Ibérica com altitudes até 400 metros produzindo uma paisagem de beleza impressionante. Este imponente relevo é denominado por muitos de “Grand Canyon” da Península Ibérica (Azevedo, 1998).

Outro aspecto importante que se destaca na morfologia destes espaços naturais é a existência de grandes superfícies planálticas com altitudes entre os 700 e 800 metros, a norte dos parques, e 600 e 700 em regiões mais meridionais. Uma das imagens mais representativas do relevo destes espaços naturais são os seus vales encaixados, talhados pelo Douro, e com vertentes de grande declive que chegam a atingir os 200 metros de altitude. Sem dúvida um cenário de espectacularidade que o Rios Douro e Águeda moldaram ao longo dos séculos e que hoje se pode observar em toda a extensão do parque.

No que respeita ao clima esta área está sobre a influência de clima mediterrâneo – subcontinental. As amplitudes térmicas elevadas traduzem-se em invernos rigorosamente frios e verões com temperaturas elevadas e muito secos, principalmente nas regiões de menor altitude e mais abrigadas.

A secção mais norte, onde a influência atlântica é muito reduzida, possui um clima dominante ibero/mediterrâneo. Os verões não apresentam uma secura tão elevada em relação a outras regiões e os invernos são dominados por elevadas precipitações e

temperaturas baixas. Esta região corresponde à denominada de Terra Fria Transmontana. A latitudes menores o clima apresenta influências mediterrânicas. A principal característica climática desta região, intitulada de Terra Quente Transmontana, é a ocorrência pluviosidade média anual rondar os 400 mm.

Os planaltos de Miranda do Douro e de Figueira Castelo Rodrigo, com altitudes entre os 700 e 800 onde as temperaturas frias e ocorrência de ventos, contrasta com os vales do Rio Douro e seus afluentes onde as temperaturas são mais amenas e suaves.

Ao longo deste território com mais de 120 km o homem conseguiu ultrapassar as condições naturais adversas. Em solos de escassa produtividade e com fortes declives foi possível aproveitar a influência do clima mediterrâneo para produção de produtos tipicamente mediterrânicos. As actividades agrícolas que se desenvolveram ao longo dos séculos deram o seu contributo para a diversidade paisagística que estes espaços naturais possuem. *“Foram os homens e as mulheres, deste rio e destas margens, que ao longo dos tempos souberam conviver em harmonia com a natureza, que fizeram com que esta região seja considerada uma das mais importantes sob o ponto de vista (...) da Conservação da natureza.”* (Amaro, 1998:5).

A fraca acessibilidade de algumas áreas do Parque confere a este espaço características únicas como o seu valor ecológico, com bosques pouco alterados pela acção humana. Esta paisagem única na sua morfologia, onde existem contrastes marcantes entre o planalto exposto aos ventos e o abrigo dos vales profundos e escarpados, a hidrologia, o clima, marcadamente mediterrâneo, com elevadas temperaturas no estio e chuvas com maior ocorrência no Outono e Inverno, condiciona a cobertura vegetal e contribui para a existência de uma tranquilidade singular que servem de habitat natural para muitas espécies animais e vegetais, muitas vezes classificadas como espécies em extinção.

Há uma clara interacção entre as estruturas geomorfológicas e as condições climáticas que influenciam a organização geográfica da cobertura vegetal destes espaços naturais. A sua génese é fruto das diferentes aptidões dos solos e, também, da intervenção humana através do pastoreio, desflorestação ou os incêndios.

“Diferentes domínios biogeográficos (eurosiberiano e mediterrânico) caracterizados por uma certa homogeneidade ecológica manifestam condições climáticas, edáficas e topográficas diferentes. Por sua vez, cada domínio mostra etapas diversas, mais ou menos definidas, que expressam a dinâmica e complexidade da paisagem” (Castela e Leão, 2002:7).

Em traços gerais podem diferenciar-se duas zonas distintas quanto á cobertura vegetal. Uma que corresponde às áreas mais elevadas do parque (750-600 m de altitude) e outra que corresponde a áreas de menor altitude (550 – 120 m) localizada, principalmente, nos fundos dos vales.

De acordo com estudos realizados⁴⁴ neste espaço natural, a flora mais importante tem uma localização predominante no leito de cheias do Rio Douro e suas proximidades.

As comunidades arbóreas mais representativas na área do parque são os azinhais, sobreirais, carvalhais e zimbrais. Nas margens dos rios localizam-se as formações vegetais higrófilas com maior ocorrência de freixos, amieiros e lódãos. No que se refere às comunidades arbustivas com maior expressão são os giestais que dominam nos terrenos abandonados pela actividade agrícola ou que não foram colonizados por outras espécies vegetais. Alguns exemplos das espécies que ocorrem nos limites dos espaços naturais protegidos são: “*Antirrhinum lopesianum* (espécie rupícola considerada como um endemismo lusitano-duriense e classificada como uma planta rara (R)), *Aphyllanthes monspeliensis* (uma liliácea típica das terras de Miranda do Douro, também classificada como R, *Coronilla minima* subsp. *minima* (instalada nas margens do rio Douro), *Cosentinia vellea*, *Festuca duriotagana*, *Holcus setiglumis* subsp. *duriensis* (endemismo lusitano-duriense), *Isatis platyloba* (endemismo duriense, só colectável nas arribas do rio Douro, no seu percurso internacional), *Lathyrus setifolius*, *Linaria coutinhoi* (endemismo lusitano-duriense), *Malcolmia triloba* subsp. *patula* (característica de zonas arenosas), *Narcissus jonquilla*, *Nigella gallica*, *Rumex roseus*, *Scrophularia valdesii* (endemismo ainda não colectado em Portugal mas presente nas arribas espanholas do rio Douro), *Silene boryi*, *Silene conica*, *Trigonella polyceratia* var. *amandiana* (endemismo lusitano-duriense), *Valerianella echinata*, *Vicia villosa* subsp. *ambigua* e *Salix purpurea* (com distribuição geográfica, no nosso país, exclusiva do rio Douro e até ao momento só colectado dentro dos limites do PNDI)” (ICN, 2000:4).

No que respeita à fauna a variedade de habitats existentes dá lugar à grande diversidade de espécies que encontram nestes parques naturais um espaço vital para a sua permanência e sobrevivência. A complexidade do ecossistema tão rico permitiu a sua conservação ao longo dos tempos por diversos factores, nomeadamente as características do relevo e do clima, a presença de vegetação rica e variada e a actividade humana.

⁴⁴ Destacamos o trabalho elaborado pela Junta de Castela e Leão denominado “Arribes del Duero: el hogar del águila perdicera y da cigüeña negra” desenvolvido no âmbito projecto LIFE/NATUREZA.

A grande variedade e riqueza faunística manifesta-se no número de animais existentes na área dos parques, desde os insectos aos mamíferos. Destaca-se o lobo, espécie ameaçada, quase em vias de extinção. Os morcegos constituem outra espécie que está presente nesta área que aproveita as grutas existentes que lhes proporcionam um bom abrigo e tranquilidade.

As aves são sem dúvida as espécies de animais com maior representatividade na mesma área e que atraem especial atenção do homem. Do leque de aves que se podem observar nestes parques, destacam-se a Cegonha-preta, Abutre do Egipto, Grifo, Águia-real, Águia de Bonelli, Falcão Peregrino, Bufo Real, Andorinhão Real, Gralha-de-bico-vermelho, Chasco-preto, Pombo Bravo e a Perdiz Vermelha. São aves emblemáticas que suscitam a curiosidade de todos quantos visitam este espaço natural protegido

De acordo com a informação consultada, existem 250 espécies, sendo 35 de mamíferos, 170 de aves, 20 de répteis, 11 de anfíbios e 14 de peixes (ICN, 2000). Não se conhece a população total da fauna de invertebrados contudo sabe-se que esta é igualmente abundante. A seguir apresentamos, igualmente, as principais espécies de fauna existentes nos espaços naturais protegidos.

“Mamíferos: A fauna mamológica é diversificada sendo de destacar a presença de algumas espécies de elevado estatuto de conservação. O Lobo é sem dúvida o mamífero mais ameaçado presente (...). Refugia-se nas zonas de matagal mais denso próximo dos cursos de água ou nas arribas, áreas onde a escassa presença humana e a inacessibilidade do terreno lhe permitem alguma tranquilidade e protecção. Esta é aliás uma característica comum a outros mamíferos de médio e grande porte (...), como o Gato-bravo, a Gineta, o Corço e o Javali, funcionando as zonas abertas apenas como local de alimentação ou de passagem. Destaca-se ainda (...) o grupo dos morcegos, onde algumas das espécies possuem os efectivos mais elevados a nível nacional. (...) Estão registadas 170 espécies, das quais 126 são nidificantes podendo considerar-se 4 grupos principais: as aves rupícolas, as aves florestais, as aves estepárias e as aves aquáticas. As aves rupícolas são as mais emblemáticas (...), concentrando-se uma grande percentagem (...) de algumas das espécies mais ameaçadas, tais como Cegonha-preta, Abutre do Egipto, Grifo, Águia-real, Águia de Bonelli, Falcão-peregrino, Bufo-real, Andorinhão-real, Gralha-de-bico-vermelho e Chasco-preto. (...) Das aves florestais observáveis (...) podemos destacar a presença do Milhafre-real, ave ameaçada que possui um efectivo populacional importante nesta área, o Milhafre-preto, a Felosa de Bonelli e o Mocho de orelhas, cujo canto é facilmente audível nas noites de primavera e verão. Nos terrenos de

cultura cerealífera podemos encontrar aves estepárias tais como o Sisão, o Alcaravão, a Calhandra e a Calhandrinha e os Tartaranhões-caçadores que sobrevoam os campos de cereal na busca de alimento. No inverno, estes campos são o local de hibernação de várias espécies em particular da Petinha dos campos. As aves aquáticas ocupam os planos de água existentes (...), podendo encontrar-se nestes biótopos várias espécies de patos, principalmente no Inverno, e o Mergulhão de crista (...).

Os Répteis e Anfíbios ocorrem um elevado número de espécies de répteis do total presente em Portugal e na Península Ibérica. [estes parques] constituem um enclave microclimático de características mediterrânicas, onde se destaca a herpetofauna de preferências termófilas. São de referir, pela sua abundância na área, diversos colubrídeos como a Cobra-rateira, Cobra-de-escada, Cobra-de-ferradura. Também os lacertídeos estão bem representados no Douro internacional, principalmente o Lagarto-comum ou Sardão, a Lagartixa-do-mato e a Lagartixa-de-dedos-denteados. Nos sectores aquáticos assinalam-se 2 espécies comuns que são a Cobra-de-água-viperina e o Cágado.

Os répteis destacam-se também pelo seu papel nas cadeias tróficas da região, nomeadamente a Cobra-rateira e o Sardão, que por serem muito comuns em zonas de matos, terrenos agrícolas, áreas pedregosas, e por possuírem uma biomassa considerável, são presas importantes de animais carnívoros, em especial da Águia-real e do Milhafre-real.

Quanto aos anfíbios, a faixa planáltica (...) possui uma assinalável diversidade e abundância, tanto de anuros (rãs e sapos) como de urodelos (tritões e salamandras). São especialmente importantes as charcas, represas, poços, fontes e outros pontos de água que existem um pouco por toda a faixa planáltica. Ocorrem nesses locais espécies como a Salamandra-de-costas-salientes, a Salamandra-de-pintas-amarelas, o Tritão-de-ventre-laranja, o Tritão-marmorado, os sapos parteiros, o Sapo-comum, o Sapo-corredor e a Relã. Os terrenos arenosos de degradação dos granitos, adjacentes a esses locais aquáticos, permitem o refúgio para diversas espécies, entre as quais o Sapo-de-unha-negra. Essa abundância de anfíbios é testemunhada ao percorrer de noite algumas estradas da região, aquando das primeiras chuvas outonais/primaveris. O grupo das espécies de peixes presentes (...) sofreu nas últimas décadas alterações no seu número e composição, sendo actualmente constituído por 14 espécies. Antes da década de 60 ocorriam no troço internacional do rio Douro diversos peixes migratórios como o Esturjão ou Peixe-solho, o Sável, a Lampreia, a Enguia e quiçá o Salmão. Segundo relatos da época, essas espécies eram exploradas, nomeadamente em Barca de Alva onde eram

famosas algumas receitas ou “peixadas”. Com a construção das 5 barragens no troço nacional do Rio Douro (Pocinho, Valeira, Régua, Carrapatelo e Crestuma-Lever), e outras cinco no troço fronteiriço (Saucelle, Aldeiadávila, Bemposta, Picote e Miranda), a passagem dessas espécies ficou impossibilitada e todas elas desapareceram, com excepção da Enguia. Em termos de ictiofauna autóctone com interesse para a pesca, ocorrem o Barbo-comum, a Boga-de-boca-direita, o Escalo. (...) Os invertebrados são o grupo faunístico menos conhecido. A diversidade parece ser elevada, podendo destacar-se algumas espécies pela abundância ou aspectos estéticos. Por exemplo, é bastante comum uma aranha do Género Argyope, de padrão amarelo, que pendura as suas enormes teias entre os matos, especialmente nos giestais. Também o Escorpião ou Lacrau (Bhus occithanus) e as centopeias são muito abundantes nos terrenos pedregosos, e o “canto” das cigarras é um dos sons mais característicos dos Verões nas arribas. Outros invertebrados muito conhecidos são os lagostins, estando a espécie autóctone (Lagostim-de-patas-brancas Austropotamobius pallipes) considerada como extinta apesar de ter ocorrido até recentemente nesta área” (ICN, 2000:6-7).

De facto a diversidade de fauna e flora existentes nestes espaços naturais são elementos sempre presentes para quem acorre a estes espaços.

“Na primeira viagem pelos trilhos serpenteantes da orografia do Douro Internacional, a contemplação da fauna selvagem nesse grandioso cenário natural torna-se numa experiência memorável.

No Verão, ao final da tarde, nalgum confim perdido junto ao Douro, é o momento indicado para se sentir, verdadeiramente, o misticismo, deste espaço natural. Em cima de uma fraga ao sabor da aragem que vai arrefecendo as rochas, com o sossego de toda aquela paisagem gigantesca, observam-se as escarpas a ficar sombrias à medida que o Rio, lá em baixo, se vai tornado num mar de silêncio. Nesse instante, em que o sol se prepara para deixar o horizonte, a paisagem mostra que está viva pois um par de corças aparece espreitando entre o zimbral e no céu despedem-se os últimos abutres. Nesse instante aparece um casal de águias-reais que atravessa serenamente o ocaso, eis-nos nas maravilhosas e bravias Arribas do Douro” (Azevedo, 1998:37).

Todo este espaço natural não se fez sem a contribuição do homem. Desde tempos remotos que a agricultura é a actividade mais importante desenvolvida em toda a sua área. As particulares características orográficas cuja divisão em duas zonas distintas e claramente diferenciadas conjugadas com as tipologias dos solos, ora graníticos ou xistosos, levaram a um maior ou menor desenvolvimento das actividades humanas nestes

territórios. Estas actividades primárias deram lugar a diferentes paisagens agrárias e humanizadas em cada zona destes territórios raianos. Nestes espaços naturais protegidos, cujo património natural se moldou ao longo de milhões de anos, coexistem, ainda, elementos que são resultado de uma presença humana secular, mais nova, mas rica. Referimo-nos ao vasto património cultural que está representado nas mais diversas formas (castros, ruínas romanas, edifícios religiosos e civis, dialectos, artesanato e artes populares, indumentárias, conhecimentos populares, valores, costumes e tradições ou a música).

Do património pré-histórico existem vestígios de assentamentos humanos nas terras fluviais. As figuras paleolíticas pintadas nas rochas, necrópoles, povoados neolíticos e dólmenes são alguns exemplos deste período que podem ser observados por exemplo, nas gravuras rupestres da Freguesia do Mazouco, em território português, ou nas urnas antropomórficas em Villarino em terras espanholas (Corral, s/d).

A cultura castreja da Idade do Ferro tem, igualmente, presença abundante nestes espaços naturais. Os Castros de Fariza, Fermoselle ou Villar del Buey, edificados em locais de fácil defesa, são visíveis na área do Douro Internacional. Exemplo idêntico, em território nacional, encontra-se em Miranda do Douro nos vestígios do Castro de Vale de Águia.

A presença romana por estes territórios deixou importantes vestígios que aumentam o vasto património existente. As vias romanas que ligam importantes localidades entre Portugal e Espanha (calçada Zamora – Fermoselle e Villalcampo - Miranda do Douro), e pontes ou vilas edificadas nos vales mais férteis da região (Rubiales e Cortés, 1999).

Em territorio espanhol o *“patrimonio histórico-artístico es [también] muy rico y diverso. A modo de ejemplo, pueden citarse la villa de Fermoselle, la ermita y la romería de Nuestra Señora del Castillo en Fariza, y una valiosa herencia de la época celta: el Berraco de la Barrera en Lumbrales o el burro de San Antón en San Felices de los Gallegos”* (Junta de Castela e Leão, 2003:7)

No património religioso destacam-se as igrejas visigóticas e medievais ou as ermidas espalhadas nas pequenas elevações próximas das povoações, onde todos os anos se realizam romarias com grande número de devotos e forasteiros. Em Miranda do Douro, o património religioso encontra o seu máximo expoente na sua Sé Catedral cuja construção teve início no remoto século XVI. Nas vizinhas povoações espanholas e a presença de Igrejas e monumentos religiosos é um elemento sempre constante.

De épocas mais recentes, século XVI e XVII, existem os edifícios dos Paços do concelho e as vivendas, exemplos de arquitectura tradicional que aumentam o vasto património monumental.

As festas, romarias e outras manifestações religiosas e pagãs fazem parte do património cultural tradicional das populações fronteiriças. No distrito de Bragança, e na província de Zamora realizam-se, ao longo do ano, diversas manifestações denominadas “Festas de Inverno” pelo carácter sazonal que configuram.

Dada a importância destes elementos como notáveis recursos para o desenvolvimento destes territórios raianos e dando seguimento à caracterização que efectuamos apresentamos, em anexo, o mapa de recursos mais representativos que estes espaços possuem. A inventariação teve como base a recolha e tratamento de informação na Direcção Geral de Turismo cujo Inventário dos Recursos Turísticos a nível nacional está no âmbito das suas competências. A informação, para o território espanhol, foi completada com a recolha de informação junto das entidades de Castela e Leão e com trabalho de campo por nós efectuado. Naturalmente que não é um trabalho que fique completo. Somente, pretendemos analisar estes espaços naturais relativamente ao seu património para se poder aferir as suas potencialidades, porque partilhamos da opinião que o levantamento e inventariação dos recursos existentes numa região constitui um elemento importante para o desenvolvimento global e sustentado, com especial destaque para o turismo.

A caracterização que acabamos de efectuar leva-nos a afirmar que “*O Parque Natural do Douro Internacional e [Arribes del Duero] são, verdadeiramente, uma Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis*” (ICN, 2002:2).

4.1.2) ACTIVIDADE TURÍSTICA NO DOURO INTERNACIONAL

Já fizemos referência, neste trabalho, às actividades turísticas em espaços naturais protegidos, nomeadamente a tipologia de actividades que se podem desenvolver e os benefícios que estes espaços geram nas áreas onde estão inseridos.

Retomamos agora este tema para analisarmos a actividade turística nos Parques Naturais do Douro Internacional e Arribes del Duero.

Para tal, contactamos as respectivas Direcções que gerem estes espaços, informação estatística sobre o movimento de visitantes. Para o território nacional foi possível recolher informação sobre o número de visitas guiadas, para além do número e origem dos visitantes para o período compreendido entre 1999 e 2003.

As entidades espanholas responsáveis de igual forma se disponibilizaram em colaborar. Recolhemos documentos sobre a sua actuação no espaço das Arribes del Duero, nomeadamente o Programa de Espaços Naturais de Castela e Leão onde se encontra inserida uma secção relativa às Arribes del Duero e que será objecto de análise nesta parte do presente trabalho.

Relativamente a Espanha, não foi possível a recolha de dados sobre o movimento de visitantes. Aquando dos diversos contactos que estabelecemos com as entidades espanholas foi-nos informado que não possuem registo dos visitantes às Arribes del Duero, por se tratar de um Parque recente e não estarem concluídas as infra-estruturas adequadas à realização do trabalho de recolha de informação.

Da informação que recolhemos foi possível constatar que uma das estratégias implementadas é a realização de actividades de educação ambiental para a população inserida no Parque com especial incidência para a mais jovem e em idade escolar.

Esta acção denominada de “Estratégia de Educação Ambiental de Castela e Leão” visa, entre outros objectivos, valorizar os recursos ambientais e culturais existentes no Parque, junto da população local. Desta forma poderá haver uma participação mais activa da população na conservação da natureza e farão parte integrante do processo de gestão global das Arribes del Duero.

Desde a sua criação em 2002, que se tem desenvolvido diversas acções conducentes a dotar o parque de recursos e infraestruturas para a sua gestão, nomeadamente actividades de conservação da fauna e flora, melhoria do meio ambiente, obras de restauração paisagística.

Em território nacional pudemos verificar que acções semelhantes estão a ser planeadas no sentido de dotar o parque com as infraestruturas necessárias para possibilitar uma melhor gestão e aproveitamento dos seus recursos.

A falta de informação estatística, referida anteriormente, inviabiliza a comparação entre os dois parques naturais. Contudo, procederemos à análise para o caso do PNDI.

Na nossa sociedade a utilização das áreas protegidas como lugares de ócio e lazer é uma pratica cada vez mais constante. A função recreativa não é recente, mas tem vindo a ampliar notavelmente nas últimas décadas de forma que mais pessoas procuram o contacto com a natureza e os espaços naturais protegidos (López e Izquierdo, 2003).

Desde a criação do PNDI, em 1998, que tiveram início visitas a este espaço natural protegido. O quadro n.º 41 e figura n.º 56 evidenciam a evolução do número de visitantes que contactaram as delegações existentes no PNDI e as visitas guiadas realizadas entre 1999 e 2003.

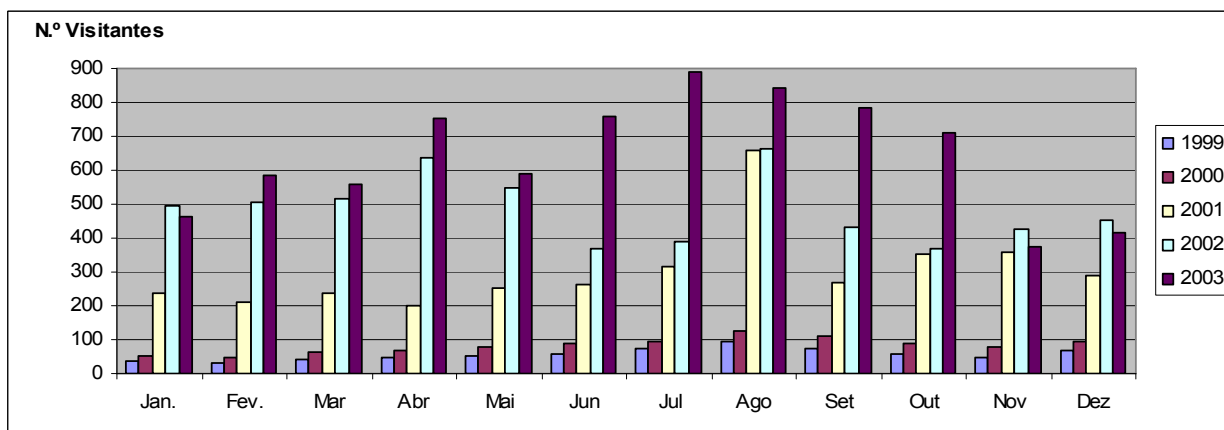
Quadro n.º 41 – Evolução do número de visitantes ao PNDI (1999-2003)

Anos	Meses												Total
	Jan.	Fev.	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1999	35	32	42	48	51	60	75	95	73	59	48	71	689
2000	53	49	61	68	77	89	94	128	111	92	78	93	993
2001	237	210	237	201	252	264	315	657	270	354	357	288	3642
2002	496	504	516	636	548	368	392	664	432	368	428	452	5804
2003	464	584	560	752	592	760	888	840	784	708	376	416	7724

Fonte: ICN (1999 a 2003)

Relativamente aos visitantes que efectuaram visitas ao parque constata-se que ao longo do período ocorreu um aumento significativo. Em 1999 o total de visitantes foi de 689 e em 2003 totalizou 7724. Entre 2000 e 2001 verifica-se um aumento bastante significativo no número de visitantes que acorreram ao Parque.

Figura n.º 56 – Evolução das visitas ao PNDI (1999 – 2003)



Fonte: ICN (1999 a 2003)

Ao analisar o comportamento mensal do movimento de visitantes (quadro n.º 41), observa-se que, sem dúvida alguma o estio é a estação que recolhe maior as preferências dos visitantes para visitar o PNDI. Verifica-se que os meses estivais com maior afluência de visitantes correspondem a Julho, Agosto e Setembro.

A Primavera é a segunda estação que reúne as preferências dos visitantes. Março, Abril, Maio e Junho são os meses que registam maior afluência depois da estação de Verão. A temperatura pouco convidativa do Inverno retrai o visitante a acorrer ao PNDI. Os dados permitem observar que o número de visitantes entre Outubro e Abril é, manifestamente, menor em relação aos restantes.

Além dos visitantes que acorrem ao parque por iniciativa própria a Direcção do PNDI possui pessoal técnico que organiza visitas guiadas por este espaço natural protegido. Estas visitas são, sobretudo, orientadas para grupos de jovens em idade escolar. O percurso é organizado em função do grau de escolaridade que o grupo possui.

Os dados relativos às visitas guiadas (quadro n.º 42) revelam crescimento, embora se registem, entre 1999 e 2003, algumas variações anuais. Assim, em 1999 o número de visitas guiadas cifrou-se em 27 passando para 66 em 2000.

Quadro n.º 42 – Evolução das visitas guiadas realizadas no PNDI (1999-2003)

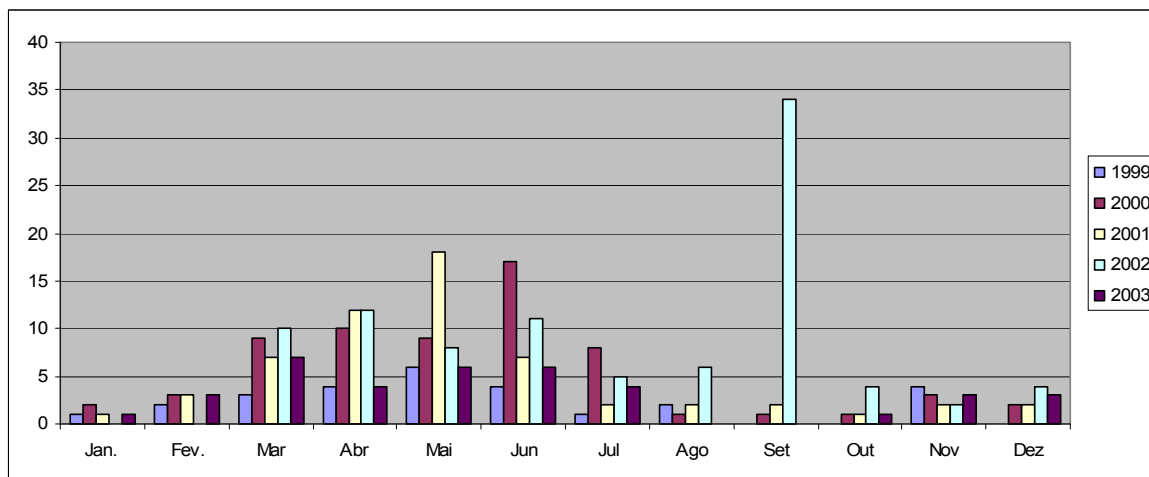
Anos \ Meses	Meses												Total
	Jan.	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez	
1999	1	2	3	4	6	4	1	2	0	0	4	0	27
2000	2	3	9	10	9	17	8	1	1	1	3	2	66
2001	1	3	7	12	10	18	7	2	2	2	1	2	67
2002	0	0	10	12	8	11	5	6	34	4	2	4	96
2003	1	3	7	4	6	6	4	0	0	1	3	3	38

Fonte: ICN (1999 a 2003)

Em 2001 o PNDI promoveu 67 visitas guiadas a este espaço natural protegido cujo número de visitantes totalizou 3642. Em 2002 foi o ano em que decorreram maior número de visitas guiadas num total de 96. No ano seguinte registou-se uma diminuição para, apenas, 38 visitas guiadas. Sobre este facto não possuímos elementos que nos possibilite apresentar justificações para a quebra verificada.

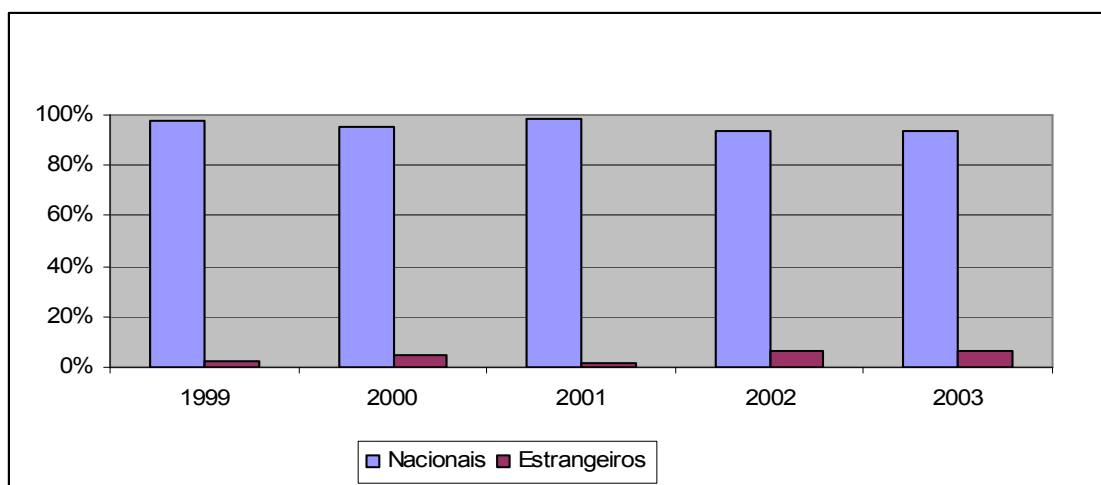
Quanto à distribuição anual, pode-se observar na figura n.º 57 que os meses de Março, Abril, Maio e Junho foram aqueles que tiveram a preferência dos visitantes. Nos restantes meses, embora com frequência menor, também se efectuaram visitas guiadas ao PNDI.

Figura n.º 57 – Distribuição mensal das visitas guiadas ao PNDI (1999-2003)



Fonte: ICN (1999 a 2003)

Figura n.º 58 – Visitantes nacionais e estrangeiros ao PNDI (1999-2003)



Fonte: ICN (1999 a 2003)

A análise dos visitantes nacionais e estrangeiros é expressa na figura n.º 58.

É evidente a supremacia dos nacionais que visitaram o PNDI, sendo o seu valor superior a 90%.

O valor relativo aos visitantes estrangeiros é muito reduzido ao longo do período considerado. Apenas em 2002 e 2003 ocorreu um aumento face aos anteriores anos.

Os fluxos de turistas em direcção às áreas naturais protegidas procuram serviços e produtos turísticos de qualidade como alternativa às regiões turísticas massificadas para ir ao encontro de espaços onde é possível o contacto com a natureza.

Esses turistas combinam diversos interesses e gostos que vão desde o desporto aventura, costumes locais, sítios históricos, até ao prazer pelas paisagens deslumbrantes, a fauna ou a flora (OMT, 1995).

A actividade turística nos espaços naturais protegidos em numerosos países desempenha um papel importante na criação das áreas protegidas uma vez que o potencial turístico de uma região constitui um factor importante no processo de selecção.

Na esteira de López e Izquierdo (2003:131) *“a utilização das áreas naturais como espaços de ócio [e actividades turísticas] é uma das características constantes da nossa sociedade. Esta função recreativa não é muito recente, mas é certo que se vem incrementando nas últimas décadas, de tal forma que cada vez mais há pessoas que utilizam os seus tempos livres e de ócio em contacto com a natureza.”*

Segundo os mesmos autores o turismo em espaços naturais protegidos começou a crescer nos anos oitenta, do século XX, com notável incremento na década de noventa. Actualmente é considerada uma actividade que se encontra no auge do seu crescimento (López e Izquierdo, 2003).

Os dados de que dispomos não possibilitaram a abordagem de outros indicadores sobre os fluxos turísticos no PNDI. Contudo, a análise que efectuamos permite concluir que a procura turística no PNDI tem ocorrido em sentido positivo desde a sua declaração como espaços natural protegido, no entanto revela, ainda, pouca afluência por parte dos turistas. A variedade do património existente neste território dá, em nossa opinião, grandes possibilidades de desenvolvimento turístico. Contudo, as funções recreativas e turísticas devem ser compatibilizadas com um correcto ordenamento e a conservação da natureza.

Das considerações anteriores somos da opinião que o desenvolvimento do turismo neste espaço natural pode ser uma medida bem sucedida à semelhança do que vai ocorrendo em diversos países.

Ao longo do anterior e presente capítulo efectuámos uma análise comparativa dos territórios onde se inserem os espaços naturais protegidos do Douro Internacional e *Arribes del Duero*.

Tendo como quadro de referência a exposição que elaboramos passamos, de seguida, à apresentação das potencialidades e debilidades que identificamos neste território.

Assim, Como ficou expresso “*Estes territórios partilham de uma situação regressiva onde [alguns] indicadores básicos, [nomeadamente] de actividade e demográficos são muito precários*” (Coimbra, 2002:28).

Trata-se, portanto, de espaços que sofreram, durante décadas, perdas de efectivos humanos e enfrentam, actualmente, grande e preocupante despovoamento e onde se acentua o periferismo geográfico. O forte envelhecimento populacional e a redução da população mais jovem constituem outras debilidades demográficas identificadas em ambos os territórios. A sua estrutura socioeconómica apresenta algumas diferenças. Com efeito, a população empregada na agricultura demonstra que este sector tem uma importância diferenciada em ambos os territórios. Apesar dos contrastes identificados, nomeadamente em Salamanca, verifica-se que este sector tem pouca representatividade e, em oposição, em Mogadouro as actividades agrícolas assumem elevada importância. Somos da opinião que o sector primário tem um excessivo protagonismo em algumas regiões destes territórios.

Pudemos verificar que o sector secundário ocupa um lugar de destaque na estrutura económica de ambos os territórios. Por último o sector dos serviços demonstra que predomina em ambos os territórios. No entanto, somos da opinião que o processo de terciarização está ainda pouco desenvolvido.

No que concerne ao turismo ficou evidente que nas províncias espanholas este apresenta maior dinamismo quer em termos de oferta, quer na procura. O território espanhol revelou uma maior capacidade de oferta de estabelecimentos hoteleiros enquanto que nos concelhos portugueses é manifestamente deficitária a sua capacidade de alojamento. A Mesma situação ocorre com a procura turística que evoluiu de forma diferenciada em ambos os territórios em análise.

O despovoamento, e o fraco desenvolvimento económico são fenómenos com grande incidência nas regiões mais interiores e raianas. Entendemos que o combate a estas dificuldades pode e deve ser encontrado na valorização dos recursos, no património natural e cultural que estes territórios detêm e no mobilizar de capacidades de desenvolvimento endógeno para que estes espaços possam alcançar níveis de desenvolvimento idênticos às outras regiões. Na esteira de alguns autores consideramos que é necessário “*entender o processo de evolução de crescimento negativo ou estagnação económica*” (Coimbra, 2002:18) tentando, também, identificar as potencialidades que podem ser exploradas para um desenvolvimento sustentável.

Estes territórios transfronteiriços, com características marcadamente rurais, possuem um vasto património natural, cultural que consideramos ser um recurso que se revela importante em termos de estratégias de desenvolvimento regional ou local.

Toda a riqueza patrimonial existente pode constituir uma vantagem e mais valia para estes espaços raianos e contribuir para o seu desenvolvimento global. Pela sua capacidade de gerar sinergias pode constituir uma base para o desenvolvimento sustentável destes territórios raianos.

De igual modo entendemos que estes recursos são importantes e fundamentais para o incremento do turismo nas suas modalidades mais recentes, nomeadamente o turismo em espaço rural, turismo natureza, turismo ambiental, entre outras.

Contudo, o desenvolvimento sustentável do turismo não poderá ser entendido como elemento único na definição de modelos e estratégias de desenvolvimento nem deve ser encarado como panaceia para as debilidades que enfrentam as regiões mais deprimidas ou o motor principal para o progresso (Coimbra, 2002). O turismo deve ser equacionado no âmbito de estratégias alargadas a outros domínios. Por outro lado, as intervenções devem ser feitas em conjunto com todas as forças interessadas no seu desenvolvimento, quer aqueles que detêm a capacidade produtiva quer os que possuem responsabilidades de decisão.

Tendo em consideração a análise anteriormente realizada aos dois territórios e com base na informação recolhida localmente foi possível identificar algumas debilidades e potencialidades destes territórios raianos, de resto, já identificadas em trabalhos desta natureza e, especificadamente, no Documento Único de Programação Interreg III 2000-2006: Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha.

Assim, e de acordo com o aludido documento, entre outros estudos, os territórios embora com características semelhantes, nomeadamente nas paisagens naturais, clima, património natural e cultural, podem identificar-se alguns aspectos diferenciados no domínio socioeconómico.

Quadro n.º 43 – Potencialidades e debilidades

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Património Natural e Paisagístico diversificado que se materializa nos Parques Naturais cujas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, na vertente natureza, em espaço rural, ecoturismo, entre outros, são elevadas e vão ao encontro das motivações dos turistas que procuram tranquilidade e descanso; • Existência, igualmente, de um vasto Património Histórico e Cultural, manifestado em eventos de carácter tradicional (por ex. romarias, folclore e procissões); • O rio Douro possibilita a realização de actividades fluviais; • Além da emoção, aventura e contacto com a natureza que as actividades turísticas proporcionam, os costumes, tradições do ambiente rural, o património histórico, arqueológico e arquitectónico são outros factores potencializadores do turismo; • Possibilidade de criação de rotas e circuitos culturais utilizando o património cultural existente; • Diversidade do artesanato regional que pode gerar dividendos para as populações locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente divulgação da região como espaço de turismo e lazer; • Informação e insuficiente sobre o valor patrimonial do parque; • Carência de equipamentos e espaços de lazer e animação para os visitantes ao parque; • Postos de informação turística escassos na área do parque (Portugal); • A oferta de lazer e animação é escassa e pouco organizada nos diferentes concelhos do PNDI; • Insuficiências na organização da oferta turística; • Rede de infra-estruturas hoteleiras e restauração é débil e deficiente; • Falta de investimento em novas unidades hoteleiras na área do PNDI; • Deficiente animação dos espaços turísticos e dotação de alojamentos turísticos na maior parte do território; • Dificuldades no aproveitamento de recursos naturais e ambientais; <p>Reduzida articulação entre concelhos no que se refere ao desenvolvimento do turismo no parque;</p>

Quadro n.º 43 – Potencialidades e debilidades (cont)

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • A localização dos Parques Naturais numa região fronteiriça pode gerar fluxos de turistas entre ambos os países que se traduz na necessidade de criação de infra-estruturas para cativar os visitantes para uma permanência mais prolongada; • A riqueza natural possibilita a realização de educação ambiental e actividades científicas; • Estes espaços naturais protegidos não sofrem os danos do desenvolvimento, nomeadamente a poluição; • A diversidade de recursos existentes permite a implementação de múltiplas actividades associadas a esses recursos; • Oferta gastronómica com reconhecida qualidade, variedade e tipicidade; • Existência de unidades de turismo em espaço rural no território espanhol; • As sedes de concelhos poderão converter-se em centros de atracção turística pelo património que possuem; • Importância do turismo na dinamização da actividade económica. 	<ul style="list-style-type: none"> • No espaço nacional as acessibilidades são débeis; • Deficientes acessibilidades intra-regionais; • Eliminação de troços de ferrovia; • Existência de diverso património histórico e arquitectónico com sinais de degradação; • Despovoamento e envelhecimento das áreas rurais no interior dos concelhos do PNDI; • Estrutura económica excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos; • Sectores tradicionais com dificuldade de reestruturação e modernização. • Fraca capacidade de iniciativa por parte os investidores endógenos; • Falta estabelecimento de relações de cooperação e parcerias entre entidades locais e o Parque.

No conjunto das debilidades (quadro n.º 43), a variedade que as regiões apresentam é resultado do isolamento que estes territórios configuram. São regiões com características marcadamente periféricas e marginais, quer em termos geográficos quer pelo afastamento dos grandes pólos de decisão e de maior dinamismo socioeconómico. Esse “isolamento” resulta de diversas carências, nomeadamente, as acessibilidades.

Outro aspecto que deve ser realçado é a insuficiente divulgação da oferta de lazer e animação existente na região e a débil oferta turística no que concerne aos estabelecimentos hoteleiros.

No que concerne às potencialidades, *“deve salientar-se o reforço da ligação de alguns pontos da zona fronteiriça ao exterior, o valor do património natural, paisagístico, histórico e cultural, a emergência de novas actividades económicas que permitem, de algum modo, suster os efeitos da crise da agricultura”* (DGDR, 2001:86).

Há outros aspectos que devem ser salientados, nomeadamente o desenvolvimento de produtos regionais, característicos dos espaços rurais fronteiriços, cujo potencial contribui para manter a dinâmica do tecido económico (maior número de actividades) e atenuar o êxodo rural.

Por último destaca-se, no campo das potencialidades a crescente procura turística que pode ser incrementada nestes territórios.

No quadro n.º 43 apresentam-se os elementos que consideramos como principais debilidades e potencialidades que só se transformam em verdadeiro desenvolvimento se houver investimento e aposta efectiva na região o que possibilitará o esbatimento das debilidades existentes.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação tivemos por finalidade principal o estudo das características dos territórios transfronteiriços que enquadram as áreas geográficas dos Parque Natural do Douro Internacional, no lado português, e o Parque Natural das *Arribes del Duero*, suas dinâmicas, afinidades e contrastes com vista à formulação de propostas de ordenamento e desenvolvimento turístico para este território.

Contudo, até chegarmos à conclusão final, fizemos um aturado estudo teórico sobre o fenómeno turístico com o enquadramento histórico, as diversas definições e modalidades de turismo e, entre outros itens, elaboramos análises dos fluxos turísticos à escala mundial e nacional (Capítulo I).

Por julgarmos de muito interesse pela ligação estreita que tem com o turismo e, em particular, com os objectivos deste trabalho, também estudamos matérias muito abrangentes relacionadas com o Património, nomeadamente o património natural como recurso turístico incluindo matérias relativas à conservação da natureza e património natural do espaço ibérico (Capítulo II).

No capítulo III que reputamos essencial para a formulação de conclusões práticas, estudamos as dinâmicas territoriais, nos domínios sócio demográfico e turístico, com incidência nos municípios da área do PNDI em Portugal e nas duas províncias da Comunidade Autónoma de Castela e Leão na vizinha Espanha

O resultado da investigação que efectuamos possibilitou retirar conclusões que fomos destacando ao longo dos capítulos, mais especificamente nos capítulos III e IV.

Pudemos verificar que este território possui especificidades que podem ser potenciadoras de desenvolvimento para uma região com as características que esta apresenta.

Quando confrontámos os dois territórios fronteiriços, pertencentes à raia ibérica, desde logo ressaltou uma característica comum – o seu acentuado periferismo e o fraco desenvolvimento em diversos domínios.

Nas últimas décadas as regiões rurais e periféricas sofreram grandes alterações nas suas dinâmicas territoriais. Ao longo dos tempos a agricultura, pilar das comunidades rurais, sofreu pressões constantes para se modernizar e actualizar as suas técnicas agrárias. Estas pressões provocaram movimentos migratórios da população e conseqüente despovoamento. Apesar dos esforços da administração nacional, regional e local em

combater a dinâmica regressiva dos territórios raianos fronteiriços, estes continuam, ainda, a ser regiões que lutam por muito desenvolvimento e, até, por sobrevivência. Assim, quando uma população/povoação enfraquece ou mesmo desaparece, com ela se vai o seu património cultural e grande parte do património natural humanizado que está bem presente nestes territórios (CE, 2004).

Estas características marcam, desde logo, uma efectiva limitação a qualquer tentativa que pretenda implementar projectos de desenvolvimento integrado que comporte com acentuada notoriedade o desenvolvimento turístico.

Com efeito, necessário se torna olhar para toda esta área geográfica e analisar de “per si” cada uma das componentes que devem movimentar-se com vista a alcançar o desenvolvimento que conduza à optimização dos recursos existentes. É o que tentaremos fazer de seguida:

Como é óbvio e dado que o nosso estudo passou, como já acentuamos, por uma comparação dos dois territórios limítrofes do Douro Internacional que enquadram a área dos respectivos Parques Naturais, servir-nos-emos de alguns subsídios que reputamos de interesse no que concerne ao que de positivo tem sido desenvolvido no território espanhol e que julgamos poder ser aplicável em território nacional.

Antes de passarmos à apresentação daquilo que, para nós, é fulcral para um projecto de optimização de um espaço natural protegido com as características do Parque Natural do Douro Internacional interessa afirmarmos que, em nosso entender, consideramos viável, ainda que com limitações, um projecto que vise dinamizar os recursos existentes na área em conexão com a restante área geográfica envolvente.

O potencial turístico de uma dada região e os factores que o influenciam tem sido alvo de investigação no turismo. A identificação de regiões, os locais mais propícios para a implementação de actividades turísticas e os factores de localização ou a elaboração de modelos e planos de desenvolvimento turístico são algumas das temáticas abordadas (Novais, 1997).

Não foi nossa pretensão a elaboração de um plano de desenvolvimento local, no domínio do turismo, para a área em estudo. Somente pretendemos apresentar um conjunto de estratégias, de propostas de ordenamento, para uma região que possui potencialidades que é necessário promover e desenvolver.

Na esteira da autora que a seguir citamos, também nos parece que *“é fundamental a definição de estratégias claras e com objectivos bem definidos e exequíveis e que não pretendam tratar de forma global todos os problemas. Fazer opções deve constituir*

prioridade máxima nas actuações a empreender, que deverão assentar na utilização dos recursos próprios, na articulação com outros espaços (...)” (Coimbra, 2002:36).

O Douro Internacional cuja principal potencialidade reside mais na sua diversidade do que num único elemento, integra, como temos vindo a referir, um conjunto invulgar de património natural, paisagístico, histórico, monumental e cultural muito diversificado. É neste acervo patrimonial que ancora a grande potencialidade para o desenvolvimento de actividades turísticas com especial vocação para o Turismo de Natureza. Com efeito, “ *O turismo de natureza pressupõe a prática integrada de actividades diversificadas. Que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, actividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais*” ” (RCM, 1998: 1).

A teoria ensina-nos que os espaços naturais protegidos devem possuir um plano de ordenamento que possibilite orientar o seu desenvolvimento e definir os seus objectivos relativamente a todo o espaço. Por outro lado, a planificação da exploração turística de um parque natural é um elemento integrante do processo global de planificação (OMT, 1995).

Em Portugal os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas estão previstos em legislação específica e devem “*contemplar a criação de sistemas de gestão e planeamento que garantam um desenvolvimento turístico sustentável*” (RCM, 1998: f).

Embora existam instrumentos de ordenamento do PNDI, constatamos que, na realidade, poucas iniciativas de monta foram levadas à prática concernentes à obtenção dos resultados preconizados nos aludidos documentos, nomeadamente o “Enquadramento Estratégico do Parque Natural do Douro Internacional”.

Assim sendo, julgamos que uma política objectiva que coloque no terreno as directivas publicadas levará a resultados interessantes a médio prazo e que poderão ir sendo optimizados de acordo com planos sectoriais bem definidos.

Neste contexto e no cumprimento do estipulado no Artigo n.º 5 da Portaria n.º 1214-B/2000 de 27 de Dezembro, o ICN elaborou, em 2000, o aludido documento cujo propósito é dar resposta aos objectivos consignados no “Programa Nacional de Turismo de Natureza” (ICN, 2001). De acordo com o documento normativo que cria o referido programa,, os espaços naturais protegidos devem “*promover projectos e acções públicas e privadas que contribuam para a adequada visitabilidade das AP [Áreas Protegidas], através da criação de infra-estruturas, equipamentos e serviços*” (RCM, 1998: 7-b).

As infra-estruturas podem ser de diversa natureza, nomeadamente o alojamento turístico que deve ser promovido nas “*AP a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural*” (RCM, 1998:7-c).

Uma das carências que verificamos ao longo do nosso estudo foi a reduzida oferta de alojamento, nomeadamente, na modalidade de alojamento de Turismo de Natureza⁴⁵.

Seria exemplo a seguir o desenvolvimento largamente promovido, no território espanhol, do Turismo em Espaço Rural.

Por consequência, concluímos que só é possível o desenvolvimento do Turismo de Natureza e outras modalidades em espaços naturais, perante a existência daquele tipo de infraestruturas de alojamento construídas na área do parque e que formem uma rede devidamente equilibrada e ajustada com os objectivos deste espaço natural.

Devemos referir que na área do parque existe algum património edificado que poderá ser utilizado para instalação de unidades de alojamento turístico. De acordo com a informação a que tivemos acesso, o PNDI identificou diversos edifícios cujos projectos de recuperação estão em fase de elaboração (quadro n.º 44).

Quadro n.º 44 – Património em recuperação no PNDI

EDIFÍCIOS	OBJECTIVOS
Junta de Freguesia Vila Chã da Braciosa	Casa Retiro Museu Rural
Estações de Caminho de Ferro da Linha do Sabor (Duas Igrejas, Sendim, Urrós, Bruçó e Freixo de Espada à Cinta)	Centros de Acolhimento
Casa da Guarda-florestal do Palão	Casa Retiro
Estação de Caminho de Ferro de Barca d’Alva	Casas de natureza
Antigos Quartéis da Guarda-fiscal	Casas de natureza
Antigas Casas Paroquiais	Casas de natureza
Antigas Casas Tradicionais Privadas	Casas de natureza
Antiga “Albergaria de Escarigo – Caminhos de Santiago”	Casas de natureza
Antiga Casa de Stº André	Casas de natureza

Fonte: PNDI (2004)

⁴⁵ Segundo o Decreto-Lei n.º 47/99 de 16-02-1999 o turismo de natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em: a) Casas e empreendimentos turísticos de turismo no espaço rural; b) Casas de natureza nas seguintes modalidades: i) Casas-abrigo; ii) Centros de acolhimento; iii) Casas-retiro.

A utilização deste património deverá ter como objectivo “ (...) a instalação e o funcionamento de “casas de natureza”, como infra-estruturas de alojamento que, não sendo únicas nas AP, delas serão exclusivas” (RCM, 1998: 7-d). Esta medida permitirá disponibilizar alojamento para fazer face a uma procura turística cada vez mais crescente e com níveis de exigência de qualidade maiores.

Como se pode verificar em anterior capítulo, o Turismo em Espaço Rural é manifestamente incipiente no PNDI. Contrariamente ocorre um grande desenvolvimento desta modalidade de turismo no território espanhol. O aumento da capacidade de oferta deste tipo de alojamento seria uma forma de potencializar património edificado existente na área e uma possibilidade para gerar rendimentos alternativos para as populações envolventes. Além da oferta de alojamento turístico as áreas protegidas devem possuir outras infra-estruturas ou instalações turísticas, nomeadamente “ (...) centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos e de sinalização adequadas às funções de recepção, informação, interpretação e visitas turísticas” (RCM, 1998:7-g).

Neste domínio o parque carece de algumas infraestruturas turísticas consideradas importantes para um espaço natural com as características que sobejamente apresentámos. No que concerne aos centros de interpretação e outras instalações de apoio ao visitante existem, apenas, três delegações a funcionar no parque, localizadas em Figueira Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Miranda do Douro.

Consideramos relevante referir que no espaço natural vizinho já possuem diversas infraestruturas de apoio ao visitante devidamente localizadas e inseridas na área do parque.

Uma importante medida que poderá para um melhor desenvolvimento das actividades turísticas será a construção de “Casas do Parque”, “Centros de interpretação”, “núcleos museológicos” e “observatórios”, entre outros. Estes equipamentos fomentam e permitem “ (...) práticas turísticas, de lazer e recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação” (RCM, 1998:7-h) e possibilitam a sensibilização dos visitantes e população local do papel que as áreas protegidas desempenham na conservação do património natural e cultural das regiões.

Para que as práticas turísticas sejam possíveis nas áreas protegidas é necessário o desenvolvimento de “ (...) actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural” (RCM, 1998:7- m).

Neste domínio, as potencialidades que o PNDI apresenta são muito diversificadas. A sua localização geográfica e os contrastes naturais possibilitam a realização de diversas actividades ligadas à natureza, nomeadamente o pedestrianismo, orientação, actividades equestres, cicloturismo, passeios de barco, a cavalo, observação da fauna e flora, expedições panorâmicas e fotográficas, entre outras.

Também pensamos que as manifestações culturais que se realizam nas localidades inseridas no parque (gastronomia, produtos tradicionais e regionais, artes e ofícios tradicionais da região, feiras, festas e romarias) e o vasto património histórico-cultural possibilitam a implementação de actividades turísticas com estrita ligação à componente cultural e religiosa.

“Partindo do pressuposto de que (...) as áreas naturais protegidos [são vistas] actualmente como potenciais zonas de oferta turística em função das novas orientações da procura urbana e das suas motivações, é pertinente admitir que a actividade turística nas suas componentes de acomodação, animação ou restauração, em complementaridade por um lado com a actividade agrícola designadamente no que se refere aos produtos (...) como o artesanato, se apresentam como portadoras de potencialidades no sentido de inverter as tendências actuais de regressão demográfica, económica e social que as regiões rurais (sobretudo as mais periféricas) registam de há quatro ou cinco décadas a esta parte” (Batouxas, 1998:180).

Tendo em consideração os diversos estudos e análises efectuadas ao longo deste trabalho com base na informação recolhida e instrumentos legais gerais e específicos relativos ao PNDI e com vista à obtenção de conclusões concretas sobre as potencialidades turísticas deste espaço natural julgamos poder afirmar que existem condições para ali implementar projectos de desenvolvimento turístico desde que convenientemente estruturados e sustentados financeiramente por entidades vocacionadas para a execução prática destes projectos.

Julgamos que as propostas que, eventualmente, vierem a ser feitas podiam mesmo criar uma centralidade na área do parque e, seguidamente, daí irradiar a todo o restante território nordestino.

Assim, o desenvolvimento de incentivos de âmbito regional e local pode potenciar o progresso integrado de toda esta região, num espectro muito abrangente cujas acções visem não só a actividade turística na sua especificidade própria, mas que contemplem também o incremento de actividades agrícolas peculiares, a optimização do

artesanato, a inventariação e classificação do património e formação profissional especializada.

Constatamos que em toda a região abrangida no nosso estudo existe pouca actividade turística estruturada em projectos consistentes.

Esta situação real decorre, sem sombra de dúvida, da falta de iniciativas de grande impacto que pudessem “abandar” o estado quase de inércia, a que a região foi votada quer pelas entidades oficiais que esquecem ou desconhecem as suas potencialidades quer pelos investidores a quem nunca chegou qualquer informação.

Julgamos talvez um pouco contraditoriamente, que esta situação podia inverter-se, visto que, actualmente, várias regiões com características semelhantes à que foi objecto de estudo, são consideradas potenciais “zonas” e desenvolver turisticamente, desde que sejam aproveitados todos os incentivos disponíveis para cada projecto específico.

No domínio das acessibilidades, tudo o que temos vindo a afirmar não passará de mera teorização de possibilidades se, em primeira linha, não vier ao de cima o papel determinante das autarquias locais baseado na sua influência política sempre reivindicativa, que exija a construção de uma rede de acessibilidades rodoviárias de qualidade capaz de aproximar a faixa litoral desta região raiana.

Consideramos que a situação actual potencia, como é sabido, e constantemente afirmado por diversos especialistas, o êxodo das populações mais jovens no sentido interior/litoral o que aumenta as debilidades demográficas e não favorece a entrada de recursos capazes de dinamizar estruturalmente o território.

Já nos referimos à quase ausência de actividade turística que na região é reduzida apenas à realização de alguns eventos pontuais. Reiteramos, no entanto, que a inversão desta situação se pode obter, ainda que com alguma insipiência, com a promoção, por exemplo pela Região de Turismo do Nordeste Transmontano de acções de tipo informativo dando a conhecer a potenciais investidores as reais capacidades e a vocação do território para acolher projectos de desenvolvimento efectivo. De acordo com o que temos vindo a referir também pretendemos abranger e convocar as capacidades de investimento do país vizinho para isso seriam criados mais instrumentos legais que permitissem a cooperação dos dois Estados, incentivando as iniciativas privadas. Esta possibilidade tornou-se mais efectiva com *“a integração europeia, e com o conseqüente esbatimento das fronteiras, [que] veio intensificar as relações existentes entre as regiões de fronteira de Portugal e Espanha. Desde então tem-se apostado numa cooperação entre as várias regiões fronteiriças, no sentido de aproveitar sinergias resultantes da sua proximidade territorial.*

Reconhece-se, desde a década de 80 principalmente, que o relacionamento transfronteiriço pode ser importante para o desenvolvimento local e regional” (Coimbra, 2002:41).

Desde que Portugal e Espanha aderiram à União Europeia que as relações entre os dois países se intensificaram em diversos domínios e possibilitou o esbatimento das fronteiras existentes.

“No caso particular das regiões vizinhas de Castela e Leão e Região Centro, integradas num vasto espaço onde as relações transfronteiriças são já muito importantes, vários têm sido os esforços de cooperação empreendidos com o objectivo de aprofundar o conhecimento mútuo, tentando promover os pontos fortes destas regiões, de modo a fazer face aos desafios da competitividade e internacionalização das economias” (Baptista, 1998: ?p). Entendemos que o reforço das acções de cooperação poderá em muito contribuir para o desenvolvimento integral destes espaços transfronteiriços.

Julgamos que o nosso estudo é um “repositório” de conclusões que se não alcançaram o alto nível de proposta final para um projecto de desenvolvimento turístico do Douro Internacional pelo menos faculta elementos que, pela sua actualidade, precisão técnica e intencionalidade prospectiva pode ser sustentáculo de estudos futuros que estruturam projectos operacionais de turismo em ligação com outras áreas afins, nomeadamente, o património o artesanato e todas as manifestações de cultura local ainda vivas na região.

As propostas que acabamos de apresentar não se esgotam. Serão, assim julgamos, subsídios válidos para uma investigação mais profunda que requer mais tempo e outros instrumentos de análise que permitirá desenvolver com maior amplitude modelos e estratégias de desenvolvimento para territórios com as características do presente estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Domingos (1999), "As Arribas do Douro - Razão de um Parque Natural Transfronteiriço", in *Actas do Seminário: Estratégias de Valorização de uma Paisagem Cultural: O Vale do Douro*, Zamora.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1994), "O Turismo em Portugal: Subsídios para o seu conhecimento", *Cadernos Turismo e Sociedade*, Universidade Aveiro.

ARTIGUES, A.; CRESPO, I.; GARCÍA, M.^a M. *et al.* (2001), "*Geografía mundial del Turismo*", Ed. Síntesis, Madrid.

AZEVEDO, João (1998), "*Entre Duas Margens - Douro Internacional*", João Azevedo Editor, Mirandela.

BAPTISTA, Susana (1998), "Região Centro e Castela e Leão: Caracterização e Confronto" *Cadernos Regionais – Região Centro*, Julho, Nº.8, INE-DRC.

BARRERO, António (1996), "Espacios Naturales Protegidos Superficialmente", *ECOSISTEMAS - Revista Científica y Técnica de Ecología e Medio Ambiente*, Nº. 18.

BATISTA, Mário Martins (1990), "*O turismo na Economia: Uma abordagem técnica, económica social e cultural*", Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.

BATISTA, Mário Martins (1997), "*Turismo: Competitividade Sustentável*", Editorial Verbo, Lisboa.

BATOXAS, Mariana Fátima Moreira (1998), "*O Turismo como Componente das novas abordagens e Propostas de Desenvolvimento Rural*", Tese de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

BATOUXAS, Mariana Fátima Moreira (2002), "Turismo Ambiente e Desenvolvimento Regional", *Comunicação apresentada no 1º Congresso de Estudos Rurais - Ambiente e Usos do Território*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

BLASCO, María José Viñals; GARCÍA, Antonio Bernabé *et al.* (1999), "*Turismo en Espacios Naturales y Rurales*", Colección Turismo - Escuela Politécnica Superior de Gandía, Universidad Politécnica de Valencia.

CAMPÊLO, Álvaro (s/d), "O autêntico e o banal: como descrever a experiência turística", Centro de Estudos de Antropologia Aplicada, Universidade Fernando Pessoa, <http://ceaa.ufp.pt/ceaa.htm>.

CASADO, Santos (2004), "*Ciência Y Política en los Origenes de la Conservación de la Naturaleza em España*", Edición Electrónica de Trabajos Publicados sobre Geografía Y Ciências Sociais, Madrid, <http://www.ub.es/geocrit/sv-78.htm>.

CHOAY, Françoise (1992), "*L'Allégorie du Patrimoine*", Seuil, Paris.

COIMBRA, Carla (2002), "Região Centro, Alentejo e Extremadura: Um estudo comparativo da região de fronteira", *Revista de Estudos Regionais – Região Centro*, 1º Semestre, Nº.1 INE-DRC.

CE (2000), "*Interreg II B Sudoeste Europeu – Programa de Iniciativa Comunitária 2000-2006*", Comissão Europeia, Luxemburgo.

CE (2001), "*Ambiente 2010: O Nosso Futuro, A Nossa Escolha*", Comissão Europeia, Luxemburgo.

CE (2002), "*A União Europeia e a Protecção da Natureza*", Comissão Europeia, Luxemburgo.

CE (s/d), "*Turismo Sostenible baseado en el Património Natural e Cultural*", Comissão Europeia, Luxemburgo.

CE (1975), "Carta de 26-09-1975, *Carta de 26-09-1975, Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975*", Conselho da Europa, Amesterdão.

CE (2000), "*Gestão dos Sítios Natura 2000: As disposições do artigo 6.º da Directiva «Habitats» 92/43/CEE*", Comissão Europeia, Luxemburgo.

CE (2000), "Livro Branco sobre Responsabilidade Ambiental", Comissão Europeia, Luxemburgo.

COOPER, Chris; FLETCHER John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David e SHEPHERD, Rebecca (2001), "*Turismo: princípios e prática*", Trad. de Roberto Cataldo Costa, 2ª Ed., Bookman Editora, Lda; Porto Alegre-São Paulo, Brasil.

CORRAL, Víctor M. Casas (s/d), "*Arribes del Duero - A ambos lados de la frontera*", Edilasa, León.

COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo (2001), "*Tendências Internacionais em Turismo*" Ed. Lidel, Edições Técnicas, Lisboa.

CRUZ, Liberto (1999), "A integração da cultura e da natureza na convenção do património mundial. O novo conceito de paisagem cultural", *O Verde-Patrimónios, Natural e Cultural*, Ed. Geota, Lisboa.

CUNHA, Licínio (1997), "*Economia e Política do Turismo*", Ed. McGraw-Hill, Alfragide.

CUNHA, Licínio (2001), "*Introdução ao Turismo*", Editorial Verbo, Lisboa.

CUNHA, Licínio (2003), "*Introdução ao Turismo*", 2ª Ed., Editorial Verbo, Lisboa-São Paulo.

DASMANN, R.F. (1972), "*Classification and Use of Protected Natural and Cultural Areas*", Occasional Paper, N.º 4, IUCN, Switzerland.

DGA (2000), "*Relatório do Estado do Ambiente 1999*", Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.

DGDR (2001), "*Documento Único de Programação Interreg III 2000-2006 - Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha*", Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

DGT (s/d), "*O Turismo em 1971*", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa, p. 18-19,71-74.

DGT (s/d), "*O Turismo em 1982*", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (1993), "*O Turismo em 1991*", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (2002), "*O Turismo em 2001*", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Número de Estabelecimentos por Distritos e Categorias – Distrito de Bragança 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Número de Estabelecimentos por Distritos e Categorias – Distrito da Guarda 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Apartamentos e Aldeamentos Turísticos – Distrito de Bragança 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Apartamentos e Aldeamentos Turísticos – Distrito da Guarda 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Capacidade de Alojamento por Concelhos (em camas) – Distrito de Bragança 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "Capacidade de Alojamento por Concelhos (em camas) – Distrito da Guarda 1996-2002", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DGT (s/d), "*Entrada de Estrangeiros em Portugal 1998-2003*", Ed. Direcção Geral de Turismo, Lisboa.

DOMINGUES, Celestino M. (2000), "*4 Décadas de Turismo - Contributo de uma Instituição*", Ministério da Economia - Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa.

EAGLES, Paul and MCCOOL, F.J. (2002), "*Tourism in National Parks and Protected Areas - Planning and Management*", Gabi Publishing, UK.

EAGLES, Paul; McCool, F.J.; STEPHEN, F. and HAYNES, Christopher D.A. (2002), "*Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management*", IUCN Gland, Switzerland.

Europarc-España (2003), "*Anuario 2002 - Anuario EUROPARC-España del estado dos los espacios naturales protegidos*", Fundación Fernando González Bernáldez, Madrid.

GAMARRA, Yolanda (1998), "*La Cooperación Internacional en su Dimensión Cultural y el Progreso Del Derecho Internacional*", Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid.

GARRIGÓS, Rosa Campillo (1998), "*La gestión y el gestor del Patrimonio Cultural*", Ed. Kr, Murcia.

GIL, Ángeles Rubio (2003), "*Sociologia del Turismo*", 1ª Ed., Editorial Ariel, Barcelona, Espanha.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Brent and MCINTOSH, Robert W. (2000), "*Tourism, Principles, Pratices, Philosophies*", 8ª Ed., Canada.

GÓMEZ, Manuel González (2003), “*O Território Protexido nas Comunidades Autónomas*”, Revista Galega de Economía, Vol. 12, N.º 2, Espanha.

HENRIQUES; Pedro Castro (1999), "*Perspectivas na gestão de áreas protegidas em Portugal – O natural e o cultural* ", O Verde -Patrimónios, Natural e Cultural, Ed. Geota, Lisboa.

IGNARRA, Luiz Renato (1998), "*Fundamentos do Turismo*", 1ª edição, Ed. Pioneira Thomson, S. Paulo.

INE (1994), "*Censos 91: Resultados Definitivos*", 1º Vol. Região Norte, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (1994), "*Censos 91: Resultados Definitivos*", 2º Vol. Região Norte, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2002), "*Recenseamento da População e da Habitação (Norte) – Censos 2001*", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2002), "*Recenseamento da População e da Habitação (Centro) – Censos 2001*", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

ICN (2002), "*Enquadramento Estratégico – Parque Natural do Douro Internacional*", Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

CASTILLA Y LEÓN (2000 a 2003), "*Anuario Estadístico de Castilla Y León (2000 a 2003)*", Junta de Castilla y León - Consejería de Hacienda - Dirección General de Estadística, Zamora.

CASTILLA Y LEÓN (2000), "*Arribes del Duero: El hogar del águila perdicera y de la cigüeña negra*", Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente, Zamora.

CASTILLA Y LEÓN (2000), "*Programa - Parques Naturales de Castilla y León*", Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente, Zamora.

CASTILLA Y LEÓN - (2003), "*Borrador del Libro del Parque Natural de Los Arribes del Duero - Documento para Debate*", Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente, Zamora.

CASTILLA Y LEÓN (2003), "*Libro del Parque Natural de Los Arribes del Duero* ", Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente, Zamora.

LICKORISH, Leonard J. and JENKINS, Carson L. (1997), "*Una Introducción al Turismo*", Ed. Síntesis, Madrid.

LILLO, Antonio López (2000), "*La protección de Espacios y la Protección de Especies en España*", Ciclo de Conferencias de la Naturaleza, Universidad Politécnica de Madrid, <http://da.montes.upm.es/docs/docs.htm>.

LÓPEZ, D. Ignacio Sariago y IZQUIERDO, D. Juan José Pons (2003), "*Turismo en los espacios naturales y rurales de Navarra*", Actas del Quinto Congreso de Economía de Navarra, <http://www.cfnavarra.es/servicio.economia/ACTASV.htm>.

MAZÓN, Tomás (2001), "*Sociología del Turismo*", Colección de Estudios Turísticos, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, España.

MENDES, Maria Isabel de Deus (1996), "*O Valor do Recreio das Áreas Protegidas*" - *Uma aplicação ao caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês*", Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica, Lisboa.

MENDIGORRI, Alfonso Mulero (2002), "*La protección de Espacios Naturales en España*", Ed. Mundi-Prensa, Madrid.

MESPLIER, Alain y DURAFFOUR-BLOC, Pierre (2000), "*Geografía del turismo en el Mundo*", 4ª Ed., Ed. Síntesis, Madrid.

MA (1999), "*Estratégia Nacional de Conservação da natureza e Biodiversidade*", Ministério do Ambiente, Lisboa.

MAOT (2001), "*Estratégia Nacional de Conservação da Natureza*", Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

MONTEJANO, Jordi Montaner (1991), "*Estructura del Mercado Turístico*", Editorial Síntesis, Madrid, Espanha.

MORENO, Fco. Javier Jiménez (1997), "*Apuntes de Introducción al Turismo*", 1ª Ed., Fundación Cultural Santa Teresa - Escuela Oficial de Turismo de Castilla y León, Ávila.

NOVAIS, Carlos Filipe Peixoto (1997), "*Turismo e Património Monumental e Museus no Algarve – Avaliação do Potencial Turístico de Recursos*", Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve.

OLIVEIRA, J.M. Carvalho e CYMBRON, J. (1994), "*Ser Guia Intérprete em Portugal*", Edição: Instituto Superior de Novas Profissões – Departamento de Turismo, Lisboa.

OMT (1992), "Directrices: "*Ordenación de los Parques Nacionales y Zonas Protegidas para el turismo*", Organización Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (1995), "*Concepts, Definitions, and Classifications for Tourism Statistics – Technical Manual*", N.º 1, Organización Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (1998), "*Introducción al Turismo*", 1ª edição, Ed., Organización Mundial de Turismo, Madrid, Espanha.

OMT (2001), "*Tourism Highlights 2001*", Organización Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2002), "*Compendium of Tourism Statistics – 2002 Edition*", Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2003), "*Barómetro OMT del Turismo Mundial*", Vol. N.º 1, Junho, Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2003), "*Barómetro OMT del Turismo Mundial*", Vol. N.º 2, Outubro, Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2003), "*Datos Esenciales – Edición 2003*", Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2003), "*Tourism Highlights 2002*", Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (2004), "*Barómetro OMT del Turismo Mundial*", Vol. N.º 2, Junho, Organização Mundial de Turismo, Madrid.

OMT (s/d), "*Programa de Las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - Directrices: Ordenacion de los Parques Nacionales y otras Zonas Protegidas para el Turismo*", Série de Informes Tecnicos n.º 13, Organização Mundial do Turismo, Madrid.

PEIXOTO, Paulo (2000), "*O Património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das industrias culturais urbanas*", Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

PINTO, Acácio (2004), "*Turismo em Espaço Rural – Motivações e Práticas Holandesas em Ferreira de Aves - Satão*", Ed. Palimage Editores.

QUADROS, António (1986), "*O Impacto do Turismo na Sociedade Portuguesa*", (snt).

ROSA, Humberto (1999), "*O Homem e o património natural em Portugal*", O Verde - Patrimónios, Natural e Cultural, Ed. Geota, Lisboa.

RUBIALES, Federico Sanz y CORTÉS, Óscar Dominguez (1999), "*Los Arribes del Duero en Zamora - Rutas para descubrir*", 1ª Ed, Ámbito Ed., Valladolid.

RUIZ, Carlos Vogeler y ARMAND, Enrique Hernández (1998), "*Estructura y Organización del Mercado Turístico*", Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, Espanha.

SANTOS, António Bob (s/d), "*Actividades emergentes - o caso do cluster do turismo/Lazer*", Comunicação apresentada no III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

SANTOS, José Luis Alonso y CAETANO, Lucília (2002), "*Modelos de organización territorial en la raya central ibérica: una visión de conjunto*", 1ª Ed., Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.

SILVA, Carlos Eduardo (1999), "*Desenvolvimento de Metodologia para análise da adequação e enquadramento de categorias de manejo de Unidades de Conservação*", Dissertação de Mestrado – Centro de Estudos Ambientais - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil.

SILVA, Elsa Peralta (s/d), "*Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural*", Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, <http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm>.

TEIXEIRA, Carlos Adérito (1996), "*Da Protecção do Património Cultural*", Textos – Ambiente e Consumo, Ed. 1ª, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.

TORBIDONI, Estela Inés Farias (2000), "*El aprovechamiento recreativo, deportivo y turístico de los Espacios Naturales Protegidos: Modelos de frecuentación-El caso del Parc Nacional D'Aiguëstortes I Estany de Sant Maurici - España*", Tesis Doctoral, Universidad de Lleida, Lleida.

TRIGAL, Lorenzo López (1994), "*Zamora. Un espacio de frontera*", Fundacion Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques, Zamora.

IUCN (1994), "*Parks for Life*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (1994), "*Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2000), "*Áreas Protegidas - Benefícios más allá de las Fronteras*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2002), "*IUCN Category V Protected Areas Protected Landscapes/Seascapes*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2002), "*Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management* ", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2003), "*2003 United Nations List of Protected Areas*" IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

UNESCO (2004), "*Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado-1954 (adoptada em Haia em 14 de Maio de 1954)* ",

<http://www.unesco.web.pt/haia1954.htm>.

UNESCO (1972), "*Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*", <http://www.unesco.web.pt/convencaopatmundial.htm>.

UNESCO (1997), "*Património Mundial, Cultural e Natural – Dossier de informação sobre o Património Mundial*", <http://www.unesco.org/whc/infeskit.htm>.

VAZ, Margarida Maria Fidalgo Costa (1995), "*Aproveitamento Turístico das Potencialidades da Beira Interior*", Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior.

VIEIRA, João Martins (1997), "*A Economia do Turismo em Portugal*", 1ª Ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

DGT (2004), “*Inventário dos Recursos Turísticos*”, Direcção Geral de Turismo, <http://www.dgturismo.pt/Artigo.aspx?ID=57&MenuID=12>.

DGT (2004), “*Estatísticas do Turismo*”, Direcção Geral de Turismo, <http://www.dgturismo.pt/Artigo.aspx?ID=47&MenuID=15>.

INE, “*Anuários Estatísticos da Região Norte 1997 a 2003*”, Instituto Nacional de Estatística de Portugal, <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp>.

INE, “*Anuários Estatísticos da Região Centro 1997 a 2003*”, Instituto Nacional de Estatística de Portugal, <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp>.

INE, “*Estatísticas do Turismo*”, Instituto Nacional de Estatística de Portugal, <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp>.

INE – Espanha, “*Censo de Población y Viviendas 1991-2001*”, Instituto Nacional de Estadística de España, <http://www.ine.es/inebase/cgi/um?M=%2Ft20%2Fe243&O=inebase&N=&L=>.

INE – Espanha (2004), “*Encuesta de ocupación hotelera 1999-2003*”, Instituto Nacional de Estadística de España, <http://www.ine.es/inebase/cgi/um?M=%2Ft11%2Fe162eoh&O=inebase&N=&L=>.

Junta de Castilla y León (2003), “*Sistema de Información Estadística*”, http://www.jcyl.es/jcyl-client/jcyl/iestad?locale=es_ES&textOnly=false.

MCOTA (2004), “*Convenções e Acordos Internacionais com interesse na área do Ambiente*”, Ministério das Cidades, Ordenamento Território e Ambiente”, http://www.gri.mcota.gov.pt/Site/Main/convencoes_acordos.asp?id=115.

ME – Espanha (2004), “*Inventarios e Estadísticas*”, Ministério Ambiente-Espanha, http://www.mma.es/conserv_nat/inventarios/index.htm.

UNEP-WCMC e IUCN (2004), “*World Database on Protected Areas*”, <http://www.unep-wcmc.org/index.html>.

UNESCO (2004), “*Lista do Património Mundial, Natural e Cultural*”, <http://whc.unesco.org/patrimonio.htm>.

SIDDABM (2003-2004) “ Sistema de Informação Documental sobre Direito do Ambiente”, <http://www.diramb.gov.pt>.

DOCUMENTOS NORMATIVOS

Lei n.º 9/70 – (Lei dos parques e outros tipos de reservas).

Decreto-Lei n.º 613/76 de 27-07-1976 – Diário da República I Série Estabelece a definição de reservas e atribui competências em matéria de constituição e gestão de reservas.

Decreto N.º 49/79 de 06-06-1979 – Diário da República I Série (Aprova para ratificação, a Convenção relativa à Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural).

Lei N.º 11/87 de 07-04-1987 – Diário da República I Série (Lei de Bases do Ambiente).

Decreto Regulamentar N.º 8/89 de 21-03-1989 – Diário da República I Série (Estabelece o Regulamento dos Empreendimentos Turísticos).

Resolução da Assembleia da República n.º 10/89 – (Aprova, para adesão, a Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN), em 5 de Outubro de 1948, em Fontainebleau).

Decreto-Lei N.º 75/91 de 14-02-1991 – Diário da República I Série A (Transpõe, no tocante às espécies não cinegéticas, a Directiva n.º 79/409/CEE do Conselho, de 8 de Abril, relativa à conservação de aves selvagens; e a Directiva n.º 86/122/CEE do Conselho, de 8 de Abril, relativa à protecção, gestão e controlo dessas espécies e a regulamentação da sua exploração).

Decreto-Lei N.º 19/93 de 23-01-1993 – Diário da República I Série A (Rede Nacional de áreas protegidas).

Decreto-Lei N.º 193/93 de 24-05-1993 – Diário da República I Série A (Orgânica do Instituto de Conservação da Natureza).

Decreto-Lei N.º 226/97 de 27-08-1997 – Diário da República I Série A (Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 15-08-1998, cria o Programa nacional de Turismo Natureza, aplicável à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Real Decreto 1997/1995 – 7 de Dezembro (estabelecem medidas para contribuir e garantir a biodiversidade mediante a conservação dos habitats naturais da fauna e flora silvestres).

Decreto 84/1995 – 11 de Maio (ordenação de alojamentos de turismo rural).

Real Decreto 1193/1998 – 12 de Junho (modifica o Real Decreto 1997/1995, de 7 de Dezembro, e se estabelecem medidas para contribuir e garantir a biodiversidade mediante a conservação dos habitat naturais e da fauna e flora silvestre).

Lei n.º 5/2002 – 11 de Abril (declaração do Parque Natural de Arribes del Duero (Zamora Salamanca)).

Acto Único europeu, aprovado em 1986

Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora silvestres.

Directiva 79/409/CEE do Concelho, de 21 de Maio de 1979, relativa à conservação das aves silvestres.

DECISÃO N.º 1600/2002/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Julho de 2002 que estabelece o sexto programa comunitário de acção em matéria de Ambiente

Decisão do Conselho n.º 94/156/CE de 21-02-1994, Relativa à adesão da Comunidade à

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Convenção de Bona sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem de 23-06-1979.

Convenção de Berna Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa de 19-09-1979.

Convenção do Rio de Janeiro sobre a diversidade biológica de 05 de Junho de 1992.

Convenção de Helsínquia para a Protecção do Meio Marinho no Mar Báltico de 1992.

Convenção de Ramsar Relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas de 02-02-1971.

Carta de Atenas 1931.

“Carta Europea del Turismo Sostenible en los Espacios Protegidos, Lanzarote 1995”, Parques Naturales Regionales de Francia, traducida por Departament de Medi Ambient de la Generalitat de Catalunya, Barcelona.

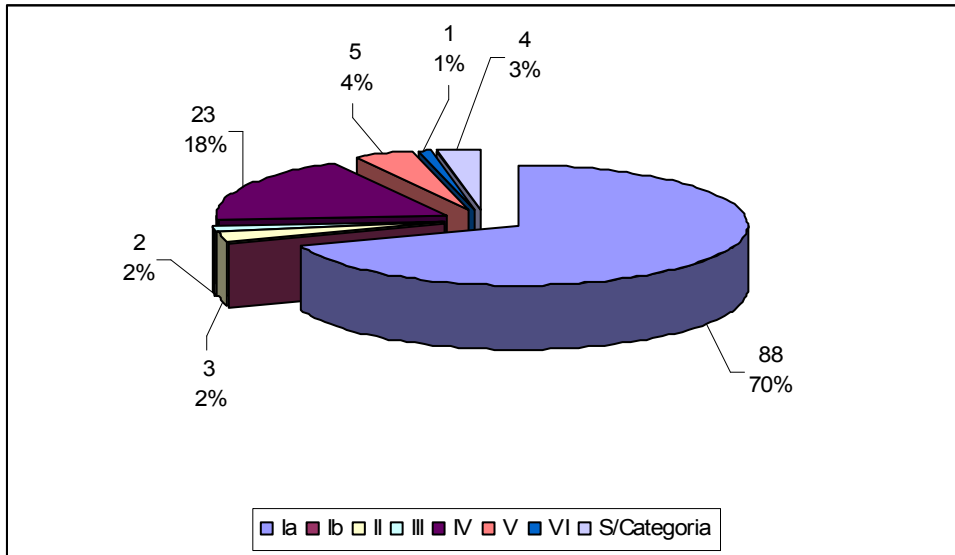
ANEXOS

ANEXO A

ÁREAS PROTEGIDAS POR REGIÃO DA IUCN E WCPA

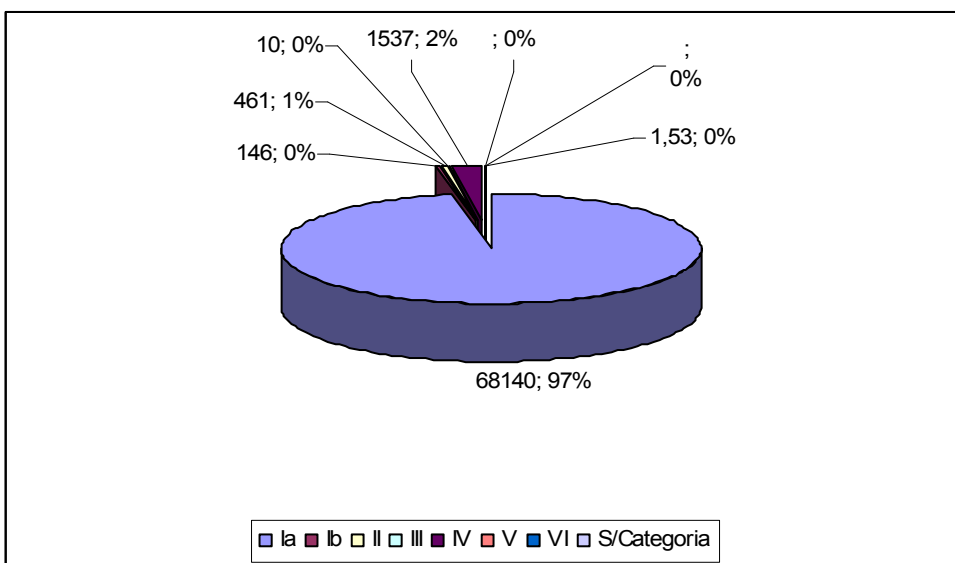
REGIÃO: ANTÁRTIDA

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

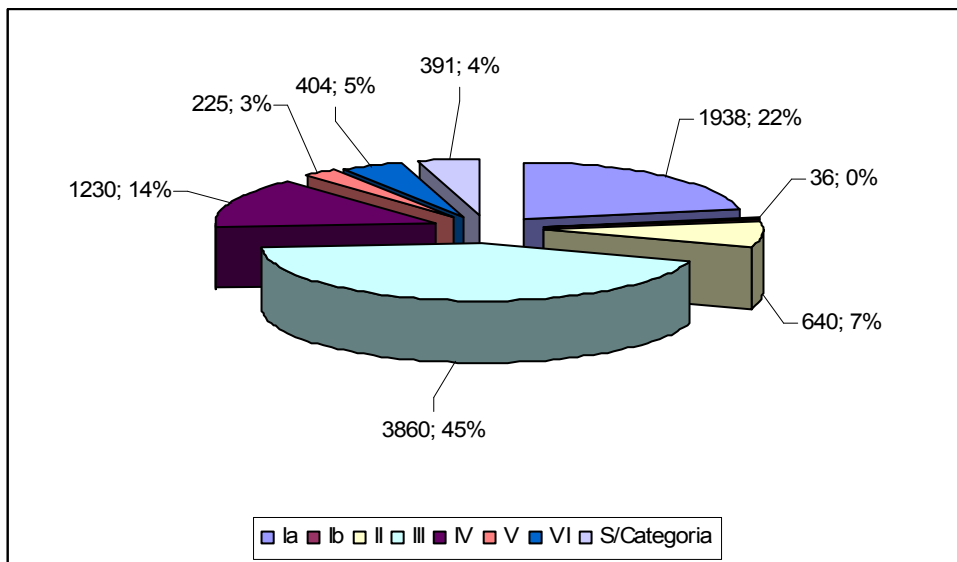
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

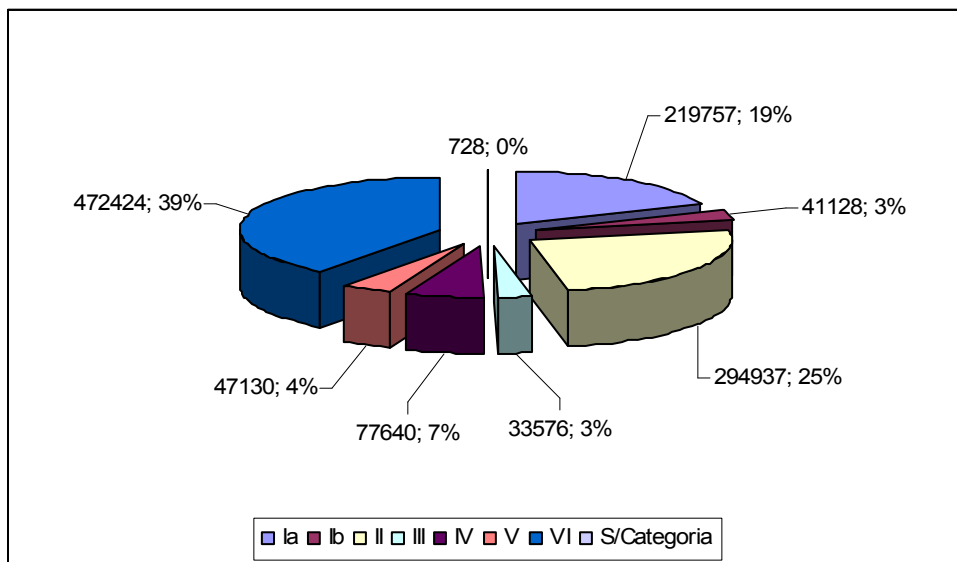
REGIÃO: AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

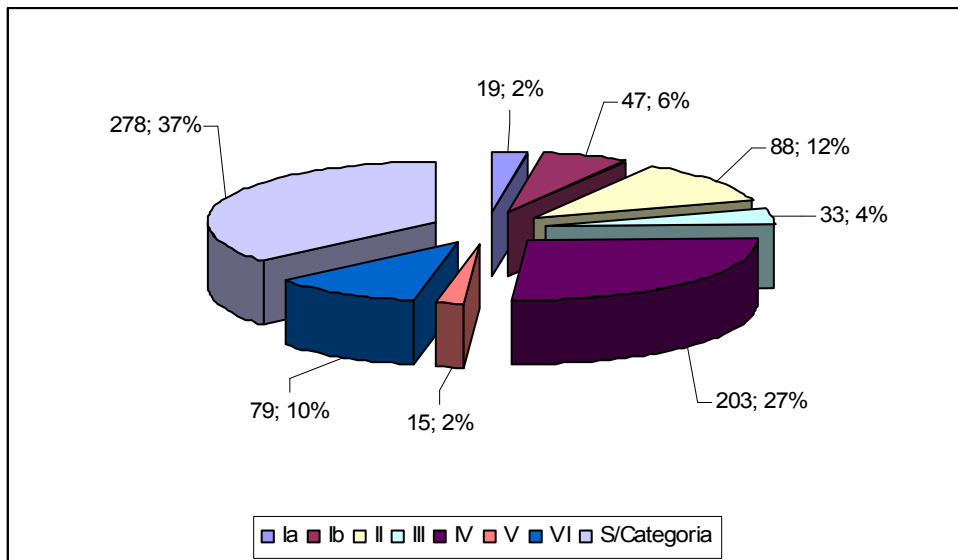
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

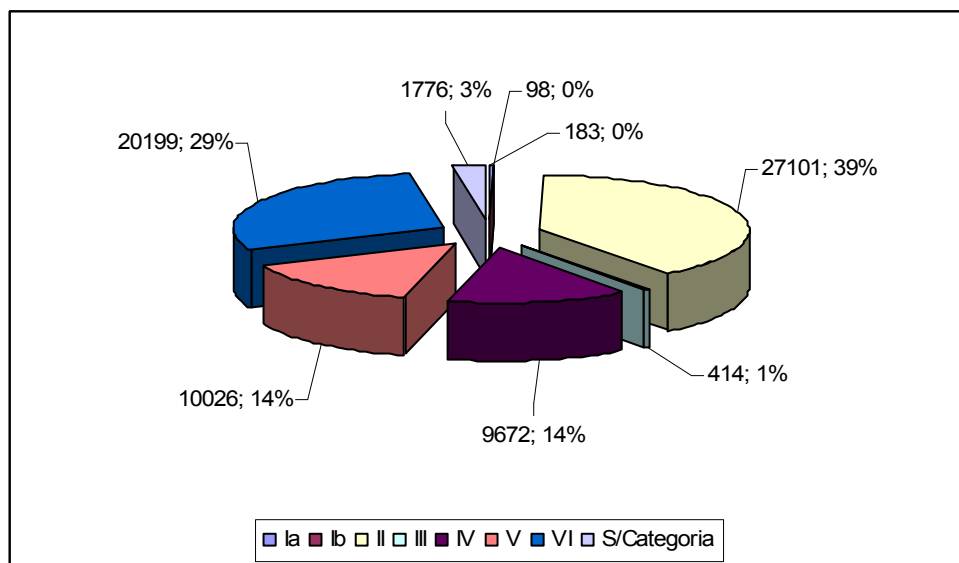
REGIÃO: CARAÍBAS

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

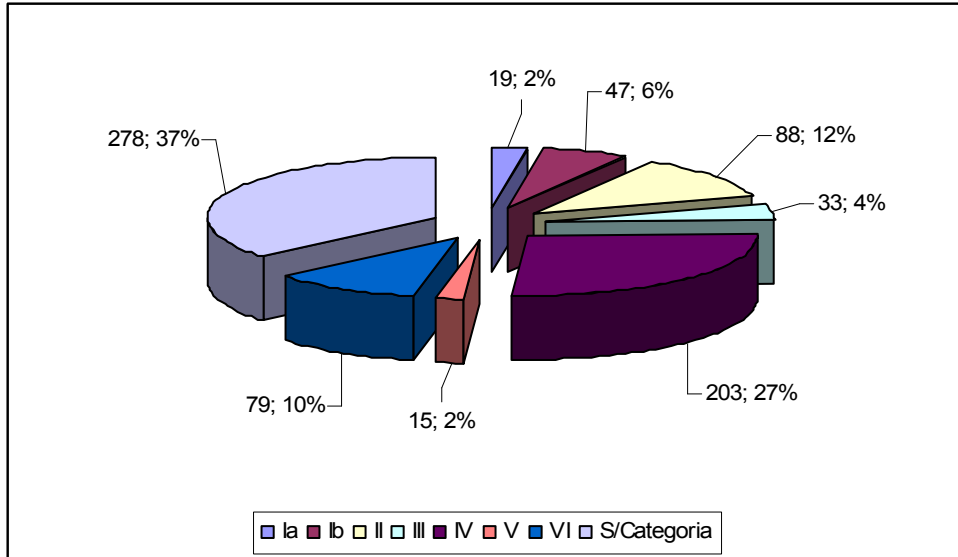
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

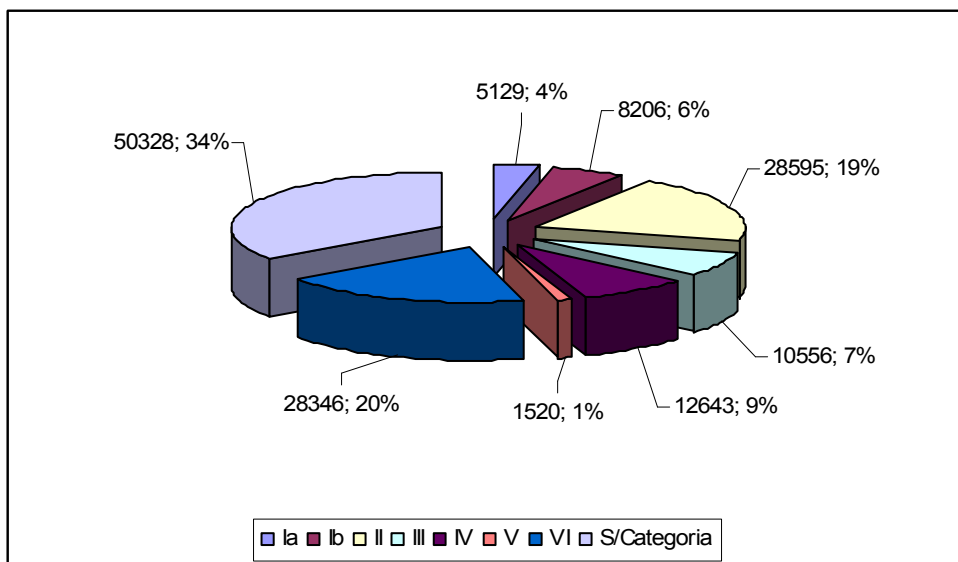
REGIÃO: AMÉRICA CENTRAL

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

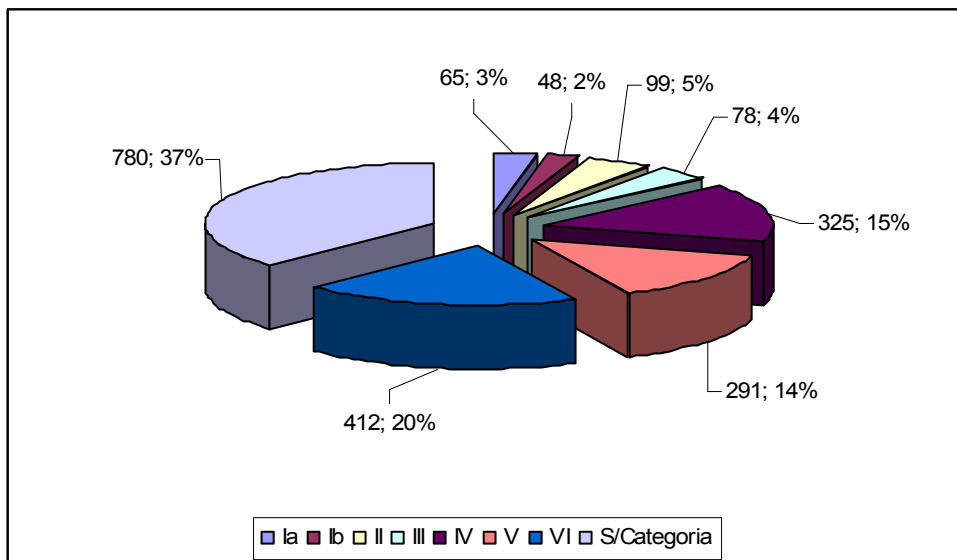
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

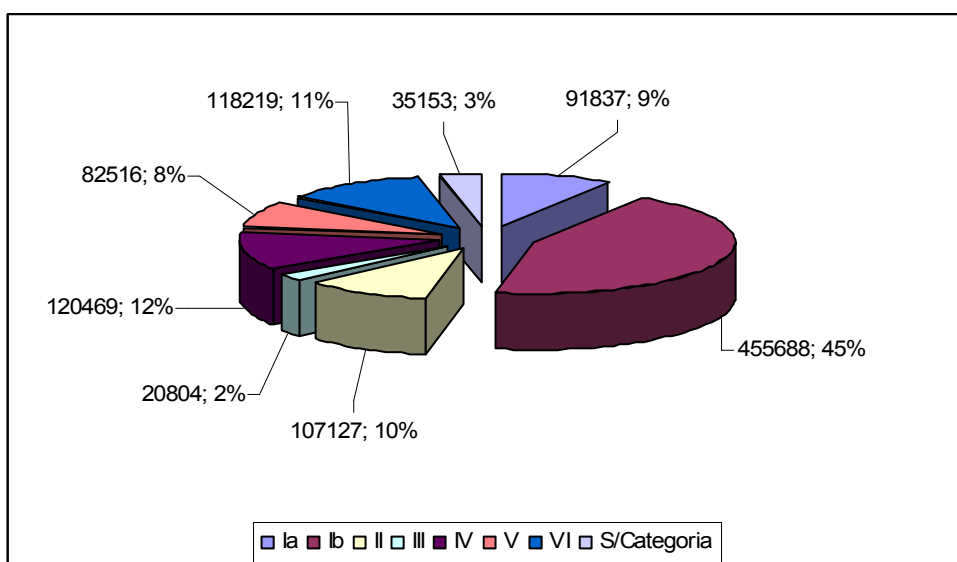
REGIÃO: ESTE DA ÁSIA

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

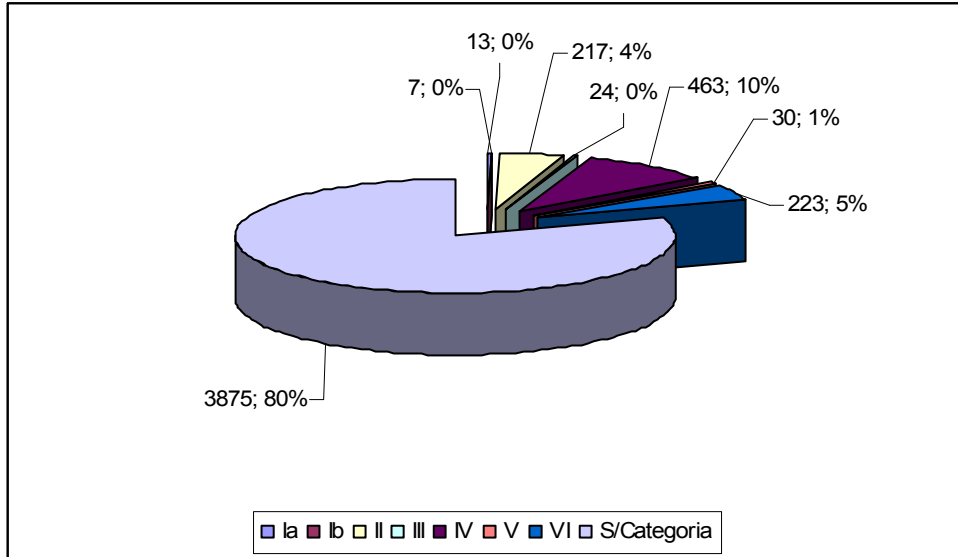
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

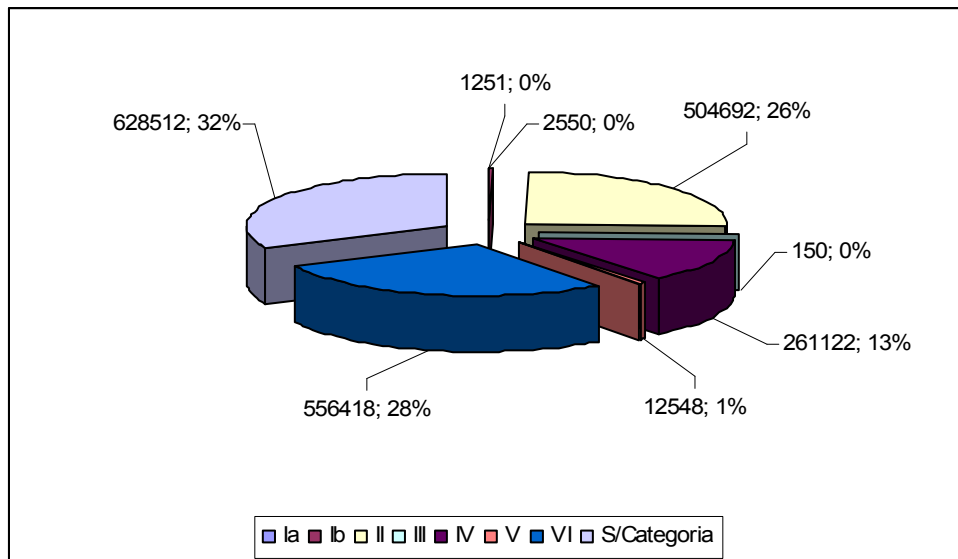
ESTE E AFRICA DO SUL

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

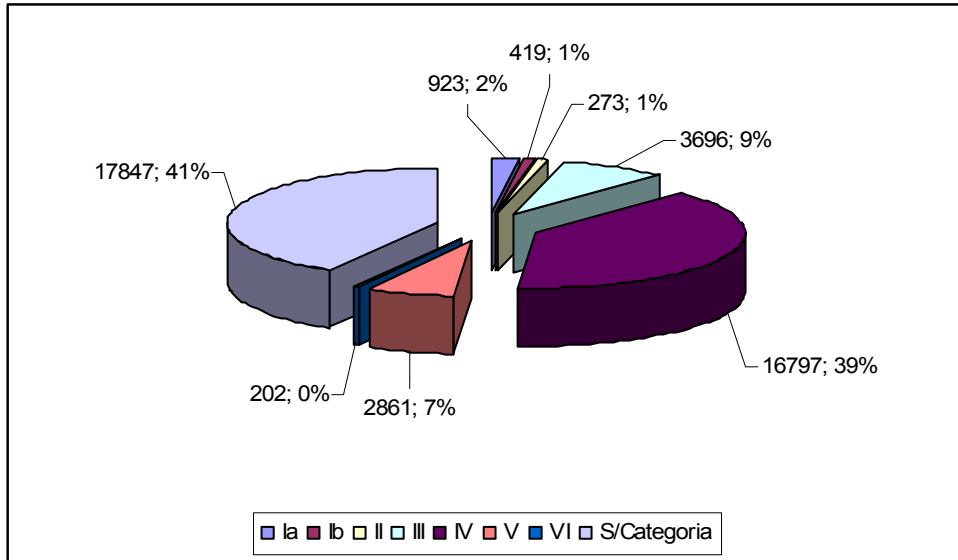
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

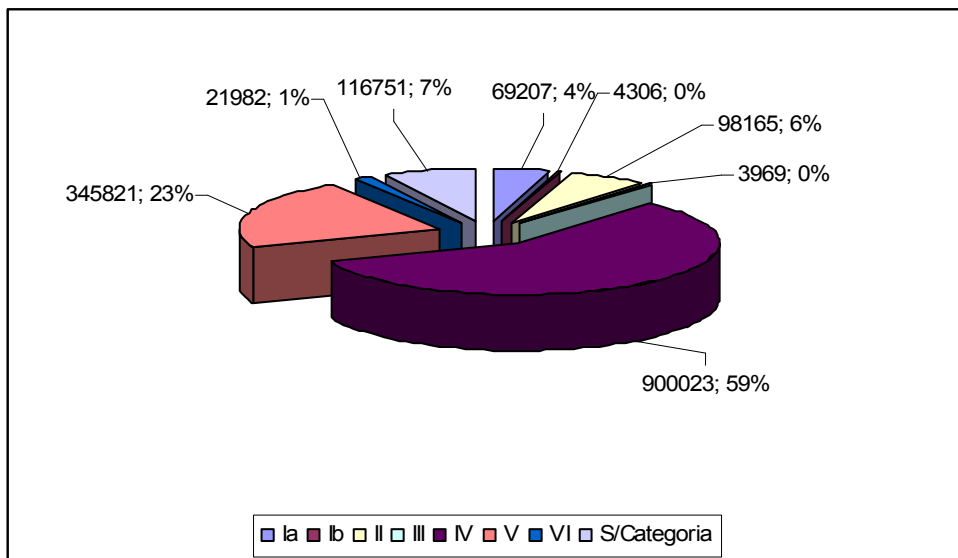
REGIÃO: EUROPA

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

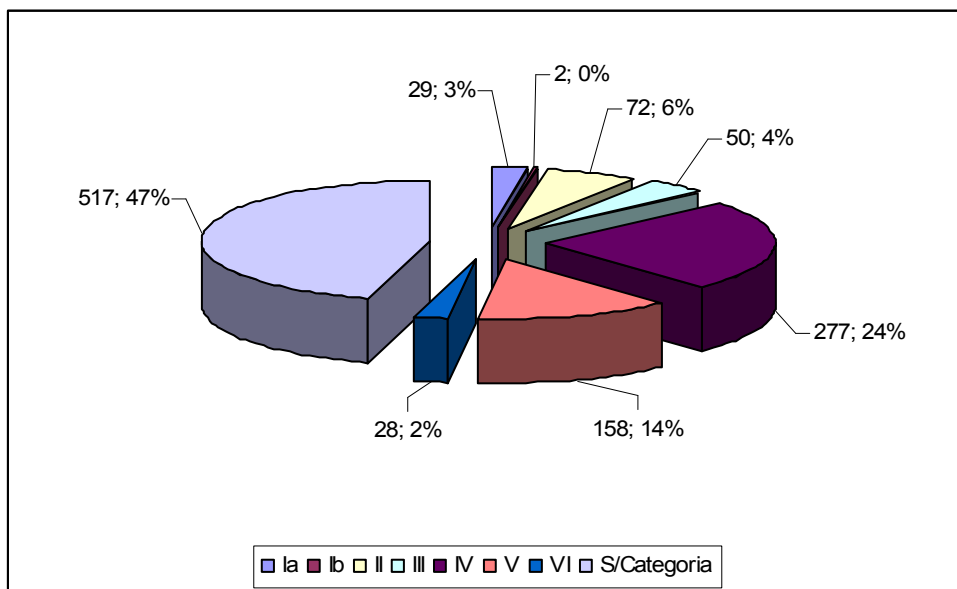
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

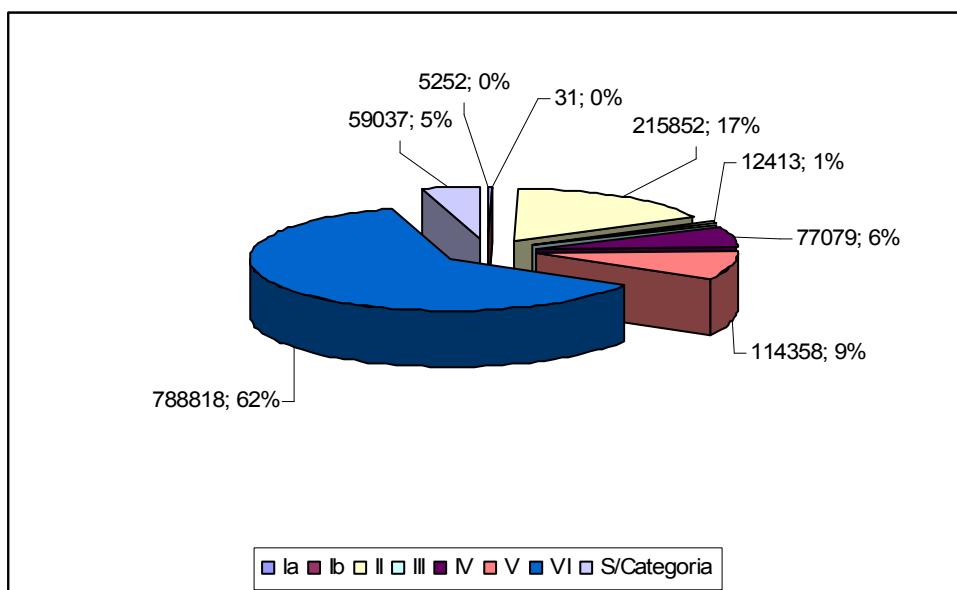
REGIÃO: NORTE DA AFRICA E MÉDIO ORIENTE

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

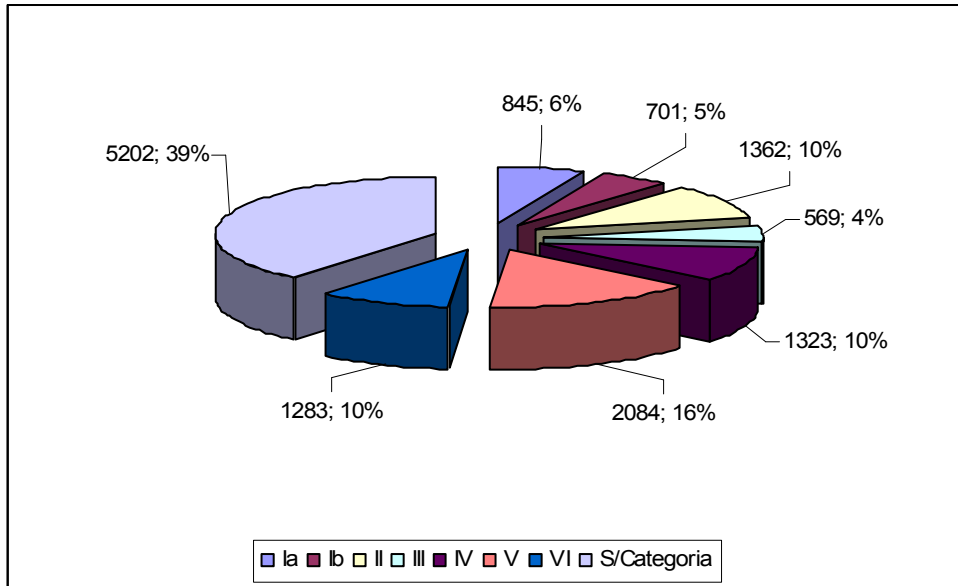
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

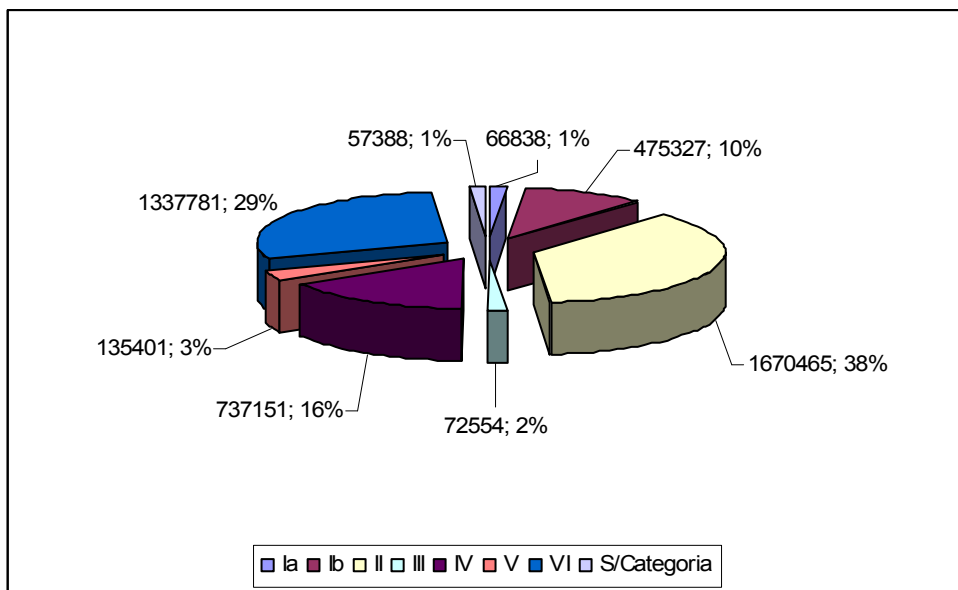
AMÉRICA DO NORTE

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

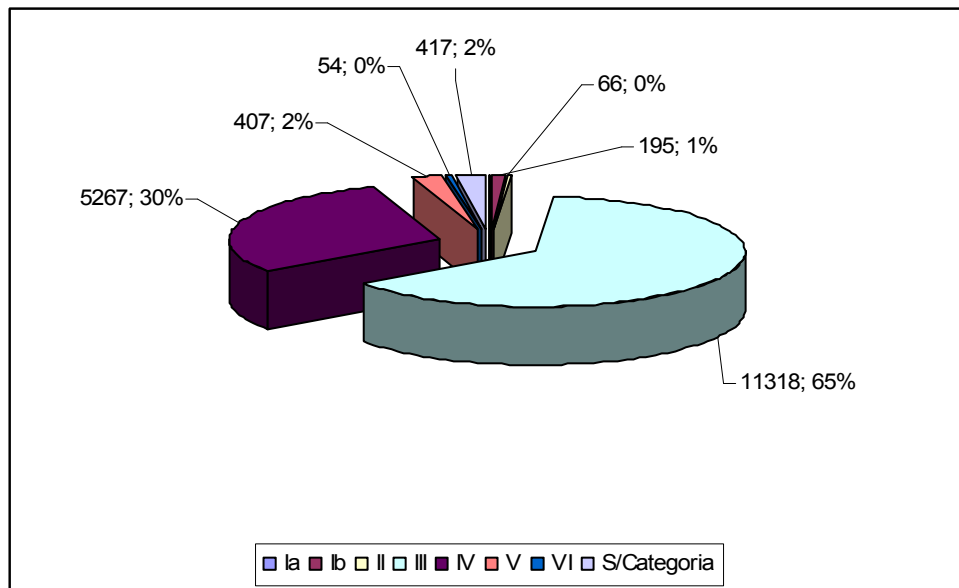
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

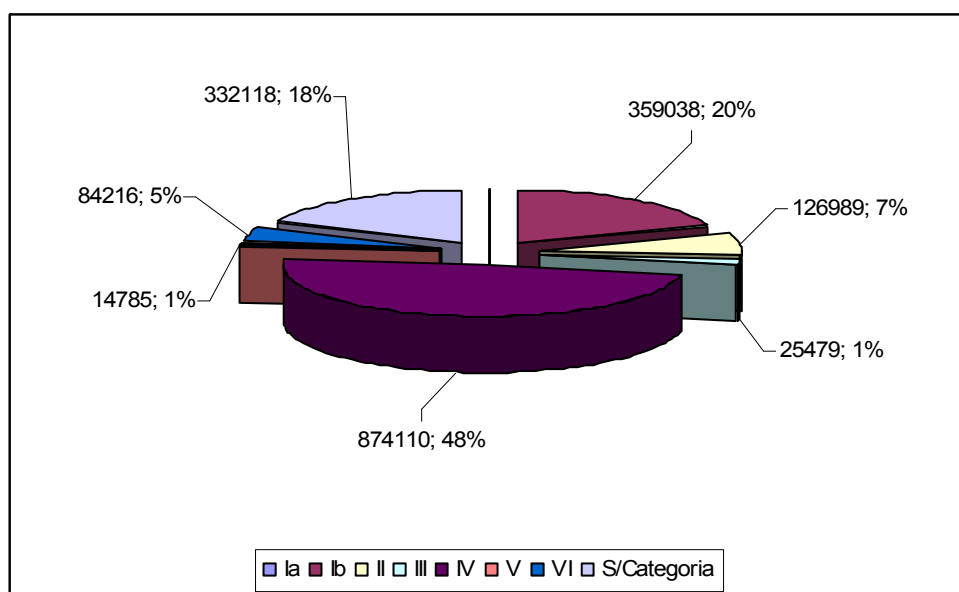
REGIÃO: ÁSIA DO NORTE

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

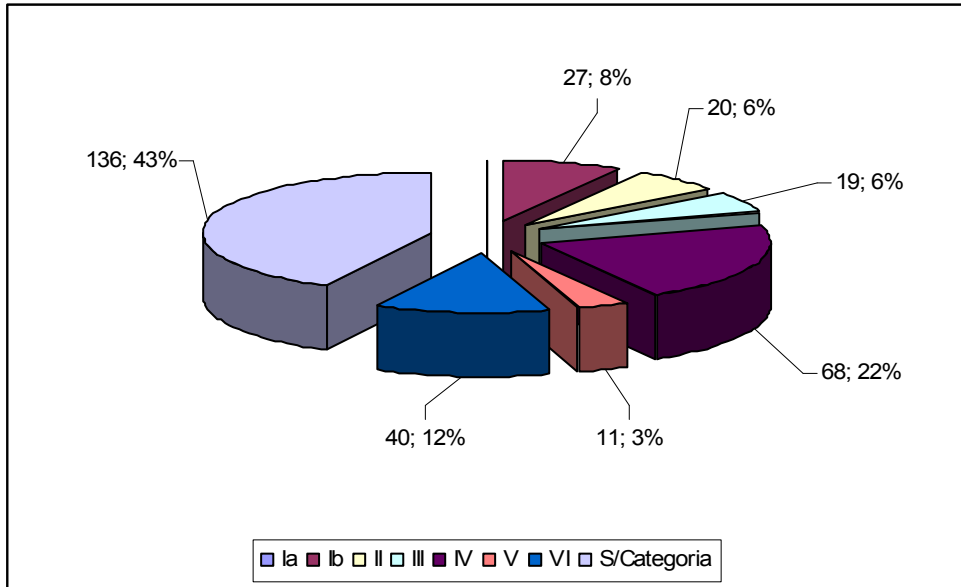
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

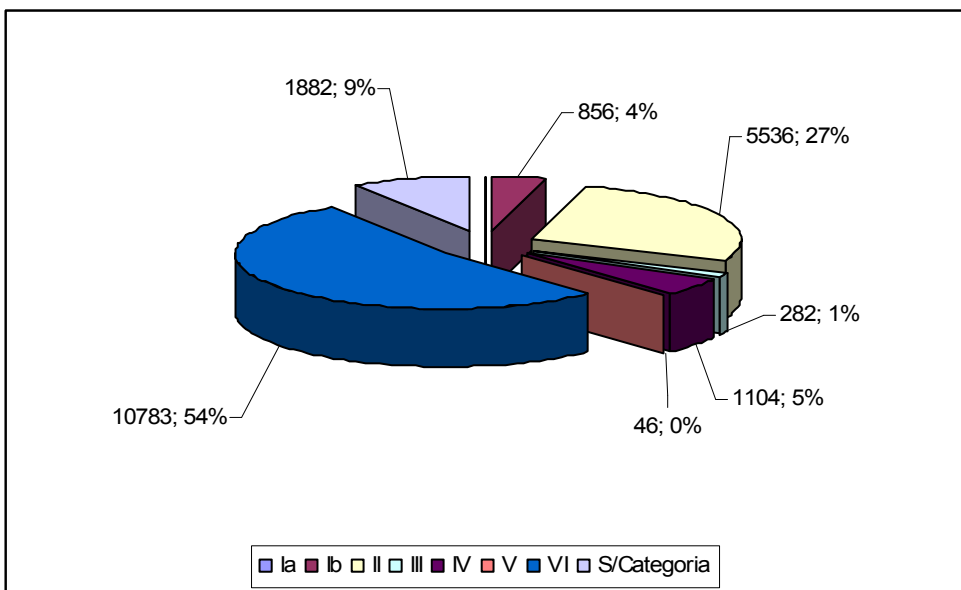
REGIÃO: PACÍFICO

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

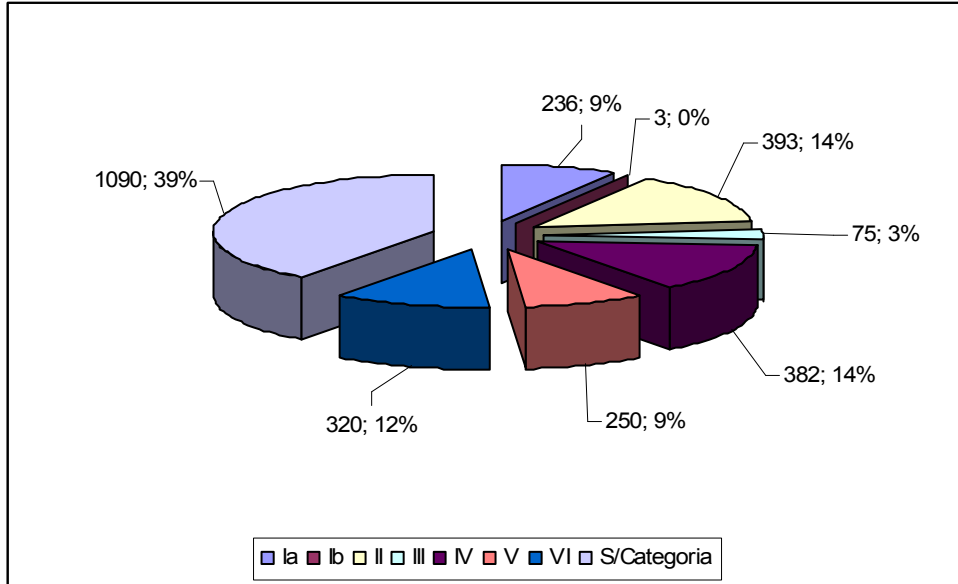
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

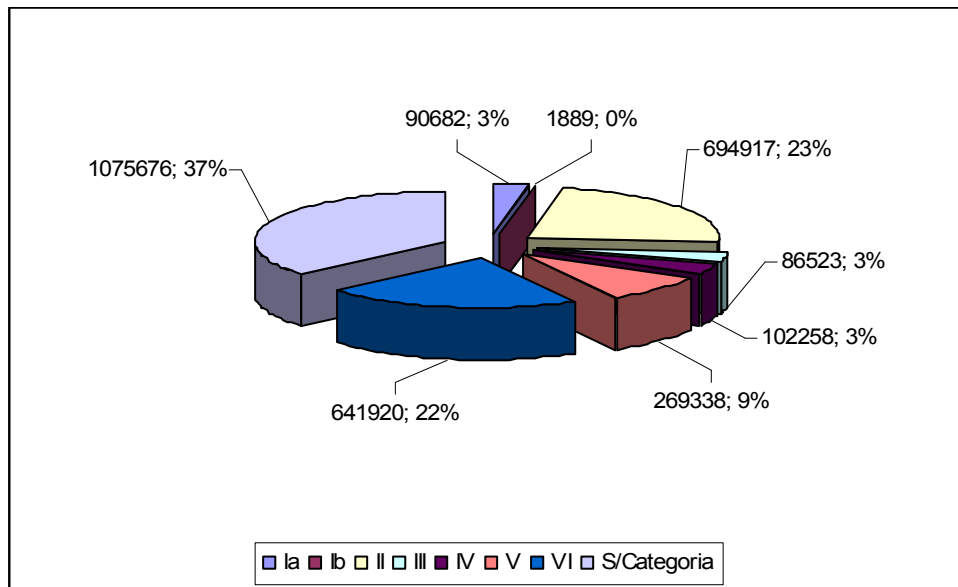
REGIÃO: AMÉRICA DO SUL E BRASIL

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

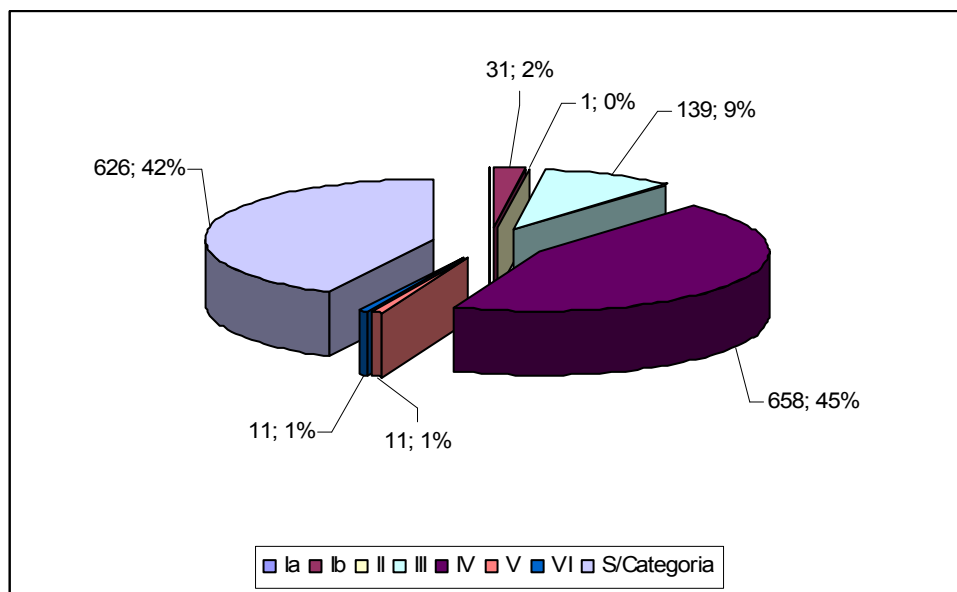
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

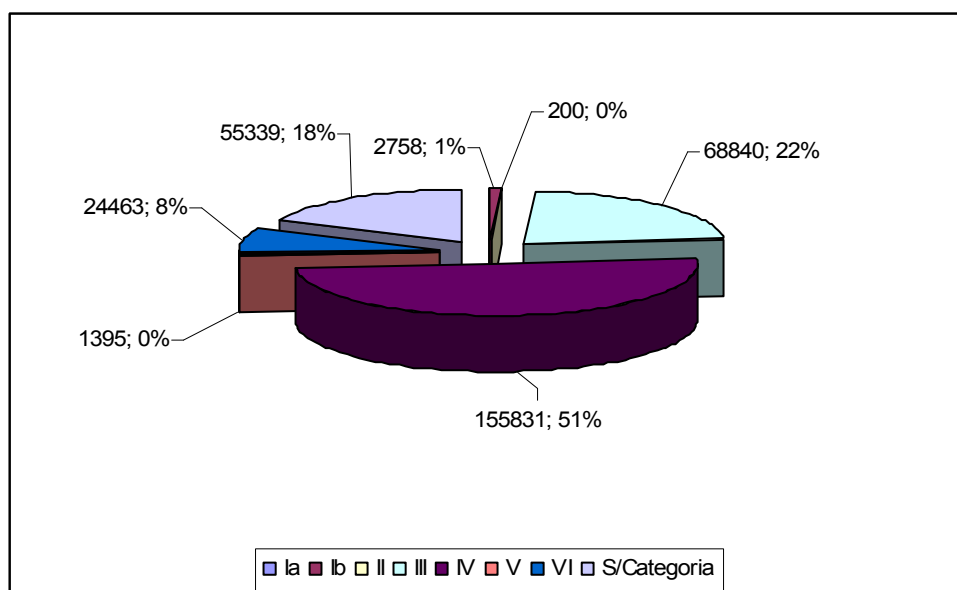
REGIÃO: ÁSIA DO SUL

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

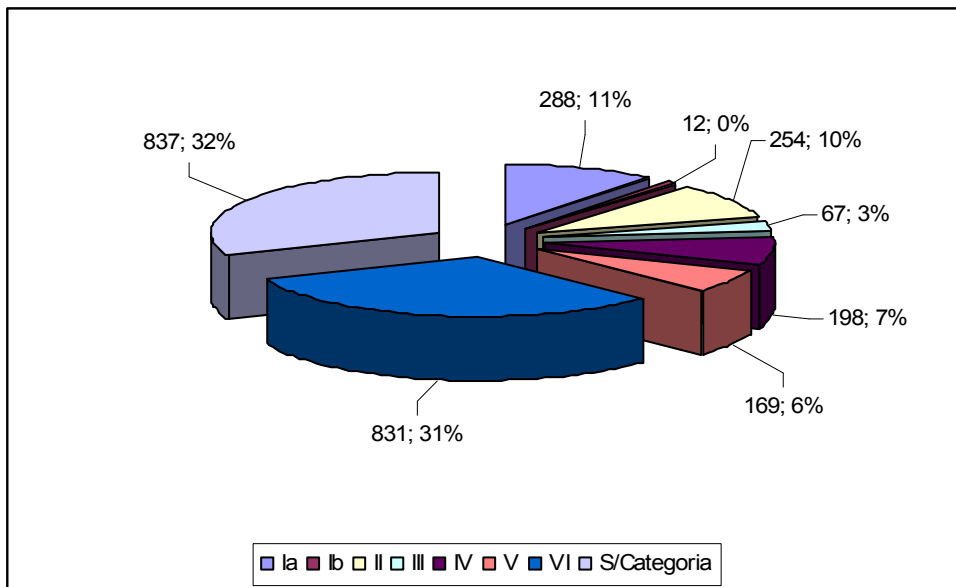
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

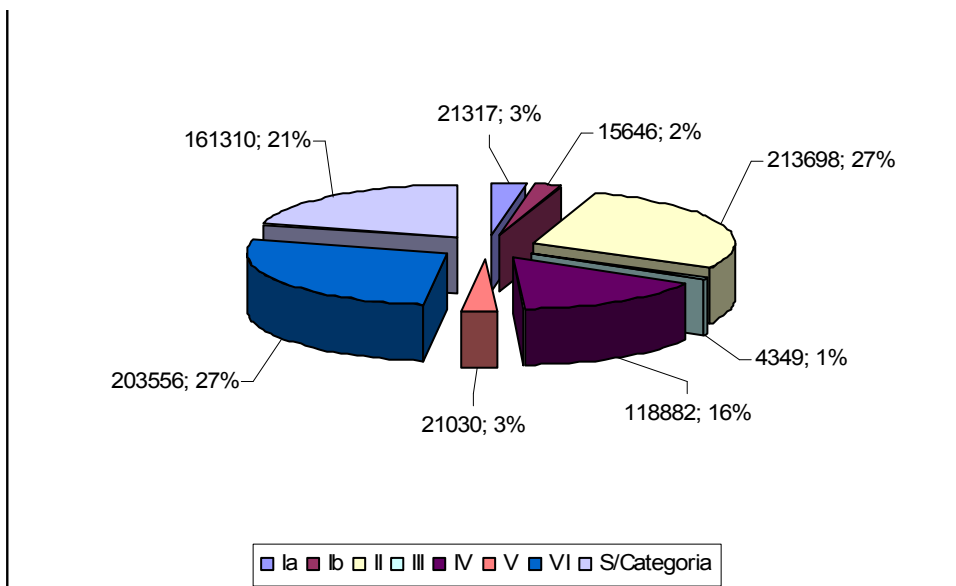
REGIÃO: SUDOESTE DA ÁSIA

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

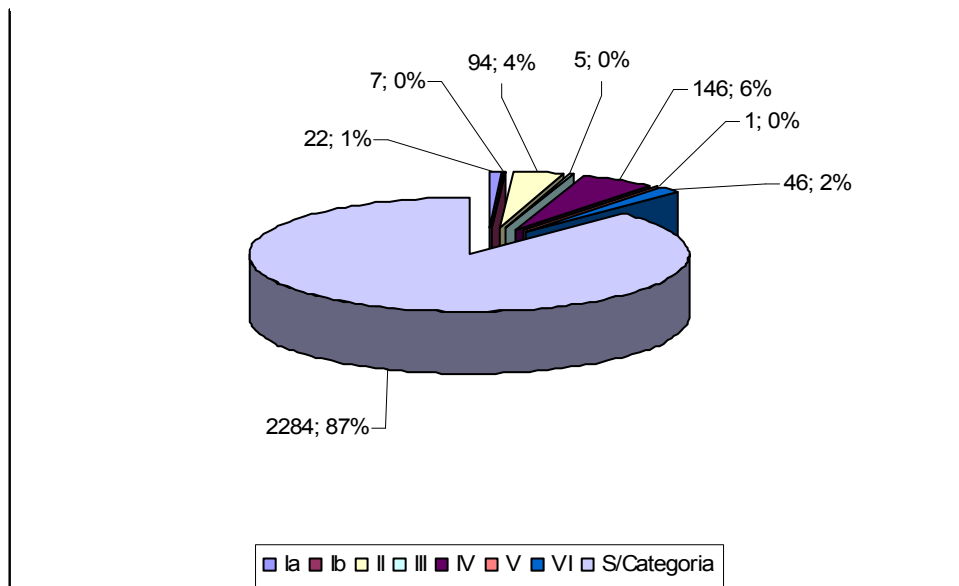
Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

REGIÃO: OESTE E ÁFRICA CENTRAL

Número e percentagem das áreas protegidas com categoria e sem categoria de classificação



Fonte: UICN – WCPA (2003)

Lista dos países com Áreas Naturais Protegidas (2003)					
Continente	País	Superfície (km 2)	Nº de espaços Protegidos	Superfície protegida	
				Superfície	% Território
África	Angola	1246700	13	81812	6,6
África	Argélia	2381745	18	58908	2,5
África	Benin	112620	5	12625	11,2
África	Botswana	575000	12	104987	18,3
África	Burkina-faso (Alto Volta)	274122	12	28552	10,4
África	Burundi	27835	13	1462	5,3
África	Cabo Verde	4035	0	0	0
África	Camerún	475500	18	20977	4,4
África	Congo	342000	12	16998	5
África	Costa de Marfim	322465	11	19855	6,2
África	Chade	1284000	9	114940	9
África	Djibouti	23000	2	100	0,4
África	Egipto	1000250	16	7938	0,8
África	Eritreia	117600	3	5006	4,3
África	Etiópia	1104300	39	186998	16,9
África	Gabão	267665	5	7230	2,7
África	Gambia	10690	6	225	2,1
África	Gana	238305	16	12684	5,3
África	Guiné	245855	3	1635	0,7
África	Guine equatorial	28050	0	0	0
África	Guiné-Bissau	36125	0	0	0
África	Kenia	582645	68	45383	7,8
África	Lesoto	30345	1	68	0,2
África	Libéria	111370	1	1292	1,2
África	Líbia	1759540	8	1730	0,1
África	Madagáscar	594180	46	12319	2,1
África	Malawi	94080	9	10585	11,3
África	Mali	1240140	13	45319	3,7
África	Marrocos	458730	12	3174	0,7
África	Maurício	1865	24	157	8,4
África	Mauritânia	1030700	9	17460	1,7
África	Moçambique	784755	13	69790	8,9
África	Namíbia	824295	21	112158	13,6
África	Níger	1186410	6	96941	8,2
África	Nigéria	923850	27	30214	3,3
África	República Centro africana	624975	14	54456	8,7
África	Reunião	2510	14	130	5,2
África	Ruanda	26328	7	3964	15,1
África	Senegal	196720	14	22421	11,4
África	Seicheles	404000	19	449000	111,1
África	Serra Leoa	72325	6	1533	2,1
África	Somália	630000	10	5245	0,8
África	Sudáfrica	1184825	405	66451	5,6
África	Sudão	2505815	27	122490	4,9

Fonte: Fonte: UICN – WCPA (2003)

Lista dos países com Áreas Naturais Protegidas (2003)					
Continente	País	Superfície (km 2)	Nº de espaços Protegidos	Superfície protegida	
				Superfície	% Território
África	Tanzânia	939760	88	262618	27,9
África	Togo	56785	9	4291	7,6
África	Tunísia	164150	7	445	0,3
África	Uganda	236580	54	49153	20,8
África	Zaire	2345410	42	146374	6,2
África	Zâmbia	752615	68	226491	30,1
África	Zimbabué	390310	69	49968	12,8
América	Antígua e Barbuda	442	11	66	14,9
América	Antilhas Holandesas	800000	3	77000	9,6
América	Argentina	2777815	224	91261	3,3
América	Bahamas	13865	38	1457	10,5
América	Barbados	430	6	2	0,5
América	Belize	22965	49	9130	39,8
América	Bermuda	54000	14	125	231,5
América	Bolívia	1098575	37	178185	16,2
América	Brasil	8511965	582	526717	6,2
América	Caimán	259000	32	88000	34
América	Canadá	9922385	3224	953103	9,6
América	Colômbia	1138915	94	93652	8,2
América	Costa Rica	50900	109	12044	23,7
América	Cuba	114525	70	19089	16,7
América	Chile	751625	88	141372	18,8
América	Dominica	751000	7	170000	22,6
América	Equador	461475	134	155517	33,7
América	El Salvador	21395	2	52	0,2
América	Estados Unidos	9372614	3333	1988444	21,2
América	Granada	345000	1	6000	1,7
América	Guadalupe	1780	2	210	11,8
América	Guatemala	108890	42	21666	19,9
América	Guiana Francesa	91	2	1	1,1
América	Guiana	214970	1	585	0,3
América	Haiti	27750	8	97	0,3
América	Honduras	112085	81	11309	10,1
América	Ilhas Virgens Britânicas	153000	29	20000	13,1
América	Ilhas Virgens de E.U.	352000	5	57000	16,2
América	Jamaica	11425	142	982	8,6
América	Martinica	1079	5	712	66
América	México	1972545	152	159759	8,1
América	Montserrat	104000	18	10000	9,6
América	Nicarágua	148000	70	16375	11,1
América	Panamá	78515	31	15473	19,7
América	Paraguai	406750	20	14011	3,4
América	Peru	1285215	34	67604	5,3
América	Porto Rico	8960	23	295	3,3
América	República Dominicana	48440	45	84	173,5

Fonte: UICN – WCPA (2003)

Lista dos países com Áreas Naturais Protegidas (2003)

Continente	País	Superfície (km 2)	Nº de espaços Protegidos	Superfície protegida	
				Superfície	% Território
América	São Vicente e Granadinas	389	25	82	21,1
América	Santa Lucia	619	46	97	15,7
América	Suriname	163820	14	8042	4,9
América	Trinidad e Tobago	5130	14	210	4,1
América	Uruguai	186925	13	475	0,3
América	Venezuela	912045	194	560404	61,4
América	Total		9076	5476715	
Antártida	Antártida	14245000	55	3028	0,02
Ásia	Afganistão	652225	7	2186	0,3
Ásia	Arábia Saudita	2400900	78	825620	34,4
Ásia	Azerbaijão	86600	34	4776	5,5
Ásia	Bahrein	661	3	8	1,2
Ásia	Bangladesh	144000	10	980	0,7
Ásia	Butão	46620	9	9978	21,4
Ásia	Brunei	5765	31	1212	21
Ásia	Camboja	181000	23	32671	18,1
Ásia	Coreia do Norte	122310	31	3158	2,6
Ásia	Coreia do Sul	98445	30	6838	6,9
Ásia	China	9597000	810	682407	7,1
Ásia	China – Hong Kong	1062	43	461	43,4
Ásia	Emiratos Árabes Unidos	75150	2	0	0
Ásia	Filipinas	300000	19	14540	4,8
Ásia	Índia	3166830	493	143120	4,5
Ásia	Indonésia	1919445	1069	345118	18
Ásia	Irão	1648000	78	83031	5
Ásia	Iraque	438445	8	5000	0
Ásia	Israel	20770	188	3256	15,7
Ásia	Japão	369700	96	25590	6,9
Ásia	Jordânia	96000	11	2980	3,1
Ásia	Kazakistão	2717300	73	73373	2,7
Ásia	Kuwait	24280	5	272	1,1
Ásia	Kyrgistão	198500	78	6939	3,5
Ásia	Laos	236725	17	27563	11,6
Ásia	Líbano	10400	3	48	0,5
Ásia	Malásia	332965	145	15274	4,6
Ásia	Mongólia	1565000	35	161291	10,3
Ásia	Myanmar	678030	3	1735	0,3
Ásia	Nepal	141415	14	12705	9
Ásia	Oman	271950	3	34280	12,6
Ásia	Paquistão	803940	83	37447	4,7
Ásia	Qatar	11435	4	16	0,1
Ásia	Singapura	616000	5	29000	4,7
Ásia	Síria	185680	0	0	0
Ásia	Sri Lanka	65610	110	8694	13,3
Ásia	Tailândia	514000	158	70771	13,8
Ásia	Taiwan	36960	33	3936	10,6

Fonte: UICN – WCPA (2003)

Lista dos países com Áreas Naturais Protegidas (2003)					
Continente	País	Superfície (km 2)	Nº de espaços Protegidos	Superfície protegida	
				Superfície	% Território
Ásia	Turkmenistão	488100	23	19773	4,1
Ásia	Turquia	779450	81	12898	1,7
Ásia	Uzbequistão	447400	11	8184	1,8
Ásia	Vietname	329565	54	9951	3
Ásia	Yemen	477530	0	0	0
Ásia	Total		4030	2732950	
Europa	Albânia	28750	52	1025	3,6
Europa	Alemanha	356840	1398	96193	27
Europa	Arménia	29800	5	2134	7,2
Europa	Áustria	83855	695	24512	29,2
Europa	Bélgica	30520	70	859	2,8
Europa	Bielo-Rússia	207600	82	8754	4,2
Europa	Bósnia Herzegovina	51129	18	267	0,5
Europa	Bulgária	110910	127	4998	4,5
Europa	Croácia	56538	177	3964	7
Europa	Chipre	9250	10	781	8,4
Europa	Dinamarca	43075	220	13796	32
Europa	Eslováquia	14035	98	10605	75,6
Europa	Eslovénia	20251	32	1202	5,9
Europa	Espanha	504880	329	42418	8,4
Europa	Estónia	45100	220	5364	11,9
Europa	Federação Russa	17075400	216	516688	3
Europa	Finlândia	337030	270	28407	8,4
Europa	França	543965	434	55723	10,2
Europa	Geórgia	69700	18	1953	2,8
Europa	Grécia	131985	83	3408	2,6
Europa	Gronelândia	2175600	2	982500	45,2
Europa	Holanda	41160	85	4820	11,7
Europa	Hungria	93030	186	6490	7
Europa	Irlanda	68895	72	653	0,9
Europa	Islândia	102820	79	9805	9,5
Europa	Itália	301245	422	22037	7,3
Europa	Letónia	63700	208	8217	12,9
Europa	Liechtenstein	160	10	61	38,1
Europa	Lituânia	65200	79	6454	9,9
Europa	Luxemburgo	2585	19	372	14,4
Europa	Macedónia	25713	26	1813	7,1
Europa	Malta	316000	7	2000	0,6
Europa	Moldávia	33700	63	506	1,5
Europa	Noruega	323895	178	20865	6,4
Europa	Polónia	312685	523	29291	9,4
Europa	Portugal	92390	59	6036	6,5
Europa	Reino Unido	244880	515	50001	20,4
Europa	República Checa	78864	2	12776	16,2
Europa	Roménia	237500	157	10894	4,6

Fonte: UICN – WCPA (2003)

Lista dos países com Áreas Naturais Protegidas (2003)

Continentes	País	Superfície (km ²)	Nº de espaços Protegidos	Superfície protegida	
				Superfície	% Território
Europa	Suíça	41285	211	7447	18
Europa	Ucrânia	603700	26	8985	1,5
Europa	Jugoslávia	102173	104	3389	3,3
Europa	Total		7937	2055010	
Oceânia	Austrália	7682300	5647	1045686	13,6
Oceânia	Fiji	18330	15	200	1,1
Oceânia	Kiribati	684	10	267	39
Oceânia	Nova Zelândia	265150	235	63338	23,9
Oceânia	Nova Caledónia	19105	46	1154	6
Oceânia	Papua Nova Guiné	462840	26	10341	2,2
Oceânia	Polinésia Francesa	3940	7	198	5
Oceânia	Samoa Ocidental	2840	7	115	4
Oceânia	Tonga	699	8	36	5,2
Oceânia	Total		6001	1121335	

Fonte: UICN – WCPA (2003)

ANEXO B

INVENTÁRIO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO		
Freguesia	Nome	Tipo
Constantim	Festa de São João Evangelista (festa dos rapazes)	Procissões/festividades
Constantim	Igreja Matriz de Constantim	Igrejas/Capelas/Ermidas
Constantim	O Carochó e a Velha de Constantim	Festas Cíclicas
Doas Igrejas	Abrigo Rupestre da Solhapa	Estações Arqueológicas
Doas Igrejas	Doas Igrejas	Aldeias Preservadas
Doas Igrejas	Festa de Santo Estêvão	Procissões/festividades
Doas Igrejas	Festa de São João (Festa dos Solteiros)	Procissões/festividades
Doas Igrejas	Igreja da Senhora do Monte	Igrejas/Capelas/Ermidas
Doas Igrejas	Igreja Matriz de Santa Eufémia	Igrejas/Capelas/Ermidas
Doas Igrejas	Igreja Matriz de Santa Eulália	Igrejas/Capelas/Ermidas
Ifanes	Igreja de Ifanes	Igrejas/Capelas/Ermidas
Malhadas	Cruzeiro de Malhadas	Pelouros/Cruzeiros
Malhadas	Igreja Nossa Senhora Expectação, paroquial de malhadas	Igrejas/Capelas/Ermidas
Miranda do Douro	Associação Cultural Pauliteiros de Miranda do Douro	Ranchos Folclóricos
Miranda do Douro	Bacalhau assado com pão centeio - Miranda do Douro	Pratos típicos
Miranda do Douro	Barragem de Miranda	Albufeiras/barragens
Miranda do Douro	Biblioteca Municipal de Miranda do Douro	Bibliotecas
Miranda do Douro	Cama - Museu da terra de Miranda	Mobiliário
Miranda do Douro	Canastro - Museu da terra de Miranda	Mobiliário
Miranda do Douro	Capas de honra de Miranda do Douro	Artesanato
Miranda do Douro	Capela da Misericórdia de Miranda do Douro	Igrejas/Capelas/Ermidas
Miranda do Douro	Castelo de Miranda do Douro	Castelos/Fortes
Miranda do Douro	Castro de Vale de Águia	Estações Arqueológicas
Miranda do Douro	Castro de Aldeia Nova	Estações Arqueológicas
Miranda do Douro	Cogumelos Guisados	Pratos típicos
Miranda do Douro	Conjunto urbano Rua da Costanilha	Conj. Urb. Arquitectura
Miranda do Douro	Discoteca 1	Discoteca e bares
Miranda do Douro	Discoteca 2	Discoteca e bares
Miranda do Douro	Discoteca 3	Discoteca e bares
Miranda do Douro	Feira de artesanato	Feiras
Miranda do Douro	Igreja dos Frades Trinos - Miranda do Douro	Igrejas/Capelas/Ermidas
Miranda do Douro	Miradouro da Sé Catedral	Miradouros
Miranda do Douro	Museu da Terra de Miranda	Museus
Miranda do Douro	Parque campismo municipal de Santa Luzia	Parques de campismo
Miranda do Douro	Piscina da EDP - Miranda do Douro	Piscinas de recreio
Miranda do Douro	Piscina Municipal de Miranda do Douro	Piscinas de recreio
Miranda do Douro	Santa Bárbara – Festa da cidade	Festas
Miranda do Douro	Sé de Miranda do Douro	Catedrais Basílicas
Miranda do Douro	Talha dourada Altar Mor do Senhor da Piedade	Talha

Fonte: DGT (2004)

INVENTÁRIO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO		
Palaçoulo	Igreja matriz de Palaçoulo	Igrejas/Capelas/Ermidas
Palaçoulo	Marzagão	Aldeias Preservadas
Picote	Barragem do Picote	Albufeiras/barragens
Picote	Igreja de Santo Cristo - Picote	Igrejas/Capelas/Ermidas
Picote	Picote	Aldeias Preservadas
Picote	Piscina da EDP - Picote	Piscinas de recreio
Póvoa	Festa de Santo Estêvão	Procissões/festividades
Póvoa	Igreja e Capela Nossa Senhora do Naso - Póvoa	Igrejas/Capelas/Ermidas
Póvoa	Romaria da Nossa Senhora do Nazo	Romarias/Peregrinações
Póvoa	Santuário Nossa Senhora do Naso	Santuários/locais peregrinação
Sendim	Adega Coop. Ribadouro	Caves/Adegas/Dest.
Sendim	Discoteca 4	Discoteca e bares
Sendim	Feira franca - Feira dos Gorazes	Feiras
Sendim	Festa de Santa Bárbara	Procissões/festividades
Sendim	Igreja Matriz de Sendim	Igrejas/Capelas/Ermidas
Sendim	Silbote – Animação Turística	Culturais e recreativas
Vila Chã da Braciosa	A Velha de Vila Chã da Braciosa	Festas Cíclicas
Vila Chã da Braciosa	Igreja Matriz de Vila Chã da Braciosa	Igrejas/Capelas/Ermidas
Vila Chã da Braciosa	Romaria da Santíssima Trindade	Romarias/Peregrinações

Fonte: DGT (2004)

INVENTÁRIO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE MOGADOURO		
Nome	Tipo	Freguesia
Igreja de Algosinho	Igrejas/capelas/ermidas	Algosinho
Barragem da Bemposta	Albufeiras/barragens	Bemposta
Bemposta	Aldeias Preservadas	Bemposta
Sociedade Agrícola Vinicultores Bemposta	Caves, Adegas, Destilarias	Bemposta
Discoteca 1	Discoteca e bares	Bemposta
Festa do Chocalheiro	Festas	Bemposta
O Chocalheiro de Bemposta	Festas Cíclicas	Bemposta
Pelourinho de Bemposta	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Bemposta
Piscina da EDP - Mogadouro	Piscinas de recreio	Bemposta
Festa dos Velhos	Festas	Bruçó
Palácio dos Pimenteais	Palácios/solares	Castelo Branco
Castelo de Mouros de Algosinho (vestígios)	Castelos/fortes	Peredo da Bemposta
O Farandulo de Tó	Festas Cíclicas	Tó
Praça de Touros de Urrós	Praça de Touros	Urrós
Castelo de Oleiros	Castelos/fortes	Urrós
Castelo de S. Fagundo	Castelos/fortes	Urrós
Festas dos Velhos	Festas	Vale de Porco
Chocalheiro ou Velho de Vale de Porco	Festas Cíclicas	Vale de Porco
Fragas do Diabo	Miradouros	Vilarinho dos Galegos

Fonte: DGT (2004)

RECURSOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA		
Nome	Tipo	Freguesia
Capela de Fornos	Igrejas/capelas/ermidas	Fornos
Capela de Nossa Senhora da Rua Nova	Igrejas/capelas/ermidas	Fornos
Banda música de Freixo de Espada à Cinta	Bandas	Freixo de Espada à Cinta
Biblioteca Municipal Freixo de Espada à Cinta	Bibliotecas	Freixo de Espada à Cinta
Campo de tiro Clube caçadores Freixo Espada à Cinta	Campos de Tiro	Freixo de Espada à Cinta
Castelo de Freixo de Espada à Cinta	Castelos/fortes	Freixo de Espada à Cinta
Adega Coop. Freixo de Espada à Cinta	Caves, adegas, destilarias	Freixo de Espada à Cinta
Circuito turístico Amendoeiras em flor	Circuitos turísticos	Freixo de Espada à Cinta
Conjunto urbano Freixo Espada à Cinta	Conj. Urb. V. Arquitectura	Freixo de Espada à Cinta
Discoteca	Discotecas e bares	Freixo de Espada à Cinta
Discoteca	Discotecas e bares	Freixo de Espada à Cinta
Queijadinhas de Abóbora ou de Calondro	Doçaria Regional	Freixo de Espada à Cinta
Canelões do Penedo dos Castelhanos	Doçaria Regional	Freixo de Espada à Cinta
Freirinha	Feiras	Freixo de Espada à Cinta
Igreja São Miguel, Matriz de Freixo de Espada à Cinta	Igrejas/capelas/ermidas	Freixo de Espada à Cinta
Igreja Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta	Igrejas/capelas/ermidas	Freixo de Espada à Cinta
Montanhismo no Penedo Durão	Locais para montanhismo	Freixo de Espada à Cinta
Pelourinho de Freixo de Espada à Cinta	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Freixo de Espada à Cinta
Piscina municipal Freixo Espada à Cinta	Piscinas de recreio	Freixo de Espada à Cinta
Chícharros - Freixo de Espada à Cinta	Pratos típicos	Freixo de Espada à Cinta
Festa da Nossa Senhora das Graças	Procissões/festividades	Freixo de Espada à Cinta
Romaria Senhora dos Montes Ermos	Romarias/peregrinações	Freixo de Espada à Cinta
Santuário de Nossa Senhora dos Montes Ermos	Santuários/locais peregrinação	Freixo de Espada à Cinta
Casa do Conselheiro	Turismo em Espaço Rural	Freixo de Espada à Cinta
Igreja do Convento de S. Filipe de Nery	Igrejas/capelas/ermidas	Freixo de Espada à Cinta
Lagoa da Fonte Santa	Lagos/lagoas	Lagoaça
Miradouro da Cruzinha - Freixo de Espada à Cinta	Miradouros	Lagoaça
Miradouro de Poiares	Miradouros	Ligares
Miradouro Penedo Durão	Miradouros	Ligares
Penedo Durão em Poiares	Penhascos/ravinas	Ligares
Festa Santa Bárbara	Procissões/festividades	Ligares
Vista Miradouro de Poiares	Zonas florestais	Ligares
Mazouco	Aldeias Preservadas	Mazouco
Gravuras rupestres Mazouco	Estações Arqueológicas	Mazouco
Gruta do cavalo de Mazouco	Grutas	Mazouco
Festa Santo Isidoro	Procissões/festividades	Mazouco

RECURSOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE FIGUEIRA CASTELO RODRIGO		
Nome	Tipo	Freguesia
Ruínas de Almofala ou Casarão da Torre	Estações Arqueológicas	Almofala
Igreja Matriz	Igrejas/capelas/ermidas	Almofala
Cruzeiro de Almofala	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Almofala
Torre das Águias (ruínas)	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Almofala
Cruzeiro	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Almofala
Castelo Rodrigo	Aldeias preservadas	Castelo Rodrigo
Muralhas do Castelo de Castelo Rodrigo	Castelos/fortes	Castelo Rodrigo
Agrocardo	Caves, adegas, destilarias	Castelo Rodrigo
Convento Igreja Santa Maria Aguiar de Riba Cõa	Conventos/mosteiros	Castelo Rodrigo
Chafariz da Casqueira	Fontes/chafarizes	Castelo Rodrigo
Igreja Nossa Senhora Reclamador - matriz de Castelo Rodrigo	Igrejas/capelas/ermidas	Castelo Rodrigo
Igreja e Convento Santa Maria de Aguiar de Riba Cõa	Igrejas/capelas/ermidas	Castelo Rodrigo
Local Batalha de Castelo Rodrigo	Locais Históricos	Castelo Rodrigo
Miradouro Alto Serra da Marofa	Miradouros	Castelo Rodrigo
Pelorinho de Castelo Rodrigo	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Castelo Rodrigo
Zona Caça turística Santa Maria Aguiar	Zonas de caça	Castelo Rodrigo
Palácio Cristóvão Moura (ruínas)		Castelo Rodrigo
Ruínas do Castelo	Castelos/fortes	Escalhão
Igreja Nossa Senhora Anjos, Matriz de Escalhão	Igrejas/capelas/ermidas	Escalhão
Zona Caça Turística Corceira	Zonas de caça	Escalhão
Igreja São Miguel - matriz de Escarigo	Igrejas/capelas/ermidas	Escarigo
Rio Águeda	Rios/ribeiras	Escarigo
Zona Caça Turística Luzelos	Zonas de caça	Escarigo
Capela de Mata de Lobos	Igrejas/capelas/ermidas	Mata de Lobos
Cruz de Pedro Jacques	Pelouros/cruzeiros/obeliscos	Mata de Lobos

Fonte: DGT (2004)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Alambique	Moralina	Bodegas Subterrâneas	Fariza
Altar de Pedra	Fariza	Calvário das Três Cruzes	San Felices de Los Gallegos
Arco das Muralhas	Fermoselle	Casa da Cultura	Fregeneda
Arquivo	Mieza	Casa da Cultura	Lumbrales
Arquivo Marquês da Enseada	Almendra	Casa da Cultura	San Felices de Los Gallegos
Artesanato em cestaria	Lumbrales	Casa da Cultura	Saucelle
Artesanato em cestaria	Masueco	Casa Típica Sayaguesa	Argañín
Artesanato em forja	Hinojosa de Duero	Casas dos guardas	Fariza
Artesanato em madeira	Lumbrales	Casas dos pastores	Fariza
Artesanato em pedra	Lumbrales	Casas tradicionais	Fregeneda
Artesanato têxtil	Lumbrales	Castelo de Fermoselle	Fermoselle
Artesanato têxtil	Masueco	Castelo de Saldañuela (Castro da Idade do Ferro)	Bermellar
Artesanato têxtil	Moralina	Castelo de San Felices de Los Gallegos	San Felices de Los Gallegos
Artesão de madeira	Bouza, La	Castelo de Sobradillo	Sobradillo
Artesão de madeira	Fariza	Castelo de Vilvestre	Vilvestre
Associação Arribes del Duero Aldeadávila	Aldeadávila de La Ribera	Castro do Castelo	San Felices de Los Gallegos
Associação Cultural Los Olivos	Ahigal de los Aceiteros	Celebração religiosa do Corpo de Cristo	Sadeana
Biblioteca Municipal	Fregeneda	Celebração religiosa: Ofertório da Virgem do Carrasco	Villar del Buey
Biblioteca Municipal	Hinojosa de Duero	Celebração religiosa: Romaria de Bênção dos campos	Villardiegua de La Ribera
Biblioteca Municipal	Lumbrales	Celebração religiosa do Corpo de Cristo	San Felices de Los Gallegos
Biblioteca Municipal	Pino	Celebração religiosa: Domingo do Rosário	Villadepera
Biblioteca Municipal	Puerto Seguro	Celebração religiosa: Semana Santa	Saucelle
Biblioteca Municipal	Barruecopardo	Celebração religiosa: Semana Santa	Sobradillo
Bodegas Subterrâneas	Fermoselle	Centro cultural	Villarino

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Centro Cultural	Villar del Buey	Discoteca	Vilvestre
Centro Cultural La Laguna	Hinojosa de Duero	Dólmen	Torregamones
Centro de iniciativas Turísticas Comarca das Arribes	Pereña	Dólmen	Villardiegua de La Ribera
Centro de iniciativas Turísticas Comarca del Abadengo	San Felices de Los Gallegos	Edifício Civil – Ayuntamiento	Argañín
Centro Multiusos	Cabeza de Caballo	Edifício Civil: Antigas escolas	Fariza
Centro temático	Moral de Sayago	Edifício civil: Casa do Conselho	Villardiegua de La Ribera
Colecção de Prata	Fregeneda	Edifício civil: Casa do Maestro	Villardiegua de La Ribera
Confraria da Santa Cruz	Villadepera	Edifício civil: Duques de Alba	San Felices de Los Gallegos
Confraria do Ofertório do Santo Rosário	Villadepera	Edifício civil: Escolas antigas	Villar del Buey
Convento de S. Francisco	Fermoselle	Edifício civil: Escolas antigas	Villardiegua de La Ribera
Convento de S. João	San Felices de Los Gallegos	Edifício civil: Hospital da Misericórdia	San Felices de Los Gallegos
Convento Santa Marina la Seca	Sobradillo	Edifício civil: Seminário	Masueco
Cruz das Eras	Fregeneda	Encontro de Folclore	Aldeadávila de La Ribera
Cruz de Canto	Fregeneda	Ermida da Encarnação	Villalcampo
Cruz de ferro	Fregeneda	Ermida da Fé	Fonfría
Cruz de S. Pedro	Fregeneda	Ermida da Luz	Fonfría
Cruz do Siglo	Puerto Seguro	Ermida da Santa	Aldeadávila de La Ribera
Cruzeiro	Torregamones	Ermida da Soledad	Fermoselle
Cruzeiro Maior	Sobradillo	Ermida da Virgem do Arbor	Mieza
Cruzeiros	Fermoselle	Ermida da Virgem do Castelo	Pereña
Cruzeiros	Villar del Buey	Ermida da Virgem do Castelo	Vilvestre
Cruzes de pedra	Fonfría	Ermida da Virgem do Templo	Torregamones
Discoteca	Fregeneda	Ermida de Arcillera	Fonfría
Discoteca	Lumbrales	Ermida de Brandinales	Fonfría

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Ermida de Castro de Alcañices	Fonfría	Ermida del Humilladero	Villar del Buey
Ermida de Ceadea	Fonfría	Ermida do Calvário	Villadepera
Ermida de Cristo das Mercedes	Barruecopardo	Ermida do Cemitério	Fariza
Ermida de Cristo del Humilladero	Puerto Seguro	Ermida do Cemitério	Saucelle
Ermida de Jesus Nazareno	Sobradillo	Ermida do Cristo de la Cuesta	Sobradillo
Ermida de la Veja	Moralina	Ermida do Humilladero	Ahigal de los Aceiteros
Ermida de Nossa Senhora do Rosário	San Felices de Los Gallegos	Ermida do Humilladero	San Felices de Los Gallegos
Ermida de Pasariegos	Villar del Buey	Ermida do Santíssimo Cristo das Batalhas	Bermellar
Ermida de S. Albín	Fermoselle	Ermida do Santo	Fonfría
Ermida de S. Bárbara e Santa Catarina	Fariza	Ermida do Santo Cristo	Mieza
Ermida de S. Gregório	Lumbrales	Ermida do Santo Cristo de Humilladero	Aldeadávila de La Ribera
Ermida de S. Miguel	Villar del Buey	Ermida Nossa Senhora do Castelo	Fariza
Ermida de S. Roque	Villar del Buey	Ermida S. Cristóbal	Villarino
Ermida de S. Sabastião	Sobradillo	Ermida S. Lourenço	Saucelle
Ermida de Santa Colomba	Fermoselle	Ermidas de S. Damião e S. Cosme	Fariza
Ermida de Santa Cruz	Fermoselle	Estação de Caminho de Ferro	Fregeneda
Ermida de Santa Isabel	Peña, La	Estelas Medievais: Cabeça de S. Pedro	Hinojosa de Duero
Ermida de Santa Olaya	Gamones	Festa da Assunção	Fariza
Ermida de Santa Vera Cruz	San Felices de Los Gallegos	Festa da Madalena	Fariza
Ermida de Santo Cristo	Villar del Buey	Festa da Natevidade de S. João Baptista	Hinojosa de Duero
Ermida de Santo Cristo da Misericórdia	Hinojosa de Duero	Festa da Virgem da Expectação	Fariza
Ermida de Vera Cruz	Villadepera	Festa da Virgem do Arbor	Mieza
Ermida del Humilladero	Masueco	Festa da Virgem do Templo	Torregamones
Ermida del Humilladero	Moral de Sayago	Festa das Candelas	Fregeneda

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Festa de Cerezal de Peñahorcada	Cerezal de Peñahorcada	Festa del Rosco	Villar del Buey
Festa de Nossa Senhora	Sadeana	Festa do Bendito Cristo da Agonia	Fariza
Festa de Nossa Senhora Assunção	Lumbrales	Festa do Coração de Jesus	Villar del Buey
Festa de Nossa Senhora dos Anjos	Bermellar	Festa do Emigrante	Fariza
Festa de S. Albín	Fermoselle	Festa do Emigrante	Villadepera
Festa de S. Idelfonso	Torregamones	Festa do Sagrado Coração	Fonfría
Festa de S. Julião	Fariza	Festa dos Quintos	Barruecopardo
Festa de S. Lourenço	Saucelle	Festa popular	Mieza
Festa de S. Mamede	Villardiegua de La Ribera	Festa popular:	Hinojosa de Duero
Festa de S. Marcos	Fregeneda	Festa popular: El Hornazo	Saucelle
Festa de S. Miguel	Almendra	Festa Popular: El Noveno	Cabeza de Caballo
Festa de S. Miguel	Moralina	Festa Popular: El Noveno	San Felices de Los Gallegos
Festa de S. Miguel	Villar del Buey	Festa popular: Festa de Cruz de Maio	San Felices de Los Gallegos
Festa de S. Sebastião	Mieza	Festa popular: La Cachera/Los Quintos	Sobradillo
Festa de Santa Colomba	Villar del Buey	Festa popular: La Enramada	Sobradillo
Festa de Santa Cruz	Fariza	Festa popular: Las Águedas	Lumbrales
Festa de Santa Cruz	Lumbrales	Festa popular: Los Barrios	Lumbrales
Festa de Santa Cruz	Masueco	Festas da Nossa Senhora dos Anjos	Pereña
Festa de Santa Maria de Madalena	Bermellar	Festas da Santa Cruz	Sobradillo
Festa de Santa Marina	Moral de Sayago	Festas das Madrinhas	Cabeza de Caballo
Festa de Santo Isidro	Cabeza de Caballo	Festas de Carnaval	Fermoselle
Festa de São João	Ahigal de los Aceiteros	Festas de Cristo	Hinojosa de Duero
Festa de Verão	Bouza, La	Festas de S. António	Puerto Seguro
Festa de Verão	Masueco		

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Festas de S. Bartolomeu	Argañín	Fonte de S. Lourenço	Fermoselle
Festas de S. Estêvão	Moral de Sayago	Fonte do Concelho	Moral de Sayago
Festas de S. João	Villarino	Fonte do Douro	San Felices de Los Gallegos
Festas de S. Lourenço	Zarza de Pumareda	Fonte dos Salgueiros	Moral de Sayago
Festas de S. Miguel e S. Gregório	Fariza	Fonte La Estercada	Moral de Sayago
Festas de S. Roque	Villarino	Fonte La Noria	Fermoselle
Festas de S. Sebastião	Sobradillo	Fonte Lugar	Sobradillo
Festas de S. Sebastião	Vilvestre	Fonte Nova	Fonfría
Festas de S. Tiago Apóstolo e Santa Ana	Sobradillo	Fonte Oscura	San Felices de Los Gallegos
Festas de Santa Isabel	Peña, La	Fonte poço limpo	Moral de Sayago
Festas de Santa Maria Madalena	Ahigal de los Aceiteros	Fonte Valdeperal	Moral de Sayago
Festas de São Bartolomeu	Aldeadávila de La Ribera	Fontes de pedra	Fariza
Festas de São Braz	Aldeadávila de La Ribera	Fontes de pedra	Fonfría
Festas de Verão	Fregeneda	Forno de pedra	Fonfría
Festas de Verão	Moralina	Fornos	Moralina
Festas de Verão	Puerto Seguro	Fonte de Atrás	Hinojosa de Duero
Festas de Virgem do Castelo	Vilvestre	Grupo Folclórico de Cabeza de Caballo	Cabeza de Caballo
Festas del Toro	Vilvestre	Igreja da Expectação	Fariza
Festas Santo Cristo das Mercedes	Barruecopardo	Igreja do S. Sebastião	Puerto Seguro
Festival de canção popular	Cabeza de Caballo	Igreja de Nossa Senhora Assunção	Fermoselle
Fonte de Arcillera	Fonfría	Igreja de Nossa Senhora da Natividade	Villardiegua de La Ribera
Fonte de beber	Villadepera	Igreja de S. Benito	Fariza
Fonte de Pozabajo	Fregeneda	Igreja de S. João	Villar del Buey
Fonte de Pozarriba	Fregeneda	Igreja de S. Marcos	Cerezal de Peñahorcada

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas provincias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Igreja de S. Marcos Evangelista	Fregeneda	Igreja parroquial	Moral de Sayago
Igreja de S. Miguel	Moralina	Igreja Parroquial	Pino
Igreja de S. Nicolás de Bari	Masueco	Igreja Parroquial	Torregamones
Igreja de S. Pedro	Fariza	Igreja parroquial	Trabanca
Igreja de S. Pedro	Peña, La	Igreja parroquial de Arcillera	Fonfría
Igreja de S. Pedro Apóstolo	Hinojosa de Duero	Igreja parroquial de Bermillo de Alba	Fonfría
Igreja de S. Sebastião	Mieza	Igreja parroquial de Bradillanes	Fonfría
Igreja de S. Tiago	Sadeana	Igreja parroquial de Carbajosa	Villalcampo
Igreja de S. Tiago Apóstolo	Sobradillo	Igreja parroquial de Castro de Alcañices	Fonfría
Igreja de Santa Maria	Pereña	Igreja parroquial de Ceadea	Fonfría
Igreja de Santa Maria Madalena	Ahigal de los Aceiteros	Igreja parroquial de Cibanal	Villar del Buey
Igreja de Santa Maria Madalena	Barruecopardo	Igreja parroquial de Cozcurrita	Fariza
Igreja de Santa Maria Madalena	Cabeza de Caballo	Igreja parroquial de Fariza	Fariza
Igreja de Santa Marina	Villar del Buey	Igreja parroquial de Formariz	Villar del Buey
Igreja de São Salvador	Aldeadávila de La Ribera	Igreja parroquial de Fornillos de Aliste	Fonfría
Igreja do Mosteiro de la Pasión	San Felices de Los Gallegos	Igreja parroquial de Fornillos de Fermoselle	Villar del Buey
Igreja Nossa Senhora Assunção	Lumbrales	Igreja parroquial de Moveros	Fonfría
Igreja Nossa Senhora Assunção	Villadepera	Igreja parroquial de Pinilla de Fermoselle	Villar del Buey
Igreja Nossa Senhora Assunção	Vilvestre	Igreja parroquial de Tudera	Fariza
Igreja Nossa Senhora da Concepción	Saucelle		
Igreja Nossa Senhora dos Álamos	San Felices de Los Gallegos	Igreja parroquial de Villalcampo	Villalcampo
Igreja Parroquial	Argañín	Igreja parroquial de Zarafa	Fariza
Igreja Parroquial	Bouza, La	Igreja parroquial del Salto de Saucelle	Saucelle
Igreja Parroquial	Gamones	Igreja Santa Maria la Mayor	Villarino
		Igreja Santa Maria Madalena	Bermellar

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Imagem religiosa: Jesus Nazareno	Sobradillo	Moinho do Rio Huebra	Bermellar
Lagares	Fariza	Moinho do Rio Uces	Masueco
Lavador de Roupa	Ahigal de los Aceiteros	Moinho El Puerto	Moral de Sayago
Lavador de Roupa	Barruecopardo	Moinho El Vado	Ahigal de los Aceiteros
Lavador de Roupa	Cerezal de Peñahorcada	Moinho La Resbaladera	Moral de Sayago
Lavador de Roupa	Fregeneda	Moinho Matarranas	Fariza
Lavador de Roupa	Lumbrales	Moinho Pachón	Fariza
Lavadores de Roupa	Aldeadávila de La Ribera	Moinho Yagualgue	Moral de Sayago
Lavadores de Roupa	Sadeana	Moinhos	Fregeneda
Mansão senhorial: Casa de la Ciriaca	Hinojosa de Duero	Moinhos	Gamones
Mansão senhorial: Casa do Brasileiro	Saucelle	Moinhos	Fonfría
Mansão senhorial: Casa dos Condes	Lumbrales	Moinhos da Ribeira	Fariza
Mansão senhorial: Casa dos Mayorazgo	San Felices de Los Gallegos	Moldes de Arado	Gamones
Mansão senhorial: Casa dos Senhores del Ron	San Felices de Los Gallegos	Monumento a Cristo Rei	Hinojosa de Duero
Minas: El Pago de Valdelanta	Fariza	Monumento a Maria Auxiliadora	Aldeadávila de La Ribera
Miradouro Las Barrancas	Fariza	Mosteiro de la Pasión	San Felices de Los Gallegos
Miradouro: Moinho do Fidalgo	Moral de Sayago	Muralha	Torregamones
Moinho Bonifácio	Mieza	Museu Arqueológico de Lumbrales	Lumbrales
Moinho Cabildo	Fariza	Museu da Igreja de S. Marcos Evangelista	Fregeneda
Moinho Carrizo	Fariza	Museu do Azeite	San Felices de Los Gallegos
Moinho da Ribeira de Froya	Hinojosa de Duero	Museu Etnográfico	Moralina
Moinho de La Veiga	Moralina	Museu Etnográfico	Moral de Sayago
Moinho del Ropinal	Mieza	Museu Etnográfico e Arqueológico Municipal	Hinojosa de Duero
Moinho do Diabo	Hinojosa de Duero	Museu Geológico Mineiro	Barruecopardo

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Museu Têxtil de Lumbrales	Lumbrales	Ponte dos Franceses	San Felices de Los Gallegos
Nora de Água	Fariza	Ponte El Grande	Fariza
Núcleo velho: Bairro Judeu	Fermoselle	Ponte El Puerto	Fariza
Núcleo velho – Casa de Quiquín	Barruecopardo	Ponte El Puerto	Moral de Sayago
Palácio do Marquês de Caballero	Aldeadávila de La Ribera	Ponte Resbala	Bermellar
Palácio dos Cinco Bolos	Villar del Buey	Ponte Resbala	Sadeana
Pombal	Barruecopardo	Ponte Robledino	Cabeza de Caballo
Pombal	Fregeneda	Ponte Romana	Fariza
Pombal	Fariza	Ponte S. Lourenço	Trabanca
Pombal	Fermoselle	Ponte Samei	Moral de Sayago
Pombal	Fonfría	Ponte velha	Hinojosa de Duero
Pombal	Moral de Sayago	Pontes de pedra	Fariza
Pinturas Rupestres: Horta do Vicário	Saucelle	Pontes dos Franceses	Puerto Seguro
Pinturas Rupestres: La Malgarrida	Hinojosa de Duero	Pontões tradicionais	Fonfría
Pinturas Rupestres: La Palla Rubia	Pereña	Povoado de Santiago (despovoado)	Villalcampo
Polidesportivo	Pino	Rádio Local	Villarino
Pontão	Fariza	Romaria da Ermida Santa	Fermoselle
Ponte Caída	Hinojosa de Duero	Romaria da Virgem do Castelo	Pereña
Ponte de la Peña	Pereña	Romaria do Corpo de Deus	Moral de Sayago
Ponte de Ojo	Hinojosa de Duero	Romaria do Nazareno	San Felices de Los Gallegos
Ponte de Pino	Pino	Romaria dos Viriato	Argañín
Ponte de Rodávila	San Felices de Los Gallegos	Romaria S. Gregório	Lumbrales
Ponte del Roble	Peña, La	Ruínas do Castelo	Barruecopardo
Ponte do Rio Grande	Sadeana	Sala de Exposições	Aldeadávila de La Ribera

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Sala de Exposições municipal	Vilvestre	Vestígios arqueológicos o Forno	Fonfría
Semana Cultural	Sobradillo	Vestígios arqueológicos os fornos	Fonfría
Sociedade Cultural Recreativa e Gastronómica Torreón	Ahigal de los Aceiteros	Vestígios arqueológicos: Banhos Romanos	Fermoselle
Tear	Fariza	Vestígios arqueológicos: Berraco de la Merchana	Lumbrales
Teatro	Aldeadávila de La Ribera	Vestígios arqueológicos: Burro de Fuenlabrada	Lumbrales
Teatro	Almendra	Vestígios arqueológicos: Burro de S. António	San Felices de Los Gallegos
Teatro	Lumbrales	Vestígios arqueológicos: Cabeça de Moncalvo	Hinojosa de Duero
Torre da Igreja	Aldeadávila de La Ribera	Vestígios arqueológicos: Calçada Mirandesa	Moral de Sayago
Torre de Menagem	Sobradillo	Vestígios arqueológicos: Calçada Romana	Villar del Buey
Torre do Relógio	San Felices de Los Gallegos	Vestígios arqueológicos: Calçada Romana Zamora – Miranda	Torregamones
Urnas Antropomórficas	Barruecopardo	Vestígios arqueológicos: Casa do Ermitão	Pereña
Vestígios arqueológicos a Fonte	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro	Fariza
Vestígios arqueológicos a pedraira	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro	Villar del Buey
Vestígios arqueológicos as minas	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro celta	Pereña
Vestígios arqueológicos calçada	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro de Castelmao	San Felices de Los Gallegos
Vestígios arqueológicos Cepedillo	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro de Guzales	Fermoselle
Vestígios arqueológicos Chimenea	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro de Oeiros	Fermoselle
Vestígios arqueológicos Corzas	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Castro de Peña Vela	Fermoselle
Vestígios arqueológicos el Marrón	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Cebón de Fuenlabrada	Lumbrales
Vestígios arqueológicos el Marrón da Igreja	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Cemitério Romano	Moral de Sayago
Vestígios arqueológicos Fonte Grande	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Cemitério velho	Fonfría
Vestígios arqueológicos igreja	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Charif	Villadepera
Vestígios arqueológicos Las Arañas	Bermellar	Vestígios arqueológicos: Dehesa de Villanueva	Torregamones
Vestígios arqueológicos o Alto de castro	Fonfría	Vestígios arqueológicos: Dolmen	Lumbrales

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos culturais nas provincias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Vestíxios arqueolóxicos: El Pago de la Fragua	Fariza	Vestíxios arqueolóxicos: Sarcófago	Moralina
Vestíxios arqueolóxicos: Estela Romana	Fariza	Vestíxios arqueolóxicos: Santa Olaia	Fregeneda
Vestíxios arqueolóxicos: Estelas Romanas	Moral de Sayago	Vestíxios arqueolóxicos: Tabañera	Fermoselle
Vestíxios arqueolóxicos: La Colmenera	Sobradillo	Vestíxios arqueolóxicos: Taller Neolítico	Vilvestre
Vestíxios arqueolóxicos: La Dehesa	Puerto Seguro	Vestíxios arqueolóxicos: Torreón do Monte Oliva	Ahigal de los Aceiteros
Vestíxios arqueolóxicos: La Yegua	Villardiégua de La Ribera	Vestíxios arqueolóxicos: Tumba del Moro	Villar del Buey
Vestíxios arqueolóxicos: Las Lajas	Fregeneda	Vestíxios arqueolóxicos: Tumba do Castelo	Saucelle
Vestíxios arqueolóxicos: Lomo Estanza	Sobradillo	Vestíxios arqueolóxicos: Tumba la Carralancha	San Felices de Los Gallegos
Vestíxios arqueolóxicos: Mesita de los curas	Fregeneda	Vestíxios arqueolóxicos: Urna antropomórfica	Villarino
Vestíxios arqueolóxicos: El Pago de la Fragua	Fariza	Vestíxios arqueolóxicos: Urna Antropomórfica	Bouza, La
Vestíxios arqueolóxicos: Estela Romana	Fariza	Vestíxios arqueolóxicos: Urnas antropomórficas "La Colmenera"	Sobradillo
Vestíxios arqueolóxicos: Mina Dorindia	Villalcampo	Vestíxios arqueolóxicos: Valdatres	Fregeneda
Vestíxios arqueolóxicos: Minas	Villadepera	Vestíxios da Ermida de S. Estêvão	Pino
Vestíxios arqueolóxicos: Minas de ouro	Pino	Vivendas de pedra	Fariza
Vestíxios arqueolóxicos: Monolitos e rosetas	Pino		
Vestíxios arqueolóxicos: Necrópole	Villar del Buey		
Vestíxios arqueolóxicos: Peña Redonda	Fregeneda		
Vestíxios arqueolóxicos: Povoado castelo de Merchanas	Lumbrales		
Vestíxios arqueolóxicos: Povoado castelo de Moncalvo	Hinojosa de Duero		
Vestíxios arqueolóxicos: Povoado do Castelo	Sadeana		
Vestíxios arqueolóxicos: Prado del Toro	Sobradillo		
Vestíxios arqueolóxicos: Rodillo de la Laja	Hinojosa de Duero		
Vestíxios arqueolóxicos: Ruínas de S. Leornado	Hinojosa de Duero		
Vestíxios arqueolóxicos: Ruínas Romanas	Trabanca		

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos turísticos nas provincias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Albergue Gestão pública La Noria	Aldeadávila de La Ribera	Casa Turismo Rural Árboles	Bouza, La
Área recreativa Llano de la Bodega	Aldeadávila de La Ribera	Casa Turismo Rural Lebrança	Bouza, La
Área recreativa e embarcadouro Playa del Rosto	Aldeadávila de La Ribera	Mirador	Bouza, La
Casa Turismo Rural Cruz del Posadero	Aldeadávila de La Ribera	Caminho do Águeda	Bouza, La
Centro de Turismo Rural Rinconada de las Arribes	Aldeadávila de La Ribera	Caminho: La Zarza de Pumareda-Cabeza de Caballo	Cabeza de Caballo
Empresa Multiaventura El Corazón de las Arribes	Aldeadávila de La Ribera	Área recreativa Teso de Peñahorcada	Cerezal de Peñahorcada
Mirador del Fraile	Aldeadávila de La Ribera	Caminho del encuentro	Cerezal de Peñahorcada
Mirador Lastrón	Aldeadávila de La Ribera	Caminho Teso de Peñahorcada	Cerezal de Peñahorcada
Mirador Picón de Felipe	Aldeadávila de La Ribera	Albergue Gestão pública los Arribes del Duero	Fariza
Mirador Repitín	Aldeadávila de La Ribera	Área recreativa	Fariza
Mirador Rupurupay	Aldeadávila de La Ribera	Centro de Informação das Arribes del Duero	Fariza
Pensão Restaurante El Paraiso	Aldeadávila de La Ribera	Centro Turismo Rural La Alquería de Mámoles	Fariza
Restaurante caseiro La Cabaña	Aldeadávila de La Ribera	Caminho de los arrieros	Fariza
Restaurante caseiro Mesón El Refugio	Aldeadávila de La Ribera	Área recreativa	Fermoselle
Restaurante caseiro Nuevo	Aldeadávila de La Ribera	Área recreativa de la Cicutina	Fermoselle
Restaurante caseiro Palmerina	Aldeadávila de La Ribera	Casa do Parque das Arribes del Duero	Fermoselle
Rota GR 14	Aldeadávila de La Ribera	Centro de Informação das Arribes del Duero	Fermoselle
Área recreativa El Castillo	Barruecopardo	Centro Turismo Rural Marqués de La Liseda	Fermoselle
Casa Turismo Rural La Era	Barruecopardo	Mirador Las Escaleras	Fermoselle
Centro de Turismo Rural La Bohardilla	Barruecopardo	Pensão España	Fermoselle
Refugio El Castillo	Barruecopardo	Pensão Mati (8)	Fermoselle
Rota: Caminho de Malgarriga	Bermellar	Piscinas Municipais	Fermoselle
Rota: Caminho velho de Bermellar a Hinojosa de Duero	Bermellar	Restaurante Caseiro Espadaña	Fermoselle
Área recreativa	Bouza, La	Caminhos das Fontes	Fermoselle

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos turísticos nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Caminho Buraco do Diabo	Fermoselle	Refugio: Casinha Montalaz	Hinojosa de Duero
Caminho dos Moinhos	Fermoselle	Restaurante caseiro Marcos	Hinojosa de Duero
Caminho do Penao	Fermoselle	Caminho do Águeda	Hinojosa de Duero
Caminho Embalse de Almendra	Fermoselle	Caminho de Bermellar	Hinojosa de Duero
Caminho La Cicutina	Fermoselle	Rota GR 14	Hinojosa de Duero
Caminhos as Duas Águas	Fermoselle	Rota de Camaces	Hinojosa de Duero
Área recreativa: El Pozo de Sarquiñinas	Fonfría	Rota de Malgarrida	Hinojosa de Duero
Centro Turismo Rural Lajafriz	Fonfría	Rota de Moncalvo	Hinojosa de Duero
Área recreativa	Fregeneda	Rota de Peña de la Vela	Hinojosa de Duero
Centro Turismo Rural Quinta de Valicobo	Fregeneda	Parque de campismo La Hojita	Lumbrales
Mirador El Asomadero	Fregeneda	Hotel 1 estrela século XXI	Lumbrales
Restaurante caseiro Sol Poente	Fregeneda	Piscinas Municipais	Lumbrales
Caminho da Estação	Fregeneda	Restaurante caseiro Florida	Lumbrales
Caminho de Peña Gorda e Mesita de los curas	Fregeneda	Restaurante de categoria alta	Lumbrales
Rota GR 14	Fregeneda	Caminho da Ermida de S. Gregório	Lumbrales
Caminho dos tuneis e pontes	Fregeneda	Caminho dos Moinhos de Malpica	Lumbrales
Caminho dos arrieros	Gamones	Caminho dos arrieros	Lumbrales
Área recreativa municipal	Hinojosa de Duero	Área recreativa La Veja de Pelao	Masueco
Área recreativa Torre S. Leonardo	Hinojosa de Duero	Hostal Santa Cruz	Masueco
Casa Turismo Rural el Callejo	Hinojosa de Duero	Restaurante caseiro Mesón El Zebadero	Masueco
Centro de Turismo Rural Quinta da Conceção	Hinojosa de Duero	Restaurante de categoria alta	Masueco
Hostal Richard II	Hinojosa de Duero	Caminho Cachonera de las Uces	Masueco
Mirador Cachón de Camaces	Hinojosa de Duero	Rota GR 14	Masueco
Piscinas Municipais	Hinojosa de Duero	Caminho Pozo de los Humos	Masueco

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos turísticos nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Área recreativa com miradouros	Mieza	Caminho Pozo de los Humos	Pereña
Casa de Turismo Rural la Casa del Cura	Mieza	Área recreativa o Caracol	Pino
Mirador Peña del Àguila	Mieza	Área recreativa La Moral	Pino
Mirador la Code	Mieza	Caminho do Águeda	Puerto Seguro
Restaurante Caseiro El Porvenir	Mieza	Balneário: Os banhos da Fonte Santa	Puerto Seguro
Restaurante caseiro La Bodega	Mieza	Área recreativa: Merendeiro dos Molinos	Saldeana
Caminho del Mirador del Cura	Mieza	Miradouro	Saldeana
Caminho Cachón del Duero	Mieza	Miradouro	Saldeana
Caminho Cañizos-Trapalosa	Mieza	Refugio	Saldeana
Rota GR 14	Mieza	Caminho do Castro	Saldeana
Caminho Reventón-Ropinal	Mieza	Cabana	San Felices de Los Gallegos
Caminho Rota da Ribeira	Moral de Sayago	Casa Turismo Rural (13)	San Felices de Los Gallegos
Casa de Turismo Rural as Arribas	Moralina	Centro Turismo Rural (12)	San Felices de Los Gallegos
Mirador El Poyo	Moralina	Miradouro	San Felices de Los Gallegos
Área recreativa Peñagorda	Peña, La	Restaurante caseiro	San Felices de Los Gallegos
Caminho Molino e Ponte de La Peña	Peña, La	Caminho do Águeda	San Felices de Los Gallegos
Caminho Peñagorda	Peña, La	Caminho da Mesa do Conde	San Felices de Los Gallegos
Área recreativa do Castelo	Pereña	Caminho do Castro de Castelmau	San Felices de Los Gallegos
Parque de campismo das Arribes	Pereña	Área recreativa	Saucelle
Piscinas Municipais	Pereña	Casa Turismo Rural (5)	Saucelle
Restaurante caseiro	Pereña	Miradouro	Saucelle
Caminho Ermida Nossa Senhora do Castelo	Pereña	Pensão	Saucelle
Caminho Molino e Ponte de La Peña	Pereña	Piscinas Municipais	Saucelle
Caminho Pozo Airón	Pereña	Pensão hospedaria (21)	Saucelle

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos turísticos nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Praça de touros	Saucelle	Casa Turismo Rural (18)	Villar del Buey
Restaurante caseiro	Saucelle	Miradouro	Villar del Buey
Caminho Las Janas	Saucelle	Restaurante caseiro	Villar del Buey
Caminho Los Negritos	Saucelle	Restaurante caseiro	Villar del Buey
Rota GR 14	Saucelle	Miradouro	Villardiegua de La Ribera
Área recreativa	Sobradillo	Caminho de los arrieros	Villardiegua de La Ribera
Casa Turismo Rural (6)	Sobradillo	Área recreativa	Villarino
Casa Turismo Rural (6)	Sobradillo	Área recreativa	Villarino
Casa do Parque das Arribes del Duero	Sobradillo		
Miradouro	Sobradillo	Casa Turismo Rural (4)	Villarino
Caminho do Águeda	Sobradillo	Pensão	Villarino
Caminho de la Cabalgada	Sobradillo	Restaurante caseiro	Villarino
Rota GR 14	Trabanca	Restaurante caseiro	Villarino
Caminho Ponte de S. Lourenço	Trabanca	Restaurante caseiro	Villarino
Restaurante categoria alta	Torregamones	Caminho Ambasaguas	Villarino
Casa Turismo Rural (5)	Villadepera	Caminho Engangandero	Villarino
Casa Turismo Rural (5)	Villadepera	Rota GR 14	Villarino
Miradouro	Villadepera	Caminho Olla de los chorros	Villarino
Caminho Los pizarros poyos	Villadepera	Caminho Teso de la Bandera	Villarino
Miradouro	Villadepera	Caminho de S. Cristóbal	Villarino
Rota de los pueyos	Villalcampo	Área recreativa	Vilvestre
Área recreativa	Villar del Buey	Miradouro	Vilvestre
Parque de campismo	Villar del Buey	Área recreativa	Vilvestre
		Piscinas Municipais	Vilvestre
		Refugio	Vilvestre

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos da natureza nas províncias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Ribeira de Teresa	Ahigal de Los Aceiteros	Rio Huebra	Bermellar
Couto de caça	Ahigal de Los Aceiteros	Couto de caça	Bouza, La
Vista Panorâmica	Ahigal de Los Aceiteros	Ribeira de Duas Casas	Bouza, La
Couto de caça	Aldeadávila de La Ribera	Ribeira de Turones	Bouza, La
Couto de caça	Aldeadávila de La Ribera	Vale fluvial – Los Lacaderos	Bouza, La
Represa de Aldeadávila	Aldeadávila de La Ribera	Couto de caça	Cabeza de Caballo
Vista Panorâmica - Mirador de Fraile	Aldeadávila de La Ribera	Couto de caça	Cabeza de Caballo
Vista Panorâmica - Mirador de Felipe	Aldeadávila de La Ribera	Rio Uces	Cabeza de Caballo
Vista Panorâmica - Picón de la Mariola	Aldeadávila de La Ribera	Couto de caça	Cerezal de Peñahorcada
Couto de caça	Almendra	Cume de Peñahorcada	Cerezal de Peñahorcada
Couto de caça	Almendra	Curso de água de La Ribera	Fariza
A Mina	Almendra	Bosque	Fariza
Represa de Almendra	Almendra	Couto de caça	Fariza
Prado Los Cabriles	Almendra	Couto de caça	Fariza
Couto de caça	Argañín	Couto de caça	Fariza
Monte de utilidade pública	Argañín	Couto de caça	Fariza
Pântano Los Mielgos	Argañín	Couto de caça	Fariza
Ribeiras do Douro	Argañín	Couto de caça	Fariza
Rocha La Resbalina	Argañín	Couto de caça	Fariza
Couto de caça	Barruecopardo	Couto de caça	Fariza
Minas de Barruecopardo	Barruecopardo	Couto de caça	Fariza
Couto de caça	Bermellar	Árvore Híbrida - Curiosidade	Fariza
Paisagem – La Mata Chica	Bermellar	Fonte Termal	Fariza
Rio Camaces	Bermellar	Monte de utilidade pública	Fariza

Fonte: Castela e leão (2003)

Recursos turísticos nas provincias das Arribes del Duero

Recursos	Comarca	Recursos	Comarca
Pico escarpado – A Águia	Fariza	Cultivos – cuestras del Cordero	Fermoselle
Pico Escarpado - Falla el Pontón	Fariza	Cultivos – terrazas o banales	Fermoselle
Pico escarpado - Picón de la Rueca	Fariza		
Ribeira	Fariza		
Ribeira do Rio Douro	Fariza		
Ribeira do Rio Douro	Fariza		
Ribeira do Rio Douro	Fariza		
Ribeira do Rio Douro	Fariza		
Ribeira do Rio Douro	Fariza		
Rio Carrascalico	Fariza		
Rocha – Casa de El Grelo	Fariza		
Rocha – Casa de los Moros	Fariza		
Rocha – O Castelo	Fariza		
Rocha – El Cotorrón	Fariza		
Rocha – Falha de Juan Marcos	Fariza		
Rocha - La Fisga del Diablo	Fariza		
Rocha – Las Campaninas	Fariza		
Vale fluvial - La Pisada del Moro e Regago de La Mora	Fariza		
Vale fluvial – Ribasaltas	Fariza		
Cascata de la Escalá	Fermoselle		
Couto de caça	Fermoselle		
Cova – Buraco do Diablo	Fermoselle		

Fonte: Castela e leão (2003)

